

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História
PPGHIS – UFOP

Dissertação

**DOS LIVROS AOS
CADÁVERES:
UMA PEDAGOGIA EMPÍRICO-
RACIONAL NA REFORMA DO
CURSO DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
(1772)**

Luis Filipe Maiolini

Ouro Preto
2021



UFOP

LUIS FILIPE MAIOLINI

DOS LIVROS AOS CADÁVERES:
UMA PEDAGOGIA EMPÍRICO-RACIONAL NA REFORMA DO CURSO DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1772)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens

Linha de Pesquisa: Poder, Linguagem e Instituição.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M224d Maiolini, Luis Filipe.

Dos Livros aos Cadáveres [manuscrito]: uma pedagogia empírico-racional na reforma do curso de Medicina da Universidade de Coimbra (1772). / Luis Filipe Maiolini. - 2021.

210 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Universidade de Coimbra. 2. Educação Médica. 3. Iluminismo . I. Antunes, Álvaro de Araújo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luis Filipe Maiolini

Dos Livros Aos

**Cadáveres: Uma Pedagogia Empírico-Racional na Reforma do Curso de
Medicina da Universidade de Coimbra (1772)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 09 de Julho de 2021

Membros da banca

Doutor Álvaro de Araujo Antunes - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora Anny Jackeline Torres da Silveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor Jean Luiz Neves Abreu - (Universidade Federal de Uberlândia)

Álvaro de Araujo Antunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 30/07/2021



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro de Araujo Antunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/07/2021, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luisa Rauter Pereira, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**, em 12/08/2021, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0200326** e o código CRC **053960BD**.

AGRADECIMENTOS

Muitas histórias e anedotas surgiram na minha vida durante os dois anos que passei escrevendo e pesquisando esse trabalho. Parece difícil, depois de todos esses dias, debruçado sobre livros e papéis velhos, olhar para o mundo com a mesma perspectiva. A existência do historiador muitas vezes é de extrema solidão, que lhe agrada em certos momentos, mas o devora em outros. Foram dois anos que procurei compreender como a pesquisa histórica se encaixava na categoria “trabalho”. Apesar de todas as dificuldades, contei com a ajuda de pessoas que foram como anjos iluminando meu turvo caminho de incertezas. A dificuldade que todo trabalho acadêmico traz para nós, não pode ser percorrido na escuridão.

Por isso agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes que me orientou brilhantemente ao longo desses dois anos. Sem os seus apontamentos, organização, dicas de leitura e crítica do texto, este trabalho nunca estaria concluído. Meu reconhecimento também à UFOP que sempre cuidou com muita probidade dos seus estudantes, funcionários e professores.

Agradeço em mesmo tom à Prof.^a Dr.^a Anny Jackeline Torres pela participação na banca de defesa e por ter sido uma querida professora que, com grande afeto, me adentrou na História da Medicina. Guardo na memória, com muito carinho, nossa leitura do livro de Ludwick Fleck nas manhãs frias do ICHS. Também agradeço ao Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu por ter aceitado o convite de participação da banca, sem dúvidas Jean sempre foi uma grande inspiração para minhas pesquisas e tê-lo na defesa foi uma honra. Meu mais sincero obrigado aos dois pelos apontamentos, críticas e carinho durante estes dois anos.

Nenhuma conquista é individual e, sem dúvida, esta só foi possível por causa da proteção, do carinho e do amor que minha família sempre me proporcionou. Agradeço incondicionalmente aos meus pais: Flávia e Jorge. Sem vocês eu nunca teria a coragem de enfrentar a vida com tanta determinação e fôlego. Agradeço à minha irmã, Bruna, por sempre me guiar com tanto zelo e abraços calorosos. O suporte de vocês três foi o que determinou a conclusão deste mestrado. Que esta conquista seja nossa!

Agradeço aos meus avós, Vicente e Júlia, que todos os domingos purificaram minha alma com boas histórias, risadas, comidas e vinhos. Meu mais sincero abraço aos dois, que mesmo longe me ajudaram a continuar com seriedade no meu trabalho. Da mesma forma agradeço minha querida madrinha Cleide, que me ensinou muito sobre humildade, amizade e amor nesta vida. Todas as vezes que fui para Elói Mendes vocês foram meu refúgio.

Sou extremamente grato também aos meus amigos da *Cachaça Crew*. São mais de 10 anos de amizade e skate com muitas risadas, diversão e companheirismo. Agradeço ao Brendaw, Lokin, Clebão, Jefinho, Renanzai, Tiaguinho e a todos os skatistas da cidade que sempre me trataram como irmão. Obrigado por todos os momentos de vivência e aprendizado. Que venham muitos anos pela frente!

Agradeço aos meus amigos de Mariana que viveram comigo tão próximos, compartilhando felicidades, angústias, amores e tragédias. Para sempre no meu coração estará Isaias, Marielen, Kaique, Verônica e Luiz Gustavo. Vocês foram minha luz durante a graduação em História e sinto saudade dos momentos que vivemos. Agradeço ao querido Matheus Alfinete por todos os dias no Redondo, onde bebíamos café e conversávamos sobre Filosofia e Literatura. Agradeço aos amigos do Jornalismo: VH, Carlos, Júlia, Brener, Tuila, e Felipe que me acolheram com uma amizade especial. Cada copo de cerveja e risada compartilhada tem um lugar na minha memória que guardo com muito carinho. Agradeço ao Elias e ao professor Marco Antônio que me deram a oportunidade de ser pesquisador de Iniciação Científica em Arquivos Históricos de Ouro Preto. Com vocês dois aprendi como ser historiador, ainda no início da graduação. Agradeço também ao querido Giovani Duarte que corrigiu a ortografia desta dissertação, sempre com profissionalismo e carinho.

Sou grato à Juliana por todo companheirismo, amor e compreensão ao longo desses dois anos de mestrado. Você, mais do que ninguém, esteve presente durante todo o trabalho pesado de escrita, transcrição de fonte e correção do texto.

Por fim, deixo aqui meu carinho ao meu irmão Jorge Junior: que sua trajetória neste mundo seja de amor, amizade e muita sabedoria. Nunca se esqueça de que somente o *conhecimento* nos salva da ignorância das trevas. Que as luzes iluminem seu caminho! Sempre estarei aqui por você.

“Como você vai saber”?
Consulte o teu Olho!

Fascículo quinze
Emily Dickinson

RESUMO

A presente pesquisa aborda o processo de modernização do ensino de medicina na Universidade de Coimbra a partir da elaboração dos novos *Estatutos* de 1772. Investigamos ao longo do texto a formação discursiva do método empírico-racional no contexto do Século das Luzes e da sua institucionalização em Portugal. Partindo de uma análise sobre as mudanças epistemológicas no século XVIII, buscamos compreender como se deu as transformações linguísticas, conceituais, metodológicas e pedagógicas do saber médico. O exame dessa questão permitiu traçar o caráter do método científico utilizado pela elite médica da época, sobretudo no que tange a valorização da experiência, da observação e dos princípios físico-matemáticos, ocorrendo, assim, uma crise do paradigma metafísico-escolástico e uma expansão das novas concepções de corpo, saúde e doença. Além disso, partindo das reformas da educação universitária entre 1771 e 1772, a dissertação procura investigar o processo de adesão dos novos sistemas médicos em Portugal. Ao relacionarmos o contexto da medicina no Iluminismo com as Reformas Pombalinas, pretendemos compreender como se deu a consolidação de um novo paradigma científico na Universidade de Coimbra, observando, em última instância, o currículo acadêmico da Faculdade de Medicina e apontando as mudanças que propiciaram a aproximação entre a técnica e a teoria, a partir do ensino de anatomia, cirurgia, química e prática clínica-hospitalar. Por fim, com a discussão bibliográfica e análise das fontes, poderemos medir com maior precisão quais foram os resultados das reformas do curso médico durante o reinado de D. Maria I. Ao investigar o período posterior a 1772, nosso trabalho indica que o processo de secularização da Universidade de Coimbra corroborou a normatização do exercício da medicina em Portugal na virada do século XVIII e início do século XIX.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra; Medicina setecentista; Iluminismo; Ensino Médico; Reformas Pombalinas.

ABSTRACT

The present research approaches the process of modernization of medical education at the University of Coimbra from the elaboration of the new *Statutes* of 1772. Throughout the text, we investigated the discursive formation of the empirical-rational method in the context of the Century of Lights and its institutionalization in Portugal. Starting from an analysis of epistemological changes in the 18th century, we seek to understand how the linguistic, conceptual, methodological and pedagogical transformation of medical knowledge took place. The examination of this question allowed us to trace the character of the scientific method used by the medical elite of the time, especially with regard to the valorization of experience, observation and physical-mathematical principles, thus, there is a crisis in the metaphysical-scholastic paradigm and an expansion of the new concepts of body, health and diseases. In addition, starting from the reforms of university education between 1771 and 1772, the dissertation seeks to investigate the process of adherence to the new medical systems in Portugal. By relating the context of medicine in the Enlightenment with Pombaline Reforms, we intend to understand how the consolidation of the new scientific paradigm took place at the University of Coimbra, ultimately, observing the academic curriculum of the College of Medicine and pointing out the changes that led to the approximation between technique and theory, from the teaching of anatomy, surgery, chemistry and clinical-hospital practice. Finally, with the bibliographic discussion and analysis of the sources, we will be able to measure with greater precision what were the results of the reforms of medical course during the reign of D. Maria I. When investigating the period after 1772, our work indicates that the process of the Secularization of the University of Coimbra corroborated the standardization of the exercise of medicine in Portugal at the turn of the 18th century and the beginning of the 19th century.

Keywords: University of Coimbra; 18th century medicine; Enlightenment; Medical Teaching; Pombaline Reforms;

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: BATAVORUM, Lugduni. *Boerhaave lecturing to his students. 1715.* The National Library of Medicine **34**

FIGURA 2: *Cera anatômica (1780):* Museo La Specola the Natural History. Museum of Forence **111**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - Ciência e Medicina na Cultura Ilustrada	19
1.1 A problemática das “Luzes” e o saber médico ilustrado: a emergência de uma nova linguagem científica.....	19
1.2 O acaso não faz o médico: uma proposta de Medicina Ilustrada a partir de Luís António Verney.....	38
1.3 António Nunes Ribeiro Sanches e o ensino prático da medicina	52
CAPÍTULO 2 – A Reforma do curso de Medicina da Universidade de Coimbra	67
2.1 Um passado a ser apagado; uma imagem a ser construída: propaganda e reforma pedagógica da medicina nas políticas pombalinas	67
2.2 Um relatório acadêmico para o estado da medicina em Portugal	74
2.3 Cortejos e celebrações: a nova fundação da Universidade de Coimbra em 1772	91
2.4 Bisturis, livros e cadáveres: os novos <i>Estatutos</i> da Faculdade de Medicina	96
CAPÍTULO 3 – Uma Universidade Ilustrada: ensino e prática médica no Portugal Pós-Reforma de 1772	130
3.1 O Estado, a educação e os arautos do Iluminismo	133
3.2 Em defesa da universidade: uma ideia secular dos estudos maiores em Coimbra	144
3.3 Dr. José Francisco Leal e a aplicação do método compendiário no ensino de medicina	155
3.4 As ideias que se vão e as práticas que se fixam: os rumos da medicina universitária na sociedade portuguesa	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
APÊNDICES	207

INTRODUÇÃO

Essa dissertação elege como objeto de pesquisa as concepções de saber médico que antecederam e influenciaram na reforma da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra em 1772, bem como as suas consequências diretas ou indiretas sobre o ensino e a prática médica em Portugal na virada do setecentos. O título do trabalho indica um processo dentro do pensamento médico setecentista, em que há uma tentativa, por parte das doutrinas médicas, de não só absorver as influências empíricas e experimentais, mas também de adaptá-las para o campo do ensino da Medicina. Trata-se de um processo não linear e composto de descontinuidades e ramificações, que nos são aqui relevantes. Sensíveis às referidas flutuações, buscamos mapear alguns discursos que foram importantes para o pensamento médico-filosófico do século XVIII, sobretudo aqueles que confluem com as propostas apresentadas nos novos *Estatutos* de 1772. O objetivo central desta pesquisa é investigar o processo de assimilação de uma pedagogia empírico-racional no pensamento médico português, a partir da análise do *Estatuto* de 1772 da Universidade de Coimbra. Com esta fonte, traçaremos a fixação das novas perspectivas médicas nas mudanças curriculares do ensino superior em Portugal.

Valemo-nos das concepções da História da Ciência e da História Cultural da Medicina como um meio de traçar, não só o percurso das ideias, como também as disputas em torno dos diferentes tipos de métodos científicos, parcela dos quais, debatida no ambiente universitário.¹ Retomamos, em partes, os argumentos de Roger Chartier sobre as interligações entre a Epistemologia e a História da Ciência. Para o autor, um método que privilegie uma “epistemologia histórica” tende a corroborar uma análise das mutações e continuidades do conhecimento científico, privilegiando, sobretudo, a sua linguagem (conceitos, símbolos, palavras e imagens) que é expressa a partir de um sistema cultural.² Nesta metodologia, podemos explicar sobre algumas das propostas pedagógicas que estavam inseridas no saber médico ilustrado luso. Nesse sentido, a presente pesquisa intenta contribuir para uma melhor caracterização da ideia de Medicina Ilustrada e de como determinados atores históricos se mobilizaram para a construção de um discurso científico sobre a profissão médica e o ensino universitário daquele momento.

¹ MAIOLINI, Luis Filipe. O filósofo, o médico e o físico: um caminho para pensar a prática científica e seus desdobramentos na história da medicina. *Temporalidades – Revista de História*. Edição 33, v. 12, n.2, 2020.

² CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

Com a reforma da Faculdade de Medicina, em 1772, visou-se a consolidar uma prática científica voltada para sua utilidade social, política e econômica. Portanto, a mudança das regras metodológicas de ensino, refletidas na formação do “médico perfeito e útil à nação”, imbricou numa transformação mental que se articulou na construção de novos produtos culturais, diferentes daqueles que imperaram sobre a universidade antes das reformas pombalinas (os *Estatutos* de 1653). Na visão de Ruth Gauer,

O aspecto fundamental no modelo apresentado é a valorização da relação ciência-pedagogia. Essa valorização leva a pensar um modelo de universidade cujo conjunto de procedimentos científicos seriam garantidos pelo processo pedagógico, que asseguraria sua eficácia. Assim, o projeto apresentado supõe uma organização metodológica que estruture o saber científico. Portanto, podemos pensar que a universidade [...] funcionaria com um método, uma técnica e uma pedagogia, objetivando transmitir um saber científico embasado na observação da natureza e na experiência através da sistematização.³

Tendo em vista essa relação entre ciência e pedagogia, a presente pesquisa compreende os *Estatutos* de 1772, como a materialização do processo de enraizamento da cultura científica ilustrada na Universidade de Coimbra.⁴ Em termos práticos, era inscrito um paradigma moderno e científico no seu quadro estatutário que promoveu uma mudança na universidade, conjugando a criação de novos espaços, disposições pedagógicas e atividades administrativas. Foi um evento central para a história portuguesa por se tratar da institucionalização de um modelo de conhecimento pautado no ideário moderno da observação, da experimentação e da produção de resultados concisos e rigorosos no campo das Ciências Naturais. Uma breve apresentação histórica do contexto que antecede a publicação dos *Estatutos* serve para evidenciar a novidade dos seus preceitos pedagógico-científicos.

Em 1770 foi criada a *Junta de Providência Literária* com a função de compor um relatório sobre a atual circunstância da Universidade de Coimbra e constatar as causas de sua decadência. Sua elaboração estava sob a responsabilidade de um corpo extenso de inspetores e conselheiros do Rei D. José I, mas quem havia tomado a frente de elaboração eram seu então primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal), e o Cardeal Dom João Cosme da Cunha. O grupo era composto, ainda, de outros sete membros:

³ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 89.

⁴ CARVALHO, Flavio Rey. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação de Mestrado – Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

Frei Manuel do Cenáculo, José Ricale Pereira de Castro, José Seabra da Silva, Francisco António Marques Giralde, Francisco de Lemos, Manuel Pereira da Silva e José Pereira Ramos de Azevedo Coutinho. Os membros da comissão constituíam um grupo de intelectuais de primeira cepa no mundo português e dedicados a um projeto de modernização intimamente associado à educação.

Em 28 de agosto de 1771, é produzido por esta Junta o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*, dividido em três partes, em que são discutidos os prejuízos e a destruição das ciências e métodos do ensino universitário português. Além disso, o documento investiga o “doloso sistema de ignorância” dos jesuítas sobre os cursos de Teologia, Jurisprudência e Medicina. Em relação ao curso médico, o *Compêndio* conclui que o caráter cumulativo, cíclico, textual e analítico do ensino jesuítico “destruiu” todas as possibilidades de se conjugar um ensino prático ao corpo doutrinário, fazendo com que as enfermidades fossem tratadas a partir de hipóteses e especulações, sem nenhum embasamento experimental.⁵ Conforme a análise dos antigos estatutos, o que imperou na Universidade de Coimbra foi uma lógica da *Ratio Studiorum*, ou seja, uma reafirmação, a partir do Concílio de Trento, do método escolástico, sobretudo pela sua vertente tomista.⁶ O paradigma educativo instaurado pelos jesuítas baseava-se exclusivamente numa interpretação das *Autoritates*, cujas ideias eram exploradas por meio das *lectio* e das *disputatio*. Sem um viés prático, experimental ou empírico na sua elaboração pedagógica, o *Estatuto* de 1653 foi alvo de duras críticas por parte dos autores do *Compêndio*.⁷

Ao certificar-se das informações contidas no relatório elaborado pela Junta de Providência Literária, D. José I expressou a importância da reforma da Universidade de Coimbra em 28 de agosto de 1772 ao publicar uma carta-régia confirmando um novo Regimento. No mesmo ano, já estavam prontos os novos estatutos da universidade.⁸ Os *Estatutos* foram divididos em três livros, nos quais é tratado o funcionamento de seis faculdades: Teologia, Cânones, Leis, Medicina, Matemática e Filosofia. As autorias dos volumes foram separadas em três: Francisco de Lemos ficou responsável pela Faculdade de

⁵ *COMPÊNDIO Histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*. Edição Fac-símile. Covilhã, 2011.

⁶ Veremos com maiores detalhes o problema do método escolástico no 2º capítulo desta dissertação.

⁷ FONSECA, Fernando Taveira da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A universidade pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017.

⁸ CARVALHO, Flavio Rey. *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação de Mestrado – Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

Teologia; João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, pelas Faculdades Jurídicas; e José Monteiro da Rocha, pelas Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia.⁹

A reforma de 1772 buscou construir uma ideia de universidade pautada no moderno paradigma científico europeu, institucionalizando um modelo de conhecimento que concebia o método experimental como sendo o mais apropriado para as estratégias políticas e econômicas do reino de Portugal. O enraizamento desse novo paradigma em solo luso transformou as concepções de ciência e pedagogia que lá imperavam, dando a elas uma diferente forma de organização e produção no ambiente universitário. Os exames e as provas práticas eram constantes; os métodos de ensino, fiscalizados; e os conteúdos ensinados eram escolhidos sobre extensa discussão pelas recém-criadas Congregações Universitárias.¹⁰ Sem dúvida, os novos *Estatutos* da Universidade de Coimbra modificaram o entendimento dos antigos métodos pedagógicos que antes imperavam. Eram novas condições de acesso, de organização curricular, de processos de avaliação do conhecimento e de condições do professorado. Segundo o historiador António Camões de Gouveia, por detrás das políticas reformadoras de Pombal, há uma atitude de poder, de forte oposição ao ensino jesuítico, que buscava executar um novo “paradigma de saber”.¹¹

Com essa fixação normativa do quadro estatutário da universidade, os reformadores orientavam que as Congregações das Faculdades tivessem um zelo contínuo sobre o aperfeiçoamento do ensino e que inspecionassem tanto o formal como o científico no decorrer do ano letivo. No caso basilar da Medicina, o ensino voltou-se para as circunstâncias observacionais dos objetos de estudo, ou seja, na tentativa de aplicação do método indutivo.¹² Igualmente, deu importância para as aulas práticas, considerando-as um momento operativo para verificação das concepções instituídas pelas antigas doutrinas médicas – sobretudo, Hipócrates, Galeno, Celso e Aristóteles. Esse fato é comprovado pela valorização do ensino de Matéria Médica no recém-criado Jardim Botânico (nova disciplina no currículo reformado), pela prática cirúrgica (arte obstétrica e intervenções cirúrgicas em fraturas ou cortes) e pelo ensino da Anatomia (dissecação de cadáveres e animais).¹³

⁹ *Ibidem*, p. 35-37.

¹⁰ A criação das Congregações fez com que as faculdades ganhassem maior autonomia perante a administração central da Universidade. Outra característica trazida pelos novos Estatutos também foi a possibilidade de participação dos próprios professores das Faculdades dentro das reuniões da sua respectiva Congregação.

¹¹ GOUVEIA, António Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 372.

¹² KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Brasília: UnB, 1982.

¹³ Ver: CUNNINGHAM, Andrew. *The Anatomist Anatomis'd: An Experimental Discipline in Enlightenment Europe*. Cambridge: Ashgate, 2010.

Nesse panorama, o novo curso médico sujeitava os alunos às disciplinas teóricas e práticas. No primeiro ano, se estudavam Matéria Médica e Arte Farmacêutica; no segundo, Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia; no terceiro, Instituições Médico-Cirúrgicas; no quarto, Aforismos; e, por fim, no quinto, Prática de Cirurgia e Medicina (o sexto ano era destinado para aqueles que desejavam obter o grau de Doutor, ficando destinado aos estudos de Prática Cirúrgica e de Medicina). Com essa grade curricular, os estatutos pombalinos enfrentavam um conjunto de questões sobre o ensino da Medicina, pois almejavam, acima de tudo, implementar um ensino prático voltado para a observação dos doentes, dos cadáveres e das suas respectivas patologias.¹⁴ Era necessário, assim, integrar a cirurgia, a manipulação de plantas, a fabricação de remédios e os experimentos da Física Mecânica e Hidráulica no rol doutrinário da medicina setecentista.

Com base nestas discussões, a presente pesquisa almeja investigar também as raízes da reforma médica, a partir de dois textos que tiveram um papel basilar nas decisões da Junta de Providência Literária: *O verdadeiro método de estudar* (1746) de Luís António Verney e *Método para aprender e estudar a Medicina* (1763) de António Nunes Ribeiro Sanches. O conjunto das fontes aqui apresentado servem à investigação que privilegia as ideias que foram antecedentes à reforma do ensino acadêmico em Portugal.

Diante de tal proposta de pesquisa, torna-se necessário considerar que tanto os *Estatutos* de 1772, como os tratados médicos preliminares à reforma serão analisados enquanto artefatos verbais que se relacionam a um específico ambiente cultural e científico.¹⁵ Sendo indispensável, portanto, apreender as características peculiares à Medicina do século XVIII, para assim, delinear a fixação do pensamento médico-empírico na Universidade de Coimbra, investigando, conseqüentemente, os modelos teóricos dominantes e o conjunto de percepções sobre corpo, saúde e doença que influenciaram na elaboração dessa nova linguagem da medicina; para depois, demonstrar de que forma foi exposta no *Estatuto* reformado.¹⁶

As mudanças da Universidade de Coimbra estavam estreitamente relacionadas com as transformações culturais da Europa Ilustrada. Além disso, o desenvolvimento de uma

¹⁴ PITA, João Rui. Medicina Cirúrgica e Arte Farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. In: ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

¹⁵ BELLINI, Lígia. *O grande fulcro: representação do corpo e cultura médica no Portugal renascentista*. São Paulo: Unifesp, 2016.

¹⁶ Propomos analisar o conceito de “Medicina Ilustrada”, com o intuito de interligar o ambiente cultural do iluminismo setecentista ao pensamento médico português. Para isso, será necessário delinear as singularidades e transposições do conhecimento científico daquele momento, demonstrando as distinções da Medicina do século XVIII em relação à do século XVII e analisando quais temas são abolidos e quais métodos são reinterpretados.

educação médica voltada para a aplicação do empirismo, fez com que os pressupostos científicos da Medicina se deslocassem. Em outras palavras, a medicina doutrinal e acadêmica do século XVIII ultrapassou uma antiga linguagem carregada de metáforas e analogias, tornando-se mais conceitual, quantitativa e rigorosa. O saber médico setecentista renuncia o pensamento analógico, que propunha firmar um campo universal entre o homem e a natureza. Michel Foucault, na tentativa de esboçar esse tipo de pensamento, argumenta que o homem estava

Em proporção com o céu, assim como com os animais e plantas, assim como a terra, os metais, as estalactites ou as tempestades. Erguido entre as faces do mundo, tem relação com o firmamento (seu rosto está para seu corpo como a face do céu está para o éter; seu pulso bate-lhe nas veias como os astros circulam segundo suas vias próprias; as sete aberturas formam no seu rosto o que são os sete planetas do céu); todas essas relações, porém, ele as desloca e as reencontramos, similares, na analogia do animal humano com a terra que habita: sua carne é uma gleba, seus ossos, rochedos, suas veias, grandes rios. [...] O corpo do homem é sempre a metade possível de um atlas universal.¹⁷

Tal noção é deixada de lado no final século XVII, mas, sobretudo, durante o século XVIII, em que os usos do método indutivo e do experimentalismo físico ganhavam mais força no campo da medicina. As grandes metáforas e assimilações entre o universalismo natural e o corpo humano perdem sua rigidez metodológica nas ciências naturais. Houve, de fato, um esforço por parte dos textos médicos em criar mecanismos de análise que contemplassem a “matematização do empírico”, o experimentalismo rigoroso e a demonstração dos fenômenos fisiológicos e patológicos do corpo a partir de um estudo minucioso da anatomia.¹⁸ Esta é uma das características da ruptura operada pela medicina moderna, que visou inaugurar um novo domínio, seja na forma de uma nova linguagem, seja no seu processo de institucionalização. Em outras palavras, a medicina passava a dizer de outro modo e ver com outros olhos.¹⁹

A presente dissertação busca contemplar essas questões epistemológicas, como um meio de enriquecer o debate sobre as mudanças pedagógicas e científicas da Universidade de Coimbra em 1772. Entendemos “epistemologia” aqui no sentido da busca de uma reflexão sobre a produção de conhecimento científico, que tenha por objeto avaliar a ciência médica do ponto de vista de sua cientificidade, ou seja, dos seus sistemas conceituais e das suas atitudes

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, p. 30.

¹⁸ *Ibidem*, p.77.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 97.

práticas.²⁰ Dessa forma, nos norteamos a partir de dois problemas: quais foram os princípios teóricos da reforma da faculdade médica coimbrã? E em que medida as reformas pombalinas assimilaram o pensamento Ilustrado ao ensino de medicina em Portugal? A partir das condições documentais e problemas apresentados, temos como hipótese que o curso de medicina da Universidade de Coimbra, no último quartel do século XVIII, constituiu seu currículo a luz das transformações culturais e políticas além Reino, possibilitando que, letrados, docentes e discentes da universidade e representantes das reformas educacionais, formassem uma “nova elite cultural, mais aberta a um pensamento racional e empírico”.²¹

Nesta conjectura apresentada, acreditamos que os novos estatutos, na tentativa de mudança dos enunciados pedagógicos e das transformações metodológicas, teriam instituído em Portugal, uma nova distribuição das disciplinas médicas, valorizando, portanto, os estudos práticos em consonância aos teórico-doutrinários. Mudança que, como veremos, ajudou na construção da autoridade médica e na institucionalização de políticas de saúde em Portugal no início do século XIX.

Com base nessas questões, podemos estabelecer um paralelo entre a ideia de “Medicina Ilustrada” e as reformas proferidas pelo Marquês de Pombal. Para contemplar tal relação, procuramos percorrer algumas obras filosóficas que foram representativas para o período ilustrado europeu, sobretudo a *Encyclopédie*, escrita por Diderot e d’Alembert entre 1751 a 1775. Utilizamos, especialmente, os *Discursos Preliminares* e o *volume de ciências naturais* dessa obra, com o objetivo de analisar e comparar o teor dos novos *Estatutos* da Faculdade de Medicina, com as propostas examinadas por esta que é considerada a principal obra do pensamento Iluminista.²² A *Encyclopédie* é uma marca do processo de crise e remodelação do conhecimento técnico e científico do século XVIII, o qual, acima de tudo, representou o ideal máximo da Ilustração e de uma nova hierarquia do conhecimento, ao valorizar o método empírico, as artes mecânicas e a utilidade da ciência para a sociedade civil.²³

No tocante à estrutura desta dissertação de Mestrado buscamos estabelecer uma conexão entre suas partes da seguinte maneira. No primeiro capítulo, dividido em três tópicos,

²⁰ MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

²¹ VILLALTA, Luiz Carlos. *A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807)*. In: *As Reformas Pombalinas no Brasil*. (org.) Thais Nívia de Lima e Fonseca. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2011, p. 162.

²² DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: a história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

²³ MATTO, Franklin de. *Árvore do saber*. In: D’ALEMBERT, Jean Le Rond. DIDEROT, Denis. *Discurso preliminar e outros textos*. São Paulo: Unesp, 2015.

partiremos do ambiente cultural e político da Europa Moderna do século XVIII, especificamente as características do Iluminismo, assim como sua influência no pensamento médico moderno. Analisaremos os aspectos filosóficos e sociais da Europa do século XVIII, sobretudo a configuração do Iluminismo como sistema de pensamento que reverberou não só na cultura científica, mas também na linguagem médica setecentista. Investigaremos, concomitantemente, alguns dos principais autores médicos do século XVIII, destacando as mudanças epistemológicas que promoveram na medicina. Por fim, adentrando no debate do reformismo ilustrado português, analisaremos duas obras que tiveram grande inserção e influência na elaboração dos *Estatutos* de 1772: o *Verdadeiro Método de Estudar*, do filósofo português Luis António Verney, escrita em 1746. Analisaremos, sobretudo, a 12ª carta do *Método*, no que se relaciona ao assunto dos estudos médicos. Nesta obra, vemos os fundamentos que serviram de base às reformas universitárias em Portugal, por exemplo, na defesa das aplicações da Física e Química no conhecimento médico. E na compreensão de que a medicina doutrinal deveria absorver o conhecimento cirúrgico-anatômico. Nestas bases o autor promoveu uma verdadeira crítica das tradições livrescas da medicina. Analisaremos também o *Método para aprender e estudar medicina* de 1763, escrito pelo médico português António Nunes Ribeiro Sanches. Nesta obra, encomendada pelo Marquês de Pombal, poderemos traçar o percurso das ideias de Sanches, das quais buscaram modernizar o ensino de medicina a partir da colaboração entre teoria médica e prática cirúrgica-hospitalar. Suas medidas visavam, sobretudo, consolidar uma perspectiva experimental e clínica na formação dos médicos universitários. Tanto Verney, quanto Sanches serviram de modelo para a comissão de Pombal reformular a grade curricular e pedagógica da Universidade de Coimbra.

Em seguida, no segundo capítulo, investigaremos os *Estatutos* reformados da Universidade de Coimbra, como já mencionamos. Enfocaremos na Faculdade de Medicina, tanto do ponto de vista científico, quanto do pedagógico. Daremos atenção aos aspectos epistemológicos (abordagens, mudanças de conteúdos e linhas filosóficas de referência), como também à adoção e valorização das disciplinas práticas como Cirurgia, Anatomia e Matéria Médica. Neste capítulo trataremos da trajetória da *Junta de Providência Literária*, no que tange o conteúdo das reuniões do grupo, assim como o seu relatório de 1771, o *Compêndio Histórico*. Assim, com base nas abordagens traçadas acima, a presente dissertação, centraliza seu estudo no aspecto da institucionalização do ensino de Medicina em Portugal, sobretudo na sua dimensão conceitual e metodológica. Com isso, investigaremos as condições de emergência de um discurso médico ilustrado no seio da sociedade portuguesa, pelo qual começou a priorizar “novos métodos” de estudo no ensino superior.

Privilegiaremos, portanto, uma abordagem sobre as relações de poder envolvidas na execução da reforma educacional e a constatação do movimento de ruptura e descontinuidade no ensino da medicina, a partir dos parâmetros colocados pelos *Estatutos* de 1772.

No terceiro capítulo, procuraremos refletir sobre três questões que se entrelaçaram após as reformas da universidade. Primeiro, avançar uma discussão sobre o problema da secularização dos estudos maiores em Portugal a partir das observações de D. Francisco de Lemos em sua *Relação Geral do estado da Universidade* de 1777; segundo, compreender como se deu o ensino de medicina após 1772, quando se optou pelo método sintético, compendiário e demonstrativo, a partir do material didático produzido pelo Lente de Matéria Médica e Farmácia, José Francisco Leal em 1784; e por fim, analisar o processo de fixação das novas teorias e práticas médicas, oriundas da Universidade de Coimbra, e que, de certa maneira, auxiliaram nas políticas de saúde do governo de D. Maria I. Neste capítulo também optamos por investigar a *legislação acadêmica* entre o período de 1772 até 1799, mostrando quais foram as mudanças propostas pela Rainha após a queda do Marquês de Pombal. Mudanças estas que não afetaram o conteúdo em si dos Estatutos Literários de 1772.

Por fim, vale observar, referente aos critérios de transcrição das fontes, que optamos por atualizar a grafia, desdobrando as abreviaturas, mas mantendo a pontuação do original. Os grifos em itálico quando for de nossa autoria ou do original será informado nas notas de rodapé. As traduções, quando foram necessárias, são de nossa responsabilidade.

CAPÍTULO 1 – CIÊNCIA E MEDICINA NA CULTURA ILUSTRADA

Para a filosofia natural, tudo o que se percebe está na natureza. Não podemos selecionar apenas algumas coisas. Para nós, o brilho vermelho do pôr do sol deveria ser tão parte da natureza quanto as moléculas e ondas elétricas através das quais os homens de ciência explicariam o fenômeno.

O conceito de natureza
Alfred North Whitehead

1.1 – A Problemática das “Luzes” e o saber médico ilustrado: a emergência de uma nova linguagem científica

A Ilustração, Luzes ou Iluminismo foi um fenômeno histórico situado geográfico e cronologicamente, mas com desdobramentos que chegam aos tempos atuais.²⁴ Não foi um movimento coeso e homogêneo, como defendeu uma tradição historiográfica; muito pelo contrário: teve diferentes facetas conforme cada localidade e cada sujeito histórico. Ocorreu, sobretudo, no centro e nas periferias da Europa do final do século XVII e ao longo do século XVIII. Além disso, foi marcado por uma situação em que um conjunto de ideias e de práticas condicionava uma vasta rede de sociabilidade entre seus protagonistas – uma “tecnologia de comunicação sobre a superfície ilimitada do globo [que] conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo”.²⁵ Essa força intelectual englobante serviu de impulso para um período marcado por reformas institucionais, mudanças de consciência e organização social.

Como projeto, as Luzes representaram um movimento de crítica, no qual, se valendo da razão, buscou-se estabelecer princípios universais. Dois discursos foram indissociáveis desse movimento: a promoção do bem-estar ou da felicidade do gênero humano e o estabelecimento da ideia de verdade a partir do uso da racionalidade.²⁶ Ambos os discursos se tornaram, de fato, tópicos recorrentes nos escritos, não só dos *Philosophers*, como também de reformadores políticos que se engajaram em desenvolver a ordem social do Antigo Regime.²⁷

Apesar das tópicos de caráter universal, – liberdade civil, felicidade, razão, direitos inalienáveis, conhecimento científico, cosmopolitismo, intolerância e muitos outros –, o

²⁴ ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1987.

²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 9.

²⁶ TODOROV. Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

²⁷ Robert Darnton vai matizar essa questão, ao se perguntar em que sentido pode-se atribuir as reformas políticas e institucionais do Antigo Regime ao discurso ilustrado. Em suas palavras: “Muitos soberanos fizeram reformas para maximizar o poder. Fizeram reformas com membros da Fazenda, não com *Philosophes*, baseando-se numa tradição de racionalização burocrática que remonta o século XVII”. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 246.

discurso ilustrado variou enormemente na sua abordagem filosófica, científica e política, sendo pouco proveitoso analisarmos suas temáticas, na condição de um sistema fechado em si mesmo e abstraído da dinâmica social da Europa setecentista. É necessário, em primeiro lugar, compreender a pluralidade dos enunciados a partir de uma rede complexa de comunicação sustentada por livros e cartas. A circulação de ideias, característica fundante do movimento Ilustrado, era favorecida pela difusão da letra escrita e impressa – um “espaço virtual”, para usar a expressão de José Pardo Tomás, que tangenciou sujeitos, objetos e práticas culturais. Trata-se de um “fluxo denso de intercâmbio de informações e matérias”, responsáveis pela criação de um ambiente cultural e científico propenso à circulação da letra impressa.²⁸ Dessa forma, a partir de uma rede institucional (Academias Científicas e Universidades) e editorial, códigos de comportamentos, de linguagens e de práticas permitiram regulamentar posturas intelectuais e sociais no Antigo Regime.²⁹

Sendo assim, o período das Luzes foi efeito de um conjunto de transformações históricas que permitiram um entrelaçamento cultural, político e econômico entre letrados e Estados Absolutistas da Europa. Tratava-se de uma atmosfera cosmopolita, traduzida por três movimentos intrínsecos: a industrialização, os acordos diplomáticos e o processo de homogeneização cultural. Segundo Luiz Carlos Villalta, retomando os argumentos de Dorinda Outram, a ampla difusão da Ilustração e sua diversidade de temas são procedentes de um “aumento da divisão do trabalho, [d]o crescimento da produção e consumo (inclusive de livros, panfletos, jornais etc.) e [d]o desenvolvimento do comércio, [que] entrelaçaram-se regiões, países e continentes”.³⁰ Esse conjunto de transformações estruturais, completa Villalta, “permitiram a difusão ampla de ideias, valores, hábitos, rompendo-se barreiras, estabelecendo-se intercâmbios, produzindo-se impactos nos vários sistemas culturais, engendrando homogeneização”.³¹

A Ilustração, acompanhada das transformações políticas e econômicas mencionadas, refletiu no comportamento dos seus protagonistas, sobretudo nas possibilidades de se buscar conhecimento científico nas fronteiras porosas da Europa. Sobre essa questão, Paul Hazard, em sua clássica obra *A crise da consciência europeia*, comenta que o caráter de locomoção das ideias filosóficas e científicas passou a ser conduzido por uma relatividade dos espaços. “Os conceitos que pareciam transcendentais passaram a depender da diversidade dos lugares;

²⁸ TOMÁS, José Pardo. *El libro científico en la República de las letras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999, p. 79.

³¹ *Ibidem*.

práticas fundamentadas na razão passaram a ser costumeira”, comenta o autor.³² A circulação de ideias e de práticas era legitimada por uma mudança nas condutas sociais: antes, a estabilidade, o isolamento em igrejas e conventos; agora, o movimento, as cidades, as viagens filosóficas, a busca e reprodução do conhecimento. Segundo Hazard, viajar significava “comparar os costumes, os princípios, as filosofias, as religiões; alcançar o sentido relativo; opor, duvidar”.³³

Nessa “geografia de ideias”, foi-se tecendo uma rede de intercâmbios que, por meio das viagens, das relações entre diferentes instituições, das redes epistolares e da publicação de livros científicos, fortalecia o ambiente de crítica e debate de vários campos do conhecimento. A letra impressa e escrita escapava da pena do autor e vagava por uma teia de atores, espectadores, leitores, comentadores e órgãos censórios. O intercâmbio de papéis é marcado por esse denso fluxo, que garantia um “ideal de colaboração científica” e uma “ética da comunicação” dos seus produtos ou resultados, o que, para José Pardo Tomás, implica dois pontos cruciais

Em primeiro lugar, o estabelecimento e manutenção de relações epistolares eram o vínculo de união e de canal de comunicação privilegiado entre os membros da República. De fato, sem as cartas que intercambiaram, continuamente e quase de maneira obsessiva, filósofos naturais, matemáticos, astrónomos, médicos, boticários e naturalistas, não é possível captar a essência desta. Em segundo lugar, havia que considerar as práticas geradas em torno do livro científico: desde os seus estilos de escritura a seus modos de leitura, passando por seus mecanismos de produção, vias de circulação (compra, empréstimo, intercambio, presente) e formas de fruição.³⁴

Em razão disso, o presente estudo compreende que o chamado Século das Luzes foi um fenômeno histórico e social indissociável da cultura científica do século XVIII. Por isso se faz necessário não só compreendermos os conteúdos do pensamento científico da ilustração, mas também englobar as circunstâncias que são basilares para o seu desenvolvimento. Tal atmosfera de conexão entre as práticas científicas, apoiadas nos debates, nas correspondências

³² HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, p. 6.

³³ Dois dos autores que abordaremos mais à frente não só recomendam ao estudante de medicina realizar viagens, como também estudar os princípios e métodos de nações que não sejam a sua original, visando a aperfeiçoar suas habilidades e técnicas profissionais. Luis António Verney e António Nunes Ribeiro Sanches viam nas viagens filosóficas e na interação entre universidades uma possibilidade de enriquecer a cultura médica e científica da sua época. *Ibidem*, p. 13.

³⁴ TOMÁS, José Pardo. *El Libro Científico en la República de las Letras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010, p. 9. [Tradução nossa]

e na leitura de tratados, levou “à emergência de uma esfera pública” na qual os resultados obtidos eram sujeitos ao exame crítico. A circulação da palavra, como destaca Roger Chartier, funda o estado e a condição do projeto Iluminista.³⁵ Os “homens de letras” (*gens de lettres*), ou seja, aqueles que tinham o domínio intelectual e prático da leitura, viam nesse ambiente virtual europeu um campo aberto para a execução de estratégias que levassem à expansão e reprodução do livro científico.³⁶ Nesse sentido, a cultura científica do setecentos foi um dos elementos que deram condições para a homogeneização cultural da Europa, como bem assevera Roger Chartier: no século XVIII, “nas sociedades de Antigo Regime, a multiplicada circulação de escritos transformou as formas de sociabilidade, permitindo novos pensamentos e modificando relações de poder”.³⁷

Sem dúvida, as reformas institucionais são aspectos não só dessa redistribuição do poder, como também da absorção de novos campos do conhecimento. As universidades passaram a reformar seus estatutos, almejando abandonar antigas posturas metodológicas e pedagógicas. Um aspecto novo que ganhou impulso e apoio no discurso Ilustrado foi a junção da prática à teoria; da ciência à técnica; das doutrinas aos ofícios mecânicos. Essa nova ordem do conhecimento – alinhado, distribuído e mapeado – permitiu que a técnica servisse como sustentáculo do discurso doutrinal das ciências no século XVIII. Examinemos com maior detalhe essa questão.

O século das Luzes foi excepcionalmente marcado por essa reflexão, em que o sistema doutrinal se inclinava à técnica. Conjugava-se o mundo da teoria, das letras e dos livros às práticas mecânicas, dos usos das mãos, dos olhos e das experiências com objetos manuseáveis. Luiz Carlos Villalta salienta que “a efervescência das técnicas e das ciências ensejava a publicação de tratados, sintoma de um grande interesse coletivo e de uma vontade de aprender”, que delineava um sistema do mundo, onde os “meios de apropriação da realidade” se davam a partir das condições de produtividade do discurso científico.³⁸ Estabelecem-se fronteiras conceituais, categorias de pensamento, métodos e normas que confrontam a Ciência na técnica – união que ordena e constrói o mundo do saber, a partir de

³⁵ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 29.

³⁶ O projeto de difusão do conhecimento entre o final do século XVII e o século XVIII é resultado de uma confluência de práticas e estratégias entre autores, editores e impressores. Como destaca André de Melo Araújo, a Época Moderna, no que tange ao alcance tipográfico, é marcada por um “espírito coletivo” que “procurou disseminar e normatizar as técnicas de impressão”. Ver: ARAÚJO, André de Melo. O conhecimento impresso: Práticas editoriais e estratégias comerciais nos manuais de impressão da Época Moderna. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n.70, 2020.

³⁷ CHARTIER, Roger. *A ordem do livro: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999, p. 12.

³⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e prática de leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999, p. 81-82.

referências como o empirismo inglês, o sensualismo francês e, em partes, o racionalismo mecanicista.

Para Michel de Certeau, essa operação que se estabelece na Época Moderna está muito além de uma simplificação binominal entre teoria e prática. O que estava em jogo era o esforço da escritura científica em dominar, instruir e assimilar o saber manual das oficinas; “uma *inversão linguística*, vai introduzi-las no campo” das ciências e doutrinas.³⁹ Segundo Certeau, “esses procedimentos foram aos poucos adquirindo um valor *fronteiriço*, à medida que a razão que surgiu da *Aufklärung* ia determinando suas disciplinas, suas coerências e seus poderes”.⁴⁰ A cultura científica do século XVIII começava a operar segundo os estatutos discursivos do “saber-fazer”, ou seja, “um discurso que organiza a maneira de pensar em maneira de fazer”. Tal reorganização dos conhecimentos, segundo Certeau, se concretizou a partir de um

Esforço para colonizar essa imensa reserva de “artes” e “ofícios” que, por não conseguirem ainda articular-se em uma ciência, podem ser já introduzidos na linguagem por uma “*Descrição*” e, deste modo, levados a uma maior “*perfeição*”. Mediante esses dois termos – a “*descrição*” que depende da narratividade e a “*perfeição*” que tem em mira uma otimização técnica – a posição das “artes” é fixada perto, mas fora da ciência.⁴¹

Entre ciência e técnicas práticas, vemos estabelecer uma relação de complementariedade que é reforçada pelo discurso esclarecido setecentista. A escrita científica da Matemática, da Física Experimental, da Medicina e da Filosofia Natural vai circunscrevendo as sutilezas da experiência e dos manuais mecânicos no seu catálogo de disciplinas numa operação que remonta à tradição do empirismo pragmático na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, com Francis Bacon.⁴² E que, posteriormente, se institucionaliza numa nova linguagem científica operante de um “processo de anexação, de confisco, de apropriação

³⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 130-131.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 127.

⁴¹ *Ibidem*, p. 128. [grifo do autor]

⁴² Christopher Hill, investigando a tradição empírica na Inglaterra, afirma: “Como já se disse bem, o equivalente mais próximo de um laboratório, para os cientistas do século XVI e primórdios do século XVII, eram as oficinas dos metalúrgicos, vidreiros, fabricantes de papel, tintureiros, cervejeiros e refinadores de açúcar – novas indústrias, ou indústrias em que novos processos haviam sido introduzidos”. E completa: “Francis Bacon tinha intenção de compilar uma história dos ofícios na qual incluiria relatos científicos das experiências bem-sucedidas realizadas nessas oficinas. Caberia então ao filósofo analisar, esclarecer e coordenar uma ligação e proceder à transferência das observações de uma arte para que possam ser utilizadas em outra”. Procedimento similar ao descrito por Michel de Certeau. HILL, Christopher. “A Ciência e a Medicina em Londres”. In: *As origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 101-102.

dos saberes menores, mais particulares, mais locais, mais artesanais”, por parte das doutrinas científicas.⁴³

Sem dúvida, um dos grandes movimentos editoriais das Luzes, a *Encyclopédie*, preconizada por Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert entre 1751 a 1775, traduziu e anunciou, como nenhuma outra obra havia feito, esse movimento de conjugação das artes mecânicas às ciências ditas livrescas. Trata-se de uma empreitada coletiva que usou da Filosofia, da Teoria do Conhecimento de John Locke e Condillac, da Física Newtoniana e dos diversos conhecimentos técnicos para produzir 17 volumes com 71.818 verbetes, os quais foram escritos, por filósofos, médicos, matemáticos, físicos, entre outros.⁴⁴

O enciclopedismo foi um gênero literário estratégico para a difusão do conhecimento no século XVIII. A *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* buscou estabelecer as linhas tênues entre homem e natureza; ciência e prática; método e aplicação; sistemas e racionalidade. Ao priorizar um uso utilitário do conhecimento científico, a *Encyclopédie* valorizou, acima de tudo, a “inteligência das mãos” (para falarmos como Jacques Chouillet).⁴⁵ Diderot e d’Alembert ousaram podar a árvore do conhecimento, aquela idealizada por Francis Bacon (*Novum Organum*) e esboçada por Ephraim Chambers (autor da famosa *Cyclopaedia, or Universal Dictionary of Arts and Sciences*). O limite do conhecimento humano era reelaborado, implicando o exame crítico da Metafísica e da Religião e elevando, por outro lado, a importância da Física e da Matemática.⁴⁶ Corroborando para a perspectiva de que todo conhecimento humano estava no limite da sensação e da reflexão, ou seja, circunscrito segundo os critérios da experiência e observação dos fenômenos naturais. Nessa lógica, a *Encyclopédie*, nas palavras de Maria das Graças de Souza, buscou a

Valorização das artes mecânicas, às quais a obra dá um valor equivalente ao das artes liberais, o que implica colocar no mesmo plano o douto e o artesão. Para Diderot, autor do verbete *Arte*, a distinção entre artes liberais e artes mecânicas teve como resultado nefasto o preconceito segundo o qual o trabalho das mãos é inferior e menos digno do que o trabalho intelectual. Mas, se colocarmos na

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 151.

⁴⁴ DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio: História da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁴⁵ . MATTOS, Franklin de. Árvore do Saber. In: DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. São Paulo: Unesp, 2015.

⁴⁶ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011.

balança as vantagens reais de cada uma dessas artes, será fácil ver que o prato pesa do lado daqueles que se ocupam efetivamente do bem-estar dos homens, as artes mecânicas.⁴⁷

A exaltação das artes mecânicas pressupõe, segundo a autora, uma forma de “reavaliação do método e da finalidade das ciências naturais, com uma crítica das abstrações tão comuns na Geometria e na Matemática”. Por outro lado, as atividades liberais “serão vistas pelo prisma de um processo em que sua realização técnica é tão importante quanto sua concepção intelectual”.⁴⁸ Em termos gerais, Diderot e d’Alembert se valem de novas concepções para tratar da relação entre ciência e técnica, atribuindo aos experimentadores científicos a mesma importância daqueles que escreviam doutrinas filosóficas. Sem dúvida, as noções de “homem de letras” se expandiram com o movimento da Ilustração. Vejamos, por um momento, como essa perspectiva foi elaborada.

Em junho de 1751, sob a pena de d’Alembert, é publicado, no primeiro volume da *Encyclopédie*, o *Discours Préliminaire des Éditeurs*. Ali eram anunciadas, juntamente com o *Prospecto* (publicado em novembro de 1750), as razões e os objetivos da empreitada enciclopedista. Nesse discurso, d’Alembert buscou explicar as perspectivas subjacentes à *Encyclopédie*, bem como os seus procedimentos analíticos, conceituais, metodológicos e, sobretudo, filosóficos. Ele recorre, por vezes, a uma armação de concepções e temáticas, com o intuito de organizar o material norteador dos verbetes. “Devemos uma explicação muito mais extensa sobre a execução da *Enciclopédia* [...] precedida de algumas reflexões filosóficas”, comenta o autor.⁴⁹ E, a partir disso, dois objetivos centrais são traçados: o primeiro, enquanto estratégia enciclopedista, é expor “a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos”; o segundo, enquanto estratégia filosófica, que propõe que sobre as artes liberais e mecânicas deve haver “os princípios gerais em que se baseia[m] e os detalhes mais essenciais que formam o seu corpo e substância”.⁵⁰ Dessa forma, os modelos de descrição e as escolhas metodológicas traçadas por d’Alembert acompanham de perto tais objetivos.

Seguindo os princípios do empirismo de Locke, do sensualismo de Condillac e da ciência experimental de Newton, o *Discurso Preliminar* nasce de uma noção basilar, em que todos “os nossos conhecimentos diretos reduzem-se aos que recebemos pelos sentidos; do que

⁴⁷ SOUZA, Maria das Graças de. Círculo de conhecimento. In: DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. São Paulo: Unesp, 2015, p. 23.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 24.

⁴⁹ DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*: Discurso Preliminar e outros textos. São Paulo: Unesp, 2015, p. 47.

⁵⁰ *Ibidem*.

se conclui que é às nossas sensações que devemos todas nossas ideias”.⁵¹ O conhecimento humano tem por função, segundo esclarece d’Alembert, prevenir o homem dos “males que o ameaçam ou remediar os que o atingem”. Dessa forma, as propriedades do conhecimento devem alocar uma “indispensável necessidade” de uso para o bem-estar e felicidade do homem (tópicos recorrentes no pensamento Ilustrado).⁵² É o que explica o autor, ao afirmar que os homens,

Ao auxiliarem-se mutuamente com suas luzes, isto é, com seus esforços, individuais ou em conjunto, conseguiram, talvez em pouquíssimo tempo, *descobrir uma parte dos usos que poderiam obter de seus corpos*. Ávidos de conhecimentos úteis, primeiro tiveram de afastar toda especulação ociosa para considerar rapidamente, uns após os outros, os diferentes seres que a natureza lhes apresentava e combiná-los, por assim dizer, materialmente, a partir de suas propriedades mais impressionantes e mais palpáveis.⁵³

A seleção e organização das utilidades dos conhecimentos se fazem a partir de “ideias diretas” que, segundo o autor, recebemos pelos sentidos, pois “nada é mais incontestável do que a existência de nossas sensações, e, sendo assim, para provar que elas são o princípio de todos os nossos conhecimentos”, afirma d’Alembert.⁵⁴ Constitui-se, assim, no século XVIII uma noção de que as ciências – Filosofia Natural, Medicina, Física, Matemática etc. – deveriam reconstituir uma nova linguagem que abarcasse os domínios práticos e úteis, explorando, ao máximo, seu potencial de responder às demandas da sociedade civil. E, para tal procedimento, a observação e a experimentação eram elevadas a um novo nível de importância metodológica. Não se tratava mais de uma observação estéril, como aquela da tradição aristotélica, mas uma que incorporasse as técnicas, os experimentos e os seus respectivos produtos ao *corpus* doutrinal das ciências.⁵⁵

Nessa lógica, o exame de d’Alembert sobre o utilitarismo das ciências é fundamental. Diz-nos o autor: “A necessidade de defender nosso corpo da dor e da destruição impele-nos a examinar, entre os objetos exteriores, os que podem ser-nos úteis ou prejudiciais, para procurar uns e evitar os outros”.⁵⁶ Com esse argumento, o filósofo estende os parâmetros do conhecimento, remediando cada ramo do saber na sua respectiva utilidade. E o único exame

⁵¹ *Ibidem*, p. 49.

⁵² *Ibidem*, p. 59.

⁵³ *Ibidem*, p. 61. [grifo nosso]

⁵⁴ *Ibidem*, p. 49.

⁵⁵ Sobre essa noção de “observação estéril” na filosofia aristotélica, sobretudo na obra *História dos animais* de Aristóteles, ver: KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Brasília: UnB, 1982.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 53.

capaz de formar “verdadeiras matérias do saber” são os sentidos, aquilo que se experimenta e se observa; ou seja, um tipo de olhar sobre os objetos. Deixam-se de lado as concepções de que as ideias se formam *a priori* (inatas ao homem), como queria o cartesianismo do século XVII. Por outro lado, na época das Luzes, o fundamento do sensível guiou as referências do saber, deslocando o simples olhar, o simples tato, para uma plena sistematicidade que organiza a hierarquia do conhecimento. O tema do sensível, segundo Georges Vigarello, é uma grande renovação. Em suas palavras:

As ‘imagens’ do funcionamento corporal mudaram. Não mais a ação dos humores, mas a ação dos nervos, da irritação, da sensibilidade: uma maneira nova de indicar as manifestações iniciais da vida. O que revela um universo de febrilidade, de palpitações ou vibrações. [...] O que também dá vida a uma ‘máquina animal’ tornada particularmente sensível, distinta ‘essencialmente de outros corpos’, um objeto sem equivalente, simultaneamente elástico e reativo, vibrátil e flexível, estimulável e contrátil, longe das matérias inertes e das físicas do passado.⁵⁷

Tal deslocamento das preocupações metodológicas e teóricas sobre o conhecimento projetou “o universo das impressões sobre cada ínfimo momento da vida”⁵⁸, e, com as preposições do empirismo de Locke e Condillac, um novo terreno instituiu-se. Certamente Diderot e d’Alembert souberam tirar proveito destas transformações. Vemos isso, por exemplo, no verbete *sensibilidade*, escrito pelo médico Henri Fouquet (1727-1806) para a *Encyclopédie*, em que traça a ideia de que os sentidos são “uma propriedade que certas partes têm de perceber impressões dos objetos externos e, em consequência disso, produzir movimentos proporcionais ao grau de intensidade da percepção”.⁵⁹ Ou seja, a sensibilidade “consiste essencialmente numa inteligência puramente animal, que discerne, nos objetos físicos, o útil do nocivo”.⁶⁰ Ora, essa mesma noção já era posta por Étienne Bonnot de Condillac, em 1746, no seu *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*, e em 1754, no seu *Tratado das Sensações*, duas obras que discutem a função dos sentidos na formação do conhecimento. Compreendendo a sensação enquanto dispositivos responsáveis por criar

⁵⁷ VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: História da percepção do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 70.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 73.

⁵⁹ DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios: Ciências da natureza (Volume 3)*. São Paulo: Unesp, 2015, p. 304.

⁶⁰ “Portanto, o prazer e a dor serão, em matéria de sensação, os dados, ou as duas sensações elementares, cujo modo, se é permitido dizer, cujo tom, é concebido originalmente na alma sensitiva. Será essa base ou gama de todas as outras sensações que se podem chamar secundárias, e cuja ordem, cuja série, existe necessariamente nas relações infinitas, extraídas do hábito dos indivíduos”. *Ibidem*, p. 305-309.

domínios sobre a linguagem, isto é, capaz de estruturar um pensamento científico.⁶¹ As sensações seriam, por esse ângulo, uma espécie de matéria-prima para o pensamento, tendo o *corpo* como o mediador dessa relação. Para Condillac, o corpo assume a função de relação exterior com os objetos; já a reflexão busca sistematizar “combinações e relações que [ela] contém” com os objetos,⁶² formando o procedimento da percepção, o qual dá aos fenômenos uma estabilidade e organização, produzindo, assim, o conhecimento daquilo que é útil e prático para o homem. Segundo Luiz Roberto Monzani

O *Tratado das sensações* mostra, de forma inequívoca, o primado da dimensão prática sobre a dimensão teórica, no sentido em que é fundante desta última. O teórico aparece como uma espécie de camada semântica que se sobrepõe a outra mais original, a das ações determinadas pelas necessidades. O teórico subordina-se definitivamente ao prático e é na camada mais originária, das afecções mais originárias (dor/prazer), das necessidades e dos desejos, que brota um sentido original, primordial, balbuciente, mas que será decisivo. A potência dos signos e a da linguagem, assim como sua importância, são, sem dúvida, mantidas, mas alocadas num outro nível, que é derivado.⁶³

Com base nestes argumentos, voltemos novamente ao *Discurso preliminar* de d’Alembert. Lá o deslocamento teórico-prático atinge os domínios científicos, aplicando-os “de maneira bastante extensa e variada”.⁶⁴ Não se limitando às “bibliotecas públicas, gabinetes particulares, coletâneas e manuscritos”, o empreendimento enciclopédico vai até as lojas e oficinas onde as artes eram realizadas. E, seguindo o procedimento já descrito acima por Michel de Certeau, d’Alembert nos diz sobre suas idas às oficinas mecânicas:

⁶¹ Para Foucault, tal concepção “no começo do século XVIII fez aparecer estas figuras novas que são a probabilidade, a análise, a combinatória, o sistema e a língua universal, não como temas sucessivos engendrando-se ou repelindo-se uns aos outros, mas como uma rede única de necessidade”. Esse processo acarretou dois movimentos no século das Luzes: o da matematização do empírico e das aplicações empíricas nos sistemas orgânicos. A Medicina, no século XVIII, é influenciada por ambos os processos. Se, por um lado, o saber médico passava a valorizar os estudos anatômicos e as operações cirúrgicas, por outro, adaptava as aplicações da Matemática e da Física ao estudo da Fisiologia e Patologia Humana. Nesse sentido, completa Foucault: “as relações entre os seres serão realmente pensadas sob a forma da ordem e da medida”. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, p.87.

⁶² CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 40.

⁶³ PIMENTA, Pedro Paulo. Condillac e a crítica da metafísica; ou, rumo a uma “ciência sem nome”. In: CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 23.

⁶⁴ DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*: Discurso Preliminar e outros textos. São Paulo: Unesp, 2015, p. 231.

Dirigimo-nos aos mais hábeis de Paris e do reino; tivemos o trabalho de ir até suas oficinas, de interrogá-los, escrever o que ditavam, desenvolver seus pensamentos, extrair deles os temas de suas profissões, estabelecer o índice destes, defini-los, conversar com aqueles de quem havíamos obtido memórias, e, precaução quase indispensável, retificar, em longas e frequentes conversas com alguns, o que outros haviam explicado de maneira imperfeita, obscura e por vezes infiel. Há artistas que também são homens de letras, e poderíamos citá-los; mas são poucos. A maioria dos que exercem as artes mecânicas as abraçaram unicamente por necessidade e operam por instinto. Em mil deles, mal encontramos uma dúzia em condições de se expressar com alguma clareza sobre os instrumentos que utilizam e as obras que realizam. [...] Vimos operários que trabalham há quarenta anos sem nada conhecer a respeito de suas máquinas. Foi-nos necessário exercer com eles a função de que se orgulhava Sócrates, a penosa e delicada função de dar à luz os espíritos: *obstetrix animorum*, ‘parteiro das almas’.⁶⁵

Estabelecem-se as tênues fronteiras entre ciência e técnica, tão importantes ao pensamento Ilustrado. Mas não de uma maneira horizontal, mas sim hierárquica, em que as técnicas são subordinadas à escritura científica. O que vemos nesse discurso de d’Alembert é uma tentativa de circunscrever as práticas operatórias e mecânicas no conhecimento filosófico proposto pela *Encyclopédie*, classificando-as dentro dos seus domínios metodológicos. Para efetivar esse procedimento, foi preciso que os enciclopedistas imergissem no mundo das máquinas e ofícios mecânicos. Segundo d’Alembert, “há ofícios tão singulares e manobras tão precisas que, a menos que se trabalhe pessoalmente, que se opere uma máquina com as *próprias mãos* e que se veja a obra se formar sob os próprios olhos”, não há como compreender o seu processo de fabricação.⁶⁶ Dessa forma, o filósofo introduz uma ideia importante para o pensamento Ilustrado: de que é “preciso algumas vezes remontar do conhecimento da obra ao da máquina e outras vezes descer do conhecimento da máquina ao da obra”.⁶⁷ Em outras palavras, o limite fronteiro entre ciência e técnica no século XVIII, tornava-se mais fluído e menos compartimentado.

Nesse panorama, emergem inúmeras relações entre doutrinas e técnicas, mas, na presente dissertação, buscamos matizar o problema das Ciências Naturais, sobretudo o caso da Medicina e de como esse ambiente de ideias foi se transmutando para Portugal, culminando na reforma da Universidade de Coimbra em 1772. Mas, antes de passarmos para

⁶⁵ *Ibidem*, p. 235.

⁶⁶ *Ibidem*. [grifo do autor]

⁶⁷ *Ibidem*, p. 239.

os discursos de António Nunes Ribeiro Sanches e Luis António Verney, vejamos como tais questões desenvolvidas acima deram aparato linguístico e discursivo para o conhecimento da Medicina no século XVIII.

Em seu livro, *The Collapse of Mechanism and the Rise of Sensibility*, Stephen Gaukroger comenta que, entre 1680 a 1760, a cultura científica passou por profundas transformações, sobretudo na compreensão de que a Filosofia Natural poderia responder a seus problemas a partir da noção de sensibilidade. Ocorre, durante esse período, a emergência de novos valores científicos, muitos dos quais pautados numa compreensão cognitiva dos fenômenos naturais, princípios que ganharam respaldo a partir da popularização das obras de Newton e Locke na Europa Ilustrada.⁶⁸ Estamos diante de uma nova geração que estava explorando a base sensorial do conhecimento para então aplicá-la às diferentes áreas da Filosofia Natural. Como se sabe, com a crise das noções mecanicistas de Descartes – as quais compreendiam a Física como disciplina portadora de uma estrutura universal de aplicação –, a Filosofia Natural passou a ser pensada como um “agrupamento de disciplinas com diferentes assuntos e diferentes métodos”.⁶⁹ Não se tratava mais de uma disciplina que circunscrevia a ordem universal da natureza, como queria o mecanismo cartesiano, mas sim de uma ramificação classificatória dos saberes. O conhecimento da natureza estava na bifurcação entre a Filosofia Natural e a Matemática, cada qual com suas inúmeras disciplinas. A Medicina, por exemplo, foi considerada parte do ramo da Filosofia Natural, juntamente com suas subdisciplinas: Anatomia, Fisiologia, Cirurgia, Dieta e Terapêutica.

Dessa forma, a *scientia* deixava de ter uma compreensão sistemática e abrangente dos fenômenos, em que seus princípios reforçavam amostras universais do mundo da natureza. Para Gaukroger, o desenvolvimento da Filosofia Natural na segunda metade do século XVIII esteve “firmemente reforçado quando as considerações lockianas entraram em cena”,

⁶⁸ Segundo Jonathan Israel “A característica crucial do newtonianismo era sua capacidade não apenas de acomodar a teologia, mas de avançar além de Boyle ao integrar a ciência experimental a um quadro absoluto de racionalidade matemática.” Em território francês, a difusão de Locke e Newton se deu, sobretudo, a partir da Academia Francesa de Ciências, através de figuras como Maupertuis, Fontenelle e d’Alembert. Também por Voltaire, que, em maio de 1738, publica *Les Eléments de la philosophie de Newton*. Sobre tal obra, o *Journal de Trévoux* comentaria, em agosto do mesmo ano: “Nada seria capaz de melhor comprovar a eficácia irrespondível da palavra e a superioridade de um homem que sabe manejá-la. Newton, o grande Newton, ficou, ao que se diz, vinte e sete anos enterrado no *abismo*, na loja do primeiro livreiro que ousou imprimir seus trabalhos... O Sr. De Voltaire finalmente apareceu, e imediatamente Newton é ouvido ou pode vir a sê-lo; toda Paris ouve falar de Newton, toda Paris balbucia Newton, toda Paris estuda e aprende Newton”. ISRAEL, Jonathan. *Anglomania: the “triumph” of Newton and Locke*. In: *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity (1650-1750)*. New York: Oxford Press, 2001, p. 518. [tradução nossa]. BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais: Desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 87-88.

⁶⁹ GAUKROGER, Stephen. *The Collapse of Mechanism and the Rise of Sensibility: Science and the Shaping of Modernity (1680-1760)*. New York: Oxford Press, 2012, p. 7. [tradução nossa]

apresentando duras críticas contra a “compreensão abrangente do mundo” e dos fenômenos naturais.⁷⁰ Isso, para Michel Foucault, implicava uma transformação da linguagem, no seu efeito de designação e representação da “economia animal”. O saber sobre o corpo orgânico havia transferido seus procedimentos metódicos para a chamada “análise dos funcionamentos”, ou seja, para as noções de motricidade, sensação, plasticidade, circulação e respiração. São duas tramas que no século XVIII vão se distanciando: a primeira, definida por uma herança aristotélica ou escolástica e pelo peso do cartesianismo; e a segunda, definida pelo seu clima empírico, voltado para um novo tipo de observação sobre os procedimentos fisiológicos e estruturais do corpo animal (é a evolução, a especificidade da vida, a noção de organismo etc.).⁷¹

Seja como for, essas mudanças na ordem hierárquica dos saberes trouxeram para o século das Luzes novos valores epistemológicos para a cultura científica, e essas mudanças afetaram diretamente o saber médico doutrinal, aquele recluso nas Universidades e nos tratados de Medicina. A Medicina Ilustrada, recorrendo a essa nova linguagem – a dos sentidos, do uso das mãos e dos olhos –, captou diferentes ângulos de intervenção sobre o corpo, a saúde e a doença e envolveu-se em um particular procedimento epistemológico, em que os conceitos de vida e ciência se transformariam. Caráter que culminou na emergência de novas disciplinas e na circunscrição de outras que eram, antes, ignoradas pelos médicos (como a anatomia e as práticas cirúrgicas, por exemplo). Esse ambiente fomentou a pesquisa, a dúvida, o questionamento; fabricou e multiplicou instrumentos de trabalho; e colocou em prática novos meios de estudar a medicina.

O “verdadeiro médico” – expressão recorrente na época – era aquele que tinha instruído os seus sentidos, aguçado seu olhar para ver as minúcias do corpo orgânico e aprimorado a agilidade de suas mãos, em momentos em que a velocidade do processo cirúrgico significava a vida ou a morte.⁷² Nisso consistem os procedimentos modernos da observação científica que recaíram sobre a Medicina Ilustrada. Segundo David Le Breton, a visão, o tato, a audição e o olfato assumem, para a Medicina, um valor cultural crescente. “A observação meticulosa dos cadáveres através de sua dissecação alimenta um novo saber anatômico que não é mais fundado na repetição de uma palavra consagrada”.⁷³ E completa:

⁷⁰ *Ibidem*, p. 269. [tradução nossa]

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, p. 174.

⁷² *Verdadeiro* no sentido de bem formado e bem instruído.

⁷³ LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 47.

Mas não é um olhar qualquer que a tecnologia aprimora. Trata-se de um olhar padronizado, racionalizado, calibrado por uma busca de indícios através de uma ‘visão do mundo’ bastante precisa. A visão aí não basta, mas sem ela nenhuma técnica é possível. A visão do homem engaja a técnica [...]. Toda técnica funda-se na visualização e implica a visualização. O domínio do mundo implicando a técnica solicita um domínio prévio do mundo do olhar.⁷⁴

A confluência entre a “educação dos sentidos” e o aprimoramento das técnicas a partir dos ofícios mecânicos, transformaram as bases da ciência no século XVIII – uma relação entre o *ver-saber* com o *fazer-saber* que moldou o conhecimento médico moderno. Com os olhos se usavam as mãos. A visão avaliava a possibilidade terapêutica, as condições de saúde e a doença, mas somente com a união entre mãos e olhos havia a plena atuação médica. De acordo com Le Breton, “Ela persegue a exploração tátil conduzida pela mão ou pelos dedos, mas aí aonde os olhos se limitam à superfície das coisas a mão revira os objetos, vai ao seu encontro, os dispõe favoravelmente”.⁷⁵ Na mesma linha argumentativa, em *O nascimento da clínica*, Foucault advoga sobre esse novo olhar médico:

Primeiramente, não é mais o olhar de qualquer observador, mas de um médico apoiado e justificado por uma instituição, o de um médico que tem poder de decisão e intervenção. Em seguida, é um olhar que não está ligado pela rede estreita da estrutura (forma, disposição, número, grandeza), mas que pode e deve apreender as cores, as variações, as ínfimas anomalias, mantendo-se sempre à espreita do desviante. Finalmente, é um olhar que não se contenta em constatar o que evidentemente se dá a ver; deve permitir delinear as possibilidades e os riscos; é calculador.⁷⁶

Trata-se, portanto, de um raciocínio que produz outro tipo de olhar sobre os fenômenos fisiológicos e patológicos do corpo humano. Empenhado em desenvolver, a partir da articulação empírica, um método que oriente o médico durante procedimentos terapêuticos, intervenções anatômicas e produção de medicamentos. Todavia, a Medicina Ilustrada estava longe de ser monolítica. Por mais que a emergência empírica sustentasse um discurso coerente, diferentes correntes de pensamento médico disputavam espaço nos experimentos, nas universidades e nas academias científicas – disputas que, no campo teórico e prático,

⁷⁴ *Ibidem*, p. 50.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 73.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 97.

fizeram a ciência médica desenvolver seus procedimentos investigativos.⁷⁷ Vejamos rapidamente quais são os principais porta-vozes das doutrinas médicas estabelecidas no século das Luzes. Autores que, direta ou indiretamente, não só circularam em Portugal, como também foram importantes para a reforma da Universidade de Coimbra.

As aplicações da Física e Matemática à Medicina ganharam substancial impulso com Herman Boerhaave (1668-1738), professor de Medicina, Botânica e Química da Universidade de Leiden e autor do tratado *Institutiones medicae* de 1708, o qual foi posteriormente compilado na *Opera omnia Medica complectentia*, juntamente com outros tratados do autor.⁷⁸ As ideias de Boerhaave, respaldadas no modelo experimental newtoniano, promoveram a concepção de que o corpo orgânico é uma rede de vasos e tubos que contêm uma variedade de fluidos. Tais líquidos estariam em constante movimento, se equilibrando, nos estados de saúde, e se desequilibrando, em períodos de doenças. Mas não se tratava de um equilíbrio humoral, defendido por antigos médicos como Hipócrates e Galeno, mas sim de uma linguagem da mecânica e hidrostática traduzida para “economia animal”.

⁷⁷ Segundo Roy Porter, “Os historiadores, por vezes, explicaram esse aparente paradoxo da ciência médica do Iluminismo – grandes expectativas, resultados decepcionantes – como consequência de teorias ambiciosas demais. No entanto, esse julgamento parece equivocado; por um motivo: a investigação altamente prática continuou inabalável em campos como a anatomia”. O conhecimento anatômico, naquele momento, apresenta duas transformações: a primeira busca adaptar a Anatomia aos estudos fisiológicos; já a segunda desenvolve experimentos de Anatomia Comparada e vivisseções. PORTER, Roy. Enlightenment. In: *The greatest benefit to mankind: A Medical History of Humanity from Antiquity to the Present*. London: Fontana Press, 1999, p. 248. [tradução nossa]

⁷⁸ Nessa compilação de 1723, encontramos quatro trabalhos de Herman Boerhaave, sendo eles: *Institutiones medicae*, *Aphorismos de Cognoscendis & Curandis Morbis*, *Libellum de Materie Medica* e *Orationes Inaugurales Academicas*. Ver: BOERHAAVE, Herman. *Opera omnia medica complectentia*. Venetiis: Laurentium Basilium, 1723.

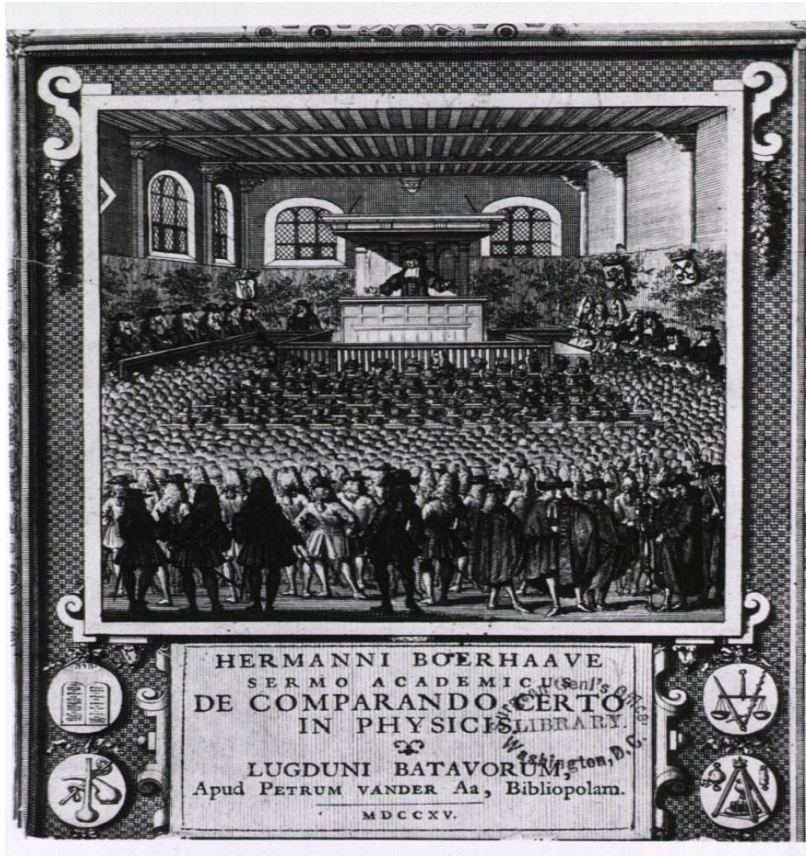


Figura 1: BATAVORUM, Lugduni. Boerhaave lecturing to his students. 1715. The National Library of Medicine.⁷⁹

Boerhaave foi um dos primeiros a compreender que o corpo humano era uma vasta rede de pequenos filamentos e tubos, que estavam conectados aos músculos, esqueleto e órgãos. Uma concepção de corpo enquanto uma “máquina vascular”. Da qual apresentava um conjunto de fibras que potencializavam o seu movimento e a comunicação entre os diferentes tipos de fluídos. Segundo Boerhaave o corpo humano tinha três fluídos essenciais: o sangue, o fluído leitoso produzido durante a digestão e o fluído nervoso. Dessa forma, a sustentação do corpo só ocorria quando a circulação desses fluídos era efetivada por meio do transporte fibrilar. Mas, muito influenciado pela mecânica dos corpos, Boerhaave compreende que tais fibras eram estendidas em comprimento, mas não em largura, sendo, portanto, comparadas a uma rede complexa de linhas matemáticas. Para chegar a tais conclusões, Boerhaave havia desenvolvido o estudo anatômico em conformidade com as aplicações da Física Mecânica, da Fisiologia e dos princípios da Química, chegando à definição segundo a qual, “os sistemas físicos operam no conjunto do corpo, compreendidos como um todo integrado e equilibrado, no qual as pressões e os fluxos de líquidos se igualam e onde tudo encontra seu nível

⁷⁹ Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101434256-img> Acesso em 24 setemb. 2020.

próprio”.⁸⁰ Sem dúvidas, seus estudos sobre a contração muscular, assim como sua teoria da inervação (distribuição de fibras pelo corpo), deu condições para que novos estudos emergissem no cenário médico setecentista. Segundo Charles T. Wolfe, partindo das palavras de Boerhaave:

Ele escreveu e lecionou extensivamente sobre o valor de explicações matemáticas e mecânicas na medicina, muitas vezes descrevendo metaforicamente as partes do corpo como vasos e canos, ‘algumas delas se assemelhando a pilares, adereços... alguns como machados, cunhas, abas e polias, outros como cabos, prensas ou foles; e outros, novamente, como peneiras com deformações e tubulações’, acrescentando que as funções do corpo são ‘todas executadas por leis mecânicas’.⁸¹

A iatromecânica de Boerhaave influenciou muito dos seus alunos e leitores no começo do século XVIII.⁸² Um dos seus mais notáveis discípulos foi Albrecht von Haller (1708-1777), médico suíço que desenvolveu a Fisiologia Experimental, a partir das noções construídas pela Teoria das Fibras do seu mentor. Sem dúvida, entre 1740 a 1760, com os trabalhos experimentais de Haller, a Medicina ganharia uma nova linguagem sobre as concepções do estudo anatômico e dos experimentos médicos em geral. Entre suas principais obras, estão *Prime lineae physiologiae* (1747), *Elementa physiologiae corporis humani*, (1757-66) dividido em oito volumes, e a sua *Dissertation on the sensible and irritable parts of animals*, publicada no latim em 1752, mas traduzida para o francês, já em 1755, por Samuel Tissot. Haller procurou, em seus trabalhos, se distanciar das duas visões dominantes na Medicina setecentista: o animismo de Georg Ernst Stahl (1659-1734) e a iatromecânica desenvolvida por seu mentor Herman Boerhaave e outros importantes médicos do período,

⁸⁰ PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (Org.). *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 464.

⁸¹ WOLFE, Charles T. On the rote of Newtonian analogies in eighteenth-century life Science: Vitalism and provisionally inexplicable devices. In: BIENER, Zvi. SCHLIESSER (Org.). *Newton and Empirism*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 11. [Tradução nossa]

⁸² A iatromecânica de Herman Boerhaave tinha três princípios centrais que influenciaram a medicina setecentista: “1º) a atividade básica de todo corpo material é o movimento. 2º) toda matéria é corpuscular em sua composição. 3º) as causas físicas finais, como a ‘essência’ e o ímpeto ativador da matéria móvel, estão além do alcance do filósofo experimental”. VILA, Anne C. *Enlightenment and Pathology: Sensibility in the Literature and Medicine of Eighteenth-Century France*. London: The Johns Hopkins Press, 1998, p. 17. [tradução nossa]

como Giorgio Baglivi (1668-1707), Gerhard van Swieten (1700-1772), Stephen Hales (1677-1761) e Bernhard Siegfried Albinus (1697-1770).⁸³

As pesquisas teóricas e experimentais de Haller vão ao encontro das novas descobertas da anatomia, dos usos do microscópio e das inúmeras vivisseccões em animais. A busca pelas propriedades vitais do corpo levou Haller a desenvolver um olhar apurado sobre as microestruturas orgânicas, sobretudo no exame minucioso da função das fibras e seus respectivos estímulos sobre o corpo humano. Nesse processo, segundo a historiadora Anne C. Vila, “Haller remapeou, efetivamente, o corpo vivo substituindo a topologia hierárquica Boerhaaviana, de partes sólidas e fluídas, por uma topologia descentralizada de fibras e órgãos sensíveis e irritáveis”.⁸⁴ Para desenvolver suas teorias fisiológicas, o médico suíço primeiramente praticou seu olhar anatômico, habilidade que só seria adquirida a partir da realização de inúmeras performances experimentais. Para a autora supracitada, “a fisiologia de Haller é diferente por causa de sua fidelidade ao método empírico: implantando um conjunto formidável de instrumentos e substâncias, ele e seus assistentes realizaram ensaios *in vivo*” em diferentes tipos de animais, sobretudo cães, gatos, sapos, peixes e bodes.⁸⁵

Dessa forma, com os procedimentos de vivisseccões, Haller havia reelaborado as concepções de sensação fisiológica do corpo humano, traduzindo os conceitos de sensibilidade e irritabilidade para a noção conjuntural do sistema de fibras, distribuído nos músculos, órgãos e nervos. Em sua *Dissertation on the sensible and irritable parts of animals* de 1752, Haller propõe, a partir das noções anatômicas, que o corpo é um complexo mapa sensitivo, onde uma simples divisão de estrutura e unidade anatômica não daria conta para compreender essa rede interconecta das fibras. Trata-se, portanto, de uma crítica epistemológica sobre as categorias anatômicas do seu tempo. Vejamos, em detalhes, como Haller expressa esse argumento:

Estou convencido de que pouco sabemos sobre assuntos fisiológicos, a menos que o tenhamos aprendido através da anatomia... Mas a anatomia é um estudo longo e de muitas partes: músculos, ossos, o limite exterior das vísceras e as posições e relações das partes umas com as outras; e há, também, a descrição, nova apenas em nosso tempo, das artérias e veias, do labirinto de nervos, ainda pouco tecido,

⁸³ Haller foi influenciado por Boerhaave e grande admirador de sua obra. Fato que o fez publicar um extenso tratado comentando as propostas médicas do seu mentor. Nas *Praelectiones Academicae in proprias Institutiones Rei Medicae* (volume 1 publicado em 1739), Haller editou os aforismos de Boerhaave e no final comentou suas reflexões. Em tais comentários, Haller também procurou desenvolver sua própria concepção fisiológica do corpo orgânico; distanciando, assim, das perspectivas do seu professor.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 20. [tradução nossa]

⁸⁵ *Ibidem*, p. 21. [tradução nossa]

depois a dissecação mais sutil das partes menores, das quais as vísceras e as glândulas e outras partes visíveis do corpo do animal são construídas.⁸⁶

A moderna fisiologia andava ao lado de uma anatomia crítica, empírica e comparativa. O médico que adentrasse nesse campo deveria ter um olhar minucioso e calculador, capaz de, como vimos acima com Foucault, aprender as cores, as variações e as ínfimas anomalias. Nessa prática anatômica e cirúrgica, de olhar aguçado e mãos habilidosas, Haller se destacou brilhantemente. Suas vivisseções, na maioria das vezes, obtinham sucesso e eram um procedimento que exigia do médico perfeição para prolongar ao máximo a vida dos animais, possibilitando assim, ver as operações orgânicas atuando no interior dos seus corpos.⁸⁷ De acordo com Marisa Russo,

Quando se pensava que a anatomia já havia atingido seu grau máximo de conhecimento através da divisão e delimitação espacial das estruturas corporais, Haller mostrou que bastava trocar a perspectiva do olhar que recaí sobre o corpo para re-descobrirmos uma nova divisão. Os conceitos de irritabilidade e sensibilidade passam a iluminar o corte do bisturi, e uma nova anatomia passa a redelimitar as partes do corpo, tomando como referência não o limite espacial que um certo olhar pode reconhecer na forma, mas o limite funcional, na expressão mais íntima dessa *máquina orgânica*.⁸⁸

Nessa lógica, a partir desta nova perspectiva anatômica que se fortalece no século XVIII, Haller constitui aqueles que foram seus dois principais conceitos: a sensibilidade e a irritabilidade, ambos relativos à conservação das propriedades vitais do corpo humano. A sensibilidade seria uma capacidade de sentir, a partir de uma rede de nervos, ou seja, “a parte do corpo humano que, após ser tocada, transmite a impressão à alma”, sendo uma parte insensível, “aquela que, sendo queimada, dilacerada, pressionada ou cortada, mesmo até sua quase destruição, não ocasiona sinais de dor”. A irritabilidade, por sua vez, seria uma parte sensível do corpo capaz de transmitir os signos da dor e desconforto – tem pontos de

⁸⁶ HALLER, Alberto V. *Elementa Physiologiae corporis humani*: Tomus Primus. Neapoli: Sumptibus Benedicti Gessari, 1761, p. ii-iii. [tradução nossa]

⁸⁷ Obviamente que as vivisseções, na sua maioria, matavam os animais. Do ponto de vista legal, tal prática não era proibida, mas, do ângulo moral, não deixou de ter seus críticos abertos. Foi o caso do poeta e ensaísta Samuel Johnson (1709-1784) que denunciou os doutores que realizavam essa “arte da tortura”. Ver: PORTER, Roy. Enlightenment. In: *The greatest benefit to mankind: A Medical History of Humanity from Antiquity to the Present*. London: Fontana Press, 1999.

⁸⁸ RUSSO, Marisa. Irritabilidade e Sensibilidade: Fisiologia e Filosofia de Albrecht Von Haller. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e História da ciência no Cone sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004, p. 317. [grifo da autora]

demarcação e graus – e de dar a capacidade de locomoção e circulação dos fluídos pelos órgãos, sobretudo coração, diafragma e intestino. Vale ressaltar, no entanto, que sensibilidade e irritabilidade não são conceitos simétricos, pois, para Haller, ambos têm funções diferentes para situações singulares no corpo humano.

Com essa noção, desenvolve-se, no meio das correntes animistas e mecanicistas, o chamado vitalismo, muito forte especialmente na Universidade de Montpellier e na Universidade de Gottingen. Trata-se de uma perspectiva epistemológica que procurou defender a especificidade dos seres vivos frente aos objetos físicos, o que implicava um distanciamento do mecanicismo cartesiano.⁸⁹ Apesar de se manter cético frente às propostas do grupo, indiretamente as investigações de Haller influenciaram tal perspectiva.

Seja como for, assistimos, na Medicina Ilustrada, a uma heterogênea rede de pensamentos que entravam em constantes debates, conflitos e desentendimentos, muitos dos quais retaliados na publicação e divulgação de tratados científicos. Mas, dentro desses círculos de discussões, vemos emergir uma série de atitudes que corroboraram a aplicação de novos métodos pedagógicos e científicos no saber médico. Importa, nesta dissertação, compreender os modelos epistemológicos que, de alguma maneira, se constituíram ao longo do século XVIII e que foram, direta ou indiretamente, aplicados na reforma do curso de Medicina da Universidade de Coimbra. Interessa-nos, também, compreender essa formação discursiva que foi a Medicina Empírica, pautada em novas palavras e imagens da economia animal. Para chegarmos a esse paradigma (para usar a expressão de Thomas Kuhn), precisamos atravessar uma série de linguagens e práticas, simultaneamente. Não por acaso, como se sabe, a Medicina do século XVIII é uma teia complexa de enunciações, oriundas do pensamento filosófico, físico-matemático, teológico e moral. Trata-se, portanto, de um esforço de deslocamento sobre um fio tênue que é o discurso médico setecentista. Vejamos, agora, como se deram esses deslocamentos epistemológicos na obra de um dos principais representantes da Ilustração portuguesa.

1.2 – O acaso não faz o médico: uma proposta de Medicina Ilustrada a partir de Luís António Verney

Nesta parte do primeiro capítulo, iniciaremos o estudo sobre uma das principais propostas sobre a renovação do ensino de Medicina no Reino de Portugal: a décima segunda

⁸⁹ Ver: GAUKROGER, Stephen. *The Collapse of Mechanism and the Rise of Sensibility: Science and the Shaping of Modernity (1680-1760)*. New York: Oxford Press, 2012. WILLIAMS, Elizabeth A. *A Cultural History of Medical Vitalism in Enlightenment Montpellier*. Burlington: Ashgate publishing, 2003.

carta d’*O Verdadeiro método de estudar*, escrita por Luís António Verney (1713-1792) em 1746.⁹⁰ Na historiografia ressalta-se, unanimemente, não só a importância d’*O Verdadeiro Método de Estudar* para o ideário pombalino, como também a sua ligação com as concepções ilustradas do século XVIII. Verney, nesta obra, enfrenta os principais dilemas colocados para o campo da Medicina em sua época e busca se deslocar por estes desafios, tecendo suas críticas e validando métodos cruciais para uma “boa instrução” do estudante. Procuramos, nesta parte da dissertação, demonstrar o quanto o pensamento do autor português esteve diretamente conectado às mudanças epistemológicas – descritas acima – na área das Ciências Naturais. Enquanto leitor atento das obras de John Locke e Issac Newton, Verney defendeu os modernos paradigmas científicos, buscando adequá-los aos métodos de ensino e prática médica.⁹¹ Vejamos, portanto, como a obra de 1746 desloca os modelos científicos modernos para um plano pedagógico da Medicina, almejando sua aplicação na Universidade de Coimbra.

Em 1733, quando obteve o grau de licenciado em Artes pela Universidade de Évora, Verney tinha apenas 20 anos. Naquele tempo, já tinha certa familiaridade com o ensino jesuítico de Portugal, pois foi estudante, entre 1720 e 1727, do Colégio de Santo Antão. Em 1736, “incompatibilizado com o ensino dos jesuítas na Universidade de Évora”, viaja para Itália, se fixando em Roma aos 23 anos,⁹² local que nunca mais deixará de ser sua estadia. É lá onde escreve e publica, em 1746, sob o pseudônimo de “Barbadinho da Congregação de Itália”, seu *O verdadeiro método de estudar*.⁹³ Dentro de um panorama doutrinário, Verney

⁹⁰ Não estamos interessados em fazer um estudo minucioso da obra do autor. Atentamo-nos, aqui, para os procedimentos epistemológicos que nortearam o exame de Verney sobre a Medicina ensinada em sua época. Dessa forma, manteremos nossa preocupação em investigar as rupturas e discontinuidades do pensamento médico setecentista, compreendendo que tal atmosfera refletiu nas reformas universitárias de 1772.

⁹¹ Ver: FERREIRA, Breno Feraz Leal. *Luís António Verney, contra todos os inimigos (1736-1750)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2009. OLIVEIRA, Daniel de Lara. *Ciência moderna e newtonianismo no projeto pedagógico de Luís António Verney*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2011.

⁹² CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal como problema (Século XVII e XVIII): Da obscuridade profética à evidência geométrica*. Lisboa: Público, 2006, p. 189.

⁹³ Antes da criação da Real Mesa Censória, pelo Marquês de Pombal em 1768, Portugal tinha três instâncias de censura de livros: o Ordinário, o Conselho do Santo Ofício e o Desembargo do Paço. Segundo Maria Tereza Esteves Payan Martins, o órgão de maior atuação, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, foi o Santo Ofício, na figura do Qualificador de Livros e do Inquisidor-Geral. Em termos teóricos, *O verdadeiro método de estudar* deveria ser censurado pelo Desembargo do Paço, por se tratar de uma instância que visava defender as leis e serviços do Reino de Portugal, mantendo a autoridade do Estado e seus poderes. Ficava sob a responsabilidade do Paço a fiscalização de obras oriundas do estrangeiro; mas, segundo a autora, pouco se efetivou tal exercício de censura. Dessa forma, em termos práticos, o órgão que ficou responsável por analisar a obra de Verney foi a Inquisição portuguesa. Sabendo destas condições de censura, Luís António Verney opta pelo ocultamento de seu nome para “Barbadinho da Congregação de Itália”. A obra foi analisada

concebeu a Filosofia “como uma disciplina omnicomprensiva [abrangente] de que a física experimental, na sua vertente newtoniana, era a parte principal, alicerçada numa teoria do conhecimento de base sensista e de inspiração lockeana,” reforçando os critérios dos sentidos e da observação.⁹⁴ Em tal obra, utilizada como veículo crítico contra a Companhia de Jesus, Verney compilou dezesseis cartas, sobre as mais diversas disciplinas, detalhando os meios para a construção de métodos claros e breves. Fez, concomitantemente, um parecer negativo da cultura livresca que imperava em Portugal, ressaltando a necessidade de um estudo pautado em métodos experimentais, indutivos e demonstrativos.

A “carta duodécima”, ou “Carta sobre o estudo da Medicina”, não fugiu dessa vertente epistemológica. Nela, a concepção de Medicina defendida refletiu diretamente em dois aspectos: a defesa de uma corrente newtoniana da Filosofia da Natureza; e a circunscrição dos valores práticos e utilitários para o rol das disciplinas da doutrina médica. Dessa forma, as propostas de Verney para a modernização do ensino de Medicina em Portugal enviesaram-se por uma perspectiva metodológica, em que o estatuto da experiência e da observação estavam de acordo com uma averiguação científica. O que, comumente, distanciava a doutrina de Verney das noções aristotélicas, sobretudo as defendidas pelos Peripatéticos (leitores e comentadores da obra de Aristóteles) que acreditavam no princípio da dedução e na ordem repetitiva das autoridades clássicas.⁹⁵ Com efeito, para defender o quadro epistêmico do empirismo pragmático, Verney respondeu ao problema colocado pela tradição aristotélica, a respeito do processo de constituição da averiguação científica da Medicina, com exemplos históricos que provavam a eficácia do método empírico para a área. Mas, antes de analisar seus argumentos, nos resguardemos a uma breve explicação do método aristotélico fortemente enraizado no período moderno.

por seis qualificadores (nenhum jesuíta), que de início não suspeitaram de Verney, apenas posteriormente. De fato, a obra de 1746 foi censurada, mas naquele momento sua circulação em território luso já havia se disseminado. Em um dos pareceres dos censores, em específico do Doutor Frei José Pereira de Santa Ana, se diz que o tomo I e II d’*O verdadeiro método de estudar* eram “dois raios que, juntamente, alumiam e feriam: alumiam, porque não havia dúvida que, em várias coisas, deixavam ver o que cegamente costumavam praticar, não todos, mas alguns professores e mestres das Faculdades; feriam, porque, com inegável detrimento da opinião que pelos seus estudos adquiriram tantos homens de consumado talento, agora que já muitos dos nomeados estavam mortos e lhe não podiam resistir, lhes vinham resolver as cinzas nas sepulturas e aos vivos incendiava os ânimos para a resposta que, necessariamente, lhe deviam dar”. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 325-326.

⁹⁴ CALAFATE, Pedro (org.). *Op. Cit.*, 2006, p. 190.

⁹⁵ No caso da Medicina, os Peripatéticos são também os comentadores das obras de Cláudio Galeno e Hipócrates. E na maior parte dos casos, quando Verney usa o termo Peripatético, ele se refere aos jesuítas. OLIVEIRA, Daniel de Lara. *Ciência moderna e newtonianismo no projeto pedagógico de Luís António Verney*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2011, p. 20-22.

Durante o século XVI e XVII, a comunidade médica erudita resguardava um determinado protocolo epistêmico que regulamentava o estatuto científico da Medicina. Naquele momento, a *philosophia naturalis* ou *scientia naturalis*, a qual circunscrevia o saber médico, excluía do seu quadro metodológico a matemática, a experimentação e a observação sistêmica dos fenômenos naturais. Os fundamentos práticos e teóricos da Medicina, guiados por uma tradição galênica-aristotélica, entendia que toda investigação médica e anatômica deveria respeitar uma fórmula base, conhecida como “*historia-actio-usus-utilitas*”. Toda validade científica correspondente à Medicina necessitava passar por essa fórmula comprovativa dos fenômenos naturais, sobretudo no que tange ao corpo humano. Essa fórmula, também conhecida como *anatomicus analyticus*, compreendia quatro procedimentos centrais: primeiro, a *historia*, uma circunscrição da forma física e material das partes do corpo;⁹⁶ segundo, a *actio*, uma descrição da ação ou atividade destas partes; terceiro, o *usus*, a apresentação da função destas partes e como sua forma é apta a uma determinada funcionalidade;⁹⁷ e quarto, a *utilitas*, toda parte do corpo tem um propósito final, pois nada na natureza era operado em vão.⁹⁸

A concepção de Medicina defendida por essa tradição via, nos princípios filosóficos da vida humana, uma congruência com o poder da providência divina que, por ser sábia, “criou o ser vivo de tal forma que ele é dotado de órgãos capacitados a realizar uma função específica para atingir uma finalidade”.⁹⁹ Dentro desse protocolo, não havia espaço para as aplicações matemáticas, nem mesmo para a física experimental. Tudo que se viam eram formas espirituais que reinavam sobre o corpo orgânico (segundo Galeno são três: espíritos naturais, vitais e animais) e que assumiam uma função específica. A demonstração anatômica, seja dissecação, seja vivissecação, não tinha um rigor científico e metodológico, pois, naquele

⁹⁶ Vemos explicitamente esse método em *História dos animais*, de Aristóteles, em que se diz: “Importa primeiro considerar as partes que constituem os animais. Porque é a partir delas que se exprimem as primeiras e mais relevantes diferenças entre eles, numa perspectiva geral: conforme as possuam ou não, de acordo com a sua localização ou disposição, ou segundo os critérios de distinção que definimos atrás, e que têm a ver com a espécie, o excesso, a analogia ou a oposição das características. Antes de mais nada são as partes do corpo humano que importa estabelecer” (491a). ARISTÓTELES. *História dos animais*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 26.

⁹⁷ Um exemplo usado por Aristóteles para denominar a funcionalidade e a utilidade das partes do corpo humano são os sentidos; diz-nos o filósofo: “o paladar por conta da nutrição, visto que é o paladar que, no alimento, distingue o agradável do desagradável, de modo a evitar o último e buscar o primeiro; [...] Quanto à audição, contudo, limita-se a transmitir diferenças de som” (437a1). ARISTÓTELES. *Parva Naturalia*. São Paulo: EDIPRO, 2012, p. 41.

⁹⁸ Sobre tal método e sua circulação na época moderna ver: REBOLLO, Regina Andrés. A difusão da doutrina da circulação do sangue: a correspondência entre William Harvey e Gaspar Hoffmann em maio de 1636. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 9(3), 2002.

⁹⁹ REBOLLO, Regina Andrés. *William Harvey e a descoberta da Circulação do Sangue*. São Paulo: Unesp, 2013, p. 68-69.

momento, não se adequavam ao sistema conceitual galênico-aristotélico da *causa e propósito final*; dois elementos fundamentais para compreender todo e qualquer fenômeno fisiológico.

Nisso consistiram, enquanto exemplo basilar, as numerosas críticas que William Harvey (1578-1657) recebeu quando publicou seu famoso *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*, em 1628, obra na qual o autor se dedicou à investigação médica, segundo o fundamento de um conjunto de demonstrações anatômicas, experiências fisiológicas e cálculos matemáticos. Partindo de um movimento contrário, ou seja, do método empírico, Harvey confronta seus resultados experimentais com a autoridade dos antigos, deslocando, assim, uma primeira, mas singela ruptura no saber médico moderno.¹⁰⁰ Diz ele: “Quando pela primeira vez me entreguei à prática de múltiplas vivisseções a fim de observar e averiguar por meio da autópsia, e não por meio de livros e escritos de outros”, percebi que a tarefa de compreender a função do coração “era tão árdua e tão cheia de dificuldades, que quase cheguei a pensar [...] que o movimento do coração poderia somente ser conhecido por Deus”.¹⁰¹

Ora, Luís António Verney conhecia muito bem essa história – e de fato usa o exemplo de Harvey para criticar o desconhecimento anatômico por parte dos peripatéticos. Em termos de método, Verney acreditava que a tradição galênica-aristotélica havia prejudicado por muito tempo o conhecimento “verdadeiro” da Medicina; aquele pautado no protocolo empírico da matemática e da anatomia. Nesse sentido, sua obra de 1746, diretamente influenciada pelas correntes da física newtoniana e pela filosofia sensualista, compreendeu que o estudo da Medicina tinha por papel desenvolver um sentido de colaboração entre as doutrinas médicas e as práticas empíricas (como a anatomia e a cirurgia), distanciando-se, dessa maneira, de uma cultura livresca, a qual desprezava os conhecimentos práticos da Medicina. Verney acreditava que a Medicina, por ser uma “Ciência, que ensina a conservar, recuperar a vida perfeita e saúde do corpo humano”, deveria ter por princípio fundamental uma compreensão correta do

¹⁰⁰ William Harvey não chega a romper com a tradição aristotélica muito pelo contrário, ele “segue à risca os preceitos da filosofia natural de seu mestre, embora com independência suficiente para se desvencilhar dessa filosofia quando ela não se ajusta às suas próprias observações anatômicas”. REBOLLO, Regina Andrés. *Op. Cit.* 2002, p. 506.

¹⁰¹ Segundo Regina Andrés Rebollo, a epistemologia de Harvey pode ser resumida em seis características centrais: “(i) a observação é uma forma de conhecimento válida, uma vez que a observação repetida de um particular leva a uma verdade universal; (ii) contudo, para ser verdadeiro, o conhecimento deve ser pessoalmente vivenciado; (iii) somente a observação (e não a razão) será utilizada como árbitro da verdade; (iv) a experiência sensível pessoal significa um tipo de testemunho ocular; (v) o método de descoberta é um tipo de revelação atingida pela inspeção anatômica; (vi) por fim, os livros são substituídos pela natureza”. HARVEY, William. *Estudo anatômico sobre o movimento do coração e do sangue nos animais*. São Paulo: Unesp, 2013, p. 177. REBOLLO, Regina Andrés. *William Harvey e a descoberta da Circulação do Sangue*. São Paulo: Unesp, 2013, p. 156.

que é o corpo humano, de como se dá seus procedimentos fisiológicos e de quais são as suas diferentes condições de saúde e doença.¹⁰²

Verney defende a ideia de que o corpo é uma máquina complexa, constituída de peças, alavancas e molas e que, por esse motivo, o estudo da Medicina estaria fadado à constante observação dos fenômenos que se sucedem do seu movimento e da sua ordem de composição. Nesse sentido, para aperfeiçoar o conhecimento sobre o corpo, o estudante de Medicina deve “saber a Geometria, e o Cálculo: porque sem esse conhecimento, nunca chegará a conhecer, que coisa é corpo, e quais são as forças dos corpos duros e elásticos: como também dos fluidos”, nos diz Verney.¹⁰³

Assim, ao assegurar-se numa concepção de corpo oriunda da iatromecânica de Herman Boerhaave, Verney defende que o “corpo é uma máquina hidráulica, muito mais perfeita, que um relógio: pois nele vemos os vasos, e fluidos, que correm por eles; e os ossos, que sustentam toda a máquina”. É imprescindível, conseqüentemente, ao desenvolvimento da medicina, o estudo da anatomia vinculada ao conhecimento empírico-matemático. “quem não tem este conhecimento da Anatomia, e os que dele se seguem, não é capaz de saber Medicina”, adverte Verney.¹⁰⁴ Apenas com a anatomia foi possível a Medicina se adiantar em seus estudos; as principais descobertas vinham dessa observação minuciosa da mecânica do corpo. A circulação do sangue, por exemplo, explica o autor, só foi descoberta a partir do “método de Harvey”, que priorizava um conjunto de experimentos anatômicos e exames de observação dos mecanicismos fisiológicos do corpo, sendo o corpo orgânico o centro de inúmeras manifestações patológicas, “cujas causas só se descobrirão, com a Anatomia”.¹⁰⁵ Assim, argumenta Verney:

Quem diz que a Anatomia é prejudicial ao Médico, não sabe a antiga obrigação do Médico, de ser bom Cirurgião, e, por necessária consequência, ótimo Anatômico: para que o conhecimento das doenças externas, passe a conhecer as internas, como nos ensinou *Boerhaave* e *Hipócrates*. E ainda aqui me fica outra circunstância, e vem a ser: que até para a República é necessária a Anatomia. Pois perguntado um médico, ou Cirurgião pelo Magistrado, que declarem, se uma ferida é mortal, isto é, se se acha ofendida uma das partes, necessárias à vida: como pode formar reto juízo, se ele não sabe, por meio da Anatomia, quais são essas partes?¹⁰⁶

¹⁰² VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal* (TOMO II). Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746, p. 88. [grifo do autor]

¹⁰³ *Ibidem*, p. 89.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 91.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 93.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 95. [grifo do autor]

O que observamos em *Verdadeiro Método de Estudar* é o resguardo de uma concepção moderna de anatomia, que vinha se desenvolvendo desde o século XVI – uma literatura anatômica que buscou desenvolver os “vários graus de complexidade” intrínsecos à ideia de mecanização do corpo e que passou a se preocupar não só com as grandes estruturas do corpo animal, como também com sua organização minúscula. Apesar da importância dos ossos, músculos, e entranhas, o olhar anatômico que Verney advoga, é aquele que em princípio observa as minúcias das fibras, dos fluidos, do movimento muscular, das artérias e vasos sanguíneos. Aquele que se desenvolve a partir da repetição experimental, observando as propriedades vitais a partir do princípio físico-mecânico do movimento. Segundo Rafael Mandressi

É a ideia, de um lado, de que basta entender bem a organização das partes para compreender as funções vitais e explicá-las. E, de outro lado, que o princípio de fragmentação traz, pela segmentação do corpo, os elementos constitutivos da máquina: dissecação e composição das partes, desmontagem e montagem das peças. A terminologia mecânica, feita de alavancas, cordas, canais, polias e molas acompanha a descida dos anatomistas, por meio dos múltiplos níveis de fracionamento sucessivos, em busca do segmento definitivo, a partes das partes, a unidade primeira da composição. O microscópio a faz aparecer sob a forma de um filamento, de uma fibra.¹⁰⁷

Tais modelos hidráulicos do corpo compreendem que as fibras são como canos interligados aos músculos, membranas, vísceras e glândulas, e que permitem ao corpo animal locomoção, flexibilidade, agilidade e firmeza. O fragmento se torna “uma peça, uma engrenagem de um dispositivo” complexo que é a unidade corporal,¹⁰⁸ corroborando a imagem de corpo, em que a unidade e o fragmento trabalham em conjunto. Dentro dessa perspectiva anatômica, Verney argumenta que

Se é útil, deve-se ensinar bem: e não basta mostrar as partes principais: mas as miúdas, e miudíssimas. [...] Se nisto há utilidade, é necessário conhecer, a constituição intrínseca dos vasos, para formar

¹⁰⁷ MANDRESSI, Rafael. Dissecações e Anatomia. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 436.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 440.

conceito dos fenômenos, que sucedem nele. *O que certamente não se vê na superfície, mas com um exame cansado e repetido.*¹⁰⁹

O saber anatômico, enquanto parte de um procedimento de averiguação científica, deve ser usado a favor da Medicina, isto é, deve ser um suporte capaz de sistematizar a sua ordem conceitual. Verney defende uma Medicina empírica, pautada numa linguagem do olhar, da experiência, dos usos das mãos e forjada num rigor matemático. Para o autor, “Depois de Harvey, até o tempo das Academias, é necessário proceder com cautela: escolher o que dizem com verdade, e separá-lo das suposições”; admitir somente aquilo que esteja provado pelo método experimental.¹¹⁰ Em razão disso, ao criticar a tradição galênico-aristotélica como aquela que atrasava o estudo anatômico, Verney “aludia ao fato de que durante muito tempo a anatomia fora prática interdita, de modo que o conhecimento do corpo humano ocorria a partir dos livros ou das dissecações de animais”.¹¹¹ A autoridade dos manuais, ao desqualificar a importância da experiência, fazia com que o olhar médico perdesse de vista a complexidade patológica que ronda o corpo enfermo.

A reação da obra de 1746 residia não só a partir de uma concepção Ilustrada da Medicina, em que a prática se torna uma linguagem analítica, como também da influência que carregava a Física Experimental. O olhar empírico adotado por Verney é, portanto, aquele que dá ao fenômeno natural a possibilidade de ser averiguado e mensurado. Em outras palavras, o estudo anatômico circunscrito dentro da análise empírica introduz no saber médico um *modus definiendi* – uma regularidade interna, uma maneira típica de conceitualizar os objetos e fenômenos.¹¹²

Nesse sentido, para Verney, o ensino de Medicina, que atende à operação empírica do conhecimento, forma o conceito de cura e doença totalmente contrário ao dos peripatéticos. O médico atento ao estudo anatômico “considera o corpo humano como uma máquina” e “por meio da anatomia chega a compreender em que parte está a doença”.¹¹³

¹⁰⁹ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método para ser útil à República, e à Igreja*: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal (TOMO II). Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746, p. 96. [grifo nosso]

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 102.

¹¹¹ ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde*: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 51-52.

¹¹² Para Jacques Maritain, se trata de duas visões totalmente diferentes. A tradição aristotélica “lida-se com uma análise ontológica, orientada para o ser inteligível”, enquanto as correntes da física moderna, fortificadas a partir do século XVII, fazem uma “análise empíriológica ou espaço-temporal, orientada para o observável e o mensurável”. MARITAIN, Jacques. *A Filosofia da natureza*: Ensaio crítico sobre suas fronteiras e seu objeto. São Paulo: Loyola, 2003, p. 71.

¹¹³ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método para ser útil à República, e à Igreja*: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal (TOMO II). Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746, p. 105-106.

Se a enfermidade está no sólido, uma rotura de vasos maiores; sabe ele muito bem, que aqui não valem emplastos, nem remédios: e que só a curará, se puder unir aquela parte; como sucede nos que são quebrados, ou a quem se furou uma artéria &c. Se a doença consiste no fluído, conjectura e examina, que efeito pode este fluído fazer no sólido, para poder buscar o remédio, proporcionado a não destruir a máquina. Ora para aplicar este remédio, não basta o que dizem quatro livros: mas é necessária a constante experiência.¹¹⁴

Vemos, na passagem acima, a tentativa de Verney de proteger o saber médico contra qualquer pretensão especulativa, concordando que, para o exercício de cura das enfermidades, o médico deve estar apto a identificar no próprio corpo doente os sinais patológicos manifestados. Mas, como argumentamos, não se tratava de uma anatomia estéril, pautada apenas numa lógica de descrição das estruturas de um cadáver, mas sim, de um conhecimento sistemático das funções fisiológicas, que organiza um entendimento semiótico do corpo humano. É “uma arte médica, que tem por objetivo identificar estados de saúde, que dizem respeito à constituição interna do corpo, a partir de manifestações externas, dos sintomas que os indicam”, argumenta Pedro Paulo Pimenta.¹¹⁵ Nessa lógica, Verney indica para o ensino da medicina uma *praxe médica* pautada no olhar atento dos “sinais particulares” expressos no corpo enfermo, pois, diz-nos o Clérigo, “cada doença tem seus particulares sinais, que a distinguem das outras. Mas, ainda que eu distinga perfeitamente, uma doença da outra; se não formo conceito justo, do que é a dita doença; não posso acertar com a cura”.¹¹⁶

Esse apelo cauteloso e analítico de que Verney se vale, carrega consigo uma nova dimensão da linguagem médica, dita uma possibilidade de ruptura e inaugura um domínio sobre os fenômenos patológicos. Isso se dá porque as doenças são fixadas a partir de identidades singulares, obrigando o médico capacitar o seu olhar a ponto de produzir um conhecimento correto de cada enfermidade. Almejando, assim, consolidá-la numa ordem consultável ou averiguável pela comunidade científica, de forma a se manter, portanto, uma lógica de reprodução da educação médica conforme o método empírico-experimental.¹¹⁷ Em razão disso,

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁵ PIMENTA, Pedro Paulo. *A Trama da Natureza: Organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 20.

¹¹⁶ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal (TOMO II)*. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746, p. 112.

¹¹⁷ Para Verney, “Nem vale ler bons livros, que ensinem o modo de conhecer bem as enfermidades, e curá-las, nada disto aproveita: e a razão é clara. Porque os autores que escreveram, em Medicina moderna, fundam as suas razões, no conhecimento da máquina do corpo, e as leis mecânicas, e na constante experiência.” *Ibidem*, p. 113.

Não pode ter boa praxe, quem tem maus princípios de Medicina. Onde o Médico que for capaz de fazer de sua cabeça alguma coisa boa; deve na Medicina Prática, somente admitir por certos aqueles remédios, que observa (despidos todos os prejuízos) serem constantemente úteis e bons: ou com a sua própria prática, ou na leitura dos livros, dos mais famosos modernos. No que ainda deve proceder com muita cautela.¹¹⁸

Tal mudança, encadeada na primeira metade do século XVIII, caracterizou-se por aquilo que Foucault denominou de “ajustamento recíproco” entre sujeito (médico) e objeto (doente), fazendo com que o exame médico deixasse de lado o olhar de superfície e se ajustasse num ato perceptível rigoroso. Segundo Foucault, tal procedimento só foi possível porque houve “progresso da observação, cuidado em desenvolver e ampliar a experiência, fidelidade cada vez maior ao que os dados sensíveis podem revelar [e] abandono dos sistemas e teorias em proveito de um empirismo mais científico”.¹¹⁹ Advertido dessas mudanças, Verney entende que se pode tirar maior proveito e utilidade do saber médico caso o seu ensino seja pautado na conjugação entre teoria e técnica (sobretudo circunscrevendo a cirurgia no catálogo disciplinar da Medicina Doutrinal).¹²⁰

Essa aceção fica clara quando analisamos as críticas de Verney destinadas às concepções universalistas de doença, restritas ao entendimento da dinâmica dos humores e fluídos. Tal concepção era usualmente destinada à *medicina interna*, ou seja, aquela regulamentada nas universidades, onde se formavam “mestres de artes puramente intelectuais”. Sendo um conhecimento “que pretendia dar conta das causas ocultadas das enfermidades” e que postulava, “em sua fundamentação, sutis argumentos escolásticos, isto é, requeriam a autoridade do saber abstrato”.¹²¹

Verney é crítico dessa divisão entre prática médica (operações cirúrgicas, estudos anatômicos e matéria médica) e teoria médica (restringida aos Aforismos de Galeno e Hipócrates). Na sua perspectiva, se faz bom médico aquele que se instrui pelos princípios fundamentais da *praxe*, ou seja, aquele que tem formação anatômica e cirúrgica, dispondo de esperteza, rapidez, rigorosidade nas mãos, fundamento, análise e percepção dos olhos. Em

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 114.

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 151.

¹²⁰ Não estamos argumentando que, no século XVIII, houve um processo de rompimento da hierarquia entre cirurgia e Medicina, de fato, como se sabe, as distinções profissionais se mantiveram até meados do século XIX, em que ambos os setores tinham uma formação diferenciada. Mas notamos, a partir das fontes consultadas, que a Medicina dita teórica, doutrinal ou livresca começa a circunscrever estes saberes práticos e mecânicos.

¹²¹ NOGUEIRA, Roberto Passos. *Do físico ao médico moderno: A formação social da prática médica*. São Paulo: Unesp, 2007, p. 35-38.

casos graves, como uma amputação de membros inferiores, as “operações de mãos” devem ser rápidas e certas, pois, “em mais ou menos minutos, pode dar a morte, ou a vida; e nenhuma [operação] poderá fazer com ligeireza, sem estudo bem fundado da Anatomia”.¹²²

Acerca disso, diz Verney

A simples consideração deste ponto persuade que a Física experimental e racional é tão necessária ao Cirurgião, quanto é necessária aquele que deve saber o uso das partes do corpo humano, não somente externas, mas ainda internas. O cirurgião deve saber, a conexão, o sítio e uso das partes internas [...]. Como poderá saber, se se deve abrir um tumor, ou não; se não sabe, se no dito tumor se acham vasos sanguíneos ou não?¹²³

Não por acaso, entre as recomendações de Verney para a reforma do ensino de medicina nas universidades (sobretudo a Universidade de Coimbra), encontra-se, nos seus apontamentos pedagógicos, a proposta de colocar o estudo anatômico já no primeiro ano da faculdade médica. Num primeiro momento, o estudo deveria se resguardar em apontar um princípio correto de arte médica, que “nada mais é, que a arte de evitar a dor, fraqueza e morte: ou de conservar a saúde presente e recuperar a perdida”, princípio que só se sustenta a partir de dois outros aspectos: “a exata observação, de tudo o que sucede no homem são, doente e morto” e “o exame daquelas coisas, que não descobrem os sentidos, mas alcançam-se com o discurso: comparando umas com as outras, para saber o que é comum, e particular a algumas”.¹²⁴

Se bem-sucedido em compreender estes elementos, o estudante médico estaria validado a adentrar no estudo anatômico, o qual, argumenta Verney, divide-se em duas partes: uma trata dos *sólidos* e outra dos *fluidos*. Nos *sólidos*, se estudariam a estrutura óssea (não só a partir dos livros, como também dos cadáveres), a mecânica muscular (“onde deve considerar a descrição dos músculos, e de que se compõem: notando que coisa é carne, tendines ou nervos que unem os músculos com os ossos”), a disposição das entranhas (“compõem-se elas de vasos, nos quais se mudam os humores em nutrimento do corpo”; representando, também, a disposição dos órgãos) e a rede de vasos e fibras.¹²⁵ Já nos *fluidos* se estudaria o equilíbrio hidráulico em conjunto com o mecanismo de circulação dos humores pelas partes sólidas. Para Verney, as duas divisões do estudo anatômico devem consistir, num primeiro plano, da

¹²² VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746. p. 115.

¹²³ *Ibidem*, p. 116.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 119.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 120.

leitura de tratados médicos que “tenha figuras grandes” e depois ver “no cadáver, observando tudo bem, para fazer memória local” das disposições corpóreas.¹²⁶

No segundo ano da faculdade de Medicina, após bem-fundamentada a Anatomia, *O verdadeiro método de estudar* recomenda a leitura das *Instituições Médicas* (dividida em patologia, semiótica, higiene e terapêutica), que consiste na compreensão dos “usos das partes do corpo humano”, pois “é necessário saber miudamente o uso dessas partes para conhecer em que coisa servem à vida, e se pode esta conservar-se” ou recuperar-se das possíveis enfermidades. Mas o estudo das Instituições só será legítimo caso for fundamentado na Matemática, na Física e na Química moderna. Ao ligar tais campos, Verney cria a possibilidade de moderar seu método entre o empirismo e o racionalismo (equilíbrio presente também, como veremos, nos *Estatutos* de 1772). Diz-nos o autor: “nesta matéria deve o estudante, ter muita advertência, de não abraçar na Física, senão aquilo que a experiência constante mostra ser assim: e nos raciocínios abraçar somente o que se funda em princípios de que ninguém pode duvidar”.¹²⁷

No terceiro ano, o estudante de Medicina estaria propício a se instruir na *Praxe Médica*, que consiste na aplicação prática de todas as partes das Instituições Médicas. Nesse sentido, a Praxe, enquanto disciplina de maior importância para o curso de Medicina, é constituída por

1. Conhecer doenças: o que supõem o conhecimento da vida e saúde do homem, quero dizer a fisiologia, que ensino o uso das partes. 2. Curar cada uma das doenças, com os seus particulares remédios, e com um particular método, próprio de cada uma. Isto supõe que deve conhecer a virtude dos medicamentos e a Cirurgia [...] E por isso deve conhecer, a causa singular de cada enfermidade, para lhe saber aplicar um singular e propríssimo remédio. Reduzem-se os remédios a três classes: 1. Operações de mão. 2. Sustento do enfermo. 3. Outros remédios exteriores [...]. Mas, destas três partes se compõem duas profissões de Medicina Prática: Uma, é a Medicina Cirúrgica, que ensina conhecer e curar as doenças, que se podem *tocar com a mão mediata ou imediatamente*. v.g. cortar um tumor: consertar um osso do braço, costela &c. Outra parte é a que ensina curar todas as doenças internas, que encerra a Dietética e Farmacêutica.¹²⁸

Assim, fechados os três anos de curso, o estudante, como recomenda Verney, estaria portando as habilidades necessárias para o bom uso do conhecimento médico, ficando, por

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 121.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 124. [grifo nosso]

fim, o quarto ano para exames públicos e frequência em hospitais, onde entraria em contato com um maior número de dissecações anatômicas e colocaria em prática seu olhar observador, à procura de “sinais no doente, para poder acertar, nos seus prognósticos”.¹²⁹

Tratava-se, portanto, do entendimento de que as Instituições Médicas eram encarregadas de ensinar “regras gerais” do conhecimento médico, enquanto a Praxe ficava ao cargo de instruir nas “regras particulares”. Neste último ano, o método sugerido por Verney era que o estudante médico não percorresse “por muitos doentes: mas [que deveria] escolher cinco ou seis: e nestes observar miudamente, todos os sinais e histórias da enfermidade: e descrevê-las” com rigor e fidelidade em seu diário médico.¹³⁰

Tal procedimento, segundo analisa Foucault, busca aproximar os acontecimentos patológicos aos domínios pedagógicos. Ao descrever os elementos sintomáticos, o olhar médico recolhe uma singularidade patológica e a transforma num sistema conceitual coerente, ou seja, “é ver e saber ao mesmo tempo, porque dizendo o que se vê o integramos espontaneamente ao saber; é também ensinar a ver, na medida em que é dar a chave de uma linguagem que domina o visível”.¹³¹ Cria-se, dessa forma, a partir da relação empírica e teórica do ensino médico, um dispositivo de reprodução científica do conhecimento patológico. Nisso consiste, portanto, o método da *descrição exhaustiva* – um meio descritivo e rigoroso que anula os paradoxos e é uma linguagem que tem valor de exatidão, a partir de um vocabulário fixo.

Profundamente ligado com as raízes ilustradas do pensamento filosófico, Verney escreve *O verdadeiro método de estudar* sabendo das condições de se criticar o modelo escolástico e a tradição galênica-aristotélica. Sua preocupação era, acima de tudo, com tópicas caras ao Iluminismo. Ou seja, para ele tratava-se da construção de um *método* coerente e que possibilitasse distinguir a verdade da mentira, substituindo, dessa forma, um modelo de pensamento profundamente enraizado na cultura erudita, por um protocolo epistemológico que ele acreditava ser o correto. O modelo defendido, como vimos, se valeu da Filosofia Experimental como um meio de reforçar o rigor das provas científicas. Seu método consistia em abandonar as hipóteses, os grandes sistemas e as deduções infundadas.¹³² O que,

¹²⁹ *Ibidem*, p. 125.

¹³⁰ Veremos no próximo capítulo o uso dos chamados “diários médicos”, recomendação sugerida não só por António Nunes Ribeiro Sanches, como também pelo *Estatuto* de 1772 da Universidade de Coimbra. Apontaremos, com maiores detalhes sua funcionalidade e utilidade pedagógica para o conhecimento médico setecentista. *Ibidem*.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 125-126.

¹³² Não só a Filosofia Experimental, mas também o uso da Física Racional na sua vertente newtoniana. Sobre esse assunto, diz Verney: “Os autores do século passado (antes tudo é ignorância), escreveram a Física Racional sem hipóteses, mas deduzidas de boas experiências [...]. Antes de Newton acham-se raríssimos: e nem em tudo

consequentemente, abria caminho para um ambiente de pesquisa no qual a utilização das mãos e dos olhos ajudou a construir com precisão o discurso médico. Seja como for, Verney, em 1746, sabia que a crítica empírica era uma tarefa árdua e que, caso não a utilizássemos, chegaria “*o dia em que será dado à verdade e à mentira o mesmo grau de autoridade*”.¹³³

Em concomitância ao método experimental, Verney também compreendeu que uma boa prática empírica não se sustentava sem um bom fundamento teórico-racional. Ou seja, a Medicina Doutrinal ainda permanecia com plena atuação no ensino, mas, ao se distanciar da lógica livresca, ela passava por um processo de afunilamento dos seus autores e livros.

A questão, portanto, era estudar pelos autores certos, a partir da confrontação observacional e experimental dos fenômenos naturais. Entre os autores mais recomendados por Verney na área da Medicina estavam: Herman Boerhaave (1668-1738), Albrecht von Haller (1708-1777), Bernhard Siegfried Albinus (1697-1770), Guichard Joseph Du Verney (1648-1730), Marcello Malpighi (1628-1694), William Harvey (1578-1657), Anton van Leeuwenhoek (1632-1723), Thomas Sydenham (1624-1689) e Andreas Vesalius (1514-1564). Os livros de Medicina, segundo aconselha Verney, deviam ser preenchidos de figuras verossímeis e um texto claro. Em consequência disso, “Quem tiver juízo, pode, com poucos livros, ter grandes tesouros” e “quem tiver mais dinheiro, pode comprar uma boa porção, que seja mui útil e decorosa”.¹³⁴

Sem dúvida, o universo cosmopolita, juntamente com as experiências de reforma universitária, proporcionado pelo ambiente das Luzes, fez com que muitos dos livros recomendados por Verney fossem utilizados no ensino da Medicina – um universo literário que foi, aos poucos, se tornando acessível àqueles que procuravam uma formação empírica, voltada para o estudo anatômico, fisiológico e cirúrgico. Dessa forma, o acesso à leitura da tratadística médica ilustrada influenciou na reorientação pedagógica da Reforma da Universidade de Coimbra em 1772. Veremos, no próximo capítulo, como se deu a adaptação de tais conteúdos da Medicina Ilustrada no âmbito das reformas educacionais propostas por Pombal. No mesmo capítulo, confrontaremos os sistemas médicos que foram sugeridos pelos reformadores, como um meio de sintetizar as ideias, práticas e conceitos que de fato se tornaram frequentes no cotidiano do ensino. Constatando, assim, a especificidade da formação teórica e técnica da reformada faculdade portuguesa.

são iguais, pois devem-se reformar em certas coisas. Mas, sobretudo Issac Newton, que abriu os olhos do mundo”. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746. p. 127.

¹³³ HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia: 1680-1715*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, p. 49. [grifo do autor]

¹³⁴ VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746. p. 136.

Mas, antes disso, nos resguardemos sobre as concepções de Ribeiro Sanches, que em 1763, a pedido do Marquês de Pombal e do seu grupo (*Junta de Providência Literária*), escreve um compilado de recomendações para a reforma da Faculdade Médica de Coimbra.

1.4 – António Nunes Ribeiro Sanches e o ensino prático da medicina

Os valiosos contributos de Ribeiro Sanches (1699-1783) para a modernização do ensino de medicina em Portugal são conhecidos na historiografia. Além do saber médico, preocupação primordial de Sanches, seus escritos sobre educação, cultura e política também ganharam elevado destaque no rol dos textos reformistas. Sua trajetória consolidada como “mediador das luzes” se deu pela sua ampla circulação nas principais universidades e academias científicas da Europa do século XVIII. Manteve uma rede extensa de cartas e troca de conhecimentos com personagens importantes da história do iluminismo.

O seu período de formação inicia-se no Colégio das Artes em Coimbra entre 1716 e 1719, onde aprendeu latim, filosofia, matemática, retórica e lógica. Em 1720 matricula-se em Medicina na Universidade de Salamanca, sendo aprovado nos exames finais em 1724. Logo após uma breve estadia em Portugal, viaja para Londres, onde conheceu o também médico português Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), importante divulgador das obras de Isaac Newton e Francis Bacon em Portugal durante o reinado de D. João V. Sarmiento foi membro da *Royal College of Physicians* e da *Royal Society* na Inglaterra, onde também escreveu suas duas principais obras: *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (1735) e *Theorica Verdadeira Das Marés: Conforme à Philosophia do incomparável Cavalhero Isaac Newton* (1737).¹³⁵ Em sua *Materia Medica* de 1735 Sarmiento defendia que

é de uma maior utilidade na Medicina na parte, que usamos dela, a Filosofia Natural, experimental ou Newtoniana, de que tem lançado mão as mais das Sociedades e Universidades da Europa; quando no Sistema Aristotélico (fundado em imaginação, em lugar da Natureza) se não acha outra cousa, que palavras vãs, e vazias; e depois das suas doutrinas todas muito bem estudadas, e de examinadas tão renhidas, e perpétuas disputas, se pode dizer com certeza delas; Dico ego, tu

¹³⁵ Sarmiento era formado em medicina pela Universidade de Coimbra, na Inglaterra entrou em contato com a corrente empírica da Filosofia Natural e aperfeiçoou suas técnicas na observação da natureza. Durante o reinado de D. João V recebeu o serviço de traduzir *Novum Organum* de Francis Bacon para o português; na ocasião apenas algumas páginas do projeto foi concluído. Assim como Verney e Sanches, Sarmiento também contribuiu com a reforma do ensino de medicina em Portugal. Jean Luiz Neves Abreu destaca que, “Para Jacob de Castro Sarmiento, o conhecimento médico não deveria se ater a conjecturas ou aforismos dos autores antigos. O autor insistia na necessidade de experimentos filosóficos, químicos e anatômicos, a partir dos quais se observariam os princípios mecânicos da natureza”. ABREU, Jean Luiz Neves. *Op. Cit.*, 2006, p. 56.

dicis, sed denique dixit & ille, Dictaque post toties, nil nisi dicta vides.¹³⁶

As ideias de Sarmiento também fizeram sentir em Ribeiro Sanches, sobretudo quando em 1731 matriculou-se no curso de medicina da Universidade de Leiden, onde conheceu seu mestre de maior influência, Herman Boerhaave. Foi com este que Sanches ampliou seus conhecimentos sobre a medicina mecanicista, a filosofia newtoniana e a química médica. Segundo Nelson de Campos Ramos Junior, em Leiden, além das aulas de Boerhaave, Ribeiro Sanches também assistiu os cursos de Piter Burmann (1668-1741), Bernard Siegfried Albinus, Gerard van Swieten (1700-1772) e Hieronymus David Gaubius (1705-1780). Com estes dois últimos mantendo correspondência até fins da década de 1770.¹³⁷

Foi nas aulas em Leiden que Ribeiro Sanches formou as bases do seu texto de 1763, *Método para aprender e Estudar Medicina*, utilizando, acima de tudo, as ideias do seu mentor, Boerhaave. Após concluir seus estudos na universidade holandesa, o médico português em 1731 é nomeado médico do senado e da cidade de São Petersburgo na Rússia; em 1735, médico do exército, chegando ao ápice em 1740, como médico da Corte de Anna Ivanovna (1693-1740). Na mesma época, Ribeiro Sanches desenvolveu atividade médica no Colégio dos Nobres de Petersburgo “permitindo-lhe apreender com os procedimentos internos a essa instituição, desenvolvendo sobre sua observação uma doutrina pedagógica que procurou difundir em Portugal”.¹³⁸ Projeto que se manifestou na educação da fidalguia, na sua obra *Cartas sobre educação da Mocidade* (1760).

O médico beirão deixou a Rússia em 1747, se instalando em Paris como correspondente da Academia Imperial de São Petersburgo, com a função de “coleta das novidades literárias em diversas disciplinas; relatos dos trabalhos desenvolvidos (inclusive dos não publicados) pelos acadêmicos parisienses; adquirir documentos científicos e cuidar das compras e vendas de livros”.¹³⁹ Ribeiro Sanches, uma vez inserido na comunidade científica da Paris iluminista, manteve contato com uma lista longa de nomes importantes: o físico Jean-Antoine Nollet (1700-1770); o matemático René Antoine Réaumur (1683-1757); o anatomista Louis Jean Marie Daubenton (1716-1800); o filósofo Bernard le Bovier de Fontenelle (1657-1757); o cirurgião Antoine Petit (1722-1794); o médico Louis Anna

¹³⁶ Tradução do latim: “Eu o digo, tu o dizes, mas, ao final aquele também o diz. Depois que o disseram várias vezes, não se vê outra coisa a não ser o que foi dito”. SARMENTO, Jacob de Castro. *Materia Medica physico-historico-mechanica*. Londres: Guilherme Strahan, 1758, p. XLIX. [grifos do autor].

¹³⁷ JUNIOR, Nelson de Campos Ramos. *Mediador das Luzes: Concepções de Progresso e Ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2013, p. 53.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 63.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 66.

Lavirotte (1725-1752); o médico Anne Charles Lorry (1719-1783); o professor da faculdade de medicina de Paris Charles Louis François Thierry (1719-?); e os enciclopedistas Jean Le Rond d’Alembert (1713-1784) e Denis Diderot (1713-1784).

Com os dois últimos, Ribeiro Sanches junto com Antoine Petit, ajudou na confecção de verbetes sobre ciências da natureza para a *Encyclopédie*, sendo *Vérole* (Varíola) o único artigo que leva o seu nome.¹⁴⁰ Entre 1747 até sua morte em 1783, viveu na França, estabelecendo-se no limiar entre “Homem das Letras” e “Homem da Ciência”. Durante esse período também manteve relações epistolares com Portugal, que garantiram sua influência no campo das reformas pombalinas. Entre os seus contatos estavam o matemático José Joaquim Soares de Barros (1721-1793); o autor da *Biblioteca Lusitana* (1759), Diogo Barbosa Machado (1682-1772); o diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749); o oratoriano Pe. Teodoro de Almeida (1722-1804); e o botânico Félix de Avelar Brotero (1744-1828).¹⁴¹

Naquela altura, seu nome como médico e erudito circulava pela Europa Ilustrada – sua figura, no cenário científico, já havia se consolidado. Ribeiro Sanches tinha percorrido as principais universidades da época: Coimbra, Salamanca, Leiden, Montpellier, Paris, entre outras; e feito importantes contatos com estadistas, cientistas, filósofos e nobres de diferentes nações. Neste rápido rastreamento da trajetória do médico português, compreendemos todo o seu movimento intelectual, suas opções teóricas e epistemológicas, seu engajar cosmopolita e, acima de tudo, a emulação do seu capital simbólico.

Durante o reinado de D. José I, Ribeiro Sanches era um dos principais indicados para contribuir com o plano pedagógico do ensino da Medicina em Portugal. O que veio ocorrer em 1758, quando Sebastião José de Carvalho e Melo por intermédio de Pedro da Costa de Almeida Salema, encomendou a produção de um material científico-pedagógico para a faculdade de medicina da Universidade de Coimbra. Assim, nascia o *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, finalizado em 1763, escrito nove anos antes dos *Estatutos* de 1772. Passemos para a análise dessa obra.

Destaca-se de início a divisão interna do texto, que, apesar de ser muito fragmentária, pode ser entendida em duas ordens centrais. A primeira delas é os *estudos preparatórios* para o estudante poder iniciar um curso de medicina, que Sanches nomeou de “Qualidades necessárias para aprender medicina”. A segunda parte trata necessariamente do *ensino superior de medicina*, organizado numa grade curricular prática e voltada para a modernização do saber médico. Uma parte completa a outra, sem as matérias preparatórias o

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 68.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 71-72.

estudante não conseguiria seguir o currículo médico proposto e nem avançaria na leitura dos tratados. Ribeiro Sanches resume seu programa para Portugal com as seguintes palavras:

Proponho a Medicina fundada na verdadeira Física e Geometria: Proponho o método de saber pensar, e de enunciar-se com clareza, ordem e elegância, ornando o juízo com a História e com a Geografia, e um Reino onde até agora não se ensinaram publicamente estes conhecimentos: pelo contrário floresceram nele somente aquela Filosofia escolástica, que servia de introdução para estudar esta ciência. [...]. E que sobretudo quero introduzir nela, aquele método de pensar, *fundado no conhecimento interior provado pela experiência*; e que tem por último fim e objeto achar os princípios e as causas de todos os nossos conhecimentos: Quero introduzir na melhor porção da Nação Portuguesa o método de comparar os efeitos para vir no conhecimento das suas causas; e de comparar e combinar estas, para prever e conhecer os efeitos que delas se poderão seguir: Que este foi o método de Bacon de Verulâmio, Locke & de Descartes.¹⁴²

A ênfase em um ensino racional e empírico demonstra a valorização que Ribeiro Sanches dava ao aspecto prático da medicina. Mas sem os subsídios propedêuticos o estudante não desenvolveria as aptidões necessárias ao bom exercício médico. “Formarei um Médico capaz de exercitar a sua arte com utilidade pública”, argumenta Sanches; “Não somente indicarei os estudos da arte Médica, mas todos aqueles necessários para entendê-la, e praticá-la”.¹⁴³

Além das matérias introdutórias recomendadas (geometria, álgebra, trigonometria, filosofia racional e moral, história, geografia, retórica, lógica e latim), o *Método* indicava também um conjunto de qualidades e hábitos necessários ao estudante. “Porque ainda com a boa percepção, memória tenaz, e facilidade do discurso, se requer muita aplicação, lendo e escrevendo, e um continuado exercício”. A profissão médica não era para os “naturais estúpidos ou preguiçosos”.¹⁴⁴

As qualidades da virtude juntamente com as disciplinas propedêuticas tinham por objetivo “adquirir o que é mais necessário, e mais precioso na vida civil”: formar súditos que trabalhassem “cada qual na utilidade de si mesmo, e ao mesmo tempo de todos aqueles com quem estamos ligados em sociedade”.¹⁴⁵ Antes de ser um homem de ciência, o médico deveria ser um homem de virtudes, e, no século XVIII, se aprende virtudes com a leitura de histórias exemplares, que tinham por objetivo, segundo Sanches, “relatar o que os Homens

¹⁴² Bacon de Verulâmio refere-se à Francis Bacon (1561-1626). SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 1. [grifo nosso].

¹⁴³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 3.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 4.

Ilustres pensaram de bom, ou de mau, de útil, ou pernicioso, sobre as coisas que conceberam, ou que meditaram”.¹⁴⁶ De acordo com Reinhart Koselleck, essa ideia de uma *Historia Magistra Vitae* no setecentos perpassam pela concepção de que a história é um “evento único e singular”. E a “educação do gênero humano” pautada em exemplos particulares do passado, serviria ao “aperfeiçoamento moral ou intelectual”.¹⁴⁷ Uma fórmula que demonstra a inquestionável “constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”.¹⁴⁸

Para Ribeiro Sanches a história, a filosofia racional e moral, o latim e a lógica auxiliavam os estudantes médicos na “eleição dos melhores autores”, lendo-os sem o crivo das autoridades, mas pela crítica dos seus trabalhos. A leitura correta dos autores do passado mostrava como cada um deles “evitou irregularidades, contrárias ao Método de estudar”.¹⁴⁹ Por isso os ensinamentos de latim e de lógica eram essenciais. O latim ajudava o médico na leitura dos tratados originais de Hipócrates, Galeno e Celso sem o intermédio dos tradutores árabes e escolásticos (filosofia peripatética), formando juízo certo daquilo que liam. Segundo o médico português, conhecer o latim é “o melhor comentário para entender os Autores Latinos”, dos quais “todo o cidadão destinado a servir a sua Pátria”, deveria conhecer.¹⁵⁰ Já o estudo de lógica ajudava o aluno a “discernir o falso do verdadeiro, o certo do duvidoso”, por meio do raciocínio; um meio que auxiliava “fugir ao erro e abraçar a verdade”.¹⁵¹ A Lógica, além de “evitar o erro e a ignorância”, mostrava “o nexos das proposições, as propriedades da boa definição, e por que um Silogismo é falso ou verdadeiro”.¹⁵² Em termos práticos, sobre a junção da lógica com o latim, Ribeiro Sanches comenta a partir de suas aulas com Boerhaave:

Digno de imortal memória será sempre o grande Boerhaave por haver fundado a Medicina em princípios demonstráveis. Mas no que me parece superior a todos os Lentes, foi neste ensino que desejamos, e que inculcamos ver praticado na Universidade Real: explicava este grande homem as suas *instituições* de Medicina; e os seus *Aforismos* de viva voz, sempre na Língua Latina: não se continha a sua explicação a ensinar somente a ciência que professava, mostrava o método que seguira para compor tal, e tal Capítulo; em que estado

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 6.

¹⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUCRio, 2006, p. 55.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 43.

¹⁴⁹ *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 8.

¹⁵⁰ “Têm os Médicos tanta necessidade de saberem a Língua Grega e Latina para entenderem Hipócrates, Aretu Capadócio, Cornélio Celsus e Célio Aureliano; como os Jurisconsultos, da Latina para entenderem as Leis Romanas”. *Ibidem*, p. 13.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 8-9.

¹⁵² *Ibidem*, p. 10.

estava tal matéria, ou ponto científico, quando entrou a indaga-lo, e a escrevê-lo; e de que modo veio achar o que ensinava: Narrando este modo de compor mostrava a ciência do método, e a mais excelente Lógica.¹⁵³

Após o ensino destas matérias, o médico beirão indica o estudo da física geral e experimental compreendendo que “O objeto da *Física Experimental* é indagar as propriedades de cada corpo pela simples observação, ou pelos socorros que nos dão a Química, e as Matemáticas”. Ribeiro Sanches defende a necessidade do “Médico aprender com especialidade esta doutrina, antes que comece a aprender o que é o corpo humano”. Após conhecer os princípios gerais da física newtoniana, passaria a compreender o movimento do corpo “a *Impenetrabilidade*, a *Extensão*, a *Inação*, o *Repouso* ou *Inércia*” – que “são os atributos gerais de cada corpo”.¹⁵⁴

O intuito com o estudo da Física era constituir nos estudantes novas habilidades de observação da natureza, reinventando o olhar sobre os objetos, seguindo suas propriedades mecânicas e manifestações orgânicas. Aprendendo a ver e sentir “As cores, o frio, o calor, o cheiro, a dureza, a brandura, etc”.¹⁵⁵ Mesma definição colocada pela *Encyclopédie* no verbete “Física”, escrito por D’Alembert: “Por vezes também chamada de Filosofia Natural, a *Física* é a ciência das propriedades dos corpos naturais, de seus fenômenos e efeitos, bem como de suas diferentes afecções, movimento etc”. Sendo o fenômeno “tudo o que descobrimos nos corpos *com o auxílio de nossos sentidos*. Fenômenos dizem respeito à posição, ao movimento, à alteração e ao efeito dos corpos”.¹⁵⁶ Segundo o verbete, o melhor estudo da física era aquele pautado no princípio empírico da observação, em que “se examina com toda a exatidão” para constatar as “leis particulares” do corpo e do movimento.¹⁵⁷

Em um recente trabalho da historiadora Laura J. Snyder, *Eye of the Beholder*, observamos como a filosofia natural e a física experimental, trabalharam em conjunto para criar novas condições para o olhar médico pautado no empirismo. Segundo Snyder, após as invenções de novos instrumentos, como o microscópio, o termômetro, o barômetro, o pêndulo de relógio e a bomba de ar, difundiu-se entre os filósofos naturais um novo “interesse na observação, representação e medição da natureza”. Com estes instrumentos se “estendeu o alcance dos sentidos humanos”, levando a compreender que “por trás dos fenômenos que

¹⁵³ Como veremos no próximo capítulo, ambas as obras citadas por Sanches foram utilizadas no ensino de medicina da Universidade de Coimbra após 1772. *Ibidem*. [grifo do autor].

¹⁵⁴ Todas as citações: *Ibidem*, p. 12. [grifos do autor].

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Rond. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*: Ciências da natureza (Volume 3). São Paulo: Unesp, 2015, p. 85-86. [grifo nosso].

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 87.

vemos a olho nu está um mundo invisível, e nesse mundo invisível estão as causas dos processos naturais que observamos”.¹⁵⁸ Conforme comenta a autora, sobre as transformações científicas no final do século XVII:

Era hora de o filósofo natural deixar de lado os textos de Aristóteles e ver por si mesmo (ou, às vezes, por ela mesma), muitas vezes por meio dos novos instrumentos óticos. Consequentemente, nesse período, minúsculos insetos foram examinados por meio de microscópios, planetas distantes foram examinados por telescópios e corpos humanos foram abertos em teatros anatômicos para descobrir o que havia dentro.¹⁵⁹

Ver por si mesmo. Princípio central do método empírico operado nas ciências naturais. Tratava-se de uma nova crítica sobre o que significava *ver*, que “andava com uma nova ideia de ciência, em que a percepção dos sentidos aprimorados – não textos antigos, não dedução lógica, nem mesmo experiência visual bruta – era à base do conhecimento do mundo natural”.¹⁶⁰ Este método da observação, eleito por Ribeiro Sanches como a verdadeira operação a ser seguida, será modelar para o raciocínio médico setecentista.

Como *ver* um corpo no momento da dissecação, sem perder os detalhes? Como *ver* o enfermo quando seus sintomas aparecem? Como *tocar* uma ferida? Como *sentir o cheiro* de uma pústula? Estas e outras foram perguntas recorrentes no processo de formação do discurso da medicina empírico-racional. Pois, ao tomar a experiência como fundamento do saber médico, os primeiros passos a serem dados era a apuração dos sentidos. Saber ver era saber fazer, e saber fazer era poder curar. Equação que só se completa quando há um trabalho prático sobre os estudantes, em que suas habilidades experimentais são postas à prova.

A segunda parte do *Método de aprender e estudar a Medicina* começa exatamente por esse ponto. Ribeiro Sanches argumenta que “não somente a teoria da Medicina, mas também a sua Prática” estão “hoje reduzidas” no ensino universitário.¹⁶¹ Por isso era necessário, de imediato, novos estabelecimentos onde professores e alunos trabalhassem. São listados cinco locais de prática e ensino da medicina: um hospital; um teatro anatômico e lugar para as preparações anatômicas; um Jardim Botânico; um Laboratório Químico; e uma Botica. “Sem os quais Estabelecimentos bem servidos e administrados, será inútil toda a reforma que se fizer nos estudos da Medicina atual”, alerta Sanches, sendo necessária a organização de todo o

¹⁵⁸ SNYDER, Laura J. *Eye of the Beholder: Johannes Vermeer, Antoni van Leeuwenhoek, and the Reinvention of Seeing*. New York: W. W. Norton, 2016, p. 5. [tradução nossa].

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 7.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 15.

corpo acadêmico para ajudar no funcionamento destes locais. Principalmente distribuindo alojamentos dentro da universidade entre estudantes e lentes para estarem perto dos edifícios listados.¹⁶²

Somente com os novos edifícios, propostos por Sanches, a mudança já era significativa no ensino de medicina, dando um sentido prático-experimental que se distanciava dos estudos livrescos. Em relação ao hospital, o intuito era que os estudantes o frequentassem “desde o primeiro dia que entrarem a aprender a Medicina” e que realizassem nele “a *Cirurgia Prática*, sangrar, fazer operações Cirúrgicas, saber aquelas das ataduras; do mesmo modo que todo o Médico deve saber dissecar um cadáver, destilar um espírito vegetal ou mineral, assim deve saber curar uma ferida e fazer uma operação”.¹⁶³

Conforme o estudo de Julie Hamacher Liepkaln, o entendimento de Ribeiro Sanches sobre o corpo humano é “despido de certa aura divina ou mágica”. Como o médico português entendia que os fundamentos da medicina estavam na física experimental, na anatomia e na cirurgia, sua concepção aludia a uma “progressiva exclusão de elementos mágicos ou religiosos nas interpretações sobre o corpo humano e seu funcionamento”.¹⁶⁴ Segundo a autora, as diretrizes pedagógicas experimentalistas e racionalistas foram os dois pilares que sustentavam o *Método de aprender a estudar a Medicina*, e que por isso, anatomia e cirurgia eram elevadas à obrigatoriedade na formação dos estudantes.¹⁶⁵ Para Ribeiro Sanches o organismo era uma máquina complexa repleta de engrenagens, das quais realizavam os movimentos orgânicos, e por isso seria imprescindível o conhecimento sistemático deste mecanismo.

No *Método*, o estudo anatômico é a primeira disciplina a dar substrato para um entendimento do que é corpo humano. Segundo Sanches “A excelência deste estudo não consiste em disputar, ler continuamente, e exercitar-se compondo discursos literários”, pois na anatomia “é necessário exercitarem-se as mãos e os olhos na investigação das partes do corpo”. Ao estudar as partes de um cadáver, o médico é obrigado “a observar, a trabalhar, e a

¹⁶² Ribeiro Sanches cita um exemplo de porque deve o corpo acadêmico morar perto dos prédios de prática médica: “Necessariamente devem ter domicílio no mesmo Colégio, porque o Lente de Anatomia necessita de duas ou três horas para preparar as partes do cadáver que há de demonstrar na sua lição; como também o de Química”. *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 15-16.

¹⁶⁴ Segundo Liepkaln, desde 1742 Sanches defendia o ensino de Cirurgia nas Faculdades de Medicina, ano em que escreveu *Projecto de instruções para um professor de cirurgia*. LIEPKALN, Julie Hamacher. *Saber Médico e Reformismo Ilustrado: Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as Políticas de Saúde Pública em Portugal (1750-1792)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2017, p. 74.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 73-74.

indagar” a composição dos músculos, ossos, vísceras e ligamentos, sem deixar passar os detalhes que compõe esta máquina orgânica.¹⁶⁶

Para Sanches, a educação anatômica na universidade necessitava de bons professores para ensinarem os alunos, pois “será impossível que o Estudante chegue a aprender Anatomia sem ser dirigido por um Mestre exercitado, observando como opera, e como indaga as partes do corpo humano”. Preparar as partes de um cadáver não era tarefa fácil, exigia-se do lente maestria, cuidado e organização. “É necessário que saiba *injectar* as veias e artérias; secar e limpar os *esqueletos*, *secar* muitas partes do corpo humano para ver a sua íntima composição”, entre outras atividades, comenta o médico beirão.¹⁶⁷

A formação dos professores de anatomia, segundo o *Método*, deveria durar entre três a quatro anos e ser aprendida nas principais faculdades da Europa, sobretudo Edimburgo, Leiden, Gottingen e Paris. “Sem um Mestre assim instruído”, diz Sanches, “será impossível ensinar, como convém, a Anatomia”.¹⁶⁸ Não condizia com uma boa formação anatômica “ignorar a *estrutura*, a *figura* e a *conexão* de qualquer parte do corpo humano”, sendo necessário o bom médico reconhecer estas partes “e todas mais do corpo, para curá-las quando caírem enfermas”.¹⁶⁹ Nessa lógica, enfatiza Ribeiro Sanches:

Necessita o discípulo ver como seu Mestre desencaixa os ossos de uma caveira, sem os alterar nem quebrar; necessita ver como destes ossos separados forma outra vez a caveira; necessita ver como se abre e serra o osso chamado pertosum, para achar dentro dele os ossos que compõem o órgão do ouvido: só vendo se aprende como se intersectam os olhos, para saber a estrutura deste admirável órgão. Esta Ciência se aprende vendo com os olhos instruídos nos livros, e obrando com as mãos instruídas pela imitação que dão os bons Mestres.¹⁷⁰

Além do ensino demonstrativo da anatomia, outra recomendação enfatizada no *Método* é o ensino da prática hospitalar, com observação clínica e realização de operações cirúrgicas pelos estudantes. Para Sanches, deste o primeiro ano do curso já era necessário que as aulas fossem realizadas no hospital, pois o exercício da prática era a melhor forma de se aperfeiçoar na medicina. “[...] o conhecimento da natureza humana nos persuade aprender as Artes pela prática, aprendendo ao mesmo tempo os seus princípios”. Tal método de

¹⁶⁶ *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 20. [grifo nosso].

¹⁶⁷ *Ibidem*. [grifos do autor].

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 21. [grifo do autor].

¹⁷⁰ *Ibidem*.

conjugação entre técnica e teoria, explica Ribeiro Sanches que “Pelos repetidos atos em qualquer arte liberal se adquire um hábito, ou seja de pensar, ou de obrar ações exteriores, que fica o homem apto para exercitá-las com prontidão, vivacidade, com graça e um certo jeito”. O método demonstrativo e experimental se adquire pela “frequência e multiplicidade dos atos”, tornando as habilidades médicas cada vez mais aperfeiçoadas.¹⁷¹ A ideia era construir os raciocínios sobre as doutrinas a partir do exercício contínuo da prática hospitalar, clínica, cirúrgica, anatômica e físico-química.

O estudante de medicina deveria aprender este princípio empírico-racional desde o início da faculdade, sobretudo ao fazer o exame clínico, a observação semiótica dos sintomas e compreender o desenvolvimento das patologias. Segundo Sanches, “observaria o discípulo no primeiro dia a cara vermelha, luzidia, os olhos resplandecentes, mas secos, alguma coisa encovados, no branco deles veias vermelhas; a língua seca, áspera, e amarela; ao tato a pele seca, adurente, áspera; o pulso duro, frequente e desigual”; características frequentes dos estados de enfermidade dos pacientes.¹⁷²

Após ter contato com os pacientes, anotando, observando e organizando em diários clínicos as doenças, poderia ter “impressa na memória de tal modo, que quando encontrar outra semelhante” poderá aplicar os mesmos socorros.¹⁷³ O diário clínico era “um Jornal de cada doença, no qual se assentaria o nome do enfermo, o número do leito; o nome da doença, no fim ou no princípio da História dos Sinais; os remédios que se lhe ordenavam; o êxito da doença. Cada qual o poderá guardar a seu modo, e que sirva para aumento da Ciência e utilidade dos Estudantes”.¹⁷⁴

Além do exame clínico no hospital, recomendado no *Método*, também havia a defesa do ensino das operações cirúrgicas neste mesmo local, onde os estudantes aprenderiam a cuidar de contusões, feridas, fraturas e deslocções do corpo humano. Para Ribeiro Sanches, a separação da medicina com a cirurgia “foi a causa da perda da Anatomia, e do conhecimento da Prática da Medicina”. Era necessária, neste novo currículo, a reconstituição do ensino de cirurgia em conjunto com o da medicina; “porque assim como a Medicina é o conhecimento dos males internos, assim a Cirurgia o é dos externos”, enfatiza o médico beirão.¹⁷⁵

A circunscrição da cirurgia no rol das disciplinas de medicina aumentava os ramos de atuação do médico no corpo enfermo. Conforme explica Ribeiro Sanches, antes, o cirurgião

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 17-18.

¹⁷² *Ibidem*, p. 18.

¹⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 16-17.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 19.

era “chamado para curar uma ferida, ou fazer uma operação, por exemplo cortar uma perna”, sem os conhecimentos sobre fisiologia, anatomia e patologia. Muitos enfermos, após estas operações tinham “*febres, delírios, convulsões, hemorragias, soluços, desmaios, gangrenas, erisipelas*”, sintomas que somente um médico poderia amenizar. Após aprenderem operações cirúrgicas na universidade de medicina, os estudantes estariam aptos a praticá-la com utilidade, unindo o conhecimento das patologias externas e internas.¹⁷⁶

Assim, com relação à anatomia e à cirurgia, Sanches indica que ambas sejam ensinadas pelo mesmo professor, praticando-as nos enfermos e cadáveres. Sendo a cirurgia ensinada no hospital e a anatomia no teatro anatômico. Em conjunto com estas lições, eram ensinadas também as doutrinas teóricas, por meio dos *Aforismos* de Boerhaave e das *Instituições Médico-cirúrgicas* (fisiologia, patologia, semiótica e higiene). Havia a necessidade de compreender os instrumentos, as técnicas e os procedimentos, por meio das demonstrações dos professores. Sobre essa questão diz Ribeiro Sanches que “é impossível dissecar um cadáver sem o ter visto dissecar a um Mestre inteligente”. Sendo “necessário que o Estudante veja os Instrumentos, e a sua composição, uso, e bondade, que o Mestre explicará: porque de outro modo será impossível ter uma perfeita ideia desta arte”.¹⁷⁷ O intuito é aproximar as práticas médicas às doutrinas dos livros, fazendo com que durante as lições no hospital os estudantes saibam explicar com raciocínio e lógica os exames clínicos.

Após explicar estas matérias, o *Método* se dedica a defesa das lições de História da Medicina, apontando suas utilidades e fundamentos. A ideia era que houvesse uma cadeira na faculdade somente destinada ao seu ensino.¹⁷⁸ Nesta lição ensinava-se ao estudante a importância do senso crítico na “escolha [dos] livros que havia de ler para não perder o tempo em leituras ou supérfluas, ou erradas”.¹⁷⁹ Como as doutrinas médicas eram variadas no século XVIII, o estudante deveria organizar aquelas que melhor indicassem os métodos da experiência e da observação. Consequentemente, a orientação histórica daria a eles essa habilidade de escolha dos melhores estudos científicos e autoridades médicas. Sobre essa questão, diz Ribeiro Sanches

Mas não me determinariam semelhantes autoridades se não estivesse convencido das razões, que me movem para propor esta cadeira.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 20. [grifo do autor].

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 22.

¹⁷⁸ Veremos no próximo capítulo que os novos *Estatutos* de 1772 não indicam uma lição isolada para História da Medicina. Por outro lado, ficou indicado que o professor de cada disciplina do curso médico era obrigado a percorrer de modo introdutório os fundamentos históricos da disciplina em que fosse responsável.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 24.

Boerhaave no seu tratado de *Studio Medico*, aconselhou os Autores mais úteis e verdadeiros para estudar a Medicina. Depois daquele tempo se tem escrito nesta matéria um sem número de volumes, como se poderá ver no comento à mesma obra por Alberto Haller: a impressão tem multiplicado os socorros para alcançar as Ciências; mas ao mesmo tempo, pela sua multiplicidade serve já hoje para embarçar-nos, mais do que para instruir-nos, se na Universidade não houver o ensino que nos faça senhores da *eleição*.¹⁸⁰

Com o conhecimento desta lição os estudantes saberiam escolher os livros certos, de que modo deveriam lê-los e quais caminhos os antigos médicos seguiram nas suas carreiras. Segundo Sanches, “O Lente da História da Medicina poderá nas suas lições lembrar forçosamente a História Profana e a História Filosófica, encostando a da Medicina a estas mesmas”. A história do saber médico, dentro deste método, se distanciava de qualquer menção religiosa; e deslocava as concepções de doença e saúde para além de uma visão sacralizada ou espiritual. E completa: “Se deste modo se ensinasse a História Médica, estou certo que se abreviaria o seu estudo, e os Estudantes adquiririam conhecimentos perfeitos nele”.¹⁸¹

O juízo crítico da história acostumaria “os ouvintes a atender o que é verdadeiro, falso, ou duvidoso, tanto na descrição das doenças, como no efeito dos remédios, é certo que daria este ensino uma clareza ao entendimento, que o ilustraria”. A defesa de Ribeiro Sanches era sobre a capacidade dos professores e alunos elegerem as obras e práticas corretas, das quais adiantassem o exercício da cura. “O principal intento do Lente desta História seria plantar no entendimento dos seus ouvintes *aquela Crítica* ou discernimento que nos faz julgar da verdade, da falsidade, ou das dúvidas no que lemos e do que ouvimos”. Pois que “para saber uma coisa bem, necessita-se de saber a sua História e todas aquelas conexões, semelhanças ou dessemelhanças”, explica o médico português.¹⁸² E conclui o desfecho desta lição com as seguintes palavras:

Ainda que pareça afetação instituir tanto no estudo da História da Medicina, e de ilustrar o juízo dos Estudantes desta Ciência com a literatura médica e da antiguidade profana, que se desenganem os que quiserem ter bons Médicos nos seus Estados, é necessário que sejam homens de letras, e amantes do saber; porque de outro modo terão oficiais de Medicina, mas não Médicos. Isto é, ser instruído na Ciência

¹⁸⁰ *Ibidem*. [grifos do autor].

¹⁸¹ Ribeiro Sanches indica para o estudo de história da medicina o compêndio do médico alemão Johann Heinrich Schulze (1687-1744), *Compendium Historiae Medicinae, a rerum initio ad Hadriani Augusti excessum*. *Ibidem*, p. 25.

¹⁸² *Ibidem*. [grifo do autor].

do *Corpo humano são e enfermo*: isto é ser instruído em tudo o que ensina a História da Natureza.¹⁸³

Finalizando esta matéria, o *Método* dedica-se sua última parte na defesa da doutrina de Herman Boerhaave para o ensino universitário em Portugal. Para Ribeiro Sanches o professor que dava as lições de prática no hospital deveria ser o mesmo que ministrasse os *Aforismos* de Boerhaave. O intuito era que os estudantes chegassem ao hospital sabendo os princípios teóricos ensinados pelo método do médico holandês.

A importância dos estudos de Boerhaave para o ensino de medicina residia na sua combinação entre a química, a física mecânica e a anatomia. Com esta junção, era possível compreender o arranjo das estruturas do corpo humano, sem se reduzir às partes maiores, como ossos, órgãos e músculos. Pois a composição destas partes representava uma rede complexa de fibras e filamentos que se conectavam por meio de líquidos químicos.¹⁸⁴ Assim explica Ribeiro Sanches a doutrina de Boerhaave:

O nosso corpo consta de *fibras*, ou fios: no princípio da sua formação todas as partes são líquidas, de que consta a *matéria seminal*: mas dela se formam os *ossos*, as *cartilagens*, os *músculos*, os *tendões*, as *artérias*, as *veias*, e os *nervos*: os ossos constam de *fibras*, as membras, e as artérias; logo é necessário conhecer primeiro o que é uma fibra, ou fio do corpo humano, a que sorte de enfermidades está sujeita; e logo que eu souber todos os seus estados e mudanças, virei necessariamente no conhecimento das doenças daquelas partes, que se compõem as fibras.¹⁸⁵

Pela síntese de Boerhaave, o estudo do corpo humano ganhava uma nova complexidade, da qual usava as ideias da hidráulica mecânica para compreender os estados patológicos. Além disso, a dissecação do corpo em pequenas partes – as Fibras – dava aos médicos um melhor entendimento de como progrediam as doenças. Segundo Ribeiro Sanches, por este método era possível observar, por exemplo, a natureza das artérias, sua composição e seus estados de equilíbrio ou desequilíbrio.

¹⁸³ *Ibidem*. [grifo do autor].

¹⁸⁴ Jean Luiz Neves Abreu explica que “A divulgação da obra de Boerhaave em Portugal ocorreu desde meados do século XVIII. Jacob de Castro Sarmiento foi, como já se observou, um dos que se apropriou de sua teoria. Além de propor a aproximação entre a medicina e a química, sustentava a opinião de que o medicamento produzia ‘seu efeito nos líquidos e sólidos do corpo humano’. Verney também se reportava a Boerhaave, quando comparava o corpo a uma máquina hidráulica. Além disso, dedicou várias páginas do Verdadeiro método de estudar a comentar as ideias daquele médico: ‘Prova muito bem Boerhaave com vários exemplos que, estando inteiro o sólido e líquido no corpo vivente, e somente cessando o movimento, cessa a vida; tornando, ressuscita’”. ABREU, Jean Luiz Neves. *Op. Cit.*, 2006, p. 181-182.

¹⁸⁵ *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 28. [grifos do autor].

Essa abertura do horizonte médico se dava porque as fibras eram analisadas pela perspectiva da química, da qual se preocupava com os estados físicos da matéria. Boerhaave, “Achou pela Química, que todas as *fibras* do nosso corpo, ou *filamentos*, constavam unicamente de *terra* e de *óleo animal*”, argumenta Ribeiro Sanches.¹⁸⁶ As fibras eram elásticas em estado natural do corpo, mas poderiam ser duras ou relaxadas em algumas enfermidades. Por isso seu estudo indicaria quais doenças os médicos estavam lidando. Nos *Aforismos* de Boerhaave havia três causas para estes desequilíbrios das fibras, tornando-as “débeis e brandas”: 1) perda excessiva de sangue, deixando o corpo fraco; 2) não fazer exercícios físicos; 3) choque externo que causava juntas fibrosas. Já a sua rigidez poderia indicar febres inflamatórias e ardentes.

Ao observar e aprender sobre o comportamento das fibras no corpo humano, ficava o “Médico instruído dos fundamentos para *entender, conhecer e curar, os males agudos inflamatórios, e os crônicos*”.¹⁸⁷ A doutrina contida nos *Aforismos*, ajudariam os estudantes no tratamento de doenças, reconhecendo suas causas, sinais e cura, sobretudo indicando “o conhecimento das *inflamações*, e de todas as queixas que dependem delas”.¹⁸⁸

A teoria das fibras de Boerhaave, que tomava a física, a química e a anatomia como princípio de demonstração científica, alinhava-se a uma concepção de fisiologia, da qual explicava a operacionalidade dos órgãos do corpo humano a partir do equilíbrio entre as partes sólidas e os humores. Segundo Ribeiro Sanches, “Deu até aqui Boerhaave uma ideia clara e fácil das doenças dos nossos humores, e das partes sólidas, e da conexão e poder que uns têm sobre si mesmo.” O sucesso do médico holandês foi conseguir demonstrar seus experimentos “no corpo vivente, à cabeceira do enfermo”, apontando os sintomas inflamatórios decorrentes da desordem fibrosa e ensinando como curá-las.¹⁸⁹ Em síntese, conclui Sanches:

O discípulo que aprender a Medicina por estes aforismos, e chegar a vê-los praticar no Hospital, é certo que adquirirá não somente em breve tempo esta doutrina, mas os fundamentos mais indubitáveis, pois são fundados na natureza, expostos a simples vista, que jamais Autor algum ensinou. Ninguém até agora ensinou a Medicina por causas mais claras e fáceis, como são de conhecer as *feridas*: e o que são as febres e os males que as acompanham. Ninguém ensinou a Medicina *externa* de tal modo, que uma vez conhecida, por ela venhamos no conhecimento da *interna*. Esta é a excelência dos

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 29. [grifos do autor].

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 30. [grifo do autor].

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 32.

Aforismos de Boerhaave que prefiro a todos os livros para ensinar a Medicina prática. Estes são os fundamentos que tenho para afirmar e persuadir a Portugal.¹⁹⁰

O programa proposto por Ribeiro Sanches em 1763 tinha por objetivo modernizar a educação universitária da medicina, deslocando-a para as bases do experimentalismo e da observação dos fenômenos fisiológicos. A prática no hospital, a cirurgia e a anatomia eram necessidades urgentes para os estudantes portugueses. Portanto, as bases do currículo médico elaborado pelo médico beirão era a união entre as técnicas e as teorias da medicina. Igualmente, o método defendido era a junção do empírico com o racional, os quais davam para os estudantes novas habilidades e novos raciocínios. Foi com esse intuito que Ribeiro Sanches organizou as lições de medicina para Portugal a partir de novas doutrinas científicas. Defendendo, sobretudo, os modelos mecanicista e newtoniano oriundos das releituras de Herman Boerhaave na Universidade de Leiden.

Podemos afirmar, que tanto a obra de Verney, quanto a de Sanches foram dois sustentáculos epistemológicos no processo de institucionalização de novos modelos de conhecimento na Universidade de Coimbra. Ambos se esforçaram em aplicar os métodos da física experimental, da observação empírica e do raciocínio lógico em Portugal. A comissão pombalina de reforma dos estudos maiores, disposta a dissolver o paradigma jesuítico, retiraram destas obras os substratos da modernização do ensino universitário. Como veremos no próximo capítulo um novo currículo era preciso ser planejado sob os moldes da pedagogia empírico-racional. Os antigos tempos sem estudo anatômico-cirúrgico e de desatualização das doutrinas médicas chegavam ao fim.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 33. [grifos do autor].

CAPÍTULO 2 – A REFORMA DO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Parece-me que quando um estrangeiro quizer saber de que modo pensa geralmente um Reino ou Republica, quais são as suas virtudes morais, civis e cristãs, que se poderá facilmente formar uma ideia do seu estado se se observar a sua Universidade principal: porque n’ela se formam os Eclesiásticos tanto seculares como Regulares; n’ela os Magistrados, os Letrados, os Médicos, e todos aqueles empregados no estado civil. Estes espalhados por todos os seus domínios comunicarão pelas suas ações e pelo seu exemplo o que aprenderam na Universidade.

António Nunes Ribeiro Sanches (1763)

2.1 – Um passado a ser apagado; uma imagem a ser construída: propaganda e reforma pedagógica da Medicina nas políticas pombalinas

O relógio marcava cinco horas da tarde. Era quinta-feira, 14 de fevereiro de 1771. A noite chegava a Lisboa. Um grupo caminhava para se encontrar na casa de Sebastião José de Carvalho e Melo, que naquela época já havia recebido o título de Marquês de Pombal. Neste dia a *Junta de Providência Literária* se reunia. Em seus diários, Manuel do Cenáculo comenta: “fui chamado a assistir á *Junta* que se faz em casa do Sr. Marquês de Pombal para a reforma da Universidade de Coimbra”.¹⁹¹ Juntamente com Cenáculo, estavam o Cardeal D. João Cosme da Cunha, José de Seabra da Silva, José Ricalde Pereira de Castro, Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e o matemático José Monteiro da Rocha. A *Junta de Providência Literária* é instituída por Carta de Lei de 23 de Dezembro de 1770. Seu objetivo era examinar as causas da “decadência” dos estudos maiores, apontando os métodos que “arruinaram” a Universidade de Coimbra e, conseqüentemente, quais “remédios” poderiam curar o estado do ensino universitário em Portugal. Como protetor da universidade, diz D. José I:

Me pertence fazer examinar as causas da sua decadência e o presente estado de sua ruína, para em tudo prover de sorte que não só se repare um tão deplorável estrago, mas sejam as escolas públicas reedificadas sobre fundamentos sólidos, que as Artes e Ciências possam nelas resplandecer com as luzes mais claras em comum benefício. Sou servido erigir para estes efeitos uma Junta de Providência Literária.¹⁹²

¹⁹¹ A monumental obra de Teófilo Braga sobre a História da Universidade de Coimbra apresenta inúmeros equívocos na ordem metodológica, devido a sua tendência ao positivismo documental. Por outro lado, o volumoso livro se faz menos pela presença do autor e mais pela numerosa quantidade de fontes transcritas. Os *Diários* de Manuel do Cenáculo são uma fonte rica que nos permitem, minimamente, analisar o teor das reuniões da *Junta de Providência Literária*. BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Academia de Ciências de Lisboa, 1892, p. 398.

¹⁹² *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011, p. 95.

É precisamente entre 1770 e 1772 que a *Junta* se reuniu toda semana para discutir os novos estatutos da Universidade de Coimbra, correspondentes as suas faculdades de Direito, de Teologia e de Medicina, e a criação das de Filosofia e de Matemática. O grupo era de total confiança do Marquês de Pombal. A eles o ministro de D. José I confiou a responsabilidade de debater métodos educacionais, o conteúdo dos novos livros utilizados, o papel administrativo da universidade, a contratação de professores e os procedimentos cotidianos que regeriam a vida universitária.

As reuniões da *Junta* eram pragmáticas; o grupo era dividido em membros menores e cada um ficava responsável por uma faculdade – podendo os membros consultar indivíduos externos que tinham experiência em alguma das áreas. Haviam sido consultados, por exemplo, o Dr. João Mendes Sacchetti Barbosa (1714-1774) e alguns textos de António Nunes Ribeiro Sanches e Luís António Verney, com o intuito de auxiliar os reformadores na Faculdade de Medicina.¹⁹³ Quando a *Junta* se reunia, eram debatidos livros, conselhos externos, autores, métodos e assuntos administrativos. Se, em algum tópico da reunião, houvesse consenso geral das partes, ele era formalizado por escrito, passado por corretor ortográfico e mandado para a impressão. Segundo os *Diários* de Manuel do Cenáculo, a *Junta* agia com vigor para não atrasar a futura reforma de 1772. Numa quarta-feira do dia 19 de junho de 1771, a *Junta*

Durou três quartos de horas, levou João Pereira Ramos a folha impressa que lhe fora a corrigir (porque Fr. Luiz do Monte Carmello é o corretor do que se vai imprimir), pois quanto a Junta resolve e se compõe vai logo traduzindo tudo em latim, e se vai imprimindo ao mesmo tempo, e Fr. Luiz revistas as folhas, pelo que pertence a ortografia, vai mandando a João Pereira Ramos para ver pelo que pertence á matéria, porque ele é o compositor e coordenador, pois há seis ou sete anos que El-Rey lhe determinou que fosse ajuntando e compondo o que fosse preciso para Reformar a Universidade, e agora só o que faz é coordenar pelo método que dispõe o Marquês, e ele só faz o que pertence á parte jurídica; e seu irmão o Reitor da Universidade, Francisco de Lemos, se incumbiu coordenar e ajuntar o que pertence a Matemática, Filosofia, Teologia e Medicina; mandando o Marquês ao Dr. Gualter Wade que lhe mandasse alguns

¹⁹³ Segundo Teófilo Braga, Dr. João Mendes Sachetti Barbosa era um pseudônimo que Ribeiro Sanches usava devido a sua condição de cristão-novo. Todavia, segundo Nelson de Campos Rodrigues Junior trata-se de uma confusão cometida por Braga, sendo Sachetti o médico auxiliar na construção do *Compêndio Histórico* de 1771 e nos *Estatutos* de 1772. O médico português trocava correspondências com Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmiento, sendo também alinhado à filosofia newtoniana e a medicina de Herman Boerhaave. JUNIOR, Nelson de Campos Ramos. *Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches* (1699 – 1783). Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2013, p. 23.

apontamentos que lhe mandou; e o mesmo Reitor se tem servido muito do Dr. Sacchetti.¹⁹⁴

Por um lado, temos a *Junta* determinada ao cumprimento de créditos em função das pautas estabelecidas pelos membros do grupo; por outro, temos a opinião de eruditos estrangeiros ou “estrangeirados” que auxiliaram cada curso isoladamente. Do ponto de vista doutrinal, a Faculdade de Medicina recebeu ampla influência da escola boerhaaviana, sobretudo de portugueses que haviam obtido contato pessoal ou a partir das obras do médico de Leiden. Conforme João Rui Pita, “Luís António Verney, Ribeiro Sanches, Castro de Sarmiento e Sachetti Barbosa são quatro nomes que devem apontar como os que mais influenciaram o Marquês de Pombal na elaboração dos novos Estatutos médicos”.¹⁹⁵ Em Verney se valeu das necessárias críticas à filosofia peripatética e dos proveitosos livros que a medicina mecanicista poderia contribuir com o ensino na universidade; com Jacob de Castro Sarmiento, se aproveitou dos apontamentos a respeito das contribuições de Isaac Newton para o pensamento médico empírico; o Dr. Sachetti “foi o elemento que mais atividade teve na execução do texto final” dos *Estatutos*; e por fim Ribeiro Sanches “foi o elemento que do ponto de vista teórico mais influenciou a execução” do referido documento.¹⁹⁶

Assim, a construção dos *Estatutos* da Universidade de Coimbra vai se ligando a esses fatores, o que, conseqüentemente, possibilitou uma abertura aos novos problemas da ciência moderna, na medida em que ia se destituindo a autoridade dos livros jesuíticos e dos seus antigos métodos pedagógicos que regeram a universidade. Em uma das reuniões, diz Cenáculo: “houve Junta, e se tratou dos remédios para emendar os vícios dos antigos Estatutos da Universidade, e de estabelecer a forma e método para o estudo”.¹⁹⁷ Os antigos paradigmas científicos e pedagógicos, operantes na sociedade letrada portuguesa, estavam fadados ao confronto com os novos dilemas científicos.

Como um organismo vivo, a *Junta* construiu os *Estatutos* de 1772 à luz de inúmeros debates e discussões entre seus membros. Os relatos de Cenáculo apontam que, sobretudo os livros e compêndios, eram motivo de atritos. No encontro do dia 31 de julho de 1771, que ocorreu na casa do Cardeal Cunha, pois Pombal estava em Oeiras, o tópico era “formar uma instrução avulsa dos Estatutos acerca dos livros que haviam de servir em cada Faculdade”, e

¹⁹⁴ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, p. 399 [grifo do autor].

¹⁹⁵ PITA, João Rui. A reforma pombalina da Universidade, a Faculdade de Medicina e os estudos médicos e farmacêuticos. In: PITA, João Rui. (Org.). *Ciência e Experiência: Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 98.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, p. 398.

“se devia fixar livro certo, porque, aliás, seria uma raiz de dissensões e a aceitação dos autores segundo as escolas e gênios”.¹⁹⁸

Mas não se tratava apenas de resolver quais autores e livros seriam estudados na universidade, mas também encontrar material que fosse possível a todos os estudantes e do qual os professores pudessem obter uma impressão, pois de nada valia propor boas obras sem que os alunos as tivessem em mãos. Esse foi o caso da *Summa* de Gerbert, proposta para ser usada da Faculdade de Teologia. Manuel do Cenáculo, homem pragmático que era, argumentava em uma das reuniões da *Junta*:

Em Portugal não haverá mais de oito Summas de Gerbert em mãos particulares; e nos livreiros de venda, ou nenhuma, ou uma ou outra; logo, por onde hão de ensinar cinco lentes e aprender os discípulos? Quando se hão de estampar? Se o Hortalez para Direito Canônico está parado na impressão, para que lhe querem por notas a respeito da questão ultramontana? Quando se há de imprimir Gerbert? Quando chegarão de fora?¹⁹⁹

Apesar de não relatar problemas desta natureza para os livros de medicina, podemos pressupor que a mesma situação foi debatida para os tratados médicos que seriam adotados na nova universidade. No que tange à Faculdade de Medicina, sabemos, por meio dos relatos de Manuel do Cenáculo de 10 de junho de 1772, que os estudos de “Medicina e Matemática [estavam] concluídos” e que no mês seguinte, no dia 8 de julho, “houve Junta da Universidade e nela se começou a ler o que pertence a Filosofia, Medicina e Matemática”, momento em que foram revisados os conteúdos, os livros e os autores que seriam usados nas três faculdades de ciências da natureza.²⁰⁰ Segundo os *Diários* de Cenáculo, o Livro III dos Estatutos era “obra do médico Sacchetti, conferida com Ciera, Franzini, Daly, professor de grego, que é bom matemático e Monteiro, que foi jesuíta e já o tem preparado no conceito do Marquês para ser despachado”.²⁰¹

Em 28 de agosto de 1772, por meio de carta régia, os novos *Estatutos* da Universidade de Coimbra vieram a público. Seu teor de renovação e crítica ao antigo sistema cosmológico jesuítico é evidente. Um limite epistemológico era colocado entre o pensamento racionalista-experimental e a “decadente” escolástica da Companhia de Jesus, que naquela data estava há

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 403-404.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 409.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 412.

²⁰¹ Manuel do Cenáculo ficou encarregado da reforma da Faculdade de Teologia, portanto, em seus *Diários* não há relatos detalhados sobre as Faculdades de Ciências da Natureza. *Ibidem*, p. 414.

13 anos fora de terras lusas. Para o historiador António Camões Gouveia, os três livros dos novos *Estatutos* da universidade “abarca[m] o processo de refundação de uma área do saber”, que legitimou a abertura para mudança dos sistemas de pensamento português.²⁰² Eis o teor da Carta de D. José I:

[...] havendo-me sido apresentados os referidos Estatutos e Cursos científicos primeiro nas minutas e depois no original deles e havendo sido muitas vezes por mim revistos, conferidos e examinados com o concurso de um maior número de Ministros muito doutos, muito tementes a Deus e muito da minha confiança, se achou que estavam conforme em tudo com aquela minha resolução, muito acomodados ao bem e aumento da Universidade, e muito úteis para os progressos das Ciências e Artes, que nela se devem ensinar.²⁰³

Ao final das reuniões da *Junta de Providência Literária* são apresentados não só os novos *Estatutos*, mas também uma das mais famosas obras da propaganda pombalina, o *Compêndio Histórico* de 1771, também conhecido pelo seu extenso nome: *Da Junta de Providencia litteraria, de 28 de agosto de 1771, dia do grande Doutor Santo Agostinho, sobre o Compendio historico e Appendix, que dão huma clara e específica idéa dos Estragos que os denominados jesuítas fizeram: primeiro na Universidade de Coimbra; e consequentemente nas Aulas de todos estes Reinos: para que pelo conhecimento de tão grandes e tão inveterados males se possam indicar mais sensivelmente os remedios que hão de constituir os objectos das paternaes providencias de Sua Magestade, pelo que pertence á Theologia, á Jurisprudencia canonica e civil e á Medicina*. Trata-se de uma obra escrita por Francisco de Lemos, reitor da Universidade de Coimbra e seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.

O objetivo do *Compêndio* era trazer o conhecimento do estado da Universidade de Coimbra, a partir de uma análise histórica diacrônica dos seus estatutos antecedentes. Enquanto plano discursivo, o *Compêndio* trabalhava com duas estruturas que são confrontadas: especificamente um antimodelo e um modelo. Tratava-se, de um lado, de um passado cultural educativo controlado pelos regulares inicianos, sobretudo o modelo aristotélico, entendido à luz dos comentadores escolásticos; e de outro, uma dimensão geométrica e pragmática, pensada a partir das outras nações da Europa que perseguiram um ideal de progresso. Os dois paradigmas, trabalhando com a tópica do atraso, evidenciam um

²⁰² GOUVEIA, António Camões. Estratégias de Interiorização da Disciplina. In: MATTOSO, José. HESPANHA, António Manuel. (Org.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

²⁰³ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 415-416.

momento de crise institucional e ruptura epistemológica que assolou a Europa setecentista. Álvaro de Araújo Antunes destaca que

O tema do atraso, que acompanha as críticas internas e externas ao universo português, revela um desejo de equiparação a outras nações desenvolvidas, conforme amplos parâmetros valorativos, como os de humanidade, civilização e modernidade. Mais do que a constatação de um retardamento frente às nações europeias, o discurso do atraso revela o reconhecimento e a participação em um importante movimento coletivo. A crítica que ressaltava o atraso português era a evidenciação de uma posição na rota partilhada do progresso e da modernização da civilização, bem como servia de força motriz ao desenvolvimento intelectual português.²⁰⁴

Sem dúvidas o *Compêndio* carrega uma linguagem política e ideológica alinhada à vertente regalista do governo josefino, que procurava defender a supremacia do poder da monarquia perante o poder temporal da Igreja. Os comissários de Pombal alinhados ao modelo ilustrado e seguros da defesa do Estado português, respondem aos absurdos da decadência intelectual, lançando feixes de luzes “contra o obscurantismo da ignorância e da estupidez”.²⁰⁵ Conforme José Eduardo Franco, “o paradigma educativo que a reforma pombalina queria revogar e substituir é ali identificado com o jesuitismo pedagógico e este com a escolástica, que teria feito mergulhar as letras e as ciências lusitanas numa escuridão”.²⁰⁶ E, somente através de reformas institucionais, que o domínio extenso que a Companhia de Jesus tinha sobre Portugal chegaria ao fim.

Os estragos acumulados sobre a universidade se davam em dois níveis, segundo o *Compêndio*. O primeiro seria a proibição, por parte dos Jesuítas, do método sintético, compendiário e demonstrativo no ensino universitário recorrendo por vezes à leitura das autoridades escolásticas de maneira acumulativa, seguida dos inúmeros comentários analíticos e cíclicos, método conhecido como *Ratio Studiorum*. Para os reformadores, o jesuitismo amalgamava diversos autores e interpretadores numa mesma disciplina, corroborando a confusão dos estudantes. As chamadas *seletas jesuíticas* reuniam um conjunto de autores e comentadores de forma arbitrária, um meio pedagógico amplamente criticado pelos

²⁰⁴ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Alumiações, razões e críticas: José Bonifácio de Andrada e o Plano de Reforma da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: EstúdioTexto, 2016, p. 191.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 192.

²⁰⁶ FRANCO, José Eduardo. A reforma pombalina da Universidade portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação. In: *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011, p. 36.

comissários da *Junta de Providência Literária*.²⁰⁷ Em sua *Relação Geral do estado da Universidade de Coimbra* de 1777, o reitor D. Francisco de Lemos argumentava:

Esta invencível apatia das Universidades, espécie de corporações teocráticas ocupadas em velar pela imutabilidade do dogmatismo docente, preocupava os reformadores, que notavam a sua própria impotência; uns atribuíam á persistência do Escolasticismo essa estabilidade e descarregavam os golpes da sua crítica contra as doutrinas peripatéticas, [...] e foram os Jesuítas considerados como os exclusivos demolidores da Universidade de Coimbra e os viciadores conscientes das suas numerosas reformas.²⁰⁸

O segundo problema seria o caráter disciplinar e administrativo que assolava a universidade: os alunos não assistiam às aulas, faziam arruaça pela cidade de Coimbra e desafiavam a autoridade dos professores. Tratava-se, segundo o *Compêndio Histórico*, de “estratagemas que foram maquinados e praticados pelos sobreditos regulares para fazerem prevalecer, contra o geral e público escândalo, todos aqueles estragos feitos no Corpo da universidade, nos seus Lentes e Professores, nos seus Estatutos, nas Classes e Aulas”.²⁰⁹

Na primeira metade do século XVIII, é comum encontrarmos alguns relatos da vida acadêmica dos estudantes condizentes com esses argumentos. Por exemplo, em provisão do dia 4 de abril de 1721, D. João V, então Rei de Portugal, alertava o reitor D. Manoel Mendes de Carvalho sobre os “estudantes andarem de dia e de noite com capotes por toda a parte, com espadas e outras armas debaixo do braço, e muito embuçados e outros afetando a si com cabeleiras trazer a cara descoberta, obrando solturas e intimidando a toda a pessoa como é notório e ser necessário prover-se de remédio eficaz” contra tais atitudes.²¹⁰ Francisco de Lemos também se queixava do mesmo problema: “não devo deixar de refletir sobre a grande dificuldade que há de guardar uma disciplina exata a este respeito na Universidade de Coimbra. Sabe-se muito bem que os estudantes não vivem em Colégios, mas que estão dispersos pela cidade em casas particulares que alugam”.²¹¹ Ribeiro Sanches, que foi estudante da Universidade de Coimbra no início do século XVIII, por sua vez relatava em seus *Apontamentos* de 1761, que “os estudantes vão estudar em Coimbra, armados como que se fossem para a campanha, ou para montaria, com armas ofensivas e defensivas, com pólvora, e bala, e cães de fila, com criados e cozinheiros” e que “só um batalhão de infantaria armado de espingardas

²⁰⁷ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 370.

²⁰⁸ Examinaremos com maiores detalhes esta obra no capítulo 3 da presente dissertação. *Ibidem*, p. 144.

²⁰⁹ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011, p. 100.

²¹⁰ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 164.

²¹¹ *Ibidem*, p. 184.

com baionetas, e cartuxas carregadas poderão domar aquele fogo da mocidade portuguesa”.²¹²

Essas duas características do passado da Universidade de Coimbra deveriam ser apagadas da história portuguesa, e nisso consistiu o empenho do discurso pombalino retido no *Compêndio Histórico* de 1771. O objetivo era desconstruir uma tradição escolar enraizada pelos jesuítas, que priorizava “a instrução religiosa através do estudo do catecismo e com as práticas de piedade, tal como a participação na Santa Missa, a frequência dos sacramentos da Confissão e da Eucaristia, pelo menos seis vezes no ano, como era costume, e o exame de consciência diário”, práticas que pouco ajudavam na formação intelectual e científica dos estudantes.²¹³ Em outras palavras, “era mais um acto de formalidade do que de realidade e proveito”, confirma o *Compêndio*.²¹⁴ Vejamos neste documento, como a comissão de Pombal trabalhou o choque entre esses dois paradigmas, sobretudo para o caso da medicina que nos interessa aqui.

2.2 Um relatório acadêmico para o estado da medicina em Portugal

O *Compêndio* é dividido em duas partes e um apêndice. A primeira parte é dividida em quatro prelúdios e analisa as causas da decadência da Universidade de Coimbra por meio de uma argumentação técnica e cronológica dos antigos *Estatutos*, delimitados entre os séculos XVI e XVII. A segunda parte é dividida em três capítulos, que cuidam de uma investigação individual de cada faculdade, ou seja, teologia, medicina e jurisprudência canônica e civil. Por fim, o *Appendix*, encarregado da crítica ao sistema aristotélico-escolástico.²¹⁵

O fio condutor da argumentação é a denúncia dos males que a Companhia de Jesus teria feito em Portugal por dois séculos, sobretudo nos antigos *Estatutos* de 1565, 1592, 1598 e os acréscimos de 1612. “Já não há, por felicidade nossa, neste presente tempo, quem possa duvidar com alguma aparência de razão de que todos os estragos, que no Moral e no Físico

²¹² SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 5-6.

²¹³ NUNES, Ruy Afonso da Costa Nunes. *História da Educação no Século XVII*. Campinas: Kirion, 2018, p. 75.

²¹⁴ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011, p. 359

²¹⁵ O encarregado pelo *Appendix* foi o padre António Pereira de Figueiredo. Segundo Ana Cristina Araújo “A participação deste oratoriano na redação do *Compêndio Histórico* apresenta-se ‘despida de qualquer originalidade’, dado que a referida passagem não passa de uma tradução adaptada da obra francesa: *Assertions des Jésuites*, publicada em Paris, em 1766, integrada na coleção com o título *Recueil par ordre de tous les arrêts du Parlement de Paris*”. ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 21.

desta Monarquia se viram no meio dela amontoados pelo longo período [...] das façanhas e atrocidades dos denominados *Jesuítas*”, declara o *Compêndio*.²¹⁶ Como indica Carlota Boto, as reformas pombalinas não só recusavam a “permanência dos jesuítas como agentes da educação”, mas também almejavam “desautorizar as referências teóricas nas quais se pautava a Companhia de Jesus”.²¹⁷ A efetividade da institucionalização de uma cultura científica, pautada no modelo epistêmico racional-experimental, só era possível a partir dessa desautorização do sistema cosmológico jesuítico. Segundo a autora, “suprimir os vestígios da Companhia de Jesus significava, para época, substituí-la por outro projeto à altura. Em primeiro lugar, desconstruir o suposto atraso; em seguida, formular uma alternativa”.²¹⁸

Trata-se, antes de tudo, de compreender como a cultura científica vai sendo construída e institucionalizada a partir de coletivos ou comunidade de indivíduos dispostos ao fortalecimento de um modelo de pensamento – seja conceitual ou metodológico. Entendemos que a construção coletiva do saber científico na Universidade de Coimbra – sobretudo inscrita no *Compêndio Histórico* – correspondeu àquilo que apontou Ludwik Fleck como “estilo de pensamento”, ou seja, uma

[...] percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo. Esse estilo é marcado por características comuns dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento; dos julgamentos, que considera como evidentes e dos métodos, que aplica como meios do conhecimento. É acompanhado, eventualmente, por um estilo técnico e literário do sistema de saber.²¹⁹

O *Compêndio Histórico*, como temos apontado, serviu a este plano de fortalecimento de novos conceitos e métodos dentro do ensino superior português. Para Ruth Gauer, a “Reforma foi pensada pela comissão como ação política que partiu de fora da Universidade”. Tal coletivo, ao controlar seu discurso político, cria um processo de credibilidade de um novo sistema de saber, um novo estilo de pensamento. Dessa forma, a comissão encabeçada pelo Marquês de Pombal “foi antes uma ação que visou destruir o *ethos* educacional jesuítico”.²²⁰ Ana Cristina Araújo menciona que se faz necessário “compreender a inscrição do moderno

²¹⁶ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 2011, p. 107.

²¹⁷ BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 131.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 132.

²¹⁹ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 149.

²²⁰ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 48.

paradigma científico no quadro estatutário da reforma pombalina da Universidade de Coimbra” a partir desse choque entre visões de mundo, de ciência e de educação.²²¹

O caso da medicina inserido no *Compêndio Histórico* é emblemático para se pensar as nuances entre os dois paradigmas em disputa. Partindo das críticas defendidas por Ribeiro Sanches e Luís António Verney, o capítulo destinado ao saber médico é dividido em três momentos, mas sempre recorrendo às críticas contra a chamada filosofia peripatética-escolástica,²²² que envolveu “a Medicina nesta geral calamidade das Letras”.²²³

Num primeiro momento, o *Compêndio* explorou a falta de versatilidade e de conexão do estudo da medicina. Faltava para os estudantes um conjunto de disciplinas auxiliares, como lógica, retórica, história, matemática, física, filosofia, latim e grego, que orientariam o estudo das doutrinas médicas. Essas disciplinas “mutuamente se ajudam e nenhuma pode separar-se de outra sem arruinar-se ou fazer-se disforme o seu edifício”.²²⁴ Além de fornecerem substrato para a resolução de problemas metodológicos, elas possibilitariam a indispensável habilidade dos alunos de terem uma leitura crítica dos diferentes sistemas de pensamento filosófico e médico.

Propunha-se uma pedagogia ativa, a qual exigia dos estudantes um entendimento claro, conclusivo e decidido sobre as doutrinas consultadas. “Todos os Sábios, assim Antigos como Modernos, concordam que não se pode fazer progresso na Medicina, sem primeiro se lançarem os fundamentos desta Ciência no conhecimento das Línguas, das Letras Humanas, da Filosofia, da Matemática e de todas as mais Doutrinas”, argumenta o *Compêndio*.²²⁵ Conforme a obra, os jesuítas haviam falhado nos estudos menores, que eram responsáveis por essas disciplinas prévias à faculdade de medicina. Os colégios da Companhia de Jesus, enraizados em práticas desordenadas, pouco conseguiam avançar nos objetivos almejados pela *Junta de Providência Literária*. Flávio Rey de Carvalho dirá que,

²²¹ ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A Universidade Pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

²²² Segundo Flávio Rey de Carvalho, “A filosofia arábico-aristotélica ou peripatética foi difundida em vários países da Europa a partir do século XI. Consistiu, inicialmente, na interpretação e nos acréscimos feitos por intelectuais árabes, como Alfarabi, Avicena e Averrois, aos textos de Aristóteles, e, posteriormente, por pensadores cristãos, como Pedro Lombardo, Tomás de Aquino e João Dunz Escoto, entre outros, tidos como *authoritates* escolásticas. Os seus comentários e sumas foram a base dessa forma de pensamento. As disputas eram o meio para esclarecer-se os questionamentos; eram repletas de sofismas e de desdobramentos racionais abstratos, sendo descomprometidas de qualquer averiguação empírica e experimental.” CARVALHO, Flávio Rey. *Um iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação de Mestrado – Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007, p. 39.

²²³ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 2011, p. 328.

²²⁴ *Ibidem*, p. 330.

²²⁵ *Ibidem*.

Tal prática consistia na transmissão, aos estudantes, de exaustiva listagem de preceitos e regras, com as respectivas aplicações e exceções, no intento de os instruírem de maneira profunda e exata. As atividades eram feitas somente em Latim, sendo extremamente densas e cansativas. Na opinião dos elaboradores do *Compêndio*, nelas não existia a preocupação didática com a propagação e com a absorção paulatina do conhecimento e tampouco o cuidado de se transmitir aos alunos, em um primeiro momento, somente as regras principais e essenciais, reservando os detalhes aos mais adiantados e familiarizados do estudo.²²⁶

Essa ineficácia dos estudos preparatórios para a medicina é vista como um dos motivos pelos quais a filosofia peripatética-escolástica se propagou com tanta força em Portugal, levando a concluir, segundo o *Compêndio*, “que a verdadeira causa e decadência da Medicina foi a ruína dos Estudos Menores, causada pelo magistério e ensino dos Jesuítas”.²²⁷

Comentando sobre a cultura escolástica, Márcia Moisés Ribeiro entende que a persistência da filosofia de Tomás de Aquino em Portugal era fruto da obrigatoriedade das lições ministradas nas faculdades, que exigiam dos estudantes profundo conhecimento das noções aquinianas de natureza, corpo, mundo e fenômenos físicos (ou seja, uma noção delimitada pelo comentário do sistema aristotélico).²²⁸ Na prática, como argumenta Ribeiro:

No período precedente às reformas do ensino superior, o aprendizado da medicina fazia-se mediante a leitura dos textos latinos de Hipócrates, Galeno e seus comentadores árabes. Formulada pelos gregos e posteriormente ampliada por Galeno, a teoria da existência dos quatro humores fundamentais do organismo (sangue, fleuma, bile e bile negra ou humor melancólico) vigorou na medicina luso-brasileira até uma época avançada do século XVIII. Para a conservação da saúde, os humores deveriam estar presentes no organismo em quantidades proporcionadas e equilibradas. Caso faltasse ou sobrasse alguma dessas substâncias, tinha-se o corpo desequilibrado. De acordo com este sistema, a fonte do sangue era o coração; a fleuma originava-se no cérebro; a bile, no fígado, e a bile negra ou humor melancólico tinha sua sede no baço.²²⁹

²²⁶ CARVALHO, Flavio Rey. *Op. Cit.*, 2007, p. 42.

²²⁷ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 2011, p. 330.

²²⁸ Márcia Moisés Ribeiro também nos alerta sobre os possíveis anacronismos se pensarmos que a medicina portuguesa pré-reforma pombalina, pautada no olhar da escolástica, seria uma espécie de medicina supersticiosa ou menos científica. Segundo a autora “Ao historiador desejoso de analisar os significados de determinados sistemas de crenças no período em questão, é preciso antes de tudo desvencilhar-se de certos juízos de valor, procurando sempre compreendê-los na sua especificidade, na sua essência, pois só assim é possível entender, por exemplo, por que em pleno século das Luzes os esculápios do império português estavam preocupados em divulgar receitas contra malefícios e contra toda sorte de moléstia causada pela ação do diabo”. RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e Demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Camus, 2003, p. 27.

²²⁹ *Ibidem*, p. 44.

Tal literatura médica reverberou ao longo dos séculos XVII e XVIII em grande parte das universidades europeias. Mas isso não significou uma sobreposição dogmática contrária à ciência moderna. Durante esse período, a especificidade da medicina ilustrada, estava no confronto das noções racionais e experimentais, retidas nos avanços da fisiologia, da anatomia e da patologia clínica, com os tratados hipocrático-galênicos e aristotélicos. O próprio *Compêndio Histórico* não condena a leitura desses autores, nem sua compreensão holística de corpo humano, muito pelo contrário, os comissários da *Junta* recomendavam a leitura *atenta e crítica* dos médicos gregos: “Era necessário lê-los e explicá-los com bom método e crítica”.²³⁰ O estudante de medicina, apoiado em bons estudos de lógica, latim e retórica, poderia ler essas obras no original, desvencilhando-se das interpretações árabes e escolásticas – ou seja, peripatéticas. Nas palavras do *Compêndio*: “Foram grandes as utilidades que recebeu a Medicina com este novo género de estudo. Os manuscritos dos Médicos Gregos foram interpretados e tendo-se feito comum a todos por benefício da imprensa, viu-se novamente suscitada a Medicina Hipocrática e a ser ensinada com grandes aplausos da Europa”.²³¹ Ou seja, o problema não era ler Aristóteles, Hipócrates, Celso, Avicena, Rhazes e Galeno no original (algo recomendado), mas sim como determinadas doutrinas filosóficas, sobretudo o Peripato, corroboraram para a decadência do entendimento correto desses sistemas médicos.

No que tange a essa questão, o que nos interessa particularmente é compreender como a Universidade de Coimbra, a partir do *Compêndio Histórico* e dos *Estatutos* de 1772, apropriou-se dessas tradições enraizadas na cultura médica ocidental. Mas, antes, vejamos quais são critérios e procedimentos que conduziram a medicina antiga e por que seus métodos se perpetuaram na longa duração histórica.

A medicina grega compreendia que o corpo tinha uma relação intrínseca com a realidade física e natural do mundo, por isso as observações médicas sempre estavam enquadradas numa ordem da natureza. Segundo o historiador da medicina, Roy Porter, o “corpo fazia parte de uma ordem natural governada por leis, e a doença era uma irregularidade regular”.²³² Essa tradição, nos lembra o autor, “era totalmente holística; presumindo a unidade de corpo e comportamento”,²³³ sendo a teoria dos humores sustentada

²³⁰ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 353.

²³¹ *Ibidem*, p. 335.

²³² PORTER, Roy. *Flesh in the Age of Reason: The modern foundations of body and soul*. New York: Norton, 2004, p. 45. [tradução nossa]

²³³ *Ibidem*.

por essa relação analógica entre macrocosmo e microcosmo, a qual compreende que o enfermo está ligado a um complexo universo físico, moral, espiritual e temporal.

As explicações dos médicos consideravam a boa saúde como uma medida do funcionamento da constituição do indivíduo e a doença como sinal do seu desequilíbrio. Para manter uma boa saúde era necessário garantir uma dieta adequada, exercícios, evacuações, sono adequado e assim por diante. Era importante viver em um ambiente saudável, regular as paixões e ter hábitos moderados e temperantes.²³⁴

Essa estrutura de entendimento do corpo, desenvolvida por Hipócrates e sistematizada por Galeno, foi o modo de se pensar a medicina da Idade Média até a primeira modernidade, sofrendo maiores modificações no século XVII e XVIII. A importância da medicina grega para a cultura ocidental residia, portanto, na possibilidade de se pensar o corpo humano na sua materialidade – fato comprovado tanto pela valorização da prática da anatomia, quanto pela linguagem utilizada nas doutrinas.²³⁵

Autores como Hipócrates, Aristóteles e Galeno entendiam que a *ordem do corpo* se mantinha a partir de uma tripla continuidade com a *ordem do mundo*. Como destaca Catherine Darbo-Peschanski, a relação analógica entre organismo vivo e natureza se dava em três níveis: material, funcional e estrutural. A primeira diz respeito à continuidade “entre os humores contidos nos alimentos (trazidos do exterior) e os humores constitutivos do corpo”; em outras palavras, “o corpo é composto dos mesmos humores que aqueles que a natureza exterior contém. Esta é a razão pela qual o homem pode se alimentar dos alimentos que ela fornece”.²³⁶ É o caso dos humores sanguíneos e pituitoso, contidos nos sucos produzidos à base de plantas, e do humor bilioso em alguns alimentos. A outra continuidade, a funcional, é a concepção de que o corpo e a natureza se interagem a partir de um princípio de simetria ou atração, “segundo a alternância do dar e do receber”, que promove o equilíbrio dos humores.²³⁷ Por fim, a analogia estrutural era a ideia de que, assim como a natureza tem um território fixo, também o corpo humano é “recortado em regiões, dotadas em si mesmas de

²³⁴ *Ibidem*, p. 50.

²³⁵ CAMBIANO, Giuseppe. *Philosophy, Science and medicine*. In: The Cambridge History of Hellenistic Philosophy. (org.) Keimpe Algra, Jonathan Barnes, Jaap Mansfeld e Malcolm Schofield. New York: Cambridge University Press, 2005.

²³⁶ PESCHANSKI-DARBO, Catherine. Ordem do corpo, ordem do mundo: *aitia, tekmerion, semeion, historion* nos tratados hipocráticos do fim do século V antes de nossa era. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (Org.). *A saúde dos antigos: Reflexões gregas e romanas*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 45.

²³⁷ *Ibidem*.

caracteres higrométricos e de exposições diferentes”.²³⁸ Essas três analogias pertencentes ao sistema cosmológico grego, presente, sobretudo, no *corpus hippocraticum*, delimitaram e desenvolveram, em certa medida, as visões de regime, dieta, exercícios físicos, higiene, terapêutica e anatomia, avanços que, como se sabe, foram apropriados pelas universidades europeias de medicina entre os séculos XVI e XVIII.²³⁹

Já Aristóteles, que foi leitor atento das obras de Hipócrates, dedicou-se à medicina no que concerne a sua classificação e ao seu caráter auxiliar na recuperação dos enfermos. É, sobretudo em *Segundos Analíticos*, *Parva Naturalia*, *De Anima* e *História dos Animais*, que observamos as inclinações aristotélicas para o problema dos fenômenos naturais, obras que foram frequentes em alguns currículos universitários europeus de medicina. Para Fernando Rey Puente, Aristóteles teria contribuído para uma melhor classificação entre a medicina e a física, rejeitando a ideia de que as duas tinham os mesmos princípios. A física, para Aristóteles, “é uma ciência que trata de um gênero particular de entes, a saber, dos que possuem em si mesmos o princípio de movimento e repouso”, isto é, uma ciência observacional da matéria e que delimita suas razões e finalidades.²⁴⁰ Portanto, a física seria uma ciência teórica na visão do Estagirita. O caso da medicina já não era de simples classificação, por se tratar de uma atividade que, por um lado, era teórica, e por outro, era experimental (no sentido de ciência prática e ciência produtiva). Como nos indica Puente, “o estatuto da medicina para Aristóteles não é tão óbvio quanto talvez possa parecer em uma leitura menos atenta”.²⁴¹ Vejamos de perto como o filósofo grego pensou o problema da classificação do saber médico.

²³⁸ *Ibidem*, p. 46.

²³⁹ Ver o estudo de Regina Andrés Rebollo sobre a formação dos médicos na Universidade de Pádua, sobretudo no que tange à apropriação das obras de Hipócrates, Aristóteles e Galeno. Tal universidade era um centro de referência no ensino de medicina na época moderna. Foi a primeira a introduzir o teatro anatômico na Europa entre 1594 e 1595. Também foi onde ensinou o anatomista Fabricio d’Acquapendente, professor de William Harvey. A instituição, ao longo dos séculos XVI e XVII, ficou reconhecida pelo seu caráter de adaptação entre as novas concepções da ciência experimental aos ensinamentos da medicina antiga. Segundo Rebollo, seu currículo “conservou na teoria médica os clássicos de Hipócrates, Galeno e Avicena, demonstrando o comprometimento do ensino médico em Pádua com a tradição clássica. A maior evidência de tal compromisso é atestada pelos exames para obtenção de grau de doutor, que, de acordo com os estatutos, consistiam em exposição aleatória de trecho da obra de cada um desses autores. Aspectos inovadores foram introduzidos no programa de prática clínica, tais como visitas diárias aos hospitais, acompanhadas de discussões formais dos casos [...]. Em anatomia, introduziram-se as autópsias dos casos fatais (anatomia patológica) e dissecações públicas. Em botânica a inovação consistiu na introdução das aulas no horto botânico”. REBOLLO, Regina Andrés. A Escola Médica de Pádua: medicina e filosofia no período moderno. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: v.17 n.2, 2010, p. 314.

²⁴⁰ PUENTE, Fernando Rey. A medicina e a filosofia prática em Aristóteles. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (Org.). *A saúde dos antigos: Reflexões gregas e romanas*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 140.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 141.

A primeira dificuldade residia na própria confusão inserida nas noções entre “saúde” e “medicina”, cujas definições Aristóteles tenta separar. Para o Estagirita a medicina não pode ser uma ciência produtiva, pois seria impossível ao médico produzir ou fabricar a saúde, constitutiva do organismo vivo, mesmo no corpo enfermo. Em outras palavras, a saúde é uma potência *a priori* em relação ao corpo humano. Dessa forma, doenças podem se curar sem necessariamente ter um médico por perto. Na visão aristotélica a medicina é uma atividade auxiliadora do estado de saúde, sendo o médico aquele que almeja, a partir de instrumentos e técnicas, a cura dos doentes.

O outro problema residia em compreender como a medicina estabelecia as relações entre conhecimento teórico e práticas experimentais. Segundo Puente, Aristóteles utiliza dois critérios. “Do ponto de vista do conhecimento teórico, o mestre na arte é superior ao praticante experiente, pois só ele é capaz de ensinar”.²⁴² O praticante, incapaz de ensinar, por não ter um “saber teórico universal”, se resume ao exercício de “reunir casos singulares sem alcançar ainda uma compreensão universal”.²⁴³ O técnico, inferior ao teórico, “não pode ensinar porque desconhece a causa, desconhece o porquê de um dado remédio possuir uma virtude curativa em alguns casos e outros não”.²⁴⁴ Mas, do ponto de vista prático, Aristóteles entende que as ações do médico estão diretamente ligadas a casos particulares e não a abstrações universais. Nessa concepção, a medicina é a aplicação de técnicas em casos patológicos isolados. “Dado que as ações atuam sobre particulares e não sobre universais, é muito mais importante para um médico ser um homem de experiência, um perito, do que um autodidata, ainda que o ideal médico seja o de um profissional que tenha maestria na arte”, comenta Puente.²⁴⁵

Segundo Aristóteles, a qualidade do bom médico residia justamente na sua capacidade de articular o conhecimento teórico e o domínio dos procedimentos técnico-instrumentais. Em outras palavras, “ninguém se torna médico ao ler manuais, mesmo que estes sejam detalhados em suas descrições das doenças e das curas e contenham até mesmo a explicação do modo como estas devem ser conduzidas” tudo isso se torna inútil caso o médico não tenha uma “experiência prévia” em anatomia, dissecações e observação de casos particulares dos seus

²⁴² *Ibidem*, p. 143.

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ Flávio Rey Puente dá um exemplo sobre essa questão: “Só quando for capaz de compreender plenamente a razão pela qual uma droga administrada a um fleumático é inoperante, mas prescrita a um colérico produz efeitos notáveis, ele estará de plena posse da arte médica”. *Ibidem*, p. 144.

²⁴⁵ *Ibidem*.

pacientes.²⁴⁶ Esse caráter circunstancial e singular da medicina prática é vista por Aristóteles, em linhas gerais, como a sua incapacidade de ter um rigor matemático legítimo de ser aplicado em tratamentos de doentes, visão que, no século XVII, será confrontada pela medicina mecanicista.

Seja como for, para o *Compêndio Histórico*, o adiantamento e o progresso da medicina em Portugal estava ligado à “necessidade que havia de consultar os Antigos nas suas fontes”, diferenciando-os das nocivas interpretações árabes e escolásticas.²⁴⁷ Era necessário conhecer os autores clássicos no original, rejeitando “os vícios de que eram cheios os seus Comentos e todos aqueles que se iam enlodar nestes charcos”.²⁴⁸ Segundo o relatório pombalino as célebres línguas, as Belas Letras e o estudo filosófico começaram a emudecer-se, perdendo sua beleza e amenidade, a partir da pedagogia inaciana estabelecida na Universidade de Coimbra desde o século XVI. E a “medicina, cuja saúde dependia da solidez e pureza de todos estes Estudos, foi-se fazendo lânguida e contraiu por fim tal enfermidade”.²⁴⁹

Nesse sentido, como temos demonstrado, as críticas tecidas pelo *Compêndio* estavam menos destinadas aos autores clássicos diretamente (interpretação que alimenta um argumento dicotômico entre medicina moderna e antiga) e mais às doutrinas educacionais da Companhia de Jesus, que há muito tempo eram autoridades dominantes em solo português. Como enfatiza Lígia Bellini

Os inacianos desempenharam papel central no processo de restabelecimento do aristotelismo como corrente intelectual dominante no contexto português. [...] Em Portugal no século XVI a escolástica aristotélica em nenhum momento foi superada pela introdução da filosofia platônica e estoica, ou pela emergência de novas tendências no domínio do saber. A filosofia aristotélica continuou sendo a fundação da instrução universitária em artes, ciência, medicina e teologia, ainda que transformada em parte pela influência das novas correntes. Apesar de alguns aspectos da doutrina terem sido postos em questão, nenhum sistema alternativo de envergadura foi produzido para substituir o aristotelismo.²⁵⁰

²⁴⁶ “Em outros termos, não basta para esse profissional saber teoricamente e, conseqüentemente, ser capaz de ensinar, sob a forma de um silogismo em um manual, que diante de um determinado desequilíbrio humoral que afeta um organismo é preciso revertê-lo por meio da administração de certos fármacos e da prescrição de uma dieta específica, caso esse profissional seja incapaz de *perceber* por meio de sua *observação* que precisamente o doente X que se encontra diante dele está acometido de um determinado tipo de desequilíbrio e não de outro qualquer”. *Ibidem*, p. 145.

²⁴⁷ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 2011, p. 336.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 343.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ BELLINI, Lígia. *O Grande Fulcro: Representação do corpo e cultura médica no Portugal Renascentista*. São Paulo: Unifesp, 2016, p. 56-57.

Os jesuítas de Coimbra produziram, ao longo do século XVI e início do século XVII, um conjunto de obras que eram releituras e comentários das obras de Hipócrates, Aristóteles e Galeno, influenciando o conhecimento médico na Península Ibérica, Itália, França, e nos Países Baixos.²⁵¹ Eram justamente esses paradigmas que as reformas pombalinas atacavam, acusando-as de terem produzido cirurgiões inexperientes, boticários ignorantes, charlatões, segredistas, mezinheiros, impostores e curandeiros, “que pelas Cidades, pelas Vilas, pelos Lugares e Campos se metiam a praticar a Medicina e conseguiam fortuna de serem atendidos e chamados até que a triste experiência de muitas mortes” se concretizasse.²⁵²

Na sequência, passadas as críticas, o *Compêndio Histórico* aponta algumas das características que o ensino de medicina deveria seguir se quisesse formar bons e úteis estudantes na universidade. Entre os muitos elementos selecionados pelo relatório, destaca-se a necessidade do ensino de Física, pois sendo ela parte da “ciência da natureza, é de indispensável necessidade para a Medicina”.²⁵³ Os mesmos argumentos contidos nas obras de Luís António Verney e António Nunes Ribeiro Sanches são aqui utilizados. E, assim como ambos os autores portugueses, o *Compêndio* também busca em Herman Boerhaave as melhores explicações sobre os usos da física mecânica e hidráulica para o saber médico. “Podem-se ver no admirável *Método do Estudo Médico*, que este sábio compôs, as excelentes instruções que dá aos seus discípulos médicos, para se dirigirem utilmente no Estudo da Física”.²⁵⁴ Tais preceitos apontam como melhor método a “experiência e observação, fundada em princípios matemáticos”.²⁵⁵ Segundo o *Compêndio*, para Boerhaave, o ensino de medicina pautada nos princípios geométricos e aritméticos

[...] não só servem para se conhecerem as Leis e propriedades do movimento, sem o qual não se podem dar passos na Física e nas mais partes da Matemática, como são a *Mecânica*, a *Hidrostatica*, a *Hidráulica* e outras, mas também para costumar os engenhos a refletir e a meditar nas matérias com ordem e conexão. O que tudo é sumamente necessário e útil ao médico, que quer estudar com fruto a medicina.²⁵⁶

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 361.

²⁵³ *Ibidem*, p. 334.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ *Ibidem*. [grifo dos autores]

Ao incorporar as concepções mecanicistas da medicina de Boerhaave, o *Compêndio* constatou também a necessidade do estudo de anatomia no novo currículo universitário. Segundo o documento, a “anatomia é uma artificial divisão do corpo humano morto nas suas partes, tanto internas como externas, para nos dar um conhecimento distinto dos diferentes órgãos que entram na sua composição”,²⁵⁷ sendo necessária, para contemplar o aspecto experimental, a dissecação de cadáveres humanos e vivissecção de animais. Com a anatomia, seria possível confrontar antigas autoridades que eram consideradas insuficientes para o progresso da arte.

O caso basilar apontado pelo *Compêndio* era do famoso anatomista Andreas Vesalius (1514-1564), que em 1543 publica seu *De Humani Corporis Fabrica*, obra que “enriqueceu a Anatomia de novos descobrimentos, mostrou os erros Galênicos” e se preocupou com o adiantamento do estudo do corpo humano. Não é à toa que se torna o autor, “seguido pelos Sábios Anatômicos e preferido ao mesmo Galeno”.²⁵⁸ O resultado para a Medicina, a partir desses avanços, foi a constituição de um saber demonstrativo e experimental que se legitimava enquanto prova científica e princípio metodológico. O conhecimento médico que valorizava esses preceitos partia “da observação de fatos particulares, e não de princípios gerais e universais”.²⁵⁹ Conforme argumenta Regina Rebollo: “Os anatomistas compartilhavam a crença de que a observação anatômica era uma forma especial de conhecimento, cujo estatuto epistemológico, igualado ao da ciência, fornecia um conhecimento válido e verdadeiro”.²⁶⁰

Seguindo essa lógica, o *Compêndio* defende que, ao incorporar o ensino de anatomia na Faculdade Médica de Coimbra, deveriam os professores ensiná-la “por aqueles autores que tiverem tratado desta Ciência com mais profundo conhecimento”.²⁶¹ Por mais que fossem as lições de Galeno necessárias ao conhecimento do estudante, não era intenção dos novos *Estatutos* apartar os futuros médicos dos descobrimentos modernos.²⁶² Com bons compêndios anatômicos e o ensino pautado em “dissecações de cadáveres humanos”, nas quais os

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 346.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 348.

²⁵⁹ REBOLLO, Regina. *William Harvey e a descoberta da circulação do sangue*. São Paulo: Unesp, 2013, p.149.

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 349.

²⁶² “Não é necessário mais do que olhar para os incomparáveis homens que produziram o século passado e o presente. Os nomes de Bacon, de Descartes, de Gassendo, de Galilei, de Basson, de Boile, de Pascal, de Newton, de Torricelli, de Haley, de Leibnitz, de Tomásio, de Wolfio e de outros muitos serão sempre ouvidos com admiração. São estes Espíritos criadores os que deram nova face às Ciências, que abriram um espaçoso caminho para o interior da Natureza, que lançaram os fundamentos da verdadeira Física, que inventaram instrumentos e máquinas admiráveis, que fortemente combateram a Filosofia Aristotélica e deram ocasião ao estabelecimento de tantas Academias e Sociedades Literárias para o fim de se cultivar e aperfeiçoar-se este útil estudo”. *Ibidem*, p. 356. [grifo dos autores]

discípulos “aprendam a conhecer a estrutura, a configuração, a conexão de qualquer parte do corpo humano com as outras partes”, poderá o currículo médico sair do estado de decadência deixado pelos jesuítas.²⁶³

A falta destas repetidas dissecções, que impedia estudar-se o homem, e fazerem-se demonstrações à vista dos cadáveres, foi a causa do pouco progresso que a Anatomia fez por tantos séculos. [...] Porém, os Maquinadores dos Estatutos atenderam tão pouco à utilidade, que se seguia ao Estudo Anatômico destas dissecções e destas demonstrações repetidas à vista dos cadáveres, que só mandaram ao Lente que *fizesse Anatomia* (são as suas palavras) *de membros particulares seis vezes e três gerais*. No que claramente se vê que não quiseram que os Estudantes fossem bem instruídos contra a Doutrina do mesmo Galeno [...] concluindo-se, enfim, destas Reflexões, que os ditos Maquinadores quiseram arruinar a Anatomia e sujeitar a ignorância que, por tantos séculos, tinha retardado o bem desta Ciência.²⁶⁴

Como se pode notar, os redatores partem da premissa de que a união dos elementos teóricos aos princípios práticos da medicina seria um caminho a ser seguido pelo novo currículo em Coimbra. A absorção do caráter experimental contido nas disciplinas de física experimental, anatomia, matéria médica e química seriam as mudanças centrais. Tratava-se da ideia de que o estudante médico deveria assimilar uma nova regularidade disciplinar do saber. Com a física experimental e anatomia, era possível olhar, manipular, dividir e tocar o corpo humano. Com a matéria médica e química, triunfaria “um conhecimento necessário para o desenvolvimento de fármacos e medicamentos”, em que o aluno inserido nestes princípios práticos, realizaria a separação, a união e a composição das propriedades dos corpos.²⁶⁵

A união entre teoria e prática, como elemento da regularidade do saber médico, possibilitava, segundo o *Compêndio*, a composição empírica que faltava ao curso de medicina. Tal método procedeu à organização pedagógica de forma “natural, direita e seguida”,²⁶⁶ sendo a boa ordem do curso médico uma pauta preocupante para os reformadores, pois, a partir de Boerhaave, eles compreendiam que toda faculdade de medicina deveria saber por qual lição começar e como proceder na hierarquia das disciplinas curriculares.

²⁶³ *Ibidem*, p. 350.

²⁶⁴ *Ibidem*. [grifo dos autores]

²⁶⁵ SANTOS, Ademir Valdir dos. CUSTÓDIO, Renato da Silva. A serviço da medicina: origem da disciplina Química no Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 101, n. 257, jan/abr 2020, p. 191.

²⁶⁶ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 350.

O *Compêndio* defendeu que o primeiro ano do curso de medicina deveria principiar pelo ensino anatômico,²⁶⁷ passando depois para os “princípios e regras da medicina”, ou seja, as chamadas “Instituições Médicas”, que estudam “certa ideia de toda a Medicina e delas se conhece a ordem de todo o estudo”.²⁶⁸ Em tal momento, ficava responsável o Lente de organizar critérios de leitura dos tratados e compêndios, de modo a estabelecer o fio das matérias e uniformizar o ensino, distanciando-se da atitude dos mestres inicianos que estabeleceram “uma confusão de estudos tumultuária e perplexa e privavam-se os estudantes da utilidade de poderem conferir entre si pela diversidade das matérias que aprendiam”.²⁶⁹ A sugestão dos reformadores era:

Sabida a Teórica por meio das Instituições, ou sabidas as Regras gerais e Princípios, devia o estudante médico passar para a Prática, que é o complemento e perfeição de toda a Medicina. Este Estudo ensina a conhecer no enfermo por sinais particulares as particulares doenças e a curar cada uma das doenças com os seus particulares remédios, e por método particular. Já se vê que ele supõe o conhecimento do Estudo Teórico da Medicina e que é muito importante que seja bem dirigido para se evitarem os estragos que pode causar a ignorância do Médico.²⁷⁰

Logo à frente visualizaremos a aplicabilidade dessa perspectiva de integração entre teoria e prática nos *Estatutos* da universidade, que correspondeu a inclinações epistemológicas ao empirismo e ao racionalismo. Como destaca Carlota Boto, “O substrato da reforma são as grandes descobertas que teriam modificado o ‘olhar’ da compreensão biológica”, oriundas das correntes empíricas da ciência médica.²⁷¹ Nomes como de Herman Boerhaave, Stephen Hales, Albrecht von Haller, William Cullen, Thomas Willis, Théophile de Bordeu, George Ernst Stahl, Giorgio Baglivi, William Harvey, Marcello Malpighi, Giovanni Borelli, Lorenzo Bellini, Anton von Leeuwenhoek e Johann Friedrich Meckel passam a ser recorrentes na mentalidade médica portuguesa. Segundo o *Compêndio*:

²⁶⁷ Como veremos mais à frente os *Estatutos* de 1772 não colocaram a disciplina de anatomia no primeiro ano do curso médico, mas sim no segundo, optando pela Matéria Médica. Mas, entre 1791 e 1792, após uma mudança na grade curricular, tal disciplina passa a ser ministrada no período universitário em questão. Ver: ABREU, Jean Luiz Neves. *O Corpo, a Doença e a Saúde: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 73.

²⁶⁸ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 351.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 352.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 138.

Devem-se estes bens à indagação e aos superiores talentos dos sábios *Harveio, Malpighio, Borelli, Bellinio, Pitcarnio, Sydenhã, Baglivio, Boerhave* e outros muitos, os quais enriqueceram a Medicina de luzes, estabeleceram os princípios de uma Doutrina mais extensa e exacta, salvaram as Nações e os Povos de enfermidades, de contágios e mortes e se imortalizaram a si mesmos por obras que merecerão em todo o tempo os louvores e o reconhecimento da posteridade.²⁷²

Isso se dava justamente porque tais médicos representavam as mudanças metodológicas contra um passado, que também os reformadores de Coimbra desejavam sepultar. Roy Porter coloca bem a questão:

No final do século XVII, os avanços na anatomia e fisiologia criaram a promessa de uma compreensão científica do corpo [...]; novos modelos que se juntam para denunciar o aristotelismo e o galenismo como vazios e estéreis – e muitas vezes, na realidade, reciclam suas ideias sob um disfarce diferente, despejando vinho velho em garrafas novas.²⁷³

A medicina, compreendida enquanto uma ciência das ações e dos experimentos, moldada pelos avanços da filosofia mecanicista, substitui as noções de espírito, potência, forma e substância por números, pesos, medidas, massa, velocidade e aceleração. Instaura-se uma noção de natureza fundada na ideia de *movimento*.²⁷⁴ Segundo Porter, as inovações da filosofia mecânica geraram novos programas de pesquisa em áreas que antes eram desvalorizadas no campo médico. Os investigadores foram motivados a olhar para o corpo vivo como um conjunto de peças mecânicas “habilmente articuladas (ossos, articulações, cartilagem, músculos, vasos) funcionando como alavancas, roldanas, engrenagens, tubos e rodas”, ou seja, “o corpo se tornou uma *machina carnis*, uma máquina de carne”.²⁷⁵ Dentro deste quadro de transformações, o procedimento de separação física do corpo ganhou destaque, tornando as práticas de dissecação, maceração, fervura, rasgo e decomposição recorrentes nos manuais médicos e currículos acadêmicos.²⁷⁶

No caso português, como adverte Laerte Ramos de Carvalho, ao “estudo meramente livresco dos tratados de Galeno e Aviceno, substituíram os reformadores uma concepção na

²⁷² *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 357. [grifo dos autores].

²⁷³ PORTER, Roy. *Flesh in the Age of Reason: The modern foundations of body and soul*. New York: Norton, 2004, p. 54. [tradução nossa]

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 51. [tradução nossa]

²⁷⁶ GRMEK, Mirko D. BERNABEO, Raffaele. *La Machine du Corps*. In: GRMEK, Mirko D. (org). *Histoire de la pensée médicale em Occident: De la Renaissance aux Lumières*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

qual a segurança metodológica, a base das ciências experimentais e os exercícios práticos se faziam sentir como o *organon* fecundo dos novos estudos”.²⁷⁷ Vemos confirmar esse argumento no teor crítico inserido no *Compêndio* contra o método peripatético dos inicianos. Segundo o relatório pombalino

É notório que escolheram a *Galeno*, *Hipócrates*, *Avicena* e *Rasis* para serem os Mestres das Cadeiras e os Textos que os Lentes deviam explicar aos discípulos, sem declararem aos Lentes a obrigação que tinham de instruir os discípulos do merecimento particular de cada um destes autores, das suas luzes, dos seus talentos, da sua doutrina e dos seus diferentes Sistemas, sendo certo que todos estes conhecimentos produziram admiráveis efeitos no espírito dos estudantes, ficando estes ilustrados e hábeis para formarem um juízo sólido dos referidos autores propostos por Mestres, para conhecerem as suas virtudes e vícios e para saberem o que deviam abraçar e rejeitar e não ficarem servilmente à sua autoridade.²⁷⁸

A leitura crítica das lições, embasada numa proposta pragmática de conhecimento, foi usada pelos reformadores como um meio de tirar “grande proveito aos discípulos” e desterrar da “medicina tantas incertezas, obscuridades e erros inveterados”.²⁷⁹ O intuito, nesse sentido, era afastar-se do passado escolástico, em que se afligiram os “séculos da ignorância” e se tiranizaram as Ciências.²⁸⁰ Tratava-se de um

Método perplexo, escuro e contencioso que fez da Aula da Medicina palestra da discórdia e da incivilidade, pois que a ela iam os estudantes médicos aprender a se injuriarem com expressões picantes, a levantar vozes desentoadas e a provocarem-se uns aos outros a saírem com desafios, tão públicos como injuriosos, ao decoro das Aulas Científicas.²⁸¹

Como confirma Fernando Taveira da Fonseca, o *Compêndio*, enquanto texto espelhado numa gnosiologia ilustrada (indutiva, empírica e experimental), buscou minar os discursos jesuíticos, sobretudo na sua ordem metodológica, o que significou uma ruptura com o paradigma educativo da *Ratio Studiorum*, consolidada na escolástica pós-tridentina. Para Fonseca, o método da *lectio* era visto pela comitiva de Pombal como insuficiente aos novos

²⁷⁷ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1978.

²⁷⁸ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 353. [grifo dos autores]

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 354.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ *Ibidem*.

preceitos epistemológicos das Ciências da Natureza. Tornava-se insustentável para o ensino superior português um modelo pautado na cadência cíclica, cumulativa, dialética, dubitativa e ortodoxa.²⁸² Luiz Carlos Villalta menciona que, a *Ratio Studiorum*, baseada na dialética aristotélica, constituiu “a fonte de todas as formas de conhecimento, da ciência e das artes em geral, dominando o ensino nas escolas e na universidade”. Tal método de raciocínio respeitava a seguinte ordem:

primeiro, *proposição-problema*, etapa inicial em que se apresentava uma proposição que, ao mesmo tempo, se convertia em problema; num segundo momento, o dos *tópicos*, o dialético pesquisava os pontos de vista sob os quais podiam ser analisados os problemas; na etapa seguinte, dos *argumentos/razões*, aquele reunia os argumentos encontrados na pesquisa favoráveis a uma ou outra solução; depois, na *ponderação das razões*, o dialético avaliava as soluções; e por fim, na última etapa, da *solução mais provável*, optava-se pela solução mais provável.²⁸³

A *Ratio Studiorum*, “ao invés de estimular a flexibilidade do raciocínio, ‘fixava opiniões, que de tanto usadas e consideradas, se transformavam em dogmas inabaláveis’, transformando-se em fonte de conhecimento”.²⁸⁴ Charles Homer Haskins comentando sobre a *Ratio Studiorum* e o ensino universitário medieval, diz: “Silogismos, disputas, a disposição ordenada de argumentos a favor ou contra teses específicas, eis o hábito intelectual da época, tanto em direito e medicina como em filosofia e teologia”.²⁸⁵ Era um estudo pautado na “memorização de trechos selecionados” das autoridades e na organização dos argumentos a partir da lógica dialética das preposições. Com esse procedimento, o objetivo era expor uma ideia de *verdade* pautada na *revelação* das autoridades contidas nas doutrinas oficiais.

O novo perfil universitário proposto pela *Junta de Providência* Literária tornava fulcral o distanciamento de tal paradigma pedagógico. Em outras palavras, a renovação do quadro normativo e epistemológico da Universidade de Coimbra em 1772 nascia da extirpação dos referidos estragos jesuíticos. “Na verdade, não se pode sem dor lançar os olhos

²⁸² FONSECA, Fernando Taveira da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A universidade pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 17.

²⁸³ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999, p. 42-43. [grifos do autor].

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ HASKINS, Charles Homer. *A Ascensão das Universidades*. Santa Catarina: Livraria Danúbio, 2015, p. 49.

por um espetáculo tão triste, onde se vê a pintura mais semelhante dos séculos em que a Medicina esteve envolvida nas trevas”, lamentava o *Compêndio*.²⁸⁶

Todavia, como nos lembra Fonseca, “é um tempo em que parece ser mais evidente o que é necessário destruir, sem que os caminhos a percorrer sejam ainda muito claros”.²⁸⁷ Os reformadores, por vezes, recorriam a diferentes tipos de discursos e correntes científicas para pensar os novos modelos a serem implantados nos *Estatutos* de 1772. O que notamos, a partir da análise do *Compêndio* de 1771, é a edificação de princípios e tópicos, recorrentes no discurso ilustrado, que nascem “deste espírito de clareza, de ordem e de evidência”.²⁸⁸

O diagnóstico construído pelos redatores nos permite, em partes, visualizar o projeto que se almejava inserir na Universidade de Coimbra. Entre outros elementos, o documento indica a necessidade de um novo domínio do saber nas ciências da natureza, preferindo a implantação de um método eclético, compendiário e que estivesse subordinado ao experimentalismo da física e ao racionalismo da matemática moderna. No caso da Medicina, defendeu a importância da observação atenta da natureza física, química e orgânica do corpo humano, aprendendo a subtrair, distinguir e organizar os fenômenos fisiológicos. O objetivo era que, a partir da observação, a composição dos objetos não fosse alterada, para que, assim, sua descrição fosse fiel ao seu estado natural e, a partir da experiência, houvesse toda uma prática de decomposição, abertura, mistura e dissecação das propriedades da matéria. Dessa forma, além das críticas destinadas aos jesuítas, o *Compêndio* também serviu na elaboração de saídas da crise do ensino médico superior em Portugal.²⁸⁹

Tanto a edificação da *Junta de Providência Literária* em 1770, quanto o relatório acadêmico de 1771 serviram para Pombal como uma linha instrumental e hermenêutica de ataque contra os obstáculos que ainda barravam suas reformas. Os comissários da *Junta* trabalharam para fornecer uma propaganda efetiva contra o domínio da Companhia de Jesus sobre os setores estratégicos do Estado português. Nesse sentido, entendemos que o documento analisado acima, deve ser visto a partir de suas regularidades internas, suas contradições e suas relações de forças, que foram postas num momento de conflito de interesses político-educativos. Trata-se, nesse sentido, de demarcar as práticas discursivas, a partir do “ponto em que elas se constituem, definir a forma que assumem, as relações que

²⁸⁶ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 355.

²⁸⁷ FONSECA, Fernando Taveira da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A universidade pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 30.

²⁸⁸ *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, p. 357.

²⁸⁹ ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 149-172, jul/dez, 2007.

estabelecem entre si e o domínio que comandam”.²⁹⁰ Ao enxergarmos as forças que operam em tal documento podemos compreender quais contradições, estratégias e enunciados estão sendo arquitetados pelos seus agentes escriturários.²⁹¹ O objetivo traçado pelos reformadores no *Compêndio*, sobretudo no caso da medicina, foi demonstrar a necessidade que se fazia de tirar o saber médico português do atraso em que se encontrava, criticando o paradigma escolástico a partir da valorização das novas correntes científicas da época e fabricando, assim, um discurso estratégico, nos moldes desejados pelas políticas pombalinas.²⁹²

Do que foi exposto, concluímos que o período das reformas pedagógicas em Portugal foi atravessado por crises institucionais, rupturas epistemológicas e instabilidades políticas. Nessa lógica, como já mostrou Thomas Kuhn, são momentos em que “a emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal”.²⁹³ Em outras palavras, os instrumentos analíticos, conceituais e metodológicos de uma comunidade, não mais respondem adequadamente a seus problemas internos, gerando insatisfação e se tornando suspenso seu conjunto de regras, crenças e teorias. “O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos”,²⁹⁴ renovação da qual é apresentada enquanto fruto de guerras ideológicas. “A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas”, nos lembra Reinhart Koselleck.²⁹⁵

2.3 Cortejos e celebrações: a nova fundação da Universidade de Coimbra em 1772

Após a aprovação dos *Novos Estatutos* pelo Rei D. José I, nos meses de setembro e outubro de 1772, iniciou-se o ato público de estabelecimento da nova universidade. O

²⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 191.

²⁹¹ Jacques Le Goff nos lembra que todo documento é um instrumento de poder e que, na sua fabricação, inúmeras lutas foram travadas visando o fortalecimento de um determinado grupo ou visão de mundo. Dessa forma, “não existe documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesses em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos”. GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2013, p. 494.

²⁹² Sobre a fabricação do discurso científico ver entre outros: CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Unesp, 1994.

²⁹³ KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 147.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 158.

²⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006, p. 102.

Marquês de Pombal, presente em Coimbra, deu seu discurso consagrando os novos tempos que viriam contemplar a universidade reformada. Passando pelas tópicas ilustradas contra as trevas da decadência, que naquele momento eram vistas como passado morto, Pombal resplandece a importância daquele ato de fixação dos *Estatutos* da Universidade de Coimbra.

Ela [a universidade] constituirá agora um dos maiores e mais dignos motivos com que o régio espírito de S. M. se pode fazer completa satisfação, que tem dos seus fiéis vassallos, sendo autenticamente justificados pelas contas da minha honrosa comissão, que neste louvável corpo acadêmico se haviam já principiado a fundar os bons costumes e depurados estatutos, desde a promulgação das sacrossantas leis que dissiparam as trevas com que os inimigos da luz tinham insuperavelmente coberto os felizes engenhos portugueses.²⁹⁶

A retórica de integridade e o símbolo de renovação da universidade reforçavam a ideia de que a educação científica tinha por propósito formar uma nação atenta ao progresso material e moral. O sentimento de triunfo e a expectativa de que a universidade reformada cumpriria com suas obrigações deram ao discurso do Marquês de Pombal um tom de sepultamento do passado jesuítico, uma tópica que entendia que o século vivido “vai se tornar dia a dia mais iluminado, de modo que, em comparação, todos os séculos precedentes não passarão de trevas”.²⁹⁷

As alegrias que assolavam a cidade de Coimbra deram ânimo também ao cônego José de São Bernardino Botelho, que escreveu em 1772 um poema em homenagem ao Marquês de Pombal pelo seu esforço em fundar uma nova universidade e destituir os tempos de absurdidade causado pelos jesuítas: “Dissiparam-se as nuvens temerosas/ Que a face das Ciências encobriam/ Pelas mãos de Carvalho poderosas/ Ressurgem do Sepulcro, em que jaziam/ Seu divino esplendor, seu rosto santo/ Adora Portugal cheio de espanto”.²⁹⁸ Trata-se do resplandecer do Marquês que lutou contra as trevas dos inicianos: “Carvalho o despedaça; glorioso/ O vê Coimbra entrar; nos braços leva/ Triunfante a *Verdade* [...]”.²⁹⁹ E completa: “A preguiça, o Sofisma consternados/ Fogem; e aqueles mesmos, que os adoram/ A ilusão

²⁹⁶ FRANCO, José Eduardo. A reforma pombalina da Universidade portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação. In: *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011, p. 47.

²⁹⁷ HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, p. 322.

²⁹⁸ BOTELHO, José de São Bernardino. *Sobre a Nova Fundação da Universidade de Coimbra feita por Ordem de Sua Magestade Fidelíssima pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, do Conselho de Estado do dito Senhor, e seu Lugar-Tenente na mesma fundação*. Lisboa: Na Régia Officina Typográfica, 1772, p. ii. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 5.

reconhecem: derrotados/ Seus Altares, apenas ali foram,/ Lembrança fica: Oh Glória! Oh alegrias/ Oh Coimbra ditosa! Oh faustos dias!”³⁰⁰ Assim se anunciam os novos tempos, a razão, as luzes e a ciência moderna, princípios que a nova universidade aceitava de “braços abertos”:

Musas, vede este, este Herói! Clio! Urânia!
Coimbra vossos nomes já conhece:
Povos, que haveis de vir! Vós algum dia
Os frutos colhereis a flor, que cresce.
Terás, ó Portugal, Fleurys, Racines;
Leibniz terás, Newtons, Caslines.
[...] Oh Bolonha! Oh Paris! Os Portugueses
Serão vossos rivais na nova Atenas:
Os gênios Alemães, Francos e Ingleses
Não invejo: faltava-nos Mecenas,
Que viesse animar-nos ao trabalho.
O céu quis dar hoje em CARVALHO.³⁰¹

Tanto o Marquês de Pombal, rodeado de admirações e “pompas soberanas”, quanto D. Francisco de Lemos, então reitor da universidade, participavam das festas que se seguiram entre 22 de setembro a 22 de outubro de 1772 em Coimbra.³⁰² Quando sua comitiva chega à universidade, no alto da cidade, “d’onde contempla[m] o panorama de Coimbra”, os sinos “romperam um delirante repique, espalhando uma atmosfera de júbilo oficial”.³⁰³ Cavalarias, fuzileiros, auxiliares e todo o órgão administrativo da universidade caminhavam em conjunto com os comissários e ao Marquês de Pombal, que trazia consigo “a Guarda de corpo, propriamente sua, que para toda a parte o acompanhava”.³⁰⁴ A cerimônia seguiu meticulosa. Sua exatidão ordenava toda a função simbólica da etiqueta setecentista – típicas de sociedades aristocráticas do Antigo Regime.³⁰⁵

O cortejo entusiasmado dirigido por Pombal seguiu durante os últimos dias do mês de setembro de 1772 celebrando e anunciando as futuras mudanças que ocorreriam na Universidade de Coimbra. Também evidenciava a importante iniciativa de se ter criado um grupo de comissários dispostos à criação de um projeto reformador do ensino superior em Portugal. Segundo consta, na *Collecção geral das Ordens e Providencias para a nova*

³⁰⁰ *Ibidem.*

³⁰¹ *Ibidem*, p. 7.

³⁰² BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Academia de Ciências de Lisboa, 1892, p. 427.

³⁰³ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Fundação da Universidade, o respeito era direcionado sobretudo à figura do Marquês, que tivera “do muito que vos tendes interessados no mesmo estabelecimento, promovendo-o desde o seu princípio na minha real presença; dirigindo debaixo das minhas reais ordens o trabalho da *Junta de Providência Literária*, animando-o com infatigável desvelo e guiando-o com os vossos claros conhecimentos e com vossa experimentada prudência”.³⁰⁶

Os *Novos Estatutos*, retirados de um “saco de veludo” por Pombal e entregues ao reitor na sala grande da universidade, no dia 29 de setembro de 1772, marcam a execução simbólica da aplicação das reformas. No mesmo mês se procedeu ao juramento dos novos lentes que deveriam reverenciar o verdadeiro método e ensino. E também discursou o Rei D. José I, que tinha o dever de fazer valer a aplicação das disposições estatutárias:

[...] sem d’elas me apartar em cousa alguma por mínima que seja: Antes porei todo o meu cuidado e vigilância em que as Lições sejam as mesmas que estão determinadas; os Métodos os mesmos que se acham n’elas estabelecidas, e que todos os meus factos e Escritos terão sempre por únicos objetos o aproveitamento dos discípulos, a utilidade pública, o Bem comum da Igreja e do Estado em uma perfeita concórdia, e a harmonia e a boa reputação e esplendor da mesma universidade.³⁰⁷

Após as devidas cerimônias referentes aos estatutos pombalinos, o mês de outubro seguiu com as nomeações dos novos professores (lembrando que o corpo docente anterior havia sido jubulado logo após a expulsão dos jesuítas em 1759). No caso da Faculdade de Medicina, nomeou-se o Dr. Simão Gold para a cadeira de *práticas cirúrgicas e médicas*; o Dr. Luiz Cichi para *anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia*; o brasileiro Dr. José Francisco Leal para *matéria médica* (e futuramente para *Instituições*); o Dr. António José Francisco como substituto da cadeira de *práticas cirúrgicas e médicas*; José Corrêa Picanço como demonstrador substituto para a cadeira de *anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia*; o bacharel António José Pereira para a cadeira de *Instituições Médico-Cirúrgicas*; e o Dr. Manuel António Sobral como substituto da mesma cadeira.³⁰⁸ E assim, conforme a *Collecção geral de Ordens*, seguiu-se com o Juramento de Profissão referente às faculdades de ciências da natureza:

³⁰⁶ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 429.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 430.

³⁰⁸ LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra (1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1980, p. 69-70.

Hei por serviço de S. M. que no dia 9 do corrente mês [outubro de 1772], das nove horas da manhã em diante, o Lente da *Cadeira de Direito pátrio* José Joaquim Vieira Godinho se incorpore na Faculdade de Leis; os lentes Simão Gold, António José Pereira, José Francisco Leal, Luiz Cichi, receberam o grau de Doutores e se incorporarem na Faculdade de Medicina; os lentes Miguel Franzini, Miguel Ciera, José Monteiro da Rocha, recebam o mesmo grau e se incorporem na Faculdade de Filosofia: dando todos perante mim na mesma sala o juramento de observarem os Estatutos, imediatamente depois de haverem recebido os sobreditos graus; tomando sucessivamente nas suas posses na cadeira, como é de costume, *tornando imediatamente* a prestar na minha presença o outro juramento da profissão de fé; recitando-se na tarde do mesmo dia a primeira Oração da abertura da *Medicina*.³⁰⁹

Como atesta D. Francisco de Lemos, sobre o início das aulas, “Os que de novo entraram, e vão fazendo os seus Estudos na Conformidade da Ordem prescrita no Curso dão muito grandes esperanças [...] e assim habilitados entram ao Curso Médico com grandes luzes”.³¹⁰ Por fim, em provisão de 17 de outubro de 1772, os antigos Estatutos são definitivamente derogados, e, no mesmo documento, Pombal, “Debaixo das penas de perdimento de lugares, ofícios e empregos, e de perpétua inabilidade para o exercício de outros e de prisão por tempo de seis meses”, manda recolher todos os exemplares dos *Estatutos* proscritos.³¹¹ Ordena, “outrossim, que toda e qualquer pessoa que souber que há quem, contra esta ordem, fica em si retendo e ocultando os sobreditos abolidos Estatutos, denuncie o transgressor perante o Reitor da Universidade”.³¹²

Compatibilizava-se, assim, um futuro projetado, que se realizava na expectativa de que o passado morto não mais voltaria. Tratava-se de uma futuridade, contida numa situação política e epistemológica concreta, que é apreendida “por sua realização no nível linguístico” (*Compêndio Histórico*) e no nível jurídico (consolidação do novo *Estatuto*).³¹³ Para o historiador António Camões Gouveia, enquanto um corpo individualizado e institucionalizado, a Universidade de Coimbra assomou o poder e o saber como em nenhum outro lugar da “vida cultural portuguesa”.³¹⁴ O passado era derrotado nesses dois níveis

³⁰⁹ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 432.

³¹⁰ LEMOS, Francisco de. *Op. Cit.*, 1980, p. 71.

³¹¹ BRAGA, Teófilo. *Op. Cit.*, 1892, p. 440.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006, p. 101.

³¹⁴ GOUVEIA, António Camões. Estratégias de Interiorização da Disciplina. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 383.

(semântico e jurídico) e paulatinamente era substituído por outro sistema cosmológico, o qual correspondia aos novos anseios de futuro para vida universitária.

No âmbito da medicina, a refundação de 1772 revelou o processo de concretização de uma ideia de “normalização do ensino médico e, sobretudo, de um controle pelo Estado, dos programas de ensino e da atribuição dos diplomas”,³¹⁵ um fenômeno importante que vai moldando a medicina setecentista conforme um determinado estilo de pensamento, o qual é compartilhado por grupos estratégicos da vida política portuguesa. Conforme assinala Carlota Boto, “recuperar o atraso português significava, naquele tempo, transformar o estado das coisas em domínios públicos considerados estratégicos”.³¹⁶ Na mesma linha, para Kenneth Maxwell, “a reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformada”.³¹⁷ Em outras palavras, os comissários de Pombal, a partir da promulgação dos *Novos Estatutos*, realizaram a formação e reprodução de novos métodos, autores, práticas e conhecimentos, uma forma estratégica de domínio, por parte do Estado português, sobre o saber científico universitário.³¹⁸

2.4 Bisturis, livros e cadáveres: os novos *Estatutos* da Faculdade de Medicina

No livro III dos *Novos Estatutos* – referentes aos cursos das ciências naturais e filosóficas –, o curso de medicina ficou na primeira parte do documento, sendo dividido em sete títulos, cada um com uma divisão interna de capítulos correspondentes ao funcionamento da faculdade médica. Podemos visualizar nessa fonte os diversos temas referentes ao seu funcionamento interno. Os conteúdos são variados e vão desde os trâmites administrativos até as escolhas metodológicas e epistemológicas das lições de cada ano. O documento foi trabalhado na historiografia diversas vezes. Todavia, seus detalhes são perdidos devido ao uso superficial ou demasiadamente auxiliar nas análises históricas. Acreditamos que esse documento pombalino é testemunho qualificado para investigarmos a situação epistêmica, administrativa e pedagógica da Universidade de Coimbra.

³¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2016, p. 149.

³¹⁶ BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 149.

³¹⁷ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1997, p. 110.

³¹⁸ Segundo Michel Foucault, “São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber.” FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2016, p. 288-289.

Os *Estatutos* estão ligados, como estamos demonstrando, às variadas correntes filosóficas oriundas de outros territórios europeus. Sua construção foi congruente a uma interpretação cosmopolita do movimento da Ilustração, ou seja, sua estrutura está ligada a diferentes correntes filosóficas e científicas do setecentos. Parte notável dos seus argumentos obedece aos novos critérios da ciência moderna, sobretudo aquela de teor racional e empírico. Trata-se de um documento em que podemos compreender o “antagonismo de percursos intelectuais realizados no âmbito de uma cultura cosmopolita e não tanto no seu afunilamento à órbita de influência italiana”.³¹⁹ Foi um tipo de empirismo, como destaca Laerte Ramos de Carvalho, “bem ou mal compreendido, que os corifeus da inteligência portuguesa transformaram numa arma de combate à tradição escolástica-peripatética”.³²⁰

Na abertura do Livro III, já vêm anunciadas as futuras mudanças: “Ordenarei agora o que para bem do Meu Real serviço, progresso, e adiantamento das Letras se há de guardar nas Ciências da Razão; que formam o Corpo da Filosofia, tomada em toda a sua extensão”, a reforma das faculdades de ciências naturais.³²¹ A grande novidade, naquele momento, era a criação das faculdades de matemática e de filosofia, para as quais o curso de medicina mandavam seus estudantes para realizar disciplinas preparatórias. Também se destaca a criação das chamadas Congregações Gerais, em que cada faculdade selecionava um grupo de lentes, diretores e funcionários que regeriam a ordenação administrativa e pedagógica. Isso descentralizava o poder da Universidade de Coimbra e dava autonomia para as decisões de cada curso individualmente. Era obrigação das Congregações “trabalhar no progresso, adiantamento e perfeição das mesmas Ciências; do modo que felizmente se tem praticado e pratica nas Academias mais célebres da Europa; melhorando os conhecimentos adquiridos e adquirindo novos”.³²²

Antes de preencher a cadeira do primeiro ano do curso médico, o estudante que almejasse tal carreira deveria passar por duas etapas. Primeiramente deveria comprovar seus conhecimentos prévios em latim e grego. Como consta nos *Estatutos*: “deverá ser adquirido conhecimento necessário da Língua Latina, de sorte que a entendam e escrevam corretamente e desembaraçadamente”. Também será necessário se “instruir nas Obras Originais dos Autores Gregos” e “entender quaisquer Escritos de Medicina”, para, então, obter o domínio

³¹⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 9-15.

³²⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978, p. 50.

³²¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*: Livro III que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1772.

³²² *Ibidem*, p. 8.

“dos termos técnicos de sua profissão”.³²³ Segundo os *Estatutos*, o estudante que não soubesse grego só poderia frequentar o primeiro e o segundo anos da faculdade, sob a cláusula de estar inscrito nas aulas de grego ofertadas pela Universidade. Apesar de não ser obrigatório (como latim e grego), o conhecimento da língua inglesa e da francesa também era algo desejado para um melhor aproveitamento do curso de medicina. Nas palavras do documento: “É para desejar que os Estudantes Médicos se instruem nas Línguas vivas da Europa; principalmente na Inglesa e Francesa, nas quais estão escritas e se escrevem cada dia muitas Obras importantes de Medicina”.³²⁴

A segunda etapa era a proposta de colocar os estudantes em aulas preparatórias nas faculdades de filosofia e matemática, para obterem melhor entendimento de álgebra, geometria e física. Os alunos deveriam “ser previamente instruídos nos Estudos Filosóficos e Matemáticos, necessários para entrar com sólidos princípios no Estudo da Medicina, que é uma Física particular do corpo humano”.³²⁵ Nas duas faculdades o estudante deveria ouvir primeiro

[...] as Lições de *Geometria* no Geral de Matemática e de *História Natural* no Geral de Filosofia; no segundo as Lições de *Cálculo* no Geral de Matemática e de *Física Experimental* no Geral de Filosofia; e no terceiro as Lições de *Foronomia* no Geral de Matemática e de *Química* no Geral de Filosofia: Tudo na forma, que nos respectivos cursos, *Matemático* e *Filosófico*, será ordenado e estabelecido.³²⁶

As disciplinas preparatórias tinham em média uma duração de três anos. Após comprovarem o término delas, por meio da autenticação dos documentos referentes à aprovação dos Atos e Exames, o estudante estava apto a se matricular no curso de medicina. Com as certidões de comprovação, o aluno se matriculava e passava a integrar o registro do livro de matrículas da universidade. Esse processo de sistematização das matrículas visava “segurar a residência efetiva dos estudantes, julgada pela frequência das aulas e satisfação das Lições”,³²⁷ sendo os Lentes obrigados a serem “exatos e fiéis, debaixo do juramento do seu Cargo”, quanto à notificação das atividades acadêmicas dos seus alunos.³²⁸

³²³ *Ibidem*, p. 12-13.

³²⁴ Era responsabilidade dos professores de medicina estimular os seus alunos por meio de obras escritas em línguas estrangeiras. “Encarrego os Lentes, que recomendem muito aos seus Ouvintes, dos quais espero, que, sem prejuízo das Lições, a que são obrigados, se instruem nelas por todo o tempo do Curso Médico, para se fazerem mais dignos da estima pública e exercitarem melhor sua profissão”. *Ibidem*, p. 13.

³²⁵ *Ibidem*, p. 14.

³²⁶ *Ibidem*. [Grifo dos autores]

³²⁷ *Ibidem*, p. 20.

³²⁸ *Ibidem*.

O curso de medicina durava cinco anos, tempo que, ao ser concluído, possibilitava ao jovem médico fazer o ato de formatura. Mas, caso desejasse obter o grau de bacharel e doutor, deveria frequentar mais um ano acadêmico. Sobre o tempo do curso médico, relatam os *Estatutos*:

Ainda que toda a vida do homem seja muito curta para o estudo dilatado da Medicina; e que não deve jamais afrouxar o Médico no exercício contínuo da observação, e do estudo, para se fazer verdadeiramente útil ao público; contudo na Universidade não deve ser demorado mais tempo, do que for preciso para adquirir os conhecimentos fundamentais da Teórica e ganhar o hábito de praticar com acerto; ficando para o longo exercício e estudo da Arte o fazer-se cada um nela consumado. E sendo o espaço de cinco anos bastante, para adquirirem os ditos conhecimentos, todos aqueles que entrarem na Medicina bem instruídos nos Estudos preparatórios.³²⁹

Ao terminarem a faculdade, os recém-formados ficavam habilitados para exercerem a prática médica em todos os domínios do Império português, assim como poderiam obter “partidos públicos das Câmaras, Conselhos, Hospitais” ou clinicarem nas cidades que desejassem.

Em termos de escolha metodológica, os *Novos Estatutos* eram incisivos nas suas recomendações. Tinham por objetivo estabelecer os principais componentes da medicina moderna, pautados nas ideias de experiência e de observação. O apelo à ruptura e o domínio disciplinar dos novos conhecimentos são dois pesos equilibrados no documento estatutário, o que implica a investigação de elementos que deveriam constituir a grade curricular da reformada faculdade. Para acompanhar a escolha metodológica, era preciso primeiramente compreender quais aparelhos e instrumentos (recursos arquitetônicos) deveriam ser apropriados. Depois, estudar quais eram os melhores meios de controle dos fenômenos naturais e como ensiná-los aos estudantes. A ideia dos reformadores era, nesse sentido, a aplicação de uma *scientia activa et operativa* ao conhecimento teórico-doutrinal.³³⁰

A medicina enquanto uma ciência que “restabelece a saúde dos homens”, deveria se atentar para o fato de que as doenças se dão de forma distinta em cada corpo. É, portanto, “difícil achar dois casos perfeitamente semelhantes”, pois as enfermidades são constantemente “desfiguradas com circunstâncias acidentais”.³³¹ Nessa lógica, cada corpo orgânico comporta um tipo de manifestação da mesma doença, o que, conseqüentemente,

³²⁹ *Ibidem*, p. 22.

³³⁰ KOYRÉ, Alexandre. As origens da ciência moderna: uma nova interpretação. In: *Estudos de História do pensamento científico*. Brasília: UnB, 1982.

³³¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 25.

corroborou na decisão do *Estatuto* em “ordenar que se desterre da Universidade e de todos os meus Reinos, o puro *Empiricismo* desacompanhado das luzes científicas da Teórica”.³³² Apesar da crítica destinada ao empiricismo (que não é o empirismo experimental, mas um tipo de uso dos seus métodos, sem critérios analíticos, sendo Francis Bacon um dos principais críticos deste empirismo descritivo), o *Estatuto* também advogava contra a pura teoria especulativa e a inutilidade das hipóteses sem fundamento. Desse modo, de acordo com o documento, ordenava-se “que se desterre da Medicina o puro *Racionalismo*, como seita igualmente prejudicial à vida dos homens”.³³³ O caminho traçado foi, então, um encadeamento metodológico para o ensino médico em Coimbra.

Ordeno que se tenha sempre o meio entre os dois reprovados extremos; cultivando-se a Medicina *Empírico-Racional*, na qual as luzes da Teórica sirvam para se poderem ler sem equivocação nas experiências as verdades, que ensinar o magistério da natureza: E as observações bem feitas, examinadas, e comparadas, sirvam de retificar, verificar, ampliar, limitar, e aperfeiçoar os conhecimentos da Teórica.³³⁴

Tal princípio partia da ideia de que as manifestações fisiológicas e patológicas, captadas em experimentos, deveriam passar pelo crivo do juízo racional, o que envolve a transposição entre teoria e experiência, de modo que ambas estejam ligadas por um mesmo código de saber. “Não há meio mais seguro para adiantar a Medicina do que comparar perpetuamente os resultados da razão e da experiência”, de forma “que no caso de discrepância se repitam todas as diligências até se conhecer de qual das partes está a equivocação”.³³⁵ Tratava-se, como salientou Foucault, de uma “purificação do olhar” contra conhecimentos falsos ou erros médicos.³³⁶ Evitar os equívocos corresponderia a provar as “verdades de fatos” a partir de “um número suficiente de experiências decisivas; e das verdades científicas, que forem demonstradas por meio de princípios certos, e de outras verdades também demonstradas, sendo todas elas confirmadas pelas observações e experiências”.³³⁷

Esse argumento metodológico, retomado pelos *Estatutos*, em partes, é oriundo da tradição empírica inglesa, sobretudo a desenvolvida por Francis Bacon em *Novum Organum*

³³² *Idem, Ibidem.* [Grifo dos autores]

³³³ *Ibidem*, p. 26. [Grifo dos autores]

³³⁴ *Idem, Ibidem.* [Grifo dos autores]

³³⁵ *Ibidem*, p. 27.

³³⁶ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

³³⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 27-28.

de 1620. Segundo Bacon, o trabalho científico não deveria partir do puro movimento de experiências intercaladas, muito pelo contrário, pois, “em meio à abundância dos experimentos mecânicos, há grande escassez dos que mais contribuem e concorrem para a informação do intelecto”.³³⁸ A concepção traçada por Bacon entende que as ciências empíricas deveriam atingir um equilíbrio metodológico entre prática e teoria, como um meio de constituir axiomas passíveis de serem examinados ou provados. O método ideal para prosseguir com tal equilíbrio seria, portanto, o *empírico-racional*.

Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intato na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional.³³⁹

A semelhança entre os dois argumentos é evidente, pois trata-se de uma apropriação, por parte dos reformadores, do método baconiano deslocado para o problema do ensino de medicina em Portugal.³⁴⁰ A aprendizagem passava a ser vista mais pelo prisma da técnica – uso das mãos, da repetição e do olhar apurado – do que das inúmeras horas “perdidas” na leitura de “tratados volumosos, em que se acham as matérias discutidas em largo e ornadas com erudição acessória”, mas que por si só não contemplavam o bom ensino acadêmico.³⁴¹ Segundo o documento pombalino, os textos das Lições deveriam ser compêndios bem organizados, sintéticos e analíticos, “de um modo elementar e abreviado, mas de sorte que sejam cheios de doutrinas”.³⁴² Por outro lado, esses materiais didáticos não seriam engessados no currículo acadêmico. A proposta dos *Estatutos* era fazer uma espécie de

³³⁸ BACON, Francis. *Novum Organum*: verdadeiras indicações acerca da interpretação da Natureza. São Paulo: Pensadores, 1988.

³³⁹ *Ibidem*, p. 63.

³⁴⁰ Stuart B. Schwartz destaca: “Se reformadores, pensadores e autores espanhóis e portugueses, devido a afinidade linguística e religiosa, tendiam a procurar inicialmente inspiração gálica, por outro lado era a Inglaterra que realmente ocupava um lugar nos círculos letrados [...]. Foi sobretudo o empirismo e racionalismo inglês que atraiu os intelectuais ibéricos que tentavam reconciliar a ordem tradicional e os novos métodos de pensamento.” SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei*: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 338.

³⁴¹ Os tratados volumosos não são em absoluto condenados, mas não serão utilizados como material didático das aulas, mas sim como “Lição particular dos Estudantes”. Dando preferência para a fabricação de compêndios. *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 31-32.

³⁴² *Ibidem*.

atualização, tanto dos livros, quanto das técnicas experimentais. Tal princípio de rotatividade dos tratados médicos é declarado nos seguintes termos:

Como, porém neste gosto, que por Regra Geral Tenho estabelecido, podem aparecer Tratados cada vez mais perfeitos e completos em todas as Disciplinas do *Curso Médico*. E como uma das coisas do atraso dos Estudos nas Universidades é a parcialidade com que se asseram aos Autores, que uma vez entrarão a seguir: Declaro e Ordeno, que nenhum Autor, nacional ou estrangeiro seja fixamente adotado para as Lições de *Medicina*; mas que se tenha sempre provisoriamente o que for aprovado para o dito fim das Lições, enquanto não aparecer outra na mesma matéria, que se julgue mais perfeito e mais útil ao bom aproveitamento dos Estudantes.³⁴³

Nessa lógica, a união entre bons materiais didáticos e a realização de experimentos era considerada uma forma legítima de produção do conhecimento científico – conhecimento este pautado no método empírico-racional. Tal procedimento, como argumenta Steven Shapin, traduz a própria lógica da tradição empírica, que entende que o curso do conhecimento experimental segue um tipo padronizado de circulação: partindo da realização do experimento, depois para a demonstração e em seguida à formulação discursiva sobre ele. Segundo o autor,

Realizar um experimento corresponde à pesquisa propriamente dita, ao fazer aquilo funcionar, possivelmente na presença de incerteza acerca do que constitui um experimento que funcione. Mostrar é exhibir a outros um experimento em funcionamento, o que é comumente chamado de demonstração. E discursos de experimento são a gama de comportamentos verbais difusos e interpretativos que ou acompanham as mostras de experimentos, ou referem-se às mostras ou aos testes feitos em algum momento e em algum lugar.³⁴⁴

Os recursos teóricos alinhados aos testes experimentais significavam, no entendimento dos *Estatutos*, a circunstância metodológica ideal para o ensino médico. A ideia era que os estudantes soubessem quais experimentos tinham obtido êxito e quais tinham fracassado. E somente por meio de um conhecimento prévio dos fenômenos naturais, era possível fazer esse controle das experiências que seriam realizadas nas disciplinas práticas do curso. O reflexo dessas mudanças, de ordem metodológica, aparece, por exemplo, na preocupação que tiveram os *Estatutos*, em por fim no divórcio entre medicina e cirurgia, o qual “tem sido mais do que

³⁴³ *Ibidem*. [Grifo dos autores]

³⁴⁴ SHAPIN, Steven. *Nunca Pura: Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e Que se Empenham por Credibilidade e Autoridade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 85.

todas as outras causas prejudiciais aos progressos da Arte de curar”, sendo impossível ser “bom Médico, quem não for ao mesmo tempo Cirurgião”.³⁴⁵

Tal como observa Jean Luiz Neves Abreu, “Para que pudessem praticar a cirurgia e conhecer as causas das doenças, passava a ser prioritário o acesso dos estudantes de medicina aos cadáveres”.³⁴⁶ E tais decretos, completa, “estavam de acordo com o pensamento iluminista do século XVIII, que concebia a anatomia como uma das vias privilegiadas para o conhecimento da natureza do homem”.³⁴⁷ No verbete *Anatomia* da *Encyclopédie*, escrita por Denis Diderot, considerava-se que a finalidade do saber anatômico era “a possibilidade de, com o auxílio desse conhecimento, orientar com segurança o tratamento das doenças que são objetos da arte médica e da arte cirúrgica”.³⁴⁸ E aquele “que não tenha acompanhado a Anatomia em seus labirintos não seria digno de entrar no santuário da Medicina”, completa o verbete.³⁴⁹

Seja como for, nesse processo de alinhamento entre o saber teórico e o conhecimento experimental, vemos que o programa pedagógico da Universidade de Coimbra tomou para si uma direção completamente nova no seu *modus explicandi*, o que também refletiu na hierarquia curricular da Faculdade de Medicina. Como destaca Laerte Ramos de Carvalho, “Nada mais estranho ao real espírito do iluminismo do que a ideia de uma ciência empírica, sem destino imanente, no seu próprio modo de elaboração, sem a ideia de um princípio, de uma razão, intimamente compreendido com o fim da investigação experimental”.³⁵⁰ Ou, nas palavras de Roque Spencer Maciel de Barros, “O *racionalismo clássico* [...] irá ser posto sob suspeita por um outro tipo de racionalismo, muito mais cioso da experiência e dos limites do conhecimento, o da *ilustração*, que deita suas raízes na filosofia de Locke”.³⁵¹ Esse programa de ensino significou, para os reformadores de Pombal, uma forma de valorizar os conceitos médicos (oriundos das doutrinas) enquanto mecanismos operatórios e interpretativos das circunstâncias práticas do ensino anatômico, cirúrgico, fisiológico e patológico.

³⁴⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 30.

³⁴⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. *O Corpo, a Doença e a Saúde: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 70.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia ou Dicionário razoado das ciências das artes e dos ofícios: Ciências da natureza* (Volume3). São Paulo: Unesp, 2015, p. 253.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 257.

³⁵⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978, p. 53.

³⁵¹ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Razão e Racionalidade: Ensaio de Filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993, p. 7. [Grifo do autor]

Seguindo essa linha, mas remodelando para a realidade portuguesa, o *Estatuto* defendia que as regras do raciocínio, ou seja, os critérios conjecturais que analisam e combinam as matérias estudadas, deveriam ser apreendidas pelos alunos, à mesma medida que também deveriam aprender a arte de demonstrar, por meio de lições que exploravam as sensações – ver, ouvir, cheirar e tocar. O equilíbrio entre as duas instâncias do conhecimento possibilitava ao estudante médico gravar na memória os conceitos necessários e ter senso crítico para avaliar as probabilidades de erro e acerto de tais experimentos. Para o documento pombalino, os estudantes que se inclinasse para os “critérios dos raciocínios” deveriam imediatamente compreender que tais matérias “são insuficientes, e de nenhuma utilidade se por um exercício frequente se não adquirir o hábito precioso de as aplicarem felizmente á prática”.³⁵²

Terminadas as referidas discussões, os *Estatutos* apresentam então sua nova grade curricular. Estabeleceram seis cadeiras, que foram distribuídas entre os Lentes e seus respectivos demonstradores-auxiliares. No primeiro ano, logo após os estudos preparatórios, ficaram instituídas as aulas de *Matéria Médica* e de *Arte Farmacêutica*, ambas realizadas na sala de aula, no Jardim Botânico e no novo Dispensatório Farmacêutico. No segundo, eram tratadas as lições de *Anatomia*, *Operações Cirúrgicas* e *Arte Obstetrícia*, realizadas no novo Teatro Anatômico. No terceiro, os alunos frequentariam as aulas de *Instituições médico-cirúrgicas*, que compõem as lições de fisiologia, patologia, semiótica, terapêutica e higiene. No quarto, eram ministrados os *Aforismos*, sobretudo os de Herman Boerhaave. Por fim, no quinto, o estudante deveria frequentar o Hospital Escolar para ter as lições de *Prática Médico-cirúrgica*, que correspondia à observação dos doentes, à realização de pequenas cirurgias, ao diagnóstico de quadros clínicos e à indicação terapêutica.³⁵³ E, caso o médico desejasse obter o doutoramento, era obrigatório realizar o sexto ano do curso, repetindo as cadeiras de *Instituições* e *aforismos*.

O novo currículo da Faculdade de Medicina priorizou, sobretudo, o ensino prático adequado ao conhecimento doutrinal. Nesse sentido, para acompanhar os avanços pedagógicos foi preciso ampliar as estruturas da Universidade de Coimbra, instituindo-se o Hospital Escolar, o Dispensatório Farmacêutico, o Teatro Anatômico, o Jardim Botânico e os “laboratórios” de química e física. Conforme analisa João Rui Pita,

³⁵² Utilizamos aqui uma passagem referente aos *Estatutos* da Faculdade de Filosofia, como um meio complementar para entender a questão metodológica por trás da escolha “empírico-racional” do curso médico de Coimbra. *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 344.

³⁵³ *Ibidem*, p. 33-36.

O hospital Escolar era destinado a servir a principal aula de medicina, conforme defendia Boerhaave; tinha, então, por objetivo pedagógico e científico servir, para as aulas práticas de clínica médica, a mais genuína parte da medicina doutrinal. O Teatro Anatômico era fundamental para a aprendizagem das dissecações anatômicas, base imprescindível para o exercício da cirurgia. O Dispensatório Farmacêutico, a botica do Hospital Escolar, era o estabelecimento destinado a fornecer medicamentos aos doentes do hospital e aos externos e, visava ainda, o ensino de farmácia aos alunos de medicina e a formação de boticários.³⁵⁴

Tais espaços dialogaram diretamente com a realização das disciplinas acadêmicas e cada vez mais transformavam os lugares de fazer e conhecer a ciência. Assim, vejamos, agora, de forma individualizada, como os *Estatutos* ordenaram cada ano do curso médico.

O primeiro ano, composto pelas disciplinas de *Matéria Médica e Arte Farmacêutica*, ficou encarregado o médico e professor luso-brasileiro José Francisco Leal (1744-1786). O Lente dessas lições era responsável por apresentar aos estudantes os prolegômenos da medicina – princípios básicos, terminologias e sua história (os progressos, as revoluções e as decadências). Por cerca de quinze dias era apresentado esse “estado da arte”, com o intuito de introduzir e familiarizar os ouvintes ao estudo da medicina. Depois, ficava ordenada uma breve explicação da História Natural, sobretudo a relação entre os reinos animal, vegetal e mineral, de modo que se explicavam “as Virtudes das diferentes raízes, cascas, sementes, gomas, bálsamos, partes de animais e minerais que tem uso na Medicina” e uma vez por semana, se orientavam tais virtudes no entorno do Jardim Botânico.³⁵⁵ Ele ficava nas vizinhanças da Universidade, um terreno que havia sido doado pelos “Padres Bentos ao Marquês de Pombal”, que logo examinou a melhor porção da terra para se cultivarem as novas plantas. Desejando que “não faltassem Plantas vivas para as Demonstrações da História Natural”, ordenou-se que se fizesse um “pequeno jardim para o qual se transplantaram do Jardim Real de Lisboa muitas Plantas”.³⁵⁶

Nessa lição, o Lente deveria recapitular as características gerais das plantas medicamentosas e quais seus efeitos práticos. Igualmente, o estudante médico deveria ser capaz de comparar as plantas vivas com sua respectiva figura nos livros e tratados para “se

³⁵⁴ PITA, João Rui. Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 134.

³⁵⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 41.

³⁵⁶ LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, edição *fac-simile*, 1980, p. 131-132.

acostumarem a entender a linguagem do desenho”.³⁵⁷ O Dr. Leal tinha duas obrigações centrais na sua disciplina:

O primeiro é fazer que seus Discípulos adquiram o *conhecimento ocular* de todos os produtos da natureza, que tem uso na Medicina; e saibam julgar da sua qualidade e bondade; discernindo os genuínos, sãos e legítimos, dos falsos, viciados e contrafeitos. O segundo, mostrar as virtudes e usos medicinais, que nos ditos produtos se tem descoberto; os meios, por onde se descobriram; e por onde se poderão fazer novos descobrimentos e enriquecer a Matéria Médica de novos remédios em benefício do público.³⁵⁸

Aprender a olhar, diferenciando o estado de cada produto, se era ele fresco, seco, velho ou podre, tornava-se uma das principais habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes no curso de *Matéria Médica*. E, com o intuito de ajudar na memória dos ouvintes, era necessário “que o Lente disponha e ordene os referidos produtos da *Matéria Médica* por certas classes, ordens, gêneros á imitação do que imaginou *Linneu* com grande vantagem no Sistema da Natureza”.³⁵⁹ Rompia-se, assim, com os antigos manuais de História Natural, sobretudo os de Plínio e Aristóteles, e apropriava-se das críticas, como as de Lineu, contra as explicações teológicas da natureza, oriundas da escolástica dos inicianos.³⁶⁰ Conforme Keith Thomas, o sistema lineano foi desenvolvido em 1735 e se fixou como um dos principais sistemas de classificação da natureza. “Tratava-se de um sistema artificial, baseado, quanto às plantas, no número, situação e proporção dos elementos de frutificação, estames e pistilos”.³⁶¹

Na lição de *Matéria Médica* as plantas eram estudadas a partir das suas estruturas intrínsecas e também pelos seus usos práticos na cura de pacientes. Ao se apropriar do sistema de Lineu, os *Estatutos* estavam defendendo uma maneira secular de pensar o mundo vegetal, em que a hierarquia das plantas medicamentosas deveria ser rígida, não permitindo nomes baseados “no caráter moral ou na importância religiosa das plantas, qualidades que ele [Lineu] considerava altamente subjetivas”.³⁶²

³⁵⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 42.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 42-43. [grifo nosso].

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 43. [grifo dos autores].

³⁶⁰ Para uma análise mais detida sobre as relações entre teologia e história natural ver, entre outros, os estudos: DEAR, Peter. *The Intelligibility of Nature: How Science makes sense of the world*. Chicago: The university of Chicago Press, 2006. GAUKROGER, Stephen. *The emergence of a Scientific Culture: Science and the shaping of Modernity (1210-1685)*. Oxford: Clarendon Press, 2006. THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁶¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 92.

³⁶² *Ibidem*, p. 120.

Nesse quadro pedagógico, o ensino se dava, acima de tudo, pelo uso das mãos e pela aplicação ocular nas circunstâncias reais da experiência. A ideia era embasar o raciocínio nos princípios da física e química, pois a especulação infundada vinha enchendo “a Medicina de remédios imaginários, com prejuízos da saúde pública”.³⁶³ O ensino de *Matéria Médica e Arte Farmacêutica*, tomando essas concepções, deveria ensinar aos estudantes não só as propriedades físicas de algum produto da natureza, mas também quais “os efeitos que devem causar no corpo humano” ao serem “aplicados externa ou internamente”.³⁶⁴ Nas palavras dos *Estatutos*:

Assim mostrará: que o efeito seguido depois da aplicação de qualquer remédio não lhe pode ser atribuído, senão quando evidentemente constar que não é possível ter resultado de outra causa. E que o único meio de isto constar é fazer um número suficiente de experiências do mesmo remédio [...]. E ajuntará a isto todas as reflexões, que lhe parecem convenientes para formar os Discípulos na Arte das observações Médicas, que requerem um tino e sagacidade particular, que o Professor ensinará com a doutrina e com o exemplo.³⁶⁵

Era obrigação de José Francisco Leal ser cauteloso com seus ouvintes “para não se enganarem com as virtudes decantadas de certas pedras raras e peregrinas; de muitas preparações secretas” que nunca foram comprovadas pela experiência farmacêutica ou química. Era preciso ensinar aos estudantes quais eram os “remédios falsos, supostos, duvidosos, prejudiciais e imaginários, de que abundam muitos livros da Arte, escrito[s] por autores de má fé”.³⁶⁶

Assim, ficava estabelecido um currículo acadêmico que, já no primeiro contato dos alunos, priorizava pela exatidão, experiência, demonstração e aplicação dos produtos medicamentosos, “procurando deduzir tudo dos princípios fundamentais desta Arte, acompanhados dos Princípios de Física; e de um modo racional e científico”.³⁶⁷

Para acompanhar esses princípios, era obrigatório que um dia da semana os estudantes acompanhassem as aulas no Dispensatório Farmacêutico e no Laboratório. Mas, ao invés de serem aulas-espetáculos, os alunos tinham que trabalhar pelas suas mãos para adquirirem o hábito e praticidade que requer a profissão médica. Por isso o Lente “procurará inspirar-lhes o desejo e nobre emulação de indagam e averiguarem as cousas em si mesmos; fazendo

³⁶³ *Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772*, p. 44.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 45.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 46.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 47.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 49.

tentativas e experiências Químicas e Farmacêuticas”.³⁶⁸ Tal método empregado, diferentemente da escolástica, lançava um dispêndio de autonomia sobre os ouvintes, em que eles eram ordenados a trabalharem em grupos ou fazerem as demonstrações práticas por conta própria, sendo isso parte da sua avaliação e empenho acadêmicos. Desse modo, os *Estatutos* são incisivos:

O Lente, que nesta parte proceder com negligência, repugnando fazer por si mesmo as ditas operações e animar com o seu exemplo a diligência e trabalho dos Discípulos; com o pretexto vão e frívolo de não serem as operações práticas e manuais decentes ao seu caráter e profissão; inspirando deste modo nos ânimos incautos dos seu Ouvintes os mesmos prejudiciais sentimentos, em prejuízo do seu aproveitamento e do adiantamento da Medicina; além de ser reputado como inimigo do Bem Público e fator das ideias ociosas dos Médicos Árábico-peripatéticos, será privado da Cadeira e de todas as honras que de Mim tiver.³⁶⁹

Terminado os exames teóricos e práticos referentes à *Matéria Médica e Farmácia*, o aluno então tornava-se apto a continuar a Faculdade de Medicina e passava para o segundo ano, em que estudaria *Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia*. O Lente responsável por essas lições seria o médico italiano Luis Cichi, que era famoso clínico na cidade de Porto e que exerceu o cargo na universidade até 1779.³⁷⁰ Sendo também José Correa Picanço nomeado demonstrador e auxiliar de Cichi nas lições. O curso anatômico tinha, em média, a duração de quatro meses e acontecia nas manhãs e tardes; integrando as demonstrações práticas às explicações teóricas. A abertura da lição já mostrava a preocupação dos reformadores em dar coerência ao currículo médico, encaixando o que se havia aprendido no primeiro ano e o que seria ensinado nas aulas anatômicas.

Passarão [os estudantes] no Segundo Ano a estudar a fábrica e mecanismo do mesmo corpo; a situação e natureza das suas partes similares e organizadas; porque sem estes conhecimentos nem se poderão entender as causas da saúde e da vida; da doença e da morte; nem aplicar-se com acerto e inteligência o uso dos remédios, cujas propriedades Mediciniais e preparações farmacêuticas estudaram no Ano precedente.³⁷¹

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 50.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 51.

³⁷⁰ PITA, João Rui Pita. A Reforma Pombalina da Universidade, a Faculdade de Medicina e os Estudos Médicos e Farmacêuticos. In: PITA, João Rui. *Ciência e Experiência: Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2006.

³⁷¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 53.

As aulas de anatomia começavam com o ensino dos seus elementos gerais, momento em que o Lente vai “explicando seu objeto, fim e utilidade”. Passando para um rápido resumo da história da anatomia, sobretudo por suas épocas mais notáveis. “Isto é: de *Hipócrates* até *Galeno*. De *Galeno* até *Vesálio*. E de *Vesálio* até o presente. Dando notícias mais distintas desta última época, em que a Anatomia tem feito os maiores progressos”.³⁷² Cronologia que também foi utilizada pela *Encyclopédie* no verbete de *anatomia*.³⁷³

Como se sabe, no século das Luzes, a História da Medicina era uma temática amplamente contemplada pelos médicos. Sua valorização não só marca o caráter erudito e doutrinário dos autores, como também o seu fascínio em transcrever o progresso da ciência médica.³⁷⁴ O uso do conhecimento histórico, pautado no princípio hermenêutico, foi amplamente recomendado, não só pelos *Estatutos*, mas também por Verney no *Verdadeiro Método de Estudar*. O objetivo era apreender os diferentes significados da história sobre a compreensão dos fenômenos médicos.

Após esta súpula, os conteúdos vão ficando mais densos e específicos; dividindo o estudo anatômico em seis áreas centrais. Segundo os *Estatutos* a ordem era passar

primeiro uma ideia geral do Corpo humano; das fibras mínimas e simplíssimas, de que elas se compõem. Passando depois a explicar com individuação e miudeza as partes desta Ciência. A saber: a *Osteologia* que mostra a figura e situação dos ossos. A *Esplancnologia*, que ensina a estrutura e posição das entranhas. A *Angiologia*, que descobre o calibre e comunicação dos vasos. A *Adenologia*, que explica a forma e configuração das glândulas. A *Neurologia*, que indaga a origem e ramificação dos nervos. E a *Miologia*, que demonstra o mecanismo e ação dos músculos.³⁷⁵

³⁷² *Ibidem*, p. 54. [grifo dos autores]

³⁷³ “A história geral da Anatomia pode ser dividida em cinco partes. A primeira compreende o período entre a criação do mundo e Hipócrates; a segunda, entre Hipócrates e Herófilo e Erasítrato; a terceira, entre Herófilo e Erasítrato e Galeno; a quarta, entre Galeno e Vessálio; a quinta, de Vessálio a nossos dias”. DIDEROT, Denis. D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia ou Dicionário razoado das ciências das artes e dos ofícios: Ciências da natureza* (Volume3). São Paulo: Unesp, 2015, p. 262.

³⁷⁴ Podemos citar alguns: Joseph Lieutaud com sua *Historia anatomico-medica, sistens, numerosíssima cadaverum humanorum extispicia* (1767), Johannes van kerckhem com seu *All the anatomical and physiological Works of Fabricius ab Aquapendente* (1738), Charles Nicholas Jenty publica ao longo da década de 1750, em Londres, um número significativo de volumes sobre as descobertas anatômicas, em seu *A Course of anatomico-physiological lectures* e também seu *Illustrated with na historical compendium of the rise, progress and discoveries which have been made in the animal economy, gradually traced to the presente time e*, por fim, William Northcote, que em 1772 publica *A concise history of anatomy. From the earliest ages of antiquity. To which are annexed a few thoughts on the uses of anatomy, and rules for giving a course of anatomical lectures*, entre outros tantos exemplos.

³⁷⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 54-55.

A ideia era apresentar aos alunos uma ordem na composição do corpo humano, que corresponde, como nos lembra Rafael Mandressi, à ordem da natureza. “O relato anatômico deve pois começar pelas partes que a natureza fabrica em primeiro lugar, isto é, os ossos”, comenta o autor. Iniciava-se um estudo das partes que “sustentam” o corpo, ou seja, ossos, músculos e entranhas – com destaque para a espinha dorsal. Percorrendo, conseqüentemente, as pequenas partes, como as fibras, vasos, glândulas etc. Segundo Mandressi, a fragmentação do corpo é um dos grandes projetos para o estudo de anatomia no século XVIII, sendo o modelo explicativo utilizado por famosos tratados anatômicos.³⁷⁶ Essa divisão das matérias anatômicas foi um recurso pedagógico utilizado pela *Junta de Providência Literária*, conhecido como método sintético ou compendiário, que evitava o ensino da medicina por sistemas universais e difusos.

Juntamente com o ensino teórico da anatomia, vinha acompanhado também, o recurso experimental dessa lição. Recorreram às dissecações, vivisseccões e conservação das peças anatômicas (sejam cadáveres ou modelos de cera). O Lente ficava encarregado de ensinar as regras e métodos de dissecação e preparação das partes do corpo humano; “explicando o uso dos instrumentos que servem para fazer as ditas operações”.³⁷⁷ Como se sabe, no século XVIII foi ampla a utilização de modelos de cera com a finalidade do ensino anatômico. Apesar de preferirem os cadáveres, tais bonecos são extremamente detalhados e, se comparado ao corpo humano, às semelhanças são impressionantes (ver: *Figura 2*). Os chamados “manequins anatômicos” serviam de material para os estudantes, evitando, assim, o estudo da anatomia somente pelas ilustrações dos tratados médicos.³⁷⁸ De certa maneira, acabavam contribuindo para a orientação prática do ensino.

³⁷⁶ Sobretudo os trabalhos de João Fernel (1542), Fabrici d’Acquapendente (1603), William Harvey (1628), Marcello Malpighi (1686) e Jacques-Bénigne Winslow (1732). MANDRESSI, Rafael. Dissecações e anatomia. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (Org.). *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 431-440.

³⁷⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 55.

³⁷⁸ Os modelos anatômicos são utilizados até hoje nas universidades de medicina, apesar de não serem de cera, mas de plástico, os bonecos ainda repercutem no ensino contemporâneo. Maiores detalhes ver: EBENSTEIN, Joanna. *The Anatomical Venus: Wax, God, Death and Ecstatic*. New York: Art Pub, 2016.

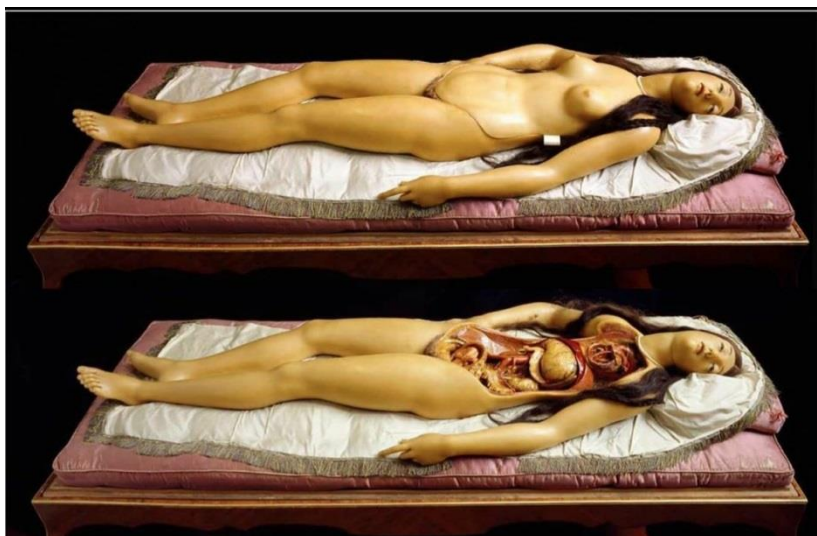


Figura 2: *Cera anatômica* (1780): Museo di Storia Naturale (La Specola). Università di Firenze.

Segundo os *Estatutos*, ficava ordenado que as lições teóricas de anatomia fossem realizadas no verão, estação pouco propícia para a conservação dos cadáveres. Nesse momento do curso, o Lente deveria direcionar “as suas explicações com a auxílio de boas estampas iluminadas; de preparados anatômicos; de esqueletos; e de corpos artificiais; de que haverá o provimento necessário nos armários da aula”.³⁷⁹ Assim que a estação fosse propícia e houver cadáveres, “mudará as Lições para o Teatro Anatômico”, onde o professor lecionava com o seu auxiliar.³⁸⁰ O intuito das lições no Teatro Anatômico era colocar os ouvintes diretamente com a prática, sendo eles responsáveis por trabalhar em conjunto com os professores.

Porque não basta adquirir o conhecimento das partes do Corpo humano, sem aprender a dissecar, separar e preparar as ditas partes; trabalhando e vendo trabalhar: Ordeno que as Demonstrações práticas e oculares da Anatomia, não sejam feitas sobre partes já dissecadas, separadas e preparadas por outrem; mas que o mesmo Lente faça com os Discípulos todas estas operações preparatórias: Estando sempre presente o Demonstrador de Anatomia.³⁸¹

³⁷⁹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 55.

³⁸⁰ Segundo o reitor D. Francisco de Lemos, até em 1777 o Teatro Anatômico ainda estava em construção, sendo as aulas práticas de Anatomia transferidas para “as Casas necessárias nas Aulas do Real Colégio das Artes”. LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade* (1777). Coimbra: Imprensa da Universidade, edição *fac-simile*, 1980, p.124.

³⁸¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 56.

Essa relação pragmática entre estudantes e professores perpassa por todo o Estatuto. A ideia era que os ouvintes não só aprendessem ouvindo as lições teóricas, como também praticassem a dissecação “acompanhada da inspeção ocular” e pelo uso dos instrumentos cirúrgicos. Por isso, era obrigação do Lente mandar “todos os Discípulos por sua ordem vejam e examinem sobre as partes anatomizadas aquilo que lhes ensina”. As peças dissecadas ficariam expostas na “bancada anatômica” para que “os Estudantes possam sobre elas recapacitar a Lição”.³⁸²

Segundo o documento pombalino, a universidade deveria obter seus cadáveres a partir dos dois principais hospitais de Coimbra: o Hospital Escolar (ainda em construção naquele momento) e o antigo Hospital da Cidade. “Servirão os cadáveres dos que morrerem nos dois Hospitais” e que foram acompanhados pelo Lente de *Prática* (5º ano) durante suas enfermidades. Após o falecimento de algum enfermo no hospital, do qual serviria para os estudantes de anatomia, ficava estabelecido que seu corpo fosse aberto na frente dos ouvintes “para averiguar na presença deles a causa da sua morte; para retificar o juízo, que tinha feito da doença; e para instruir aos mesmos Discípulos no resultado que da dita inspeção se deve tirar”.³⁸³ O médico que cuidou do enfermo, antes do seu falecimento, deveria informar ao Lente de anatomia, “debaixo de pena de suspensão perpétua do exercício da Arte”, a circunstância da enfermidade e os remédios ministrados. A partir disso, o Lente organizava uma espécie de “ficha técnica” que seria consultada pelos estudantes antes das aulas práticas com o cadáver. Isso comprova que, os mortos eram “preparados” anteriormente pelo Lente de *Prática* e pelo médico que acompanhou o enfermo. Ou seja, a primeira dissecação não era realizada pelo Lente de *Anatomia* e seus estudantes, mas sim realizada no interior do hospital.

O curso de anatomia tinha por objetivo equilibrar o método empírico-racional, de modo a não fazer das lições somente “objeto [de] descrever e mostrar a matéria, figura, estrutura e nexos das partes do Corpo humano”; sendo necessário o professor “indicar o uso das partes” de modo que “faça interessar mais a atenção dos Discípulos”.³⁸⁴

Passados quatro meses, as últimas lições eram destinadas ao curso de ataduras (que consistia em mostrar os diferentes artifícios de ligaduras e posições dos membros que estão conectados), operações cirúrgicas (mostrar o uso dos instrumentos cirúrgicos e o método de utilizá-los) e obstetrícia (lição em que o lente ensinava todas as posições e situações que pode achar um feto no útero). Ficava ordenado pelos *Estatutos* que

³⁸² *Ibidem*, p. 57.

³⁸³ *Ibidem*, p. 59.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 64.

As demonstrações oculares de todas as referidas operações serão primeiro feitas em cadáveres e na falta deles em corpos artificiais. E quando houver de fazer-se amputação ou qualquer outra operação mais rara e importante em algum enfermo do Hospital, serão obrigados a assistir não somente os Estudantes deste ano, mas também os das Classes superiores.[...] E quando não haja ocasião de praticar nos enfermos as ditas operações, o Lente mandará faze-la em animais vivos, para que neles adquiram os Discípulos o exercício e hábito de obrar sem perturbação á vista do sangue.³⁸⁵

Por fim, os exames seriam “um de *Teórica*; outro de *Prática*”, dos quais a matéria principal era “tirada por sorte” segundo o que se havia ministrado no curso anatômico. Seguido também, de mais três questões sobre ataduras, partos e operações cirúrgicas, que “o estudante explicará verbalmente o modo que se deve ter na *Operação*, indicada no dito ponto, dando a razão teórica dela”. No exame teórico o examinador fazia perguntas e propunha suas dúvidas “para explorar a inteligência do Estudante”. Após uma dissertação e apresentação oral, passava-se para o exame prático, realizado no Teatro Anatômico. Era tirado na sorte a operação à ser realizada no local, executando-a na presença dos Lentes, “servindo-se para isso de corpos artificiais na falta de cadáveres”. Sendo tudo visto e examinado “procederão á aprovação ou reprovação do estudante”, conforme julgará o Lente. Daí se dava continuidade ao curso de medicina.³⁸⁶

No terceiro ano de faculdade médica, era ministradas as aulas de *Instituições* ou *Teórica Médica*, da qual “se funda nos princípios estudados nos ditos primeiros dois anos, combinados com os princípios de Física e Matemática, que houverem aprendido nas disciplinas preparatórias dos anos precedentes”.³⁸⁷ Sendo o Dr. António José Pereira responsável pelas lições do dito ano. Assumiu a cadeira até 1776, quando, no mesmo ano passou a ser ministrada pelo Dr. José Francisco Leal.

De acordo com os *Estatutos* as lições de *Instituições* “é a alma da Medicina” e por isso, o lente deveria se ater na exatidão e brevidade dos fatos, “sem entrar na discussão de fatos duvidosos, que nada importam ao progresso da Arte”. Era nesse ano que o estudante aprenderia o “verdadeiro caminho de filosofar na Medicina”, introduzindo a aplicação das “regras particulares do método para o estudo Médico” segundo as “regras gerais estabelecidas

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 66.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 140-143.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 68.

pelo Cavalheiro *Newton* para a *Filosofia Natural*".³⁸⁸ Tal conhecimento era necessário ao saber médico, pois se tratava de uma "cadeia de raciocínios seguros e eficazes" que formavam "um Corpo regular de Doutrinas". Ou seja, a aplicação do raciocínio matemático "sobre as Leis constantes observadas na natureza".³⁸⁹

O ensino de *Instituições* é salientado como um dos mais importantes do curso médico de Coimbra, fato que também se comprova pela necessidade que tinha o estudante, caso desejasse o doutoramento, de repeti-la. A lição tinha por objetivo "prever as diferentes causas que pode concorrer em qualquer moléstia, e os efeitos que se pode esperar de diversos remédios proporcionados a combater a ação das mesmas causas".³⁹⁰ Requer ao estudante, enquanto observador, saber com delicadeza e sagacidade quais são estas condições patológicas que se manifestam em diferentes tipos de enfermos. Perante a cabeceira do doente, o estudante médico tinha que aprender como ter um "*olhar de superfície*", em que todas as aplicações analíticas se voltassem para o exame do *espaço tissular* do corpo.³⁹¹ Olhar que, conforme vimos, já vinha sendo treinado nas lições de *Matéria Médica* e *Anatomia*. Nessa lógica, conforme os *Estatutos*, a *Teórica Médica* seria dividida em cinco áreas:

Principiando na *Fisiologia*, que ensina a Teórica geral e particular do corpo são. Passando dela à *Patologia*, na qual se contém a Teórica do corpo enfermo e se explicam as diferentes enfermidades, a que está sujeito, as suas causas e efeitos. Explicando depois a *Semiótica*, na qual se ensinam os diferentes finais, por onde se conhece tanto no corpo são, como no enfermo e o seu estado e disposição atual; e qual é, foi ou há de ser o grau, qualidade, progresso e efeito da saúde ou da doença. Passando dela à *Higiene*, que prescreve os remédios proporcionados para a conservação da vida e da saúde humana, segundo o seu presente estado. E concluindo com a *Terapêutica*, que ensina o uso dos remédios convenientes para remover a doença e restituir a saúde.³⁹²

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 68-69. [grifo dos autores]

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 70-71.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 71.

³⁹¹ Conforme Roberto Machado, a partir das investigações de Foucault, é no final do século XVIII "que começa a se produzir uma mudança fundamental com relação à clínica e à medicina classificatória, que implicará o deslocamento do espaço de percepção da doença considerada como essência nosográfica para o corpo doente. Falando da metáfora do tato utilizada pelos médicos para definir o 'golpe de vista' característico da anátomo-clínica, Foucault assinala a transformação que se inicia: 'E nessa nova imagem que se faz de si mesma, a experiência clínica se arma para explorar um novo espaço: o espaço tangível do corpo, que é ao mesmo tempo, a massa opaca em que se escondem os segredos, as invisíveis lesões e o próprio mistério das origens'". MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 97.

³⁹² *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 72.

Com o estudo da fisiologia se objetivava compreender as “funções da Economia Animal no Estado de Saúde”; com a patologia investigaria o “curso de todos os sintomas” que causam ou resultam nas enfermidades. Nessas duas áreas da medicina “se compreenderá tudo o que pertence geralmente á Teórica das doenças; tanto externas, como internas; unindo as *Instituições médicas* com as *Cirúrgicas*”. O lente ficava responsável por instruir seus ouvintes “com solidez ao verdadeiro uso do raciocínio na Medicina”, pois nas “*cabeceiras dos enfermos de nada valem as definições metafísicas das doenças*”.

Conforme o entendimento dos *Estatutos*, no terceiro ano do curso médico “explicará o uso das partes do Corpo humano; não somente de cada uma por si; mas também de todas juntas. Mostrando a harmonia, com que se ajudam umas ás outras; e com que concorrem por um mecanismo admirável para a conservação do todo”.³⁹³ Assim como também era ordenado à explicação das diferentes funções do organismo, que são

as *Vitais*, que dependem da boa constituição do cérebro, do coração e do bofe; as *Naturais*, que dependem de todos os órgãos que concorrem para a nutrição, que são os da mastigação, deglutição, digestão, chilificação, circulação, secreções, etc; e as *Animais*, que dependem dos órgãos, para cuja ação concorre a alma de um modo mais particular; como são os movimentos musculares; o uso dos sentidos; o sono; a vigia; a fome; a sede, etc.³⁹⁴

Um estudo fisiológico e patológico que se quisesse empirista, deveria considerar a mecânica do corpo humano a partir das condições necessárias para a saúde. A advertência colocada pelos *Estatutos* era também uma tópica recorrente da fisiologia das Luzes, sobretudo nas obras de William Cullen, Robert Whytt e Albrecht van Haller. Estes autores defendiam que a medicina deveria ser protegida das pretensões especulativas e das hipóteses sem fundamento na demonstração fisiológica. Em outras palavras, “se as ciências médicas se articulam a partir da Filosofia, são essas mesmas ciências que terminam por deslindar, com o auxílio da observação e da experimentação, as complexas questões que a Metafísica se mostra incapaz de decidir”.³⁹⁵ Aos olhos de Cullen, Whytt e Haller era preciso “que a Fisiologia [pudesse] proceder em seu exame dos fenômenos do corpo, desincumbida de prestar contas ao cartesianismo”.³⁹⁶ Método também retido nos *Estatutos* de Coimbra, ao criticar as

³⁹³ *Ibidem*, p. 74.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 74-75. [grifo dos autores]

³⁹⁵ PIMENTA, Pedro Paulo. *A trama da natureza: organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 32.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 36.

demonstrações hipotéticas, como se fazia na “*matéria sútil* dos Cartesianos e outras semelhantes”.³⁹⁷

Assim, dava-se continuidade às *Instituições*, que sucedidas das aulas de *semiótica médica*, porque “todos os efeitos sensíveis, que resultam da saúde e da enfermidade, tanto geral, como em particular, podem servir para se conhecer no corpo são e enfermo, qual é, foi ou há de ser o seu estado e disposição”.³⁹⁸ Trata-se de um estudo aprofundado sobre diagnósticos e prognósticos dos doentes. Assim, o lente

Fará notas aos Discípulos, que qualquer fenômeno observado no corpo humano, por pequeno que seja, resulta certamente de uma causa ou do concurso de diversas causas; e que pode servir de chave ao Médico para descobrir o que passa no interior, se ele tiver a *arte de entender a língua pela qual se explica a natureza*.³⁹⁹

Note-se que a semiótica é descrita como uma fusão entre uma *linguagem*, que descreve exaustivamente os sintomas, e a *percepção*, que serve como guia do conhecimento médico. É dessa combinação produzida pela medicina clínica do final do século XVIII que as doenças deixam de ter uma noção metafísica (como se não existissem organismos doentes). Como vimos no primeiro capítulo, o corpo não é mais um espetáculo de analogias, mas um estado ocupado por diversas sensações fisiológicas e patológicas, sendo a semiótica médica, a chave para compreender a complexidade dos sintomas e as suas respectivas enfermidades, sobretudo por se tratar de uma arte interpretativa. O seu estudo, segundo os *Estatutos*, servia para guiar o estudante na interpretação das funções vitais, naturais e animais – ou seja, signos (pulsação, respiração, digestão etc.) que “que dão a conhecer o estado atual e os possíveis desdobramentos da doença”.⁴⁰⁰ Segundo Pedro Paulo Pimenta

A identificação da doença a partir de sintomas e o seu diagnóstico/prognóstico com base em signos é uma operação delicada. [...] A integridade do corpo, assinalada por sua presença como sólido num espaço, é posta em questão pela doença, que se desenrola no tempo (daí o seu agravamento ou melhora), expandindo-se ou se contraindo por suas partes. Daí a constatação: se o corpo saudável é *representado* na imagem que temos dele como totalidade integrada, a doença tem de ser *analisada*, e nessa análise o corpo aparece como uma sucessão de estados mensuráveis, com vistas à determinação da

³⁹⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 71. [grifo dos autores]

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 77.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 78 [grifo nosso]

⁴⁰⁰ PIMENTA, Pedro Paulo. *Op. Cit.*, p. 210.

frequência dos signos indicativos da evolução ou involução da patologia.⁴⁰¹

Após o estudo da semiótica, o lente então passava para o conteúdo de *Higiene*, que nada mais era que um “conhecimento dos meios que se hão de aplicar para a conservação” da saúde. Esse era um tema de “grande importância”, pois eram nessas aulas que os estudantes podiam entender que “é mais fácil conservar a saúde, do que restituí-la depois de perdida”.⁴⁰² Nessa parte, os *Estatutos* estavam em conformidade com a medicina hipocrática e galênica, sobretudo no que tange à leitura dos tratados *De aere, aquis e locis*, *De alimento*, *De dieta salubri* e *De liquidorum usu*. Na concepção dos reformadores, a adaptação dos ensinamentos antigos com os modelos modernos ajudaria os ouvintes a terem uma melhor compreensão do que era a higiene médica. Conforme Jean Luiz Neves Abreu, *regime* ou *cuidado* era “uma categoria fundamental para se pensar a conduta humana”, por se tratar de uma “reflexão dietética” que “compreendia então os exercícios, os alimentos, as bebidas, os sonos e as relações sexuais”. Dessa forma, a medicina assumia a função de prescrever um conjunto de critérios para o “bom viver”, ou seja, propunha “uma estrutura de conduta visando assegurar ao homem” o estado de saúde.⁴⁰³ Assim, conforme o documento pombalino:

Ordeno que [o Lente] trate fundamentalmente esta matéria, como requer a sua importância; mostrando os diferentes meios, que se devem empregar para a conservação da saúde, conforme a diversa compleição, temperamento, idade, sexo e profissão das pessoas; como se devem remover e apartar as causas das enfermidades; e como se há de corrigir a influência das causas inevitáveis; e enfim, como se deve proceder no uso das bebidas, alimentos, do movimento, do descanso, do sono, da vigia e de tudo o mais que contribui para o mesmo fim.⁴⁰⁴

Finalizavam-se as lições de *Teórica Médica* com os conteúdos de *Terapêutica*, que “ensinam os meios para remover a doenças e restabelecer a saúde perdida”, por meio dos “princípios mais sólidos que resultam da Teórica”, ou seja, “ensinando a conhecer nos doentes a qualidade das enfermidades e os remédios que lhes devem aplicar com o método curativo”.⁴⁰⁵

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 211-212. [grifo do autor]

⁴⁰² *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 79.

⁴⁰³ ABREU, Jean Luiz Neves. *Op. Cit.* p. 236.

⁴⁰⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 79-80.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 80-81.

Após ministrar todos os conteúdos descritos acima, o lente aplicava um exame para cada aluno, que deveria responder à pergunta de quatro examinadores diferentes “por um espaço de um quarto de hora, regulado por um relógio de área [areia], que estará em lugar patente, donde seja visto por todos”.⁴⁰⁶ O exame visava explorar o conhecimento dos alunos nas áreas de fisiologia, patologia, semiótica, higiene e terapêutica. Por fim, “por meio dos quatro examinadores e das suas perguntas feitas com devida atenção e perspicácia, constará da capacidade dos Estudantes em toda a Doutrina das Instituições; de sorte que se possa fazer juízo certo e seguro do seu merecimento”.⁴⁰⁷

Após a aprovação nos exames de *Instituições*, o estudante médico frequentaria as lições do quarto ano, que correspondem ao ensino dos *Aforismos*. Nessa transição, os *Estatutos* recomendavam que o aluno passasse a frequentar, “quanto mais depressa for possível”, a prática do Hospital – disciplina obrigatória do quinto ano. A ideia era que eles fossem se “familiarizando com as enfermidades Médicas e Cirúrgicas; e para irem ganhando a habitação de discorrer com acerto ás cabeceiras dos enfermos; e de observar na praxe o que aprendem na Teórica”.⁴⁰⁸

Ficava instituído nas lições deste ano, o estudo das “diferentes enfermidades do corpo humano”, segundo os modelos Aforísticos de Hipócrates e Boerhaave. O Dr. Manoel António Sobral ficava responsável por explicar “o pequeno livro dos *Aforismos de Hipócrates*”, que contém “os primeiros *Axiomas da Medicina Prática*”, até chegar “nos *Séculos Sistemáticos*” e seus respectivos autores.⁴⁰⁹ Segundo os reformadores pombalinos, “é mais útil e glorioso descobrir num só Aforismo, que mereça este nome, do que escrever longos Tratados de Doutrinas Hipotéticas; de probabilidades e de conjecturas, das quais se não pode extrair Regra alguma”.⁴¹⁰

Como se sabe, os aforismos de Hipócrates fazem parte do extenso *Corpus Hippocraticum*. Neles encontramos uma variedade extensa de doenças que são vistas pela óptica natural, recusando qualquer tipo de terapêutica mágico-religiosa. As principais abordagens sobre as moléstias são as práticas retidas nas dietas, nos exercícios físicos, nas

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 144.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 145.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 81.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 82-83.

⁴¹⁰ Segundo os *Estatutos*, para estudar um aforismo com perfeição, o aluno deveria satisfazer três pontos centrais: “Primeiro: fazer entender num sentido genuíno de cada um dos *Aforismos*; valendo-se para isso das Doutrinas, que o mesmo *Hipócrates* ensina no resto das suas Obras, as quais são o melhor Comentário dos mesmos Aforismos. Segundo: mostrar a razão em que se funda cada um dos ditos Aforismos e as observações constantes, pelas quais Eles se têm verificado. Terceiro: explicar os diferentes casos, em que cada um deles pode ter lugar. Tudo o sobredito cientificamente deduzido da razão e das observações, em que se fundam os mesmos”. *Ibidem*, p. 83. [grifo dos autores].

estações do ano e no equilíbrio dos humores a partir de efusões frias ou quentes. Exemplo disso pode ser visto no Aforismo 25, na quinta seção: “Inchações e dores nas juntas, sem feridas, a gota, as rupturas internas, são geralmente melhoradas pelas abundantes efusões de água fria, que diminuem a inchação e abrandam as dores”.⁴¹¹

Para os *Estatutos*, a leitura desses excertos deveria ser sempre acompanhada de uma crítica fundamentada nos “princípios *Fisiológicos e Patológicos*”, para não “aplicar-lhe[s] uma razão precária e duvidosa, que pode fazer com que se aplique mal na prática”.⁴¹² Os estudantes médicos faziam uma espécie de bricolagem das leituras aforísticas. Sempre retirando, colocando, desviando e remexendo os trechos, pois, como ordenada o documento, “*lhe será necessário usar de uma Crítica iluminada*”⁴¹³.

Após ministrar o conteúdo hipocrático, o lente passava para as “regras particulares do curativo das doenças” que estava inserido nos *Aforismos* de Herman Boerhaave – sobretudo os que foram comentados por Albrecht van Haller, Gerard van Swieten e outros autores que saíram da escola Boerhaaviana.⁴¹⁴ Em síntese, recomendavam os *Estatutos*:

Não se alargará, contudo, a fazer Preleções muito prolixas, cheias de erudição escusada e de alegações de autoridades, que não valem de nada na prática. Mas cingir-se-á a fazer entender completamente a Doutrina do Texto, com todos os seus usos e limitações que são de grande importância na prática. E para isso irá mostrando o resultado da observação dos Antigos e Modernos conforme á Doutrina que explica e está conforme aos princípios fixos e demonstrados na Teórica, os quais devem dirigir a aplicação das mesmas Doutrinas na praxe da Medicina.⁴¹⁵

Essa passagem reitera o caráter metodológico proposto pelos reformadores, no que concerne não só à assimilação entre prática e teoria, como também à relação entre antigos e modernos – duas tópicas importantes para o pensamento Ilustrado. As lições do quarto ano, apesar de apresentarem uma carga maior de leitura de tratados, compêndios e aforismos, traz consigo a advertência de que tudo deverá ser adaptado à prática da medicina. Lembrando que neste ano os alunos passavam a frequentar o Hospital. Nesse sentido, era uma preocupação constante a “ordem e encadeamento das matérias”, logo, desejava-se suspender qualquer tipo de contradição entre os autores escolhidos pela Congregação da Faculdade médica. Devido a isso, ficava encarregado o lente de deliberar “Com toda a madureza e atenção possíveis sobre

⁴¹¹ HIPÓCRATES. *Aforismos*: Antologia. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 91.

⁴¹² *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 85.

⁴¹³ *Ibidem*. [grifo nosso].

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 86.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 87-88.

o Autor, pelo qual se deverão fazer as Lições deste Ano; porque são as da maior importância e as que mais imediatamente influem na prática. Que não mudem facilmente de Boerhaave para outro, sem ponderarem e discutirem por miúdo as vantagens que disso podem resultar”.⁴¹⁶

Em relação a essa questão, os *Estatutos* estavam de acordo com duas indicações de Ribeiro Sanches para o currículo médico. Primeiramente, acreditava-se que os alunos do quarto ano deveriam ver “praticar no *Hospital*, o que o mesmo Lente ensinou na *cadeira*” de aforismo.⁴¹⁷ Em segundo lugar, recomendava-se para o curso, a leitura das doutrinas de Boerhaave, sobretudo o que consta na sua obra de 1715, *Aphorismi practici de cognoscendis & curandis morbis*. Segundo Sanches, nessa obra o estudante médico seria instruído nos princípios da matéria que compõem o corpo humano, ou seja, as *fibras* ou fios que formam os ossos, as cartilagens, os músculos, os tendões, as artérias, os nervos e as veias. A partir desta leitura, ficava “o Médico instruído dos fundamentos para *entender, conhecer e curar, os males agudos inflamatórios e os crônicos*”.⁴¹⁸

Ao consultar os ditos Aforismos de Boerhaave, publicados em 1715, vemos algumas indicações que de fato se assimilam com as propostas defendidas pelos *Estatutos*.⁴¹⁹ No prefácio da obra, o médico holandês defende que o entendimento sobre as doenças crônicas e inflamatórias, que se manifestam no corpo humano deveriam ser compreendidas à luz das investigações da anatomia e da mecânica, “ambas, melhor e mais universalmente compreendidas em nossos dias e que lançam as bases e geram o fio de nossos raciocínios”.⁴²⁰ Nessa lógica, a leitura de aforismos sem aplicação prática de nada adiantaria para a formação de bons médicos. Os conhecimentos aforísticos devem ter uma “proporção”, em que cada um deles, seja apropriado, “oportuno e prudentemente aplicado de acordo com todas as circunstâncias peculiares, tanto do Paciente, como da Doença”, sendo isso “a própria característica de um bom médico”, escreve Boerhaave.⁴²¹

Os reformadores respeitavam essas condições para o bom ensino de medicina, fato que se vê na importância dada ao ensino dos aforismos do professor de Leiden. Nos exames do quarto ano, os examinadores procediam com maior rigor, “porque as Lições de que os Estudantes hão de dar conta, são as que mais imediatamente influem na Prática”. Os alunos

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 89.

⁴¹⁷ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Método para aprender e a estudar a medicina (1763)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 26.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 29. [grifo do autor]

⁴¹⁹ Consultamos a versão inglesa, traduzida pelo discípulo de Boerhaave, o Dr. J. Delacoste no ano de 1715.

⁴²⁰ BOERHAAVE, Herman. *Boerhaave's Aphorisms: Concerning the Knowledge and Cure of Diseases*. Birmingham: The Classics of Medicine Library, 1986, p. 3. [tradução nossa]

⁴²¹ *Ibidem*, p. 4. [tradução nossa]

deveriam escrever uma dissertação, com base na pergunta de cada um dos examinadores, dividida em “queixas externas e *Cirúrgicas*; outra das queixas internas e *Médicas*”, de modo que a memorização de um aforismo estivesse alinhada às demandas da medicina prática.⁴²² Segundo os *Estatutos*, as provas do quarto ano visavam examinar uma doença em particular, em que os lentes perguntavam “aos Discípulos o que julgam dela, segundo o que tem estudado pelos livros. Obrigando-os a aplicar aos casos particulares os conhecimentos gerais” que adquiriram nos *Aforismos*; e, assim, “conduzindo-os da Teórica para a Prática”.⁴²³

Após a aprovação do estudante médico nos exames, dava-se entrada ao último ano do curso de medicina. Até esse momento, o estudante médico havia adquirido, não só um amplo conhecimento de práticas anatômicas e botânicas, como também percorrido obras centrais da teórica médica. Para o último ano, antes de saírem da Universidade, “com todas as disposições necessárias para entrarem livremente no exercício da Arte”, ou adentrarem no doutoramento, os alunos se remeteriam, integralmente, à prática no Hospital Escolar, sendo ordenado o ensino de *prática médico-cirúrgica* por dois professores: o Dr. António José Pereira e o Dr. António José Francisco de Aguiar. Os dois lentes ficavam responsáveis por mostrar aos seus ouvintes o ritmo cotidiano do leito dos enfermos.

O Hospital Escolar tornava-se uma das instituições fundamentais para o ensino médico. Instalado do Colégio de Jesus, um edifício situado na parte posterior da Sé de Coimbra, sua laboração começa em 1779. Depois de finalizado, já contava com 68 doentes e, em 1810, o número chegou a 120 pacientes, segundo os dados levantados por João Rui Pita.⁴²⁴ O Hospital Escolar foi construído a partir da união de pequenas unidades hospitalares situadas na cidade de Coimbra, medida que procurava ampliar o número de enfermos, dando aos estudantes um quadro variado de doenças a serem conhecidas e observadas.⁴²⁵

O hospital, como ambiente de cura é uma invenção do final do século XVIII e que carregou consigo um conjunto de novas práticas terapêuticas, científicas e pedagógicas. A própria arquitetura havia mudado, com salas mais largas, o teto mais avantajado e os corredores longos. O hospital perdia aquela característica de assistência aos pobres e

⁴²² *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 146. [grifo dos autores]

⁴²³ *Ibidem*, p. 126.

⁴²⁴ PITA, João Rui. Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 138.

⁴²⁵ Segundo João Rui Pita: “O Hospital Escolar era dotado de áreas bem determinadas para o exercício da clínica e do ensino médico. Nos três pisos ocupados pelo Hospital Escolar, cuja entrada principal se situava na atual Couraça dos Apóstolos e cuja entrada de recurso se fazia pelo atual Largo Marquês de Pombal, repartiam-se espaços que, comparados com o antigo hospital da cidade situado na parte baixa, eram amplos e arejados, condições fundamentais para a assistência hospitalar”. *Ibidem*, p. 139-140.

miseráveis, passando a aceitar doentes graves ou vítimas de acidentes, que acabavam sendo material para ensino médico universitário. O ambiente não só tornava-se rígido na sua hierarquia espacial, como também defendia uma relação disciplinar do saber médico sobre o corpo dos enfermos. Cada aluno, assistente ou enfermeira deveria saber onde estar, quando falar e como se dirigir ao médico responsável – tratava-se de uma assimilação arquitetônica com o próprio exercício da medicina. Sob a égide das Luzes, as construções hospitalares foram se modificando, à medida que incorporavam os novos paradigmas científicos.⁴²⁶

Conforme destaca Foucault:

É assim que naturalmente se chega, entre 1780-90, a afirmar que a formação normativa de um médico deve passar pelo hospital. Além de ser um lugar de cura, é também lugar de formação de médicos. A clínica aparece como dimensão essencial do hospital. Clínica aqui significa a organização do hospital como lugar de formação e transmissão do saber. Mas se vê também que, com a disciplinarização do espaço hospitalar que permite curar, como também registrar, formar e acumular saber, a medicina se dá como objeto de observação um imenso domínio.⁴²⁷

Na Universidade de Coimbra, as aulas práticas no Hospital deveriam respeitar uma organização interna gerida pela Congregação da Faculdade de Medicina. Os dois lentes, por exemplo, atuavam em horários diferentes e cada um ficava responsável por certa quantidade de enfermos. Nas palavras do documento: “repartirão entre si os enfermos igualmente; de sorte, que um dos Lentes visite a metade do Hospital e o outro outra metade. Excetuando somente os doentes que estiverem em circunstâncias de dúvida perigosa, os quais serão visitados por ambos os Lentes”.⁴²⁸

Para estudantes, o Hospital Escolar era um ambiente onde se realizaria o exercício de “aplicação das Doutrinas gerais aos casos particulares, vistos, conhecidos e observados às cabeceiras dos mesmos enfermos, até alcançarem o *Hábito* pessoal, que lhe é necessário para se fazerem e constituírem Médicos”.⁴²⁹ Por este motivo, o documento estatutário considerou o Hospital como “estabelecimento essencial da Faculdade e como a melhor Cadeira de Medicina”.⁴³⁰ Lá, os estudantes tirariam maiores proveitos das preleções, dos exercícios de observação e dos exames práticos. Contemplariam, acima de tudo, um ensino clínico

⁴²⁶ Ver o estudo recente de: MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida de. *Hospital e Poder sob o signo do Absolutismo Esclarecido*. Tese de Doutorado – Departamento de História, Estudos Europeus, Arquivologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.

⁴²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2016, p. 188.

⁴²⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772*, p. 92.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 170. [grifo dos autores]

⁴³⁰ *Idem, Ibidem*.

revestido de uma pedagogia empírica que era destinada, ao mesmo tempo, à prevenção e à cura dos doentes. Segundos os *Estatutos*, o Hospital Escolar contaria com quatro enfermarias distintas, sendo uma delas destinada “aos doentes que forem acolhidos para os Estudantes do Quinto Ano fazerem no curativo deles o seu Exame de Prática”.⁴³¹ Para contemplar essa relação entre observar os enfermos e discutir as circunstâncias patológicas, o Hospital da Universidade contava também, perto das enfermarias, com uma “Sala para as Conferências, na qual estará uma cadeira para o Lente e os bancos necessários para os Estudantes”.⁴³² Dessa forma, tornava-se fluída a transição entre leito de doentes e salas de discussão.

No decorrer das aulas de prática médico-cirúrgicas, os lentes ficavam responsáveis por ensinar seus ouvintes a fazer *descrições exaustivas* dos “Caracteres e Sintomas das enfermidades” a fim de memorizar e classificar as doenças observadas⁴³³, método característico da pedagogia empírica, que priorizava na descrição dos fenômenos, uma direção clara e coordenadora dos fatos relacionados ao objeto descrito. Respeitando essas condições, os reformadores de Pombal ordenaram que

Será o primeiro cuidado dos Lentes costumar os Discípulos logo desde o princípio a observar com atenção todas as circunstâncias, que acompanham e caracterizam as diferentes enfermidades; para as saberem notar, descrever e distinguir com exatidão e com acerto. Esta Ciência fundamental de toda a Prática nem pode aprender-se pelos livros; nem explicar-se por palavras, sem se mostrarem á vista dos enfermos aqueles caracteres e sintomas fugitivos, que no tino pessoal do Médico deve alcançar para proceder ao Curativo sem equivocação. Por isso farão os Lentes todo o possível por infundir nos seus Discípulos este precioso discernimento e tato característico; mostrando-lhes com vagar e paciência todas as circunstâncias das enfermidades, até eles as distinguirem bem umas das outras e notarem as suas diferenças gradações de mais e menos.⁴³⁴

Para realizar esse procedimento, recomendava-se o uso de *Diários Clínicos* que serviam para a anotação das enfermidades observadas no hospital. “Este Diário será um Livro essencial da Prática do Hospital e que o deve ser também da prática particular de qualquer

⁴³¹ “Em cada uma das sobreditas Enfermarias haverá os lugares e camas necessárias conforme o maior ou menor número de enfermos que houver nas diferentes classes de pessoas a que são destinadas. Procurando-se que todos os ditos lugares sejam limpos e ventilados, de sorte, que o hálito de uns enfermos não prejudique aos outros, nem a si mesmos. E (quando for possível) se colocarão os doentes nas ditas Enfermarias, segundo a ordem natural das enfermidades Gênero e Classes delas”. *Ibidem*, p.172.

⁴³² *Ibidem*, p. 173.

⁴³³ *Ibidem*, p. 94.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 94-95.

Médico”, argumenta os *Estatutos*.⁴³⁵ Lembrando que a utilização desse objeto nas aulas práticas havia sido uma recomendação de Ribeiro Sanches em 1763, segundo o qual, lentes e alunos deveriam ter consigo “um Jornal de cada doença, no qual se assentaria o nome do enfermo; o número do leito; o nome da doença, no fim ou no princípio da História dos Sinais; os remédios que se lhe ordenavam; o êxito da doença”.⁴³⁶ O diário era um pequeno “livro branco com as páginas numeradas com Índice Alfabético, à imitação daqueles dos Mercadores”.⁴³⁷ Assim, durante as aulas no hospital, o lente “ditava só o que se havia de escrever no livro; e deste modo escrevia para cada enfermo, e o êxito da doença. E se morria, e abria o cadáver, o que era ordinário, no mesmo livro se assentava o que achara nele”.⁴³⁸

Os mesmos argumentos estão inseridos nos *Estatutos*: “Nele [Diário] se disporão todos os enfermos pela ordem das camas. Dando a cada enfermo o suficiente número de páginas em branco para que todas as Receitas que lhes tocarem fiquem pela ordem das visitas” e “para que no fim delas se escreva o êxito da doença e o que resultou da abertura do cadáver, no caso de morte”.⁴³⁹ Toda vez que um enfermo desse entrada no hospital da universidade, o registro do diário deveria ser atualizado, “declarando o dia, mês e ano, o nome, idade, a profissão, o estado do enfermo; e as circunstâncias gerais da sua enfermidade”.⁴⁴⁰

No Diário Clínico, cada paciente era dividido em duas colunas; sendo a primeira destinada à descrição distinta e exata dos “caracteres sintomáticos, que em cada uma das visitas se observarem no dito enfermo” e a segunda, aos remédios e dietas utilizados na cura dos doentes.⁴⁴¹ Ensinar os alunos a fazer um registro médico de qualidade está entre as obrigações mais importantes dos lentes do quinto ano. E, por esse motivo, os *Estatutos* ordenavam que

Cada um dos Discípulos terá um Diário semelhante ao do Lente, no qual copiará na Sala de Conferências tudo o que o Lente tiver ordenado no seu Diário a respeito de cada um dos enfermos, que visitou. Estes Diários dos Estudantes serão no fim do ano rubricados pelos Lentes, com a declaração do nome, Pai e Pátria dos Estudantes,

⁴³⁵ *Ibidem* p. 97.

⁴³⁶ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 16.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 17.

⁴³⁸ *Idem, Ibidem.*

⁴³⁹ *Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772*, p. 97.

⁴⁴⁰ *Ibidem.*

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 98.

a quem pertencem; os quais sem os mostrarem assim rubricados e reconhecidos ao Reitor, não serão admitidos a exame.⁴⁴²

O que a passagem acima sugere é a correlação entre o diário do Lente e o diário dos estudantes, em que este último deveria estar em consonância com as preleções teórico-práticas que ocorriam na Sala de Conferência. Carlota Boto salienta que o ensino de medicina, conduzido pelo estatuto reformado almejava “conduzir o estudante ao domínio das habilidades que só serão dadas por meio da experiência”. Trata-se de “uma clara dimensão pedagógica nesse ensino de Medicina Prática que passa pelo domínio da arte de curar, mediante o desenvolvimento do tino, da sensibilidade, do olhar, do tato”.⁴⁴³ O diário serviria, nessa lógica, como um registro destas experiências com que o estudante médico entrava em contato constantemente no hospital, que era “um dos auxílios mais consideráveis na prática”, argumentam os *Estatutos*.⁴⁴⁴ Com o registro de pacientes, o futuro médico poderia determinar “melhor pela presença de tudo ao modo com que devem proceder no curativo, segundo a gradação da moléstia”, pois no diário estaria anotada uma breve história patológica de cada enfermo que ele consultasse⁴⁴⁵. Além disso, caso obtivesse sucesso na cura, teria também registrado como proceder novamente em pacientes com o mesmo estado patológico.

Assim, era necessário que os lentes se atentassem aos diários clínicos dos seus alunos, mostrando sempre com cautela como registrar com qualidade e precisão. A ideia era que eles descrevessem “fielmente todos os sintomas á maneira do Pintor, que retrata com os olhos, fitos objetos; como receitando o que lhes parecer conveniente”⁴⁴⁶. As prelações nas Salas de Conferência serviam a este objetivo: corrigir e melhorar as habilidades dos alunos, no que tange a descrição dos fenômenos fisiológicos e patológicos dos enfermos.

Com essa organização, o ensino médico exercia a função pedagógica de integrar o domínio de uma linguagem científica a um exame clínico apurado. Daí a importância que se dava à observação individual, o exame dos casos, a prática cotidiana das doenças e a presença no hospital da universidade. O objetivo do último ano do curso médico era tornar todas as situações hospitalares, que foram *olhadas, tocadas e cheiradas* em algo *dizível e ensinável*.⁴⁴⁷

⁴⁴² Veremos no 3º capítulo como estes Diários foram utilizados por médicos que passaram pela Universidade de Coimbra após 1772. *Ibidem*.

⁴⁴³ BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no iluminismo português. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Mazza, 2011, p. 35.

⁴⁴⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772*, p. 99.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 99.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 100.

⁴⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 55.

Nesse sentido, as preleções dos Lentes respeitavam uma organização imposta pelos *Estatutos*, que visavam essa sistematização do cotidiano prático. Nos termos do documento:

Em primeiro lugar mostrarão nestas explicações, como pelo concurso *patognômico* [características de uma doença específica] de todos os sintomas observados e anotados com exatidão, julgaram consistir a moléstia em tal causa, situada em tal ou tal parte do corpo, donde conhecerem resultará a lesão de tais e tais funções da Economia Animal. Expondo fielmente o círculo de raciocínio, que misto fizeram. Ligando tudo com os princípios sólidos e averiguados da *Teórica Médica* e com as observações dos melhores Práticos, que são conhecidos na Arte.⁴⁴⁸

Essa reforma da percepção médica, marcadamente um elemento da medicina clínica, substitui as noções fechadas dos quadros patológicos e passa a interpretar as enfermidades a partir de uma “totalização móvel e aberta”.⁴⁴⁹ Tratava-se de um registro clínico que vai inter cruzando os acontecimentos, à medida que as informações são coletadas do paciente, dando suporte a uma ampla sistematização das enfermidades. Segundo Foucault, “o ato fundamental do conhecimento médico era estabelecer uma demarcação: situar um sintoma em uma doença, uma doença em um conjunto específico e orientar este no interior do plano geral do mundo patológico”.⁴⁵⁰

Devido a essa importância – de se registrar adequadamente os doentes e se formar um círculo patológico hospitalar –, ficou determinado que “terão os Professores grande atenção e um cuidado muito particular em fazerem notar os seus Discípulos a gradação das moléstias de uma visita até a outra”.⁴⁵¹

Em todas estas Lições de *Prática* procurarão os Lentes transmitir aos seus Discípulos, sem reserva alguma, todos os conhecimentos pessoais que tiverem adquirido. Fazendo-os ver, observar e distinguir os caracteres e sintomas mais delicados e fugitivos das enfermidades. Costumando-os a separar as indicações acessórias, equívocas e acidentais, das principais, patognômicas e essenciais. Habitando-os a distribuírem os efeitos complicados pelas diferenças causas, de cujo concurso eles resultam; e a calcular pela combinação de todas as circunstâncias a porção dos ditos efeitos, que se deve atribuir a cada uma das causas. E inspirando-lhes aquele tino raro e precioso, que vale de tudo no exercício da Arte e que distingue os grandes Práticos úteis ao público. Para estes fins lhes exporão sempre com todo zelo e

⁴⁴⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 101. [grifo dos autores]

⁴⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 31.

⁴⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴⁵¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772, p. 102.

paciência o processo e encadeamento de raciocínios, pelo qual se determinarem a receitar; fazendo por lhes transfundir todo o resultado dos conhecimentos pessoais que tiverem adquirido pelo estudo e pela observação.⁴⁵²

No final do quinto ano do curso médico, após apresentarem e comprovarem a qualidade dos seus diários clínicos, os estudantes davam entrada ao início dos exames finais. Por se tratar de uma disciplina totalmente voltada para a prática médica, o exame “não pode fazer-se verbalmente por perguntas e dúvidas”, como vinha sendo feito em outros anos.⁴⁵³ Nestas provas ficava ordenado que o “hábito prático de aplicar com inteligência” as doutrinas teóricas nas “queixas singulares e individuais, conhecidas pelos seus finais e sintomas às cabeceiras dos enfermos”, era de extrema importância.⁴⁵⁴ Caso os alunos “não acharem a si mesmos bem dispostos para o Exame”, poderiam continuar a frequentar o mesmo ano e treinarem a “prática até se julgarem hábeis”.⁴⁵⁵ Assim ficou determinado nos *Estatutos*:

Sou servido ordenar que o Exame deste ano se não faça na Aula de Medicina, mas no Hospital á vista dos enfermos. E isto sem perguntas algumas ou dúvidas verbais, mas tratando, examinando e receitando cada um dos Estudantes aos enfermos que lhe forem propostos em presença dos Examinadores e por muitas vezes, como já por si mesmo houvessem de curar os ditos enfermos. E para nisso se proceder com a diligência e cautela que requer o Bem Público.⁴⁵⁶

Segundo consta no documento, o exame começava na manhã do dia 10 de julho e finalizava no dia 30 do mesmo mês. O estudante que faltasse duas vezes pagava quarenta cruzados para a Arca da Faculdade, e, caso faltasse uma terceira, ele era riscado do Catálogo dos Examinandos, sendo admitido em exame “senão para o ano seguinte; ouvindo outra vez as Lições de Prática”.⁴⁵⁷

Durante vinte dias os examinandos iam ao hospital realizar uma série de procedimentos que os avaliavam. Na presença dos examinadores eles faziam “as perguntas necessárias aos ditos enfermos” e observavam “as circunstâncias das suas moléstias”. No mesmo ambiente os lentes ouviam “em silêncio o que cada um” dos seus alunos falava ao

⁴⁵² *Ibidem*, p. 103.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 150.

⁴⁵⁴ *Idem, Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 151.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 150-151.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 152.

examinador. Nos dias seguintes os mesmos estudantes avaliados, continuavam as “consultas” nos pacientes, pois, na lógica dos *Estatutos*, não era “possível fazer pleno conceito da sua capacidade sem os ver tratar seguidamente desde o princípio algumas enfermidades”. Era, pois, examinada a capacidade dos alunos em responderem com eficácia na cura de “diversas moléstias, *Médicas e Cirúrgicas, Agudas e Crônicas*”.⁴⁵⁸ O procedimento se dava da seguinte maneira:

[...] os examinandos farão em voz clara e perceptível todos aqueles raciocínios e combinações, que os Professores costumam fazer em silêncio ás cabeceiras dos enfermos. Notarão e descreverão no seu Diário os caracteres e sintomas da moléstia. E receitarão o remédio que lhes parecer convenientes com a Dieta, Regime, etc. Finalmente, lerão o que assim tiverem escrito e receitado; dando a razão de tudo; notando a gradação da moléstia; e fazendo o prognóstico da sua terminação. Os sobreditos Examinadores ouvirão tudo sem lhes fazerem pergunta ou objeção alguma; e apontarão nos seus Catálogos o juízo que fizerem da capacidade e merecimento de cada um.⁴⁵⁹

Os examinadores não faziam perguntas aos estudantes, pois, no momento do exame, eles eram tidos por médicos, respondendo pela responsabilidade que exige do exercício da profissão. Toda operação ou receita terapêutica deveria vir acompanhada de justificativas – “acrescentando a razão de tudo com os raciocínios que tiverem escrito”.⁴⁶⁰

Por fim, no último dia, na presença do Reitor da universidade, havia uma votação sobre a aprovação ou reprovação do estudante. Os lentes de prática deveriam votar, sobre essa questão, “com inteireza e justiça, segundo o ditame sincero das suas consciências”, evitando, assim, “dissimular o merecimento duvidoso e equívoco” de qualquer estudante.⁴⁶¹ Após a regulação dos votos e a aprovação por *Nemine Discrepante*, o estudante poderia assinar as Cartas de Formatura e dar entrada ao ano de graduação e conclusão Magna. “Pelo bom sucesso e aprovação neste Exame, se haverão os Estudantes, sem mais alguma cerimônia, por Bacharéis Formados. Gozarão de todas as honras e privilégios concedidos ao dito Grau. E poderão praticar a *Cirurgia e Medicina* em qualquer parte dos meus Reinos e Domínios”.⁴⁶²

Caso os médicos licenciados desejassem seguir carreira no magistério, sobretudo como professores universitários, era necessário que fizessem “um ano de Lições” e “exames

⁴⁵⁸ Todas as citações do parágrafo. *Ibidem*, p. 152-153. [grifo dos autores]

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 154.

⁴⁶⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 156.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 157.

mais rigorosos do que os precedentes; os quais terão a denominação de *Atos Grandes*, por se explorar neles o merecimento dos Candidatos para alcançarem os Graus Maiores da Faculdade”.⁴⁶³ Nestes exames, o estudante que buscava o grau de Doutor era cobrado por “conhecimentos mais profundos na *Teórica*”, e, por esse motivo, ficava ordenado que frequentasse “as Lições do Terceiro e Quarto ano do *Curso Médico*”.⁴⁶⁴

Frequentando as aulas de *Instituições e Aforismos*, esperava-se destes estudantes uma melhor articulação do juízo crítico com relação às doutrinas médicas. Segundo os *Estatutos*, os Lentes deveriam ter “particular atenção a exercitarem os Graduandos mais profundamente nos objetos das suas respectivas Lições”, fazendo com que explicassem “as Doutrinas de maior dificuldade” e “obrigando-os a discorrer, combinar e analisar de um modo superior, como quem se destina, não somente a praticar, mas a ensinar a Medicina”.⁴⁶⁵ Ao fim, o médico fazia um requerimento ao Reitor para a Colação de Grau de Doutor, e, após todas as formalidades e cerimônias, era despachada, ao dito requerente, uma carta que comprovava sua frequência e aprovação nos Atos Grandes. Dali em diante, poderia tentar uma carreira acadêmica ou seguir com o atendimento clínico nas cidades portuguesas.

Em conclusão, a pedagogia empírica instituída pelo gabinete de D. José I passava a corroborar as novas demandas científicas e culturais vindas além Pirenéus. As assimilações desses ideais, direta ou indiretamente, forjaram-se por longas disputas, desníveis e conjunturas na média duração da história portuguesa. O novo currículo da Faculdade de Medicina nos parece aqui um ponto crucial para compreender os reflexos dos modelos Iluministas na cultura portuguesa no final do século XVIII.

De qualquer maneira, o triunfo da medicina clínica e empírica em Portugal dava seu primeiro passo com as reformas pombalinas da educação. Era o início da consolidação de um modelo pedagógico do saber médico pautado na observação, nos experimentos e na leitura atenta de novas doutrinas da medicina prática. À medida que os antigos modelos jesuíticos perdiam o seu lugar no paradigma científico, pequenas flechas de luz entravam na pedagogia médica, outrora negligenciada. E bastava uma vela para que a escuridão começasse a se dissipar. A reforma Coimbrã foi essa luz inicial.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 159.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p.159-160.

⁴⁶⁵ Ficava determinando também, que os alunos de doutoramento poderiam ter maiores explicações das doutrinas por partes dos seus professores. Conforme o documento, “poderão os Lentes consignar-lhes as horas mais cômodas para eles irem a sua casa, onde lhes explicarão com mais especificação as matérias mais dificultosas; ouvindo e satisfazendo as suas dúvidas com todo aquele zelo e paciência, com que um Pai costuma educar a seus filhos, que lhe hão de suceder o lugar”. *Ibidem*, p. 160.

CAPÍTULO 3 – UMA UNIVERSIDADE ILUSTRADA: ENSINO E PRÁTICA MÉDICA NO PORTUGAL PÓS-REFORMA DE 1772.

A verdadeira divisão humana é esta: os que vivem na luz e os que vivem nas trevas. Diminuir o número dos que vivem nas trevas, aumentar o número dos que vivem na luz, eis o objetivo. É por isso que gritamos: Ensino! Ciência! Aprender a ler é iluminar com fogo; cada sílaba soletrada cintila.

Os Miseráveis
Victor Hugo

A Reforma da Universidade de Coimbra, no que tange as suas consequências pragmáticas e estruturais na sociedade portuguesa, é tema discutível na historiografia. A empreitada de remanejamento da educação superior feita pelo ministro de D. José I foi vista por alguns autores como branda e sem fortes mudanças dos alicerces do sistema pedagógico. Por isso, com a queda do Marquês de Pombal e a subida ao trono português de D. Maria I, alguns historiadores argumentam que houve um retrocesso nas medidas consolidadas em 1772. Como destaca Álvaro de Araújo Antunes, “o argumento é de que não foi profunda, não fez o que se convinha fazer e que, por conseguinte, a estrutura da ‘nova’ Universidade continua velha e fradesca”.⁴⁶⁶ Nessa vertente, defendeu-se que as reformas pombalinas não efetivaram uma modernização das estruturas da Universidade coimbrã, que continuou a reproduzir uma “geografia do poder”, na expressão de Virgínia Valadares, que legitimava redes clientelares, cerimônias religiosas e práticas “reacionárias” nos entornos universitários.⁴⁶⁷

Não nos parece adequado fazer uma leitura das reformas pombalinas à luz das revoluções liberais que assolaram a Europa do século XIX – com ideais que atacavam o coração do Antigo Regime e as bases da cristandade católica. Entendemos que as medidas protocoladas pela *Junta de Providência Literária* e a consolidação dos *Novos Estatutos* estavam refletidas no paradoxo iluminista.⁴⁶⁸ Seria anacrônico acreditar que tal processo histórico significaria uma “revolução” das estruturas do conhecimento universitário em Portugal.⁴⁶⁹ Por outro lado, defendemos que houve uma “mudança de paradigma” que

⁴⁶⁶ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: Os advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2005, p. 146.

⁴⁶⁷ VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

⁴⁶⁸ Ver: MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1997.

⁴⁶⁹ Um exemplo de leitura anacrônica do processo iluminista europeu pode ser visto no argumento de Michel Onfray. O autor parece esquecer que o iluminismo ocorreu no interior de uma sociedade de Antigo Regime com dinâmicas próprias, sobretudo com uma forte desigualdade nas hierarquias de poder. Dessa forma, Onfray vai

reformulou as bases metodológicas do ensino das ciências naturais na Universidade de Coimbra. Ao aderir aos preceitos empírico-rationais, muitos dos quais importados pelos setores diplomáticos e comerciais (vale lembrar a atuação de Pombal como diplomata em Londres e Viena e a de D. Luis da Cunha na corte de D. João V), as reformas educacionais trilharam um caminho sem volta. O Iluminismo na Europa meridional aderiu a linhas ideológicas que representaram “uma separação entre visões diversas da estabilidade social que cruzavam a fronteira entre laicos e clérigos”.⁴⁷⁰ Desse modo os reformadores compreendiam que era necessário progredir o Estado Monárquico, por meio de melhorias dos setores administrativos da Coroa, sendo o conhecimento médico imprescindível para a modernização do Governo português. Tal concepção guiou as reuniões da *Junta*, em que seus membros “procuravam reconciliar o racionalismo e o empirismo com a autoridade e a religião ortodoxa”, mistura que se fez presente na sociedade portuguesa.⁴⁷¹

Em certa medida, as políticas centralizadoras de Pombal repercutiram positivamente na fixação dos novos paradigmas médicos. Há de se considerar, portanto, que após a reforma da Universidade de Coimbra “não houve qualquer alteração substancial nas diretrizes educacionais” e que os futuros reajustes feitos pelo governo mariano, não atacaram as bases que sustentavam os *Estatutos* de 1772.⁴⁷² Segundo Lucas Samuel Quadros, na virada do século XVIII para as primeiras décadas do século XIX português, houve uma “ampliação das técnicas de observação e de detecção dos focos patológicos [que] propiciou à medicina do período novas formas de percepção das doenças, assim como práticas discursivas e vocabulários inéditos no saber médico”.⁴⁷³ E reconhece-se que tal modernização do aparato

reduzir as contribuições de Locke, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Diderot e Kant, rotulando-os com categorias anacrônicas como “sexistas, racistas, reacionárias ou conservadoras” e concluindo que esses autores realizaram ataques brandos (“débil claridade”, nas palavras do autor) ao sistema absolutista. Segundo Robert Darnton, também é possível ver especulações sem fundamento histórico sobre o século das Luzes, em Max Horkheimer, mais especificamente em *Eclipse da Razão*, obra que, em última instância, visa mostrar que o iluminismo “solapava a ética” e, portanto, deu condições para o surgimento de um pensamento fascista, “pois armou o Estado com tecnologia superior e destruiu as barreiras morais ao onipresente exercício do poder de Estado”. Trata-se de um argumento um tanto quanto anacrônico na visão de Darnton. Ver: ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia: Os ultras das Luzes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 13-38. DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 27-39.

⁴⁷⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 322.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 321.

⁴⁷² ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Op. Cit.*, p. 147.

⁴⁷³ QUADROS, Lucas Samuel. *O Governo da Medicina nas Minas: Legislações, Livros e Ofícios (1744-1828)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2015, p. 125.

tecnológico da medicina “se fundou na readequação da formação dos indivíduos, de onde o papel desempenhado pelas Reformas de Coimbra, em 1772, seria central”.⁴⁷⁴

É preciso ponderar a afirmação de que o reinado de D. Maria I representou a chamada “viradeira”. Como se sabe, muitos dos seus projetos deram continuidade às políticas educacionais e científicas instauradas pelo Marquês de Pombal. Entre as medidas do reinado mariano, vale lembrar, por exemplo: da fundação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779; da modernização da cidade de Lisboa – que, desde o terremoto de 1755, ainda estava sendo reerguida –; da construção da Casa Pia (instituição educacional que também “exerceu atividades de apoio e reabilitação a grupos sociais excluídos”), idealizada por Diogo Inácio de Pina Manique; e, por fim, da criação da Junta do Protomedicato (órgão de fiscalização da atividade médico-sanitária em Portugal e em suas colônias) em 1782.⁴⁷⁵

Em vista dessas transformações no contexto político e cultural português, analisaremos neste capítulo alguns discursos médicos – oriundos de ex-alunos e de professores da Faculdade de Medicina – que demonstram as implicações pedagógicas e epistemológicas após as reformas universitárias. Numa sondagem mais apurada, temos por objetivo compreender: como o novo reitor, D. Francisco de Lemos, analisou as reformas do ensino universitário cinco anos depois de concluídas; como alguns professores ensinaram medicina, a partir do uso de compêndios e da primazia do conhecimento experimental moderno; e como essas ideias “empírico-rationais” foram reutilizadas pelos estudantes que passaram pela faculdade médica após 1772.

Com o conjunto de fontes que serão analisadas, poderemos medir, com maior precisão, o impacto dos *Novos Estatutos* em Portugal, no que tange à circulação de novas ideias médicas, a formação de novos profissionais da saúde a serviço do Estado e a consolidação de uma esfera pública de discussões referentes aos avanços das ciências naturais. Certamente, para compreender o ciclo de rupturas e de continuidades que se estenderam com as reformas pedagógicas de Pombal, faz-se necessário o cruzamento de diferentes fontes e perspectivas, visando equilibrar o ritmo cultural português, a partir dos seus princípios, suas disputas e suas resistências aos novos paradigmas. Tal percurso, apesar de se estender neste capítulo, faz-se necessário, por se tratar de uma investigação recheada de minúcias.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 128.

⁴⁷⁵ LIEPKALN, Julie Hamacher. *Saber Médico e Reformismo Ilustrado: Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as Políticas de Saúde Pública em Portugal (1750-1792)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2017, p. 106-107.

3.1 O Estado, a educação e os arautos do Iluminismo

Compreender se houve ou não uma “secularização” da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XVIII perpassa de início, por uma problemática conceitual e analítica: o que seria um processo de secularidade? Em que este medida definiu as dinâmicas culturais da Europa Ilustrada? E, por fim, como o conceito pode ser empregado para o caso português? Antes de analisarmos o discurso de D. Francisco de Lemos em *Relação Geral de 1777*, enfrentemos esse problema inicial.

Como tem defendido John Hedley Brooke, o termo *secularização* enfrentou muitas transformações, perdurando até hoje novas abordagens e incrementos em relação ao debate. Sua definição está disposta em diversos eixos, e o usualmente utilizado se refere à “diminuição do escopo do poder das instituições religiosas e uma perda de plausibilidade em suas doutrinas”, como destaca o autor. Em seguida, coloca-se que os avanços da ciência seriam um dos fatores principais desse processo de “recuo das doutrinas religiosas”.⁴⁷⁶ Mas, segundo Brooke, essa relação conflituosa entre ciência e religião foi uma proposição artificialmente colocada no século XIX, sobretudo com a publicação dos trabalhos de Auguste Comte, que encarava a religião como uma epistemologia primitiva e inferior à cosmologia científica. O que se tem defendido, atualmente, é que a cultura científica teve um papel subordinado à secularização.⁴⁷⁷ Partiremos, portanto, desse eixo central.

A secularização é um acontecimento cultural de longa duração, por meio do qual o processo histórico operante fundamentou uma concepção de *modernidade*. Isso significa dizer, principalmente, que houve, ao longo do período moderno, o desenvolvimento de uma nova maneira de se pensar as relações entre o homem, o mundo e o tempo. Fernando Catroga assinala que o termo *secularização* é indissociável do fenômeno de temporalização das sociedades ocidentais, oriundo de uma crise da metafísica tradicional, conflito em que os conceitos de *imanência* e *transcendência* vão se distanciando, a partir das noções de passado e futuro. A ordem imanente da natureza, explicada a partir da observação sistemática dos fenômenos físicos, passa a negar qualquer tipo de inter-relação entre o mundano e o “sobrenatural”. De certo modo, o olhar empírico começa a negar o fato de que os fenômenos naturais são regulados por um Deus transcendente ou por forças mágicas e propõe que, ao contrário, está submetido a leis matemáticas, a experimentos e à observação rigorosa do comportamento físico-orgânico. Essa nova concepção, segundo o autor, “afirmada em

⁴⁷⁶ BROOKE, John Hedley. Ciência e secularização. In: *Ciência e Religião*. São Paulo: Ideias&Letras, 2014, p. 153-154.

⁴⁷⁷ Trata-se mais de uma “secularização da ciência”, do que uma “secularização pela ciência”. *Idem, Ibidem*.

articulação com os ideais de emancipação e de progresso, fruto da suposição da capacidade autonômica que a razão humana teria para dar transparência aos imperativos da razão prática e às leis da natureza”, deu condições para o homem interpretar o mundo a partir de outras visões da realidade.⁴⁷⁸

Numa dimensão social e política, a secularização representou a modernização das instituições administrativas do Estado moderno, colocando em prática as ideias de moralidade cívica, burocracia estatal e utilitarismo da atividade técnico-científica. Conforme Catroga, há uma inversão das estruturas que sustentavam a ordem social – outrora vinculadas à unanimidade da fé e à homogeneidade política. Defendia-se, no final do setecentos, a concepção de que as sociedades, por meio da ação do homem autônomo, poderiam garantir o bem-estar e a felicidade da ordem civil. Nesse sentido, houve um esvaziamento do sagrado no interior das instituições políticas, educacionais e administrativas – mas não necessariamente num sentido de laicidade, e sim de transformação das condições da fé e da doutrina religiosa, que passa a ser delimitada por dispositivos estatais.⁴⁷⁹ Para Michel de Certeau, o processo de secularidade significou

[um] esforço enorme que permitiu, no século XVIII, a criação de nações e a passagem da cristandade à Europa moderna, uma ética *política* domina inicialmente. Ela credita ao Estado o papel que havia sido até então reivindicado pela Igreja, o de ser a mediação social da salvação comum – o sacramento do absoluto. É uma eclesiologia católica, mas deixada por conta do Estado, que hierarquiza as ordens sociais, suscita as liturgias de seu poder, distribui as graças e racionaliza os interesses particulares. Na teoria, o discurso universal permanece político quando substitui o seu símbolo real pela lei austera do bem comum e do desenvolvimento máximo.⁴⁸⁰

Aos poucos, a Escatologia cristã, fundamentada na lógica do Juízo Final, transformava-se em ideias de futuro otimista, de progresso, de perfectibilidade humana e de esperança nos avanços científico-industriais. O tempo humano seria visto como uma tensão entre um passado “obscuro” a ser superado e um futuro que acreditava no esclarecimento da sociedade civil por meio da educação moral e científica. Nessa lógica, de acordo com o autor supracitado:

⁴⁷⁸ Dentre as características que possibilitaram o processo de temporalização ou mundanização entre o século XVI e o século XVIII, destacam-se: 1) Emancipação das ideias a partir da livre consciência, sobretudo com a hermenêutica bíblica. 2) Domínio da natureza a partir de técnicas físico-matemáticas e do método empírico-racional. 3) Desenvolvimento do humanismo e seu método histórico-filológico sobre a tradição greco-romana e judaico-cristã. CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceitual. *Revista História das Ideias*, Coimbra, volume 25, 2004, p. 59.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 76-91.

⁴⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 194. [grifo do autor]

O ‘costume’ não é apenas um fato, é um instrumento: uma sociedade adquire, por aí, o poder de ‘se aperfeiçoar’ indefinidamente, de agir sobre si mesma, de modificar sua natureza, de se construir. Do ‘costume’ se passa à *Educação*: no final do século este ‘mito’ dá à *civilização* a imagem de uma conquista que liga a razão à capacidade de transformar o homem pela difusão das Luzes, e que atribui um valor moral a qualquer ação que trabalhe para o progresso.⁴⁸¹

As expectativas são alimentadas por outra fonte vital, agora que a transcendência espiritual perde seu espaço na vida pública. O Estado passa a reger quais os objetivos deveriam ser alcançados, delimitando-os a uma “perfeição possível, que antes só podia ser alcançada no além”. A ação política, legitimada por esse ideal de “progresso” e “perfectibilidade humana”, respondia às novas demandas comprometidas a reformar as estruturas do Absolutismo ou até a mesmo criticá-las.⁴⁸²

Na avaliação de Charles Taylor, a secularização carrega consigo um novo tipo de imaginário sobre a ordem moral, rompendo com antigas hierarquias, as quais compreendiam a sociedade política a partir da estrutura dos Cosmos – ou seja, de “uma ordem que tende a se impor pelo curso das coisas”. O autor aponta que as noções modernas de *ordem moral*, trazidas pelo processo de secularidade, entendiam que “o princípio normativo básico é o de que os membros da sociedade servem às necessidades uns dos outros, ajudam-se mutuamente, em resumo, comportam-se como as criaturas racionais e sociáveis que são”. Em tese, “a ordem moderna não confere nenhuma condição ontológica à hierarquia ou qualquer estrutura particular de diferenciação”.⁴⁸³ Trata-se de uma concepção que vê os propósitos da sociedade de forma instrumental e utilitária, visando o aperfeiçoamento da segurança, da saúde e da prosperidade dos seus membros (aplicado, evidentemente, em certos limites). Isso indica que os governos, no final do século XVIII, passaram a implementar, de forma instrumental, políticas de instrução, de educação e, sobretudo, de “civilização”; benefícios que “incluem essencialmente a vida e os meios para a vida”.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 197.

⁴⁸² Sobre os conceitos de *Progresso* e *Perfectibilidade*, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 314-327.

⁴⁸³ Trata-se de “[...] uma rejeição da noção anteriormente dominante de hierarquia, segundo a qual um ser humano pode ser um agente moral apropriado somente quando radicado num todo social mais amplo, cuja própria natureza é exibir uma complementariedade hierárquica. Em sua forma original, a teoria grociana-lockeana coloca-se contra todas essas visões, das quais a de Aristóteles é a mais proeminente e nega que se pode ser um sujeito humano plenamente competente fora da sociedade.” TAYLOR, Charles. *Uma Era Secular*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010, p. 203-204.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 210.

Outro aspecto envolvendo a secularização e complementar às transformações da ordem moral e política foi, para Taylor, a consolidação de uma esfera pública, em que grupos dispersos estavam conectados por meios materiais e sociais que asseguravam o debate, a troca de ideias e a circulação de concepções sobre diversos assuntos. Por meio dos impressos, o intercâmbio de ideias foi possível entre grupos distantes uns dos outros. Seus membros estavam conectados “num espaço comum de debate”, que era mantido por “livros, panfletos e jornais [que] circulavam entre o público culto, veiculando teses, análises, argumentações, contra-argumentações, referindo-se e refutando um ao outro”.⁴⁸⁵

Na concepção do autor, a secularização da esfera pública no século XVIII, acompanha aquilo que ele conceituou de processo “metatópico”, ou seja, a ideia de que uma comunidade científica local pode ocupar um espaço mais amplo, onde também se encontram outros grupos científicos e onde há uma espécie de virtualização, sustentada pela circulação de ideias, a qual garante as condições para o debate, a troca de livros, de cartas e de tratados.⁴⁸⁶ Estamos falando de “uma pluralidade de tais espaços num espaço mais amplo de não reunião”, que é virtual ou “metatópico”, ou seja, de “um tipo mais amplo de espaço comum não local”.⁴⁸⁷

Isso, na prática, significaria dizer que um estudante de medicina da Universidade de Coimbra poderia estar por dentro de uma extensa rede de debates sobre o método empírico, a ponto de confrontar os argumentos suscitados por estudantes de outras universidades (seja Montpellier, seja Edimburgo, Salamanca ou Leiden), sem necessariamente terem se visto. Isso seria possível pois a esfera pública, analisada por esses termos, entende que o debate “engaja potencialmente” todos aqueles membros locais que pertencem a uma elite letrada e “esclarecida”, que criam amplas associações, por meio dos impressos. As comunidades acadêmicas, claro, não titubearam em se conectar ativamente com os círculos de debate científico num momento em que a “verdade” significava prestígio social para aqueles que conseguissem capturá-la.

Usando das condições estruturais disponíveis para o acesso ao debate “público” e cosmopolita, esses grupos fomentavam uma ação comum: a de debater questões inerentes ao seu tempo.⁴⁸⁸ Os resultados, como se sabe, não foram homogêneos, cada centro de ideias

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 228.

⁴⁸⁶ Discutimos o conceito de virtualização do espaço europeu decorrente do Iluminismo, no capítulo 1 desta dissertação. Ver também: TOMÁS, José Pardo. *El Libro Científico en la República de las Letras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

⁴⁸⁷ TAYLOR, Charles. *Op.Cit.*, 2010, p. 230.

⁴⁸⁸ “‘República das Letras’ era um termo comum que os membros da sociedade internacional de sábios em intercâmbio atribuíam a eles próprios perto do final do século XVII. Este fora um fenômeno precursor da esfera pública; na verdade, contribuiu para dar forma a ela. [...] Era uma república como uma associação unificada, agrupando todos os participantes esclarecidos ao longo das fronteiras políticas”. *Ibidem*, p. 234.

produziu um tipo de concepção sobre diferentes problemas levantados a respeito do mundo natural, do homem, da política, da economia e da filosofia. Mas todos os conteúdos da ilustração estavam conectados a esta força central que foi e é, a esfera pública.

Nessa perspectiva, as novas sociabilidades culturais da Europa ilustrada, se consolidavam a partir de uma aproximação entre o Estado e o espaço público, que outrora havia sido integrado às instituições religiosas. Carlota Boto argumenta que “a difusão mais integrada e ágil da cultura escrita tornava viável a constituição de um espaço público que abarcaria uma dimensão transnacional”, marcada por “projetos de civilização”,⁴⁸⁹ os quais, em última instância, eram projetos de modernidade, na qual a relação entre o Estado e os indivíduos havia se transformado consideravelmente. Tendo isso em vista, era preciso criar planos concretos de instrução pública, construir novos espaços físicos, delimitar as fronteiras simbólicas e consolidar novas jurisdições.⁴⁹⁰

O objetivo do Estado secularizado era a formação de novos operadores ou grupos de funcionários qualificados, que atuaria na execução de medidas metódicas que visavam o bem comum da sociedade civil. Max Weber já demonstrou que a racionalização das estruturas do Estado moderno pautava-se na consolidação de uma autoridade burocrática formada por três fundamentos centrais: as atividades administrativas do governo “são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais”; a distribuição das hierarquias de poder é “delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros, que possam ser colocados à disposição dos funcionários”; e por fim, todas as medidas tomadas devem ser vindas de funcionários qualificados, que de maneira metódica faz “a realização regular e contínua desses deveres”.⁴⁹¹

Assim, passava a ser prioridade a reforma educacional, a formação de súditos esclarecidos e qualificados para assumirem cargos estratégicos na administração do Estado. Para isso ocorrer, eram exigidos um treinamento e um conjunto de exames que comprovassem a aptidão dos funcionários. Como temos defendido, a formação universitária servia a esse propósito. António Nunes Ribeiro Sanches, por exemplo, expunha, em 1761, que:

Nenhum Estado Político se pode governar com Majestade sem homens instruídos para conservar e defender a vida, a fazenda, e a reputação dos Súbditos. É logo do seu interesse prover ao seu ensino, à sua educação, e à sua subsistência. Parece que, depois de prover a

⁴⁸⁹ BOTO, Carlota. *Instrução Pública e Projeto Civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 381.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 382.

⁴⁹¹ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 229.

subsistência dos súbditos, nenhum cuidado maior deve ter o Legislador do que mandar ensinar os súbditos, que hão-de, e devem servir a República no tempo da paz e da guerra.⁴⁹²

Discursos como o de Ribeiro Sanches em defesa da modernização do Estado absolutista, começam, naquele momento, a esboçar estratégias para constituir um ambiente letrado e erudito. Tratava-se de uma elite cultural operadora da opinião pública, fixadora de novas formas de sociabilidade e alinhada com a institucionalização de novos hábitos, políticas educacionais e métodos científicos: o que importava era a reafirmação do poder temporal do Estado como agente da instrução e formação do homem público setecentista. A tese de Ana Rosa Clochet da Silva é de que o pensamento das Luzes buscou sistematizar esses projetos de valores morais, a partir da reformulação dos sistemas pedagógicos e de planos políticos que intervinham na conduta de homens e mulheres.⁴⁹³ Esse argumento, como vimos em Charles Taylor, corrobora uma ideia secularizada de relação instrumental entre homem e sociedade, em que ambos estariam se beneficiando por meio de um serviço mútuo. A questão diz respeito ao caráter novo que se assumia perante a promoção da prosperidade pública oriunda do progresso da sensibilidade “civilizada” e “educada” na Europa Moderna.

O auge dessas transformações na estrutura político-administrativa do Estado, no final do século XVIII, pode ser visualizado no discurso das *Cinco memórias sobre a instrução pública* de Condorcet (1743-1794), publicadas em 1791. Nesse texto, o Marquês de Condorcet parte da premissa de que a função primordial dos ensinos primário e secundário na França era o aprimoramento social e humano. Isso significa dizer que a natureza e o objetivo da instrução pública visavam o bem comum dos indivíduos, tornando a felicidade um bem maior do que a ignorância: uma nação próspera seria aquela composta de homens esclarecidos imbuídos de uma função pública a ser cumprida.

A perspectiva do autor era de que cada indivíduo deveria ser “suficientemente instruído para exercer por si mesmo, e sem se submeter cegamente à razão de outro” e de que a superioridade de alguns homens sobre os outros deveria ser usada para contribuir no “bem de todos”, e não na desigualdade.⁴⁹⁴ Carlota Boto aponta que esse trecho inicial das *Cinco*

⁴⁹² SANCHES. António Nunes Ribeiro Sanches. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na Cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 209.

⁴⁹³ SILVA, Ana Rosa Clochet da. A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus/* Ano 02 Vol. II – 2003, p. 3.

⁴⁹⁴ A desigualdade estabelece “uma verdadeira separação entre os que possuem luzes e os que delas são privados, [e] constituirá um instrumento de poder para uns e não um meio de felicidade para todos. O dever da sociedade, relativamente à obrigação de estender de fato, tanto quanto for possível, a igualdade de direitos, consiste, por conseguinte, em proporcionar a cada homem a instrução necessária”. CONDORCET. *Cinco memórias sobre a instrução pública*. São Paulo: Unesp, 2008, p. 18-20.

Memórias pretendeu que “o conhecimento traria uma característica emancipatória posta na formação da consciência livre; do sujeito capaz de pensar por si mesmo, sem o recurso à razão alheia”.⁴⁹⁵ Na época, influenciado pelo movimento revolucionário francês, Condorcet defendia que

Quanto mais os homens forem dispostos, pela educação, a raciocinar com justeza, a apreender as verdades que lhes são apresentadas, a rejeitar os erros dos quais se quer fazê-los vítimas, mais também uma nação, que veria dessa forma as luzes se ampliarem cada vez mais e difundirem-se num maior número de indivíduos, deve esperar obter e conservar as boas leis, uma sábia administração e uma constituição verdadeiramente livre.⁴⁹⁶

Após definir esses propósitos centrais, as *Cinco memórias* partem para a delimitação do conceito de *verdade* como uma peça-chave para acelerar o progresso da sociedade civil. Condorcet defendia que a “descoberta de sucessivas verdades” numa determinada ciência, gerava um aperfeiçoamento da “espécie humana”, a qual cada vez mais se distanciaria da ignorância e dos preconceitos.⁴⁹⁷ Desse modo era preciso aperfeiçoar os métodos das ciências como um meio de avanço das atividades exercidas pelos homens instruídos, pois, o método, num sentido de instrumento de ensino, realiza a formação dos indivíduos em direção às verdades científicas. Essa tópica foi desenvolvida, sobretudo, por Francis Bacon, em *Novum Organum*; René Descartes, em *Discours de la méthode*; Juan Luis Vives, em *Introductio Sapientiam ad*; e João Amós Comênio, em *Didática Magna*. Para Condorcet, o propósito da operação metódica é fazer com que as verdades acumuladas ao longo dos séculos sejam reduzidas às “verdades gerais”, ordenando-as “segundo um exemplo simples” e abreviando “a sua expressão, por meio de fórmulas mais precisas”.⁴⁹⁸ Esse método, de caráter compendiário e enciclopédico – o mesmo adotado na reforma de 1772 em Coimbra –, serviria como um instrumento capaz de agrupar e combinar diferentes tipos de verdades gerais e úteis para o conhecimento humano.

Frente a isso, os métodos deveriam ser variados, conforme “seus progressos, o número e a natureza de suas aplicações usuais”. Nas ciências naturais, por exemplo, apesar de os fatos serem constantes, “alguns deles, após terem apresentado uma inteira uniformidade, logo oferecem diferenças, modificações, descobertas por um exame mais atento ou por observações multiplicadas”. Seria necessário, dessa forma, adaptar-se às circunstâncias

⁴⁹⁵ BOTO, Carlota. *Op. Cit.*, 2017, p. 291.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁹⁷ CONDORCET. *Op. Cit.*, 2008 p. 25.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 29.

impostas pela atividade científica, premissa basilar conforme Condorcet, pois, “como as ciências influem muito sobre a felicidade dos homens, é bem mais importante que o poder público não dite a doutrina comum do momento como verdade eterna, por temor de fazer da instrução um meio de consagrar preconceitos”.⁴⁹⁹

Na visão do filósofo francês, o compromisso do Estado com o ensino científico seria a possibilidade de se constituir uma sociedade que compartilhasse um serviço mútuo entre seus membros. Cada um deveria ter uma função no tecido societário: o médico deveria curar; o arquiteto, construir; o legislador, governar; o impressor, publicar etc. Além disso, todos deveriam passar por uma instrução pública capaz de aprimorar seu ofício – crer na utilidade dos serviços significava crer na própria estrutura da sociedade moderna. O lema iluminista é forte em Condorcet: “é necessário, assim, que um dos graus da instrução comum torne todos os homens dotados de uma capacidade pública”, e somente “as instituições de instrução podem tornar essa igualdade real”.⁵⁰⁰ Sobre esse ponto, comenta Carlota Boto: “a feição moderna desse plano iluminista é mais do que evidente. Como teórico da política e educação, Condorcet sublinha que o propósito da escola é favorecer a rota civilizatória. Havia, nesse sentido, de se conter os bárbaros. Para tanto, cumpria ‘educar, emancipar, civilizar’”.⁵⁰¹

Num segundo momento, ao trabalhar com a instrução de adultos, as *Cinco Memórias* não se limitam ao ensino da moral: seu intuito é circunscrever todos os conhecimentos que sejam úteis ao aperfeiçoamento dos ofícios que o homem exerce, tornando-o “digno das funções para as quais é chamado ou que se contente em examinar e seguir, sejam os projetos propostos para a utilidade comum, sejam as operações dos diversos poderes”.⁵⁰² O trabalho que é preenchido pela vontade de servir ao próximo, respeita um interesse geral. O homem instruído, proposto por Condorcet, pois, procura “um meio de empregar de modo útil um dia tirado de seus trabalhos ordinários”. Prestando um serviço à sociedade, o homem esclarecido não busca melhorar uma virtude transcendente, mas sim a vida comum da sociedade:

Eu o vejo rodear-se de livros, procurar conhecer homens esclarecidos, reunir em torno de si as produções mais curiosas e mais úteis do país onde habita, querer conhecer quais são as verdades que difundiram uma luz mais homogênea e mais pura sobre as sombras que ainda nos envolvem, que novas aplicações das ciências aumentaram a sua utilidade, que invenções foram acrescentadas à perfeição das artes, que vantagem local ele pode retirar delas, que espírito influi sobre a

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 49-51.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 37.

⁵⁰¹ BOTO, Carlota. *Op. Cit.*, 2017, p. 293.

⁵⁰² CONDORCET. *Op. Cit.*, 2008 p. 157.

composição das leis ou preside às operações do governo, em que direção avança o poder público, que princípios o guiam ou que interesses ameaçam corrompê-lo.⁵⁰³

Ao se tornar ilustrado, esse homem vê nas ciências um meio de aplicação direta na vida cotidiana, mas, para assumir esse compromisso, ele deve seguir alguns rigores metodológicos. Por exemplo, nas ciências naturais – explica Condorcet –, apenas o uso de livros não serve como meio de aperfeiçoamento da arte, pois, em geral, “os livros trazem todas as ideias abstratas, mas não apresentam os objetos reais”. A fim de se instruir em medicina, física ou química, o desempenho deve recair, sobretudo, no ato de descrição e no “relato da experiência”, que, “se for bem feito, põe sob os olhos os seus procedimentos e resultados”.⁵⁰⁴ Em vista disso, no ensino das ciências empíricas, seria “preciso que uma instrução recebida dos próprios objetos tenha precedido aquela que os livros podem dar”.⁵⁰⁵ Caso o ensino comece pelos livros, seria imprescindível acrescentar algumas visitas ao teatro anatômico, à oficina de máquinas, ao jardim de Botânica e à sala de experimentos químicos.

No caso específico da medicina, Condorcet defende que estava acontecendo “uma grande revolução na aplicação das ciências físicas e químicas às necessidades e à felicidade dos homens”. Tratava-se de uma época de mudanças em que o médico estava recebendo “todos os conhecimentos que hoje podem ser tirados da História Natural, da Química, da Anatomia, das numerosas observações dos médicos de todos os séculos, das lições dadas por um homem hábil junto ao leito de doentes”, o qual seria mais valorizado “do [que] aquele que tiver sido educado no meio dos preconceitos e dos sistemas da escola” peripatética. Daí a necessidade de um método empírico-racional, o qual levaria “para o ensino de Medicina o método das ciências físicas”, “a precisão com a qual os fatos são observados” e a “filosofia que dirige sua marcha e assegura seus progressos”, por meio do raciocínio.⁵⁰⁶ Por conseguinte, para o autor, haverá médicos esclarecidos que assegurarão uma marcha segura e confiável contra as aplicações errôneas das doutrinas: “há alguns rochedos a ultrapassar e, depois, um imenso horizonte vai se abrir diante de nossos olhos”, as luzes. Apesar de o ensino de medicina ainda estar com dificuldades para se estabelecer como uma ciência empírica moderna, Condorcet é otimista com o futuro: “tudo anuncia uma dessas épocas nas quais o espírito humano, passando repentinamente da obscuridade de pesquisas penosas ao dia

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 157-158.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 174.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 175.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 226.

brilhante e puro oferecido por seus grandes resultados, faz brilharem em um dia os trabalhos de várias gerações”.⁵⁰⁷

Apesar de as *Cinco Memórias* pertencerem ao contexto revolucionário francês, comprometendo-se a derrubar as estruturas mais conformadas ao um Antigo Regime Absolutista, acreditamos que suas ideias nos ajudam a entendermos o alcance mais radical da dinâmica da secularização.⁵⁰⁸ Seja como for, no caso português, percebe-se outro movimento, que avançava por caminhos não revolucionários, mas que ditava novos programas de reformas que defendiam o princípio básico de “conservação da sociedade e do Estado” por meio da instrução dos súditos, a qual, por seu turno, significava a possibilidade de mudança da ação do governo português para com suas instituições educacionais. Como temos demonstrado, o processo de secularização e a circulação de ideias tiveram um papel importante nas reformas pedagógicas, que buscaram transformar o ensino universitário em aparato de melhoramento do Estado moderno⁵⁰⁹, correspondendo, segundo Justino Magalhães, a duas conjunturas: uma de decomposições, que podem ser visualizadas na crise da escolástica e nos colégios jesuíticos; e outra de recomposições, como a institucionalização do ensino, a normalização de novas ideias pedagógicas e a aplicação de reformas político-administrativas. Magalhães defende que

A decomposição conduziu à alteração de conteúdos e de método, plasmados em reformas pedagógicas. A montante, as reformas visaram uma educacionalidade do conhecimento (humanização, perfectibilidade, progresso) e, a jusante, foram determinadas por um núcleo curricular em vernáculo, progressivo e segmentado, um pragmatismo didático, uma escrituração pedagógica e, progressivamente, também pela incorporação das culturas nacionais. No conjunto, o quadro reformista do ensino, em meados de Setecentos, reflecte uma visão enciclopédica do conhecimento, a integração entre humanismo e ciência, a aplicação regular do elemento escrito na informação e na administração dos sectores público e privado, a estatalização do institucional escolar.⁵¹⁰

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 225-226.

⁵⁰⁸ Sobre esse tema ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2009. ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity (1650-1750)*. New York: Oxford Press, 2001

⁵⁰⁹ Para Ana Cristina Araújo, “a crise de interpretações instala-se no espaço metodológico da crítica, com evidentes consequências nos campos antropológicos, moral e religioso. As modificações introduzidas na auto-representação dos homens de letras contribuem para a progressiva autonomia do estatuto do professor e consequente reconhecimento do papel da educação na sociedade.” ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo Português. *Revista de História Regional*. v. 19(2): 2014, p 263.

⁵¹⁰ MAGALHÃES. Justino. Instituição escolar e constituição da sociedade moderna: Setecentismo e reformas educativas. In: CHARTIER, Roger. RODRIGUES, José Damião. MAGALHÃES, Justino (Org.). *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020, p. 284.

Consequentemente, dentro desta dinâmica complexa de rupturas, as concepções de *educação*, *instrução* e *civilidade* caminhavam para um novo tipo de significado. Como observou Thaís Nívia de Lima e Fonseca, educação e instrução “designavam, de maneira geral, o processo de formação dos indivíduos para que se integrassem adequadamente à vida em sociedade, conforme as referências e valores aceitos e legitimados”.⁵¹¹ Na visão setecentista, educar estava ligado à “ideia de formação voltada para o convívio social” e de adequação às regras de civilidade ou boas maneiras. A diferença entre educar e instruir está, segundo a autora, “no fato de que a segunda se faria por meio de instrumentos normativos mais precisos, enquanto a primeira estaria orientada por princípios mais gerais”. Todavia, a partir da segunda metade do setecentos, os dois conceitos foram fundidos, pois a ideia de “formação de um indivíduo ativo e útil ao desenvolvimento do Estado” ligava-se ao “caráter formativo” da educação e ao seu elemento metódico.⁵¹² Nessa lógica, o ensino racional, utilitário e empírico tornava-se parte importante para a construção da civilidade moderna no ocidente.

Em Portugal, as políticas pombalinas sobre a educação universitária, em parte, tiveram por objetivo modernizar, sob a óptica da racionalização, o quadro de funcionários régios. Ao requererem um conhecimento mais exato, confiável e sistemático, as reformas dos estatutos literários de Coimbra traçavam os limites do homem público a serviço do governo português. Os “homens de ciência” formados pela universidade ficavam responsáveis por aplicar as novas técnicas científicas na sociedade civil, priorizando uma inserção cultural de objetos, de práticas e de linguagens, em benefício do interesse público, o qual, em última análise, corroborou o processo de mecanização da produção, da industrialização e do desenvolvimento da manufatura na Europa.⁵¹³ Portanto, a universidade assumiria uma posição de fronteira entre o Estado e a sociedade, pois, ao promover o conhecimento científico, poderia oferecer ferramentas necessárias para a racionalização da atividade governativa e da vida cotidiana dos súditos.⁵¹⁴

⁵¹¹ FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial (séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 131.

⁵¹² *Ibidem*, p. 133-135.

⁵¹³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo* (Volume 3). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

⁵¹⁴ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para a instrução dos homens encarregados dos negócios públicos no final do Antigo Regime português. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 205-226.

3.2 Em defesa da universidade: uma ideia secular dos estudos maiores em Coimbra

É significativa a consonância do discurso de D. Francisco de Lemos com esse processo de secularização que estamos descrevendo. A *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra* (1777), ao investigar e descrever as transformações práticas no interior da vida acadêmica coimbrã, traz consigo uma forte referência aos ideais ilustrados da sua época – sobretudo os que foram idealizados por Ribeiro Sanches e Luís António Verney, comprovando que, no âmbito da educação universitária, “o reformismo pombalino constitui reflexo e adaptação do iluminismo”.⁵¹⁵ Forja-se uma nova universidade, que refletia não só na competência intelectual e técnica do corpo docente, mas também na formação do estudante para assumir tarefas governativas e carreiras científico-pedagógicas.

Em 1777, o então reitor da nova universidade, D. Francisco de Lemos publica uma espécie de relatório para a rainha D. Maria I defendendo o estabelecimento dos *Novos Estatutos* de 1772. Estes demonstravam, sobretudo, as características dos métodos aplicados, o magistério encarregado a cada Congregação, o perfil pedagógico das faculdades, a instrução dos estudantes e os problemas enfrentados pela universidade até então.⁵¹⁶ Destarte, Lemos resume que, durante seu reitorado,

O [...] principal cuidado, pois, constituiu 1º Em fazer executar os Estatutos Literários. 2º Em fazer fabricar os Edifícios para os Estabelecimentos Literários das três Faculdades, Médica, Matemática e Filosófica; e em reparar, arranjar e decorar o Grande Edifício dos Paços Reais das escolas que estavam muito necessitados de reparo e de obrar para o uso e comunicação interior das suas oficinas. 3º Estabelecer a Junta da Fazenda.⁵¹⁷

A partir da legislação literária, “formou-se um novo Estabelecimento completo para o Ensino das Ciências Naturais”, voltado totalmente para aulas demonstrativas e experimentais, todas com “instrumentos precisos”, necessários para a aplicação correta do método empírico-racional. Além disso, “regulou-se o tempo dos cursos científicos”, adverte Lemos, “Prescrevendo-se *Métodos Luminosos* para o Ensino” entre eles, o “método sintético e compendiário; para que os estudantes soubessem os Princípios Fundamentais de todas as

⁵¹⁵ MAGALHÃES, Justino. *Op. Cit.*, 2020, p. 302.

⁵¹⁶ D. Francisco de Lemos teve dois reitorados na Universidade de Coimbra, o primeiro entre 1770 e 1779 e o segundo entre 1799 e 1821. Foi, por causa disso, o reitor com maior tempo de exercício acadêmico: 31 anos.

⁵¹⁷ LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Imprensa da universidade, edição *fac-simile*, 1980, p. 7-8.

partes das Ciências”.⁵¹⁸ O intuito era a criação de, por um lado, grupos discentes abertos ao pensamento empírico e racional e, por outro, de professores dispostos a defender as diretrizes pedagógicas, efetivando as novas disciplinas ofertadas pelas faculdades de ciências naturais.

Com a reforma educacional, como assevera Francisco de Lemos: “logo estes Reinos e seus Senhorios irão manifestando as riquezas que neles depositou à Natureza; logo a indústria terá ampla matéria, em que se exercite; logo se formarão novos Ramos do Comércio; logo nascerão Novas Artes, Novas Manufaturas e Novas Fábricas”. A ciência, enriquecida pelos “novos Conhecimentos tão necessários para a conservação e uso da Vida Humana”, será braço forte do Estado. Será ela que garantirá a “Felicidade e Glória da Nação portuguesa”, pois é somente “empregando somas imensas em tantas Empresas Literárias que farão do nosso Século uma Época memorável a Posteridade”, declara o reitor otimista.⁵¹⁹

Para institucionalizar uma ciência empírica na universidade, voltada para o ensino pragmático e intelectual, Lemos comenta que, após 1772, iniciou-se a instalação de todos os edificios necessários à aplicação dos métodos almejados, para não “apartar-se do verdadeiro caminho da *Observação* e da *Experiência*”, como fizeram os peripatéticos.⁵²⁰ Mesmo com as dificuldades em levantar tão amplos estabelecimentos científicos, foi possível obter êxito nessa matéria, pois “a grandeza e a magnanimidade do Real ânimo de Sua Majestade superou todas as dificuldades”.⁵²¹

O tempo era precioso naquele momento. Da comissão geral das obras, ficou encarregada o arquiteto militar Coronel William Elsdén, que, a mando do Marquês de Pombal, logo chegou à cidade de Coimbra “para satisfazer sua Comissão”. Depois de instalado, levou “alguns Oficiais Subalternos, para assistirem e trabalharem com ele”. Elsdén e seus homens examinaram os terrenos e “a disposição interior dos Edifícios Velhos” e concluíram, “por frequentes vistorias”, “o estado pouco firme das suas paredes; e de tudo se concluiu depois de muitas conferências, que não se podiam fundar os Novos Estabelecimentos nos Terrenos aplicados, sem se demolir grande parte dos Edifícios”.⁵²² As alterações foram fundamentais, e parte da antiga arquitetura barroca deu lugar às novas construções. Kenneth Maxwell relembra que “as plantas elaboradas para a universidade incluíram uma série de novos e esplêndidos edificios projetados, segundo um estilo neoclássico”, incluindo “uma

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 9-10. [grifo nosso]

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 110-111.

⁵²⁰ *Ibidem*, p. 65. [grifo do autor].

⁵²¹ *Ibidem*, p. 119.

⁵²² *Ibidem*, p. 120.

série de laboratórios, um observatório, uma editora para a universidade e um jardim botânico”.⁵²³ Para Maria de Lurdes Craveiro, a partir de 1772,

A Universidade de Coimbra assume um lugar de primeiro plano como estaleiro construtivo. A grande quantidade de mão-de-obra requerida pelos projectos de novos edifícios e remodelação dos antigos vai permitir a dinamização artística local, como chamará à cidade grande número de artífices e homens ligados às artes. É neste contexto que o já tenente-coronel Guilherme Elsdén chega em 1773 a Coimbra encarregado de fazer o risco dos principais edifícios, tornando-se o grande mentor do novo ideário arquitetónico ligados ao esquema neo-clássico; o inglês transformava-se, assim, no veículo de tentativa encetada pelo Marquês [de Pombal], de modernização e aproximação às correntes europeias no campo da arquitetura. De momento, o objectivo era o erguer de uma universidade liberta do obscurantismo escolástico, encontrando a sua expressão artística nas linhas claras, definidas e vigorosas das fórmulas neo-clássicas.⁵²⁴

Além da modernização da arquitetura universitária, com a construção dos edifícios científicos, D. Francisco de Lemos, em sua *Relação Geral*, julga um segundo aspecto necessário à consolidação da ciência empírica em Portugal: a formação do corpo docente das faculdades naturais. Segundo Lemos, “como as Universidades são instruídas para serem os Seminários da Instrução e do Ensino Público; é necessário que na sua Instituição não só se tomem as medidas mais eficazes para [que] as Lições se façam com fruto; mas também para que pelo decurso do tempo não chegue a haver falta de Mestres”.⁵²⁵ A formação do corpo docente da faculdade se dava a partir de uma seleção minuciosa daqueles que pudessem “dignamente suceder no Magistério” e “ocupar as Cadeiras segundo as provas sucessivas do seu Talento, Ciência e Capacidade”.⁵²⁶ Na visão do Reitor, a qualidade da universidade advém “da Ciência e das Luzes dos Mestres”, que fazem a mocidade aproveitar ao máximo o conteúdo das lições.

⁵²³ As relações entre William [Guilherme em português] Elsdén e o Marquês de Pombal se deram, sobretudo, após o terremoto de Lisboa em 1755. Elsdén chega a Portugal em 1756 como encarregado da reconstrução da cidade. Em 1762 é nomeado “ajudante de infantaria na categoria de Engenheiro”. Em 1766 torna-se lente de matemática na Academia Militar da Corte e em 1767 é nomeado “tenente-coronel de infantaria com o posto de engenheiro”, título que se manteve até sua morte, em 1778. As plantas originais dos edifícios estão atualmente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997, p. 111.

⁵²⁴ CRAVEIRO, Maria de Lurdes. Guilherme Elsdén e a introdução do neo-classicismo em Portugal. In: DIAS, Pedro (Org.). *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além Mar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1988, p. 508.

⁵²⁵ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 140.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 141.

Assim sendo, a incorporação de doutores a partir dos “concursos” servia para atestar a qualidade intelectual e técnica daqueles que desejavam um lugar no magistério. A ideia era escolher os professores por meio de relações transparentes e não particulares, pois os testes públicos dos doutores, em última instância, serviam para manter a mocidade ilustrada e solidamente instruída. Lemos acredita que essa questão foi importante após as reformas de 1772, pois, em suas palavras, “quanto melhor satisfizerem os Mestres este objeto, tanto melhor se conseguirão os fins do bem Público”.⁵²⁷

As faculdades naturais, sobretudo a de medicina, procuraram institucionalizar um determinado perfil de professores que estivessem de acordo “com as realidades vivenciais do homem, pelo que a ligação da teoria com a prática era uma preocupação constante”.⁵²⁸ A disciplina de Anatomia no Teatro Anatômico, por exemplo, dentro dos parâmetros da demonstração e observação dos cadáveres, foi uma dessas novas habilidades pedagógicas exigidas dos professores recém-contratados; assim como a nova disciplina de *Matéria Médica*, que demandava constante observação e manuseio de plantas ou medicamentos. Conforme assevera Lemos, “nem todos os conhecimentos são próprios e úteis para o Magistério; mas somente aqueles que são fundados nos Verdadeiros Princípios da Ciência”, ou seja, aqueles baseados nas doutrinas matemáticas, físico-químicas e experimentais, podem entrar no novo currículo. Ao aplicar tais princípios, logo “se verá a suma importância da Instrução Pública” e do “Magistério das Luzes” para a nação portuguesa.⁵²⁹ Ele completa: “todos [os Lentes] devem ter o Talento e uma Ciência Ilustrada e sólida para dignamente exercerem o Magistério”, assim como também “qualidades pessoais da Probidade e do Zelo”.⁵³⁰

Com o passar do tempo, ficava instituída, após 1772, uma série de exames compostos de exercícios vogais e escritos, a serem aplicados nos lentes das faculdades, dando fim à antiga prática de somente aceitar as *teses magnas* dos doutores como elemento comprobatório da sua qualidade. Para Lemos, fazia-se “necessário, pois, um gênero de Exercício, que seja fixo; e que anualmente se faça, o qual obrigue os Doutores a estudarem efetivamente, e a se mostrarem tais quais eles são. De outra sorte, sempre reinará a *superficialidade*, a *negligência* e o *Pedantismo* nas Faculdades”.⁵³¹ Além desses testes, ficou estabelecido

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 145.

⁵²⁸ PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 296.

⁵²⁹ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 146.

⁵³⁰ *Ibidem*, p. 147.

⁵³¹ *Ibidem*, p. 152. [grifo do autor].

Que os Doutores incorporados nas Faculdades fossem obrigados também a compor anualmente uma ou duas Dissertações sobre a Matéria que lhes der para isso. É muito útil e necessário este exercício 1º porque por ele se vê claramente o modo de filosofar dos Doutores nas Matérias da sua Profissão e o gosto que tem dos Estudos; se sabem as Línguas; a Eloquência; a História; a Crítica; e se possuem o verdadeiro Método de tratar as Ciências, tudo isto precisamente deve aparecer nas Dissertações; e pode esconder-se nos Argumentos. 2º Porque este modo se habituam os Doutores a escrever e compor; do que houve sempre uma falta grandíssima na Universidade; vendo-se muito, que sendo iminentes em ordenar Silogismos, eram miseráveis na Escrita; tudo por falta [de] cultivarem este Talento e de se habituarem desde os primeiros tempos da Vida Acadêmica neste exercício.⁵³²

Vê-se que os lentes deveriam ter gosto pela pesquisa científica, pela prática da escrita e pela produção de compêndios úteis aos seus alunos. Como um dia eles morreriam ou abandonariam suas cadeiras, somente por meio dos seus escritos seria possível perpetuarem a diligência das lições que foram dadas nas faculdades. Tratava-se da reprodução dos métodos que haviam desenvolvido no tempo em que foram membros do corpo docente. Para D. Francisco de Lemos, essa operação fazia parte não só do progresso da ciência na universidade, como também do processo de implantação dos novos saberes. Florescer a ciência era uma noção tangente à promoção de bons professores na universidade, os quais deveriam estar preocupados em trabalhar nas “produções literárias” e dar “conta anual dos seus Estudos”.⁵³³

É possível afirmar que, com a dissolução dos antigos paradigmas educacionais, novas formas de “treinamento e iniciação” – para usar os termos de Thomas Kuhn – passaram a ser empregadas na Universidade de Coimbra. Em outras palavras, novos paradigmas passaram a exigir o cultivo de novas habilidades, e isso, sem dúvida, é basilar na formação médica daquele momento. Esse novo modelo pedagógico fazia sentido para as novas sociabilidades exigidas dos estudantes e dos professores ao longo dos seus caminhos profissionais. Além disso, o dinamismo e a manipulação das técnicas passavam a ter importância central dentro dos cargos públicos – seja na cura de doentes no hospital, seja nas viagens filosóficas, na agricultura ou no atendimento clínico individual. Tratava-se de um conjunto de qualidades e virtudes necessárias para assumir um determinado posto social.

⁵³² *Ibidem*, p. 152-153.

⁵³³ *Ibidem*, p. 163.

Nesse viés, a dimensão científica do ensino universitário pautava-se num quadro normativo, em que a aprendizagem reservava-se também num sentido de performance. O estímulo a uma produção intelectual interna do corpo docente entrava nesse elenco. Conforme D. Francisco de Lemos, todas as dissertações escritas pelos lentes passavam “pela mão de todos os Colegas, os quais faziam sobre ela[s] as observações que lhes parecessem; e tudo seria revisto e examinado”. Caso as obras “fossem julgadas de merecimento seriam destinadas à impressão”.⁵³⁴ Assim, “aqueles que pelo Juízo de toda a Faculdade Acadêmica se tinham distinguido mais nas Produções Literárias, eram sem controvérsia os mais beneméritos”.⁵³⁵ E conclui o reitor: “o merecimento teria provas claras e não equívocas, por onde pudesse ser conhecido e julgado. A Nação teria sábios e a Mocidade Mestres Insignes, que a conduzissem pelos verdadeiros caminhos das Ciências”.⁵³⁶

Fernando Taveira da Fonseca indica que foi incumbida aos professores a responsabilidade de serem inventores e de “irem incorporando nas suas lições os avanços da ciência, próprios ou alheios”, o que de fato pode ser comprovado nos compêndios produzidos por alguns professores da faculdade médica. Esses materiais eram utilizados pelos professores e por seus estudantes e consistiam numa espécie de compilado dos conteúdos propedêuticos e dos avanços científicos na área da lição. Em relação ao currículo, Fonseca entende que se pretendia “introduzir a progressão gradativa do mais simples ao mais complexo” a partir do uso desses compêndios que expunham “os fundamentos de uma ciência que progressivamente se iam desvendando e desenvolvendo”.⁵³⁷

No caso da faculdade de medicina, D. Francisco Lemos relembra que, nos antigos estatutos, “os mestres cuidavam mais na utilidade particular de curar do que na pública de Ensinar”. De nada adiantava curar os enfermos sem um método pedagógico eficiente a ser transmitido aos estudantes, pois, no “caos da Medicina Escolástica [...], não podiam entender os Autores que liam”. O uso de compêndios explicativos em conjunto com as técnicas experimentais da ciência empírica, representava um fator importante nessa nova educação do olhar médico. Assim, em relação ao método empregado após a reforma, Lemos diz:

Para remediar os males que tinham emanado de estar separada a *Medicina* da *Cirurgia*; e de andarem os Médicos sempre divididos em

⁵³⁴ *Ibidem.*

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 164.

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 165.

⁵³⁷ FONSECA, Fernando Taveira da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A universidade pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 37.

Seitas [Doutrinas]; seguindo uns o puro Empirismo sem as Luzes Científicas da Teórica; e outros o puro Racionalismo destituído das Observações e Experiências da Prática; julgou que devia unir-se a *Medicina* com a *Cirurgia*; e [mandou-se] ensinar a *Medicina Empírico Racional*.⁵³⁸

Tal método empregado nas lições médicas contava com uma teoria que se embasava em, por um lado, um “suficiente número de experiências” e, por outro, em “verdades científicas demonstradas por meio de Princípios certos, excluindo-se do Corpo da Teórica Médica tudo o que não tivesse este grau de verificação”.⁵³⁹ Nesse ensino científico e experimental, o estudante de medicina fazia “exercício vivo, eficaz e contínuo da aplicação das Doutrinas Gerais aos Casos Particulares, vistos, conhecidos e observados à Cabeceira dos Enfermos até alcançarem o *Hábito Pessoal* que lhes é necessário para se fazerem médicos úteis”.⁵⁴⁰ Essa institucionalização da ciência moderna em Coimbra, na visão do novo reitor, daria “estímulos fortes” para o estudante “abraçar estes Estudos e [...] fazer neles maiores e mais profundas aplicações” – isso tudo para que, depois de formado, servisse de instrumento aos anseios do Estado português, nas diferentes funções que lhe fossem atribuídas.⁵⁴¹

Com a prerrogativa de concessão dos diplomas, a universidade lançava o médico nos mais diversos cargos públicos, garantindo legalmente a sua legitimação científica perante a sociedade. Vale lembrar que, além do título universitário, a Coroa Portuguesa também buscou normalizar a prática médica, por meio da aprovação, em 1782, do *Protomedicato*, órgão que ajudou na institucionalização da competência e autoridade médicas, e também por meio da criação da *Junta de Saúde* em 1813, em que um grupo de médicos tomava conhecimento do estado de saúde pública em Portugal, com o intuito de evitar doenças epidêmicas e reunir informações sobre a higiene dos hospitais.⁵⁴²

Estes dois eventos satisfazem a D. Francisco de Lemos, que, em 1777, na sua *Relação Geral*, queixava-se de que a falta de estudantes na faculdade de medicina, após a reforma, decorria do pouco prestígio social desses profissionais, além de dizer que, “para florescer a Medicina em Portugal”, deveria o Estado “enobrecer a Profissão e premiar a diligência, aplicação e aproveitamento que mostrarem os Estudantes”. Feito isso (o que de fato foi feito), a “Nação se encherá de Médicos sábios, que [se] unindo aos conhecimentos da sua Arte e

⁵³⁸ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 67. [grifos do autor]

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 67-68.

⁵⁴⁰ *Ibidem*. [grifo nosso].

⁵⁴¹ *Ibidem*, p. 77.

⁵⁴² Conforme Jorge Crespo estes grupos eram compostos de antigos estudantes da reformada Universidade de Coimbra. CRESPO, Jorge. *História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990.

Ciência Filosófica e Matemática, espalharão as Luzes destas Ciências pelos Povos; do que se seguirão muitas utilidades em benefício comum destes Reinos”.⁵⁴³

As dissoluções metodológicas levariam, conseqüentemente, a uma ruptura dos comportamentos. Além de projeto de letras, a universidade era vista como um projeto de virtudes: “por isso não deve haver nelas menos cuidado em ilustrar o Espírito dos Estudantes com a Luz das Ciências; do que em formar os seus Corações com a prática das Virtudes”, comenta Lemos.⁵⁴⁴ Os *Estatutos* reforçavam a ideia de que seria possível, por meio da ilustração do ensino, estabelecer uma ordem de benefício mútuo, ou seja, uma noção de *bem público*, a partir da qual os estudantes preencheriam as necessidades que surgissem no Reino, prestando serviços dentro de uma ação comum e normalizadora. As transformações não demoraram em aparecer, logo após a promulgação dos *Estatutos*, viu-se “homens cheios de probidade, de Religião e de Amor ao Bem Público”, preocupados em “favorecer os progressos das Ciências Divinas e Humanas”; “tudo é dirigido ao bem geral da Sociedade, e ao fim que se deve propor em todas as Ciências; que é de conduzir os homens a virtude, a única e verdadeira felicidade”.⁵⁴⁵

Tais noções, muitas vezes traduzidas pela concepção de *bom comportamento*, invocavam uma coesão social do espaço universitário, no qual “as virtudes que proveem a harmonia social e a paz geral incluem” também “Civilidade, Cortesia, Gentileza, Afabilidade, Clemência e Humanidade”.⁵⁴⁶ Sobre tais transformações em matéria de método e comportamento, D. Francisco de Lemos sintetiza que

Tinham concorrido a Universidade muitos Estudantes a assistir a abertura dos Novos Estudos; mas logo verão a diferença notável, que havia entre os diferentes métodos de ensinar Antigos e Modernos, logo que conheceram a necessidade de residirem e de observarem as Disciplinas das Aulas; que os sujeitava a dar conta das Lições, a fazer Dissertações e Sabatinas; todos os que eram ignorantes, e faltos de Princípios desemparraram a Universidade, ficando só os escolhidos dentre eles e que seriamente procuravam saber. Foi notável a emulação, que se introduziu entre eles; e o ardor com que principiaram o seu Novo Curso. Nas noites observava-se um silêncio profundo; e não se via Estudantes nas ruas no tempo do Estudo. De dia vinham todas as Aulas sem faltarem; e depois se recolhiam a continuar os seus Estudos. Todas as suas conversações dentro e fora de casa eram sobre a matéria das lições. Todos os lugares de distração até frequentados, se viam desertos; não houve bulhas, dissensões, queixas, prisões e nem eu tive motivo de repreender; via-se a

⁵⁴³ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 75.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 198.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 201.

⁵⁴⁶ TAYLOR, Charles. *Op. Cit.*, 2010, p. 263-264.

Mocidade toda cheia de modéstia, toda apartada das Antigas Liberdades; toda Civil; e com uma atenção grande em mostrar melhoramento na sua conduta.⁵⁴⁷

O respeito à ordem pública “era visto com admiração de toda a cidade”: os estudantes, outrora desordeiros, davam “espetáculo de modéstia, de aplicação” e de tranquilidade.⁵⁴⁸ Lemos defende seus estudantes e a universidade com otimismo, ciente do progresso que haviam conquistado até então. O passado jesuítico, no qual houve “pouco Progresso das Ciências e a persistência por tantos séculos no ensino de coisas vãs e inúteis”, era substituído, nesse sentido, por um ensino secularizado, com efetivo exercício do Estado sobre a universidade.⁵⁴⁹ As Luzes que eram sufocadas nas mãos da Companhia de Jesus, agora podiam ir “iluminando a Nação” e se difundindo “por todas as partes da Monarquia”.⁵⁵⁰

Na visão do autor da *Relação Geral*, a institucionalização da ciência moderna e empírica não implicaria uma deturpação das matérias de fé: ademais, a doutrina católica ainda era uma realidade cultural predominante no universo setecentista. Desse modo, não se trata de uma laicização do ensino universitário, mas de uma remodelação do monopólio pedagógico, agora transferido para o Estado português: estamos falando de um mundo cristão secularizado, não totalmente emancipado, mas necessário para as ideias de progresso e perfeição.⁵⁵¹ “É importante notar, que as Leis Acadêmicas livraram o Espírito da Mocidade do jugo da autoridade do Magistério Escolástico, que tinha exercido até aqui um absoluto despotismo das Letras”, enfatiza D. Francisco de Lemos. E completa:

⁵⁴⁷ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 208-209.

⁵⁴⁸ Segundo o reitor, houve episódios “caluniosos” na cidade de Coimbra, onde alguns sujeitos se passavam por estudantes da universidade – utilizando a famosa batina preta – e perturbavam a ordem pública nas casas dos verdadeiros estudantes. Após o evento, ficou ordenado que somente os alunos matriculados poderiam usar a batina. E, na tentativa de manter a ordem e evitar uma relaxação, “havia providência de se rondarem de noite as ruas e de se proibirem as casas de jogos; de impedir-se que não houvesse comédias na Cidade; e de se prenderem aqueles que se acham cúmplices”. *Ibidem*, p. 209-210.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 212.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 213.

⁵⁵¹ A concepção de uma pedagogia cívica nos moldes de uma vertente de *laicidade* foi um projeto da cultura republicana oitocentista que, segundo Fernando Catroga, defendia a formação de indivíduos-cidadãos voltados para a defesa dos interesses da Nação. Tratou-se da ideia de que o Estado deveria desempenhar ações diretas para se apossar do poder espiritual, criando condições políticas para a consolidação dos elementos da modernidade como: progresso, tolerância, emancipação e autonomia. Segundo o autor, o Estado-pedagogo tinha por primazia os valores de cidadania “sobre as demais opções espirituais dos indivíduos”, procurando substituir antigas cerimônias religiosas por atos cívicos e laicos. Os movimentos políticos do início do século XIX tinham como “programa comum, o propósito de transformar as relações institucionais entre o Estado e as Igrejas e de inocular novas ideias, valores e comportamentos”. No âmbito cultural desejava-se “*lacizar o capital simbólico*, visando a produção (e reprodução) do consenso social e nacional” mediante a “substituição de Deus pelo culto da Pátria”. CATROGA, Fernando. Secularização e laicização. Uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista História das Ideias*, Coimbra, Volume 25, 2004, p.111. [grifos do autor].

Não há dúvida, que muitas vezes a liberdade de opinar nas Ciências, possa reduzir os homens a alguns erros de Religião e de Política; mas no meio dos males quem pode duvidar, que é menor este, do que o estado consciente e inalterável de trevas, em que se põem as Nações por estarem presos os Espíritos e privados do raciocínio, que lhes é natural. A faculdade de pensar é livre no homem, por isso não deve ter outros limites, que não sejam os da razão e da religião.⁵⁵²

A reforma dos Estatutos Literários teria livrado a “mocidade destes grilhões” e das “questões miseráveis” que a desviavam do caminho dos “verdadeiros princípios”, reorientando professores e estudantes que se achavam desviados da observação e da experiência para envolver-se “em especulações arbitrárias”.⁵⁵³ Com a reforma, o Estado, por meio de um conjunto de funcionários, ordenava a universidade, seja na instância administrativa, seja nos princípios pedagógicos.

Podemos notar que, na sua defesa, D. Francisco de Lemos indica que a união entre Estado e Universidade era um benefício que garantia à sociedade serviços e riquezas: “este é o meio principal e natural de fazer que todas as Ciências floresçam e que o Estado receba utilidade e proveito do Ensino Público delas”.⁵⁵⁴ E, “para se conseguirem estes bens”, diz o reitor para D. Maria I, “não basta que Sua Majestade seja servida dar as Providências, que ficam apontadas acima”, mas é necessário que a “Senhora dê Providências convenientes para que os referidos Princípios se apliquem na prática em benefícios destes reinos”. Era necessário, pois, que os Estatutos Pombalinos fossem cumpridos pelo governo mariano. O objetivo da *Relação Geral* era proteger, sobretudo, “como tem sucedido depois da Nova Reforma”, os novos métodos e princípios que serviriam “para iluminar a Nação”, convencendo o novo reinado de que a função da universidade era servir ao Estado.⁵⁵⁵ Lemos acredita que esta simbiose foi fundamental. Em uma passagem emblemática, argumenta o reitor:

⁵⁵² Neste trecho D. Francisco de Lemos defende as reformas da Universidade de Coimbra contra os críticos que alegavam que, após a execução dos *Novos Estatutos*, “logo se entrou a espalhar um rumor vago de que os Estudantes eram imbuídos em Doutrinas novas, peregrinas e perigosas”. Mas, para o reitor, as críticas eram sem fundamento, pois as doutrinas instaladas nas faculdades eram: 1) “o conhecimento que tem adquirido os Estudantes com o Estudo da História e da Disciplina da Igreja; da origem de muitos abusos, que se tem introduzido na Igreja. Conhecimento necessário e utilíssimo”. 2) “O conhecimento sólido, que tem adquirido a Mocidade, da índole da natureza; e do fim dos Poderes Espirituais e Temporais”. 3) O conhecimento oriundo dos livros que foram escolhidos pelos reformadores, em cuja doutrina que ensinam não pode haver perigo. E conclui que “todas estas declarações e excessos que tem cometido os falsos zelosos são diametralmente opostos ao bem da Igreja e do Estado como dirigidas [afim] de arruinarem e desacreditarem um Estabelecimento, que tem sido recebido em todas as Nações da Europa com grandes louvores”. *Ibidem*, p. 213-214; p. 216-218; p. 220.

⁵⁵³ *Ibidem*, p. 215.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 234.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

Não se deve olhar para a Universidade como um Corpo isolado e concentrado em si mesmo, como ordinariamente se faz; mas sim como um corpo formado no seio do Estado, para, por meio dos Sábios que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarquia; para animar e vivificar todos os ramos da Administração Pública; e para promover a felicidade dos homens; ilustrando os seus Espíritos com as verdadeiras noções de justo, do honesto, do útil e do decoro; formando os seus Corações na prática das Virtudes sociais e Cristãs; e inspirando-lhes Sentimentos de Humanidade, de Religião, de Probidade, de Honra e de Zelo pelo Bem Público.⁵⁵⁶

Depreende-se da fala de Lemos que a valorização do ensino universitário permitiu, em partes, que a propaganda pombalina se mantivesse ativa, mesmo após o reinado de D. José I, dando um efeito de legitimação, que, a partir das conexões retóricas construídas pelo reitor, assinalam as qualidades e os benefícios do novo sistema pedagógico para os estudantes e para o Estado português. De maneira geral, a reforma da universidade possibilitaria a aproximação entre a atividade científica e os exercícios governativos, sem ferir as doutrinas católicas e a monarquia, destacando-se um período em que as Faculdades se preocupariam em fazer projeções externas para consolidar um ambiente cultural propício à circulação de uma elite letrada.

Em última análise, conforme destaca Flávio Rey de Carvalho, “a busca pela harmonização dos princípios metodológicos iluministas com as questões relativas aos dogmas do Catolicismo” não desqualifica “o ambiente intelectual luso setecentista, nem serve como justificativa para qualificá-lo como diferente de um suposto Iluminismo uniforme europeu”.⁵⁵⁷ As Luzes em Portugal foram um processo singular de adaptação à modernidade, à ciência moderna e à secularização, não sendo correto classificar esse evento em termos simplistas como “iluminismo católico” ou “iluminismo italiano” – crítica já feita por Ana Cristina Araújo, ao optar por uma análise de matriz multifacetada ou “cosmopolita” sobre as perspectivas que orientaram os saberes das elites portuguesas.⁵⁵⁸ Para Araújo, até mesmo o termo *estrangeirado* – usado muitas vezes para compreender o panorama da ciência em Portugal no século XVIII – é equivocado, pois, traz a ideia de um Portugal isolado e deslocado do trânsito de ideias e práticas, um isolamento cultural que esteve sempre mediado pela figura do estrangeirado, que exportava as inovações científicas e as práticas governativas

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 232.

⁵⁵⁷ CARVALHO, Flávio Rey. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação de Mestrado – Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007, p. 116.

⁵⁵⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

para o território luso. Como categoria explicativa, o conceito vai na contra-mão de uma análise que priorize a circulação de ideias, o fluxo de produções literárias e o compartilhamento de códigos culturais e sociais na Europa ilustrada, perspectiva defendida também por Tiago Costa Miranda, que argumenta que “o homem moderno cultivou o prazer de entrar em contato com os vizinhos d’além-fronteiras, onde apreciava outros costumes e podia reavaliar a opinião quanto aos do seu próprio Reino”; sendo difícil sustentar que a Península Ibérica se mostrasse adversa “as novidades científicas e filosóficas ao norte dos Pirineus”.⁵⁵⁹

Compreender o Reformismo Ilustrado português e, principalmente, a reforma da Universidade de Coimbra perpassa pela apreensão desse trânsito de homens de ciência, de ideias, de livros e de técnicas. As circunstâncias políticas, em que o engajamento do Estado ajudava nas ideias de utilitarismos e de pragmatismo, fizeram com que um novo discurso sobre a produção científica em Portugal se mobilizasse. Como vimos acima, na leitura de D. Francisco de Lemos, a atividade científica era sinônimo de bem-estar, progresso e felicidade – e a nova universidade tornava-se expoente em aperfeiçoar as técnicas, por meio do experimentalismo, com o objetivo de dar utilidade social à ciência. “Que progresso não fariam todos estes ramos do Governo, sendo dirigido por homens que acompanhassem a Prática das Luzes Científicas?”, indaga o reitor.⁵⁶⁰

Com efeito, no âmbito das faculdades naturais, a adaptação da ciência empírica no espaço acadêmico de Coimbra correspondeu à transformação do suporte metodológico das aulas, do uso de novos materiais investigativos; do aparato técnico-filosófico; e dos dispositivos pedagógicos. A organização das atividades letivas, no curso de medicina, passava pela sedimentação dessas características. Assim, a Congregação da Faculdade avaliava os conteúdos, os métodos, os livros e os autores a partir dos filtros impostos pelos *Estatutos* de 1772.

3.3 Dr. José Francisco Leal e a aplicação do método compendiário no ensino de medicina

A execução estatutária do novo ensino de medicina voltado para os componentes práticos e teóricos das doutrinas passou por um variado encadeamento de atividades científico-pedagógicas. Desde o livro até o cadáver, as operações realizadas pelos professores

⁵⁵⁹ MIRANDA, 1991 *apud* JUNIOR, 2013, p. 79.

⁵⁶⁰ *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. 1980, p. 241.

e pelos alunos tinham por base “observar, praticar/repetir, experimentar/desvelar”.⁵⁶¹ Os novos métodos, de caráter sintético, demonstrativo e compendiário, guiaram as disciplinas. A defesa da perspectiva empírico-racional gerava o desafio de não só observar, mas também de interpretar o organismo humano. A dinâmica do ensino médico em Coimbra transformou-se consideravelmente, e as condições de aprendizagem demandavam dos professores outras abordagens. Voltadas para a compressão, a explicação e o controle do mundo natural, valendo-se tanto dos diferentes sistemas médicos adotados pelos *Estatutos* quanto da primazia experimental. O estudante médico passa a ter contato com diversas correntes de pensamento que valorizavam as operações práticas, e o uso dos métodos corretos nas disciplinas corresponderia ao melhoramento das faculdades sensíveis dos alunos. De certa maneira, razão, memória e imaginação eram guiadas em conjunto com as mãos operantes e olhar atento. Teoria e prática, ambas encadeadas num mesmo método.

Após a reforma da Universidade de Coimbra, novas estratégias vão sendo desenvolvidas. Era preciso sistematizar a leitura dos tratados médicos, como um meio de aproveitamento das lições, rompendo, assim, com o método escolástico que outrora valorizava um processo cíclico e cumulativo das leituras. Com o intuito de instaurar novos critérios de ensino da medicina, os *Estatutos* optaram pela ampla utilização de compêndios, ou seja, de materiais didáticos que sistematizavam as doutrinas das lições e que tinham um “caráter gradativo da aprendizagem e da fundamentação em princípios gerais”, respeitando um percurso hierarquizado das lições.⁵⁶² O método compendiário servia, portanto, ao estabelecimento da organização do ensino, e se ligava ao caráter demonstrativo/experimental das disciplinas práticas do curso médico. No compêndio, com explicações sintéticas e claras, o aluno entrava em contato com os prolegômenos da cadeira e com importantes autores da área.

Essa questão diz respeito também às transformações materiais e culturais da Europa Ilustrada, pois, com o aumento da circulação e da impressão de livros, o hábito de leitura também se modificava. Os leitores do século XVIII cada vez mais tinham acesso a um número diversificado de livros. Conforme destaca Robert Darnton, entre o Renascimento e 1750, os europeus liam *intensivamente*; “tinham acesso a muito poucos livros – a Bíblia, obras pias, um ocasional folheto de baladas ou almanaque – e liam-nos repetidas vezes”. Mas,

⁵⁶¹ COSTA, A. M. Amorim da. As ciências naturais na reforma pombalina da universidade “Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes”. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000, p. 189.

⁵⁶² FONSECA, Fernando Taveira da. A dimensão pedagógica da Reforma de 1772. Alguns aspectos. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000, p. 54-55.

na segunda metade do século XVIII, “as pessoas educadas começaram a ler *extensivamente*”, pois tinham contato com uma “grande quantidade de matéria impressa” que “proliferavam em toda parte, nos centros urbanos”.⁵⁶³

Tendo isso em vista, para o ensino universitário, era preciso regular a prática leitora, dando critérios que respeitavam o tempo de formação dos estudantes. Seria impossível, em cinco anos de curso médico, ler e aprender tantas doutrinas, a partir de longos tratados. Como atesta Manoel de Sá Matos, um ex-estudante da Universidade de Coimbra, em 1786, vive-se “em um Século seguido do outro, nos quais por um computo bem fiel se julga saírem impressos em cada ano por toda Europa mais de 2000 volumes”,⁵⁶⁴ sendo entre eles “Tratados, teses ou obras que direta ou indiretamente pretendem mostrar pelos seus títulos algum interesse cumulativo”.⁵⁶⁵

Por conseguinte, Matos reconhece que os compêndios deveriam passar por uma análise histórico-crítica, com a finalidade de filtrar o “espírito de hipótese e de Sistema; os de contradição, e de amor próprio; o credulismo; a fábula e o plágio”, que “tem produzido no Orbe Literário a mais formidável quantidade de livros”. Segundo ele, é por esse motivo que os compêndios pedem por “uma justa separação para a qual só a História Crítica nos pode ministrar poder”.⁵⁶⁶

Como vimos no capítulo anterior, todas as lições de medicina tinham uma introdução histórica dos estudos, com critérios propedêuticos que também visavam à organização dos métodos, livros e autores. Na visão de Matos, a separação das obras compendiárias servia a “conhecer e distinguir cores do bom e do mau gosto”, pois em matéria de medicina, havia muitos livros que “roubam o tempo em que se podia empregar útil e jocundamente a estudiosa

⁵⁶³ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011, p. 320.

⁵⁶⁴ Conforme estimativas levantadas pelo editor da *Gazeta Literária* (1761-1762) Francisco Bernardo de Lima, “as tipografias europeias publicavam mais de 6000 livros por ano”. Ver: ARAÚJO, Ana Cristina. Rede de leituras e compromisso linguístico em Portugal no século XVIII e alvares do século XIX. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições Educativas: cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 200.

⁵⁶⁵ Trata-se de Manoel de Sá Matos, que foi cirurgião-mor da infantaria do 2º regimento de guarnição da cidade do Porto. Seu livro manuscrito foi aceito pela Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 23 de novembro de 1786 e publicado em 1788 pela Oficina de António Alvarez Ribeiro. MATOS, Manoel de Sá. *Biblioteca Elementar da História Cirúrgica-Anatômica: Compêndio histórico-crítico e cronológico sobre a Cirurgia e Anatomia em Geral contém os seus princípios, incrementos e último estado, assim em Portugal, como nas mais partes cultas do Mundo; com a explicação dos seus respectivos Autores, suas Obras, Vidas, Métodos e Inventos, desde os primeiros séculos até o presente*. Arquivo da Torre do Tombo COD: PT/TT/MSLIV/0413, [f. 2].

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

mocidade dos bons inseparáveis conhecimentos anatômicos e cirúrgicos”.⁵⁶⁷ Comentando sobre tal aspecto no interior da Universidade de Coimbra, ele diz:

A reformada disciplina com que se mandam instituir os estudantes da nossa Universidade, na parte histórica que respeita a matéria de cada ano do curso Médico-cirúrgico e o grande número de Autores antigos e modernos, de quase todas as nações polidas, que tem merecido o nome de historiadores, são outras provas não vulgares da importância de semelhante estudo.⁵⁶⁸

As doutrinas médicas em Coimbra, segundo consta no relato do ex-estudante, passavam por critérios críticos, conforme a utilidade prática e teórica das obras, para depois serem selecionadas no *corpus* compendiário, que promovia “o uso da recomendável Arte de avaliar merecimentos e desterrar abusos” dos autores.⁵⁶⁹ Assim, diz Sá Matos:

Pressuposto que os Compêndios ou Resumos de qualquer extensa matéria, se fazem por muitas e indispensáveis razões preferíveis, como geralmente demonstra o gosto do nosso Século, seria cousa bem árdua, senão contraditória à razão e à comodidade, persuadirmos nós a importância e os frutos da História destas Ciências, pela extensão de que a mesma matéria é suscetível. *Por este motivo nos empenhamos em restringir a pena*, contentando-nos com que do nosso trabalho saísse só um pequeno Corpo de doutrina, o qual servindo de Mapa geral de tudo quanto há físico ou moralmente útil ao bem das mesmas Artes.⁵⁷⁰

Os materiais adotados pela reformada universidade visavam, em última instância, distanciar-se dos “engrossados escritos com insignificantes ou indissolúveis proposições” que, muitas vezes, eram do “gênero de controvérsias nascida de Filosofia estéril ou rivalidade mútua dos sujeitos”.⁵⁷¹ Era preciso um ensino sintético, prático e útil aos estudantes, sem lhes tomar o tempo em que poderiam estar aperfeiçoando suas habilidades anatômicas ou farmacêuticas. “A vista desta metódica ideia se deixa ver o quanto nos será estranho encher-nos papel com futilidades rançosas”, sendo “o refutar estas mesmas bagatelas em extensas páginas, são vícios com que não enganaremos a atenção pública”.⁵⁷² E, por fim, o empenho dessas “úteis ideias” foram “ordenada[s] na nossa dita Universidade”, conclui Sá Matos.⁵⁷³

⁵⁶⁷ *Ibidem*, f. 2-2v.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, f. 3v.

⁵⁶⁹ MATOS, Manoel de Sá. *Biblioteca Elementar da História Cirúrgica-Anatômica*. Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro, 1788, p. 10.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 11. [grifo nosso].

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 12.

⁵⁷² *Ibidem*, p. 15.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 21.

De fato, nos *Estatutos* de 1772, os professores ficavam responsáveis pela produção e circulação dos Compêndios nas lições, prática que não tardou em ter início, sobretudo nas Faculdades Naturais. Dada a imensa quantidade de livros e tratados que eram publicados no campo da medicina, eram necessárias uma seleção e uma sistematização das inúmeras obras que seriam lidas pelos estudantes. Tratados de 1000 páginas eram sintetizados em compêndios de 400 páginas, em que mais de um autor era discutido. Na visão de Gilbert Simondon, esse tipo de método, que se comporta como enciclopédico e demonstrativo, “era racional porque empregava a medição, o cálculo e os processos da figuração geométrica e da análise descritiva, e também porque recorria a explicações objetivas e invocava resultados da experiência, com o cuidado da exposição exata das condições” técnicas dos objetos de estudo.⁵⁷⁴

Tratava-se, no final do século XVIII, de um método voltado ao enciclopedismo técnico que procurava manipular os fenômenos da natureza. Esse pensamento compendiário/enciclopédico possibilitou “o vínculo direto do indivíduo com o mundo vegetal e animal, com a natureza biológica” e com um saber politécnico voltado para a racionalização da atividade médica.⁵⁷⁵ Ao implantar um método empírico-racional (de caráter sintético e experimental) mostrava-se “a significação do esforço do pensamento humano aplicado às técnicas”.⁵⁷⁶ Nessa circularidade do conhecimento, dava-se uma função reguladora ao método, que se constituía como instrumento analítico dos objetos técnicos. Assim, a preocupação, após 1772, era rearranjar os procedimentos técnicos da medicina no interior de compêndios que categorizavam as ferramentas, as práticas e as atitudes dos médicos.

Esse aspecto científico-pedagógico que transformou as técnicas, os métodos e o currículo em Coimbra, pode ser visualizado na produção acadêmica de José Francisco Leal, que, como vimos, foi professor de *Matéria-médica/arte farmacêutica* (1º ano) e de *Instituições Médico-cirúrgicas* (3º ano) na Faculdade de Medicina após as reformas de 1772. Esse ator histórico é central por se tratar de alguém que esteve na origem da nova reorganização da Universidade de Coimbra, sendo também o primeiro professor de medicina a publicar um compêndio totalmente voltado para os discentes da faculdade. Trilhemos, portanto, rapidamente, a trajetória do professor.

José Francisco Leal nasceu em 2 de dezembro de 1744, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu aos 41 anos, em Coimbra no dia 13 de janeiro de 1786, devido a uma paralisia

⁵⁷⁴ SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 153

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 159.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p. 165.

cerebral. Era filho de um ex-estudante da Universidade de Coimbra e também médico, Francisco Correa Leal, e de D. Antonia Theresa de Santa Anna. Ambos cristãos velhos. Seu pai, segundo consta na sua biografia, “tinha adquirido o hábito de estudar a tal ponto, que executando as suas visitas médicas, todo o resto do tempo empregava em ler dilatadíssimas obras” e, quando aluno da Universidade de Coimbra, dedicava seu tempo em “ler volumes inteiros que assombrava somente de vê-los”.⁵⁷⁷

José Francisco Leal cresceu em ambiente livresco e erudito. Aos nove anos, já sabia latim e, aos onze “entrou em um curso de Filosofia no Colégio dos Jesuítas”.⁵⁷⁸ Sua educação inicial revezava-se entre seu pai e o colégio, o que o fez logo se tornar instruído em lógica, física e metafísica. Em 3 de agosto de 1763, com 19 anos, chega a Portugal e se matricula na Universidade de Coimbra, no curso de medicina. Conforme Francisco Luiz Leal: “assenta em estudar Medicina ou por gosto, ou por imitação, porque o Pai, como dissemos, era Médico de profissão; mas não achando quem dirija na sua carreira” e buscando “ansiosamente por toda parte quem o ilumine ou quem o instrua”. Em meio a grandes nomes da medicina ilustrada, Leal encontra um livro que “fazia ainda grande bulha entre nós”: o *Novo método de estudar* (Trata-se de *Método para aprender e estudar a medicina* de António Nunes Ribeiro Sanches de 1763). Com esse texto de Sanches, José Francisco Leal “resolve consigo que este havia ser o seu Mestre enquanto não descobria melhores”.⁵⁷⁹

Na Universidade de Coimbra, descobriu a Trigonometria, a Aritmética e a Física e aplicou-se no estudo particular da Química e da Matéria médica “sem mestres e laboratórios” (antes da Reforma de 1772, não havia a disciplina de *Matéria médica* nem laboratórios apropriados para o ensino de farmácia). Nos estudos de Anatomia, via-se insatisfeito perante as inúmeras “dissecações em carneiros” e quase nenhuma em cadáveres humanos. Chegou a morar em Lisboa, após formar-se, para estudar no Hospital a dissecação de cadáveres, mas constatou que tal prática raramente se procedia naquele local. Insatisfeito com sua formação, Leal

volta, pois para o seu Mestre *o novo método*, e prossegue o estudo das instituições médicas, praxes médica &c.: qual fosse esta naqueles calamitosos tempos sabem os que tiveram a desventura de se neles

⁵⁷⁷ No compêndio de José Francisco Leal, consta: “Notícia da vida e obra do Doutor Joze’ Francisco Leal” escrito pelo professor régio de filosofia, Francisco Luiz Leal. LEAL, Joze Francisco. *Instituições ou Elementos de Farmácia*: Extrahidos dos de Baumé, e reduzidas a novo methodo pelo Doutor. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1792, p. 3-5.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 8.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 12.

formarem, tempos em que a Anatomia era um carneiro esfolado e a mais sólida Filosofia era *formas cadavéricas*.⁵⁸⁰

Formado pela antiga Universidade de Coimbra, José Francisco Leal arquiteta um projeto de expansão dos seus conhecimentos médicos. Com o dinheiro do pai, decide, num primeiro momento, ir para França estudar na Universidade de Montpellier. Pede conselhos ao Marquês de Pombal, que naquela ocasião acompanhava a *Junta de Providência Literária*: “dá-lhe ele fielmente parte de seu destino; mas o Ministro aconselha-o a que passe a Viena d’Áustria, onde florescia então a Medicina pelos grandes desvelos e incansável trabalho do sábio *Van Swieten*”.⁵⁸¹ Assim, com o dinheiro do seu pai e o patrocínio da Coroa portuguesa, Leal vai realizar seus estudos além-Pirineus.⁵⁸²

Passa por Málaga, Gênova e Montpellier “e vai por todas as terras procurando e ouvindo respeitosamente os sábios conselhos dos grandes homens”,⁵⁸³ tendo, inclusive, contato com Giovanni Battista Morgagni (1682-1771), um dos fundadores da anatomia patológica. Ao longo do seu percurso Leal dava início a uma extensa troca de saberes e práticas nos grandes centros de ensino de medicina. Chegando a Viena, ele não tarda em conhecer o professor Van Swieten e o Dr. Anton de Haen (1704-1776), desenvolvedor da clínica hospitalar e também discípulo de Herman Boerhaave. Assim, “principia a frequentar as aulas, como se nunca tivera aprendido”, apaixonando-se, sobretudo, por botânica, química e anatomia. Dos dois professores “ouve suas lições públicas e particulares”, aproveitando sumamente tudo que poderia ensinar o “famoso intérprete de Boerhaave” e o experiente clínico Haen.⁵⁸⁴ “Pela sua vastíssima capacidade, [pelos] estudos prévios e pelo método com que aqueles grandes homens formavam os seus Colégios, põe-se ele em estado de aprender

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 14-15. [grifo do autor].

⁵⁸¹ Trata-se de Gerard van Swieten (1700-1772) médico, anatomista e botânico formado na Escola de Herman Boerhaave. Publicou diversas obras sobre cirurgia, clínica médica, epidemias e doenças nas artérias. É famoso por ser protagonista na reforma austríaca do ensino de medicina conhecida como *Bucherzensurcommission*. O Marquês de Pombal, quando diplomata em Viena, chegou a ser paciente de Swieten e muito absorveu sobre tais reformas da educação universitária nesse país. Essa foi uma das razões para que Pombal indicasse Van Swieten para ser mentor de José Francisco Leal. *Ibidem*, p. 16.

⁵⁸² Em 18 de fevereiro de 1769, o pai de Leal, Francisco Correa Leal, escreve uma carta para o Marquês de Pombal: “Illm. E Exm. Senhor. As gloriosas ações de V. Excelência devia eu um grande, ainda que comum agradecimento pelos transcendentos benefícios, que deles tem recebido todo o corpo nacional; mas agora que sei por aviso de meu filho José Francisco Leal que V. Excelência se dignara promover os seus estudos, mandando-o aperfeiçoar-los a Viena d’Áustria, fiquei tão transportado desta honra especial, que julgo desculpável, e ainda necessária a ousadia de clamar aos pés de V. Excelência que nos treze lustros da minha vida é esta a mais distinta e singular época de toda ela, e daqui começará o computo das minhas felicidades mais significativas. Pelo que rendo a V. Excelência as graças, que me são possíveis e agradecido começo a congratular-me de que o dito meu filho com apronta e obediência seguisse os preceitos de V. Excelência para desígnios tão vastos, inda que incomensuráveis com nossa tenuidade”. *Ibidem*, p. 18-19.

⁵⁸³ *Ibidem*.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 20.

muito em pouco tempo”.⁵⁸⁵ Segundo consta na sua biografia de 1792, no decurso de cinco anos

[...] estava hábil para ensinar em qualquer dos ramos da Medicina. A este tempo dava o Senhor Rei. D. José de saudosa memória princípio à grande e imortal obra da reforma da Universidade de Coimbra. Manda o Marquês Ministro de Estado chamar ao amigo do nosso Médico e diz-lhe que o convide para ornamento da faculdade Médica. É o nosso médico avisado e logo rapidamente parte a obedecer.⁵⁸⁶

Ao chegar a Coimbra no mesmo mês da reforma de 1772, busca pelo Marquês de Pombal, “que à vista de inumeráveis pessoas o recebe com a seguinte fala – *acha v.m. livre e desbastado o campo da Medicina, derribados e vencidos todos os inimigos domésticos, poderá seguramente transplantar os fecundos conhecimentos adquiridos dos maiores homens da Europa*”.⁵⁸⁷ José Francisco é efetivado professor das recém-criadas disciplinas de *Matéria Médica* e *Arte Farmacêutica*, e posteriormente, em 29 de Maio de 1776, assume também a cadeira de *Instituição Médica-cirúrgicas*, dando aulas de fisiologia, patologia, semiótica e higiene. Foram 14 anos de docência, 11 dos quais destinados ao ensino das cadeiras do primeiro ano, quando, em 1783 foi substituído por Francisco Tavares (1750-1812), em decorrência dos problemas de saúde.⁵⁸⁸

José Francisco Leal tinha conhecimentos vastos em matéria de medicina e filosofia, um talento nato – como assim descreveram seus contemporâneos. Outros lentes e médicos ilustres “confirmam a excelência da sua doutrina”, sobretudo as “sábias reflexões” que deixou no campo da arte farmacêutica. O então professor de anatomia da Universidade de Coimbra, Dr. José Correia Picanço, escreveu que Leal era “de uma alma grande. De um espírito forte”.⁵⁸⁹ Na sua pequena biografia, dizia que ele tinha “serenidade, alegria e prazer, como se o seu coração estivera nadando na mais extremada satisfação e tranquilidade”. “Nosso

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 21-22.

⁵⁸⁶ *Ibidem*.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 22-23. [grifo do autor].

⁵⁸⁸ Francisco Tavares foi um importante médico português, tendo contribuído para a farmácia e a hidrologia médica na Universidade de Coimbra. Foi o autor da primeira Farmacopeia Oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* de 1794 (lembrando que a primeira Farmacopeia portuguesa é de 1704 e foi escrita por D. Caetano de S. Antonio). Francisco Tavares também foi demonstrador na cadeira de *Matéria Médica* entre 1779 a 1783, estabelecendo amizade com José Francisco Leal. PITA, João Rui. BELL, Victoria. PEREIRA, Ana Leonor. José Francisco Leal (1744-1786): brasileiro e primeiro professor de matéria médica e arte farmacêutica na Faculdade de Medicina após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra. *Mneme – revista de humanidades*, v. 17, n. 38, 2016, p. 23.

⁵⁸⁹ “Soneto do Dr. José Correia Picanço para a ocasião de morte do Dr. Leal”. LEAL, Joze Francisco. *Instituições ou Elementos de Farmácia*: Extrahidos dos de Baumé, e reduzidas a novo methodo pelo Doutor. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1792, p. 53.

professor”, expressa o documento, levou “o caráter de igualdade a tal ponto, que tratava na sua casa ainda os seus criados, como na rua as pessoas estranhas, sempre com semblante alegre e risonho”.⁵⁹⁰ Suas aulas eram descritas como “sem vaidade, tendo só em vista o bem público”, pois acreditava que “o orgulho e a soberba [eram] companhias inseparáveis da ignorância”.⁵⁹¹ Falava as “línguas italiana, francesa, inglesa e alemã” como se fossem próprias e naturais, destacando-se como leitor atento dos diversos tratados médicos que eram publicados por toda Europa Ilustrada.⁵⁹² Conforme Francisco Luiz Leal, o médico português acreditava que a medicina estava em crise na Europa setecentista, pois, com todo um “aluvião de livros” que eram publicados, “não [se] via outra cousa mais do que cópias uns dos outros”. Além disso, queixava-se, como fez Manoel de Sá Matos, da falta de um exame crítico que selecionasse as obras boas das ruins,⁵⁹³ defendendo assim, a utilização de compêndios práticos que servissem à instrução dos estudantes de maneira hábil e correta, motivo que o levou a produzir o primeiro compêndio da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Escrito durante seu tempo como docente, mas publicado após sua morte, em 1792, a sua obra *Instituições ou Elementos de Farmácia*, teve uma boa recepção na Congregação Médica, destacando-se em matéria de retórica, de síntese, de atualização das doutrinas e de dedicação ao método da clareza e da verdade. O livro era de um breviário – com comentários, adaptações e contribuições de outros autores – da obra de Antoine Baumé (1728-1804), *Éléments de Pharmacie Théorique et Pratique* publicada em 1762.

Nesse último tratado de farmácia, vemos “Todas as operações fundamentais desta arte, com sua definição, e uma explicação dessas operações pelos princípios da química” e também “a forma de escolher bem, de preparar e de misturar medicamentos”, para assim reconhecer “os medicamentos falsos ou alterados”.⁵⁹⁴ A obra de Baumé tornou-se uma referência no campo da farmácia no final do século XVIII e foi amplamente utilizada nas universidades e pelos boticários que visavam aperfeiçoar sua arte.⁵⁹⁵ Adequava-se à química moderna de Antoine-Laurent Lavoisier (1743-1794) e distanciava-se das concepções galênicas e dos chamados “mezinheiros”. Para Baumé a farmácia deveria servir à medicina preventiva, sobretudo respeitando o método experimental, os remédios complexos e as farmacopeias

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 39.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 31 e p. 35.

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 37.

⁵⁹⁴ Consultamos uma edição, datada de 1770, atualizada da obra, em que Baumé faz algumas correções. BAUMÉ, Antoine. *Éléments de Pharmacie théorique et pratique*. Paris: Chez Samson Libraire, 1770. [tradução nossa]

⁵⁹⁵ PITA, João Rui. *História da Farmácia*. Coimbra: Livraria Minerva, 2007.

oficiais. Deveria ter caráter preventivo porque “a Farmácia é uma das artes de primeira necessidade a que os homens afligidos por enfermidades e doenças foram forçados a recorrer para o alívio de suas enfermidades”.⁵⁹⁶ Para chegar ao seu objetivo de cura dos enfermos, a farmácia deveria se valer dos conhecimentos químicos, os quais ensinam “a conhecer, por análise, a natureza e as propriedades simples e os efeitos que elas têm umas sobre as outras nas misturas que são feitas delas”.⁵⁹⁷ Na visão do autor, a formação médica, em matéria de farmácia e das “luzes da Química”, era disposta em quatro características essenciais: 1) conhecer, escolher e saber preparar as misturas medicamentosas; 2) ter conhecimento sobre história natural e matéria médica; 3) comentar, ao escolher um remédio, os procedimentos de conservação das substâncias; 4) preparar um medicamento simples para depois trabalhar nas suas formações compostas.⁵⁹⁸

Éléments de Pharmacie Théorique et Pratique são um tratado longo, escrito em francês; tem mais de 1000 páginas com muitas informações. Apesar de ser metódico, com separações claras e distintas das técnicas farmacêuticas, ainda apresenta um caráter livresco de discussão das doutrinas da medicina. Atento a esses aspectos, José Francisco Leal para escrever suas *Instituições ou Elementos de Farmácia*, reduz consideravelmente o número de informações (reduzindo o documento a 481 páginas).

Ao analisarmos comparativamente os dois tratados, notamos que Leal, em alguns momentos, faz tradução direta dos excertos de Baumé e, em outros, explica as passagens com suas próprias palavras, utilizando outros autores, sobretudo William Lewis (1708-1781) e Johann Friedrich Cartheuser (1704-1777). O intuito do médico português é transformar uma obra doutrinal extensa em um compêndio sintético e claro, aspecto pedagógico que alinhava suas lições de matéria médica na universidade com as transformações da química moderna e da farmácia química. Dizia José Francisco Leal aos seus alunos de Coimbra, ao apresentar sua obra:

Cheio de uma satisfação inocente, vos ofereço, meus amados Discípulos, aquelas mesmas lições, que desde 1772 para diante me ouvistes. Por elas vos instruí, com ela vos habilitei, e com elas vi frutificar admiravelmente a vossa diligência e humanidade; tanto que já hoje seria necessário dar-vos este auxílio para a vossa instrução. E quanto não é o meu gosto, lembrando-me do tempo escuro em que todas as minhas lições vos pareciam enigmas, e coisas novas e inauditas, e vendo a gradíssima mudança, que atualmente reina entre

⁵⁹⁶ BAUMÉ, Antoine. *Op. Cit.*, 1770, p. 1. [tradução nossa]

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 6. [tradução nossa]

⁵⁹⁸ *Ibidem*.

vós, que já podeis reputá-las como coisas Trivialíssimas! Feliz eu e os meus colegas, que podemos cada um no seu ramo causar tão saudáveis mudanças!⁵⁹⁹

A proposta de Leal para as lições de matéria médica e farmácia era inicialmente retirá-las do total desconhecimento à grande parte da Medicina, para depois, demonstrar que não se ensina farmacologia a partir do “mero empirismo e tudo sem razões”, pois, ao se valer do método experimental, os estudantes deveriam também saber como organizar as explicações teóricas das doutrinas – aplicação que, como vimos, diz respeito ao método empírico-racional.⁶⁰⁰ Conforme atesta José Francisco Leal, sobre a inserção dessas novas perspectivas da medicina nas suas lições:

Bem vedes quanto me custou destruir os prejuízos e inculcar-vos o que já na Europa era sabido por todos. Pacientemente todos os anos vos dirigia a ler, entender e abraçar o que os meus grandes Mestres da viva voz me tinham inspirado; e que era d'utilidade. Os van Swietens, os de Haens, os Jacquins, os Crantz, os Gaubius, Vogel, Schroder, Murray eram os nomes, que sempre foram na minha boca, como Autores, a quem tanto devi, de quem sempre ouvi admirado as preciosas lições da arte de curar, no tempo mais feliz da minha vida por isso mesmo porque os via, consultava e deles aprendia. Estes eram os mestres, que eu vos inculcava; destes as doutrinas da verdadeira Farmacologia, que eu vos ditava e repetia.⁶⁰¹

O Lente completa: “minhas lições seriam úteis pela facilidade de achares nelas as vozes daqueles grandes oráculos” e, com diligência, via “com grande alegria os vossos [dos alunos] progressos e o como habilitais mais e mais”.⁶⁰² Isso demonstra, em certo aspecto, que, após o início das aulas, na universidade reformada, as novas pedagogias e metodologias já se esforçavam em serem aplicadas ao alunos. José Francisco Leal foi um professor preocupado com a institucionalização da química moderna, pautada nos princípios empíricos, demonstrativos e racionais, sendo esse, o seu objetivo primordial:

Neste exercício de plantar e cultivar a doutrina dos medicamentos em todos os seu ramos, passei onze anos; pelo decurso dos quais, apesar do grande trabalho da regência de duas cadeiras, vos preparei não só estas instituições, mas também um trabalho prático das operações e preparações químicas do uso da Medicina, e por fim uma Matéria

⁵⁹⁹ LEAL, Joze Francisco. *Op. Cit.*, 1792, p. 55-56.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 56.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 57.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 59.

*Médica adaptada aos vossos conhecimentos e a forma da nossa legislação acadêmica.*⁶⁰³

Passando ao prólogo da obra, destaca-se, de início, que a doutrina dos medicamentos, chamada em geral de Farmacologia, deveria ser ensinada aos estudantes de medicina a partir de duas divisões: uma “meramente prática” e outra “teórica-prática”. A ideia era que o lente não ensinasse “unicamente a arte de colher, preparar e compor os medicamentos”, mas fosse além nas demonstrações, utilizando recursos explicativos pautados na explicação racional dos processos químicos e farmacêuticos. José Francisco Leal destaca que “além das preparações empíricas dos remédios, também [deve-se] ensinar ao mesmo tempo as suas naturezas, virtudes e uso, explicando juntamente porque uns medicamentos se devem preparar e compor de um modo, e outros de outros” modos.⁶⁰⁴ A formação dos estudantes médicos iria, nessa perspectiva pedagógica, para além de mera manipulação medicamentosa: a medicina não podia parar “na empírica e superficial manualidade, ou manipulação dos remédios, sem se internarem nos motivos dela, nem ao menos entreverem de longe, que nunca podem ser fieis e racionáveis práticos os que ignorarem as *razões* das suas preparações”.⁶⁰⁵

Alinhado às demandas impostas pelos *Novos Estatutos* de 1772, José Francisco Leal instaurou, nas suas Lições, exatamente aquilo que os redatores da *Junta* imaginavam ser o ideal para o ensino de medicina: o método empírico-racional e a utilização de um material compendiário para as aulas. Ainda na sua obra, *Instituições ou Elementos de Farmácia*, é possível notar a preocupação do professor em relação ao uso apropriado dos métodos para acertar na medicamentação dos enfermos, pois, muitas vezes, “no copo que lhes deve dar a vida, bebem a morte”.⁶⁰⁶

A farmácia química é uma ciência sutil. As medidas, os cálculos, as mãos e os olhos são habilidades fundamentais para se desenvolverem nos estudantes. Um movimento errado e tudo pode se perder, ou pior, tornar-se um veneno. “O dilatar um ingrediente mais ou menos tempo ao lume, ou ao ar, pode ser causa de que a sua virtude se perca, ou mude, e algumas vezes de medicamento se faça veneno”, resume Leal.⁶⁰⁷ Por consequência, as lições de *Matéria Médica* eram pautadas numa relação intrínseca entre o uso das ferramentas farmacêuticas, o ajuste medicamentoso e a explicação detalhada das operações químicas. O

⁶⁰³ *Ibidem*. [grifo nosso].

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 61.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p. 63

⁶⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 65.

trabalho técnico florescia com o estudo teórico das doutrinas – característica central no século das Luzes e imposta pelas reformas pombalinas.⁶⁰⁸

Comentando a necessidade de tais métodos em suas lições, José Francisco Leal diz que “todos os alunos da Medicina em cujos peitos existe o amor da humanidade” reconheceriam “a necessidade de um tal estudo, e voluntariamente se sujeita[ria]m a aprender uma ciência e arte, da qual redundam tantos bens aos miseráveis pacientes”.⁶⁰⁹ Desse modo, “reconhecendo isto mesmo os nossos sábios Estatutos”, ficou ordenado

Que os Médicos todos saíssem instruídos nesta parte da sua ciência, querendo deste modo segurar as vidas dos vassallos do Rei Fidelíssimo daqueles insultos, a que os expõe a nímia ignorância dela, e preparando para o futuro homens dignos de fé encarregarem da saúde dos povos, e dignos de executarem com racionalidade e segurança todas as preparações officinais.⁶¹⁰

Assim, Leal explica que o seu intuito em escrever um compêndio de farmácia pautado nas evidências da ciência química e experimental serviu ao objetivo geral de aperfeiçoar o ensino dos estudantes de Coimbra: “a isto é pois o que eu venho satisfazer com aquela inocente consolação de ser eu o primeiro que nesta Universidade reformada a expliquei”. E, apesar dos muitos tratados que eram impressos na Europa sobre Matéria Médica e Farmácia, “nenhum o tem feito com tanta racionalidade e exatidão como *Baumé*, por isso dos seus *Elementos* tirei tudo quanto julguei conveniente”.⁶¹¹

Segundo José Francisco Leal, seu compêndio, apesar de seguir as evidências do médico francês, caracterizou-se por ser “outro método diferente do seu, por me persuadir que o que proponho é muito mais natural, e mais fácil para se aprender e reter esta arte científica”.⁶¹² Seu trabalho toma Baumé como o centro das discussões, mas também sintetiza outros autores da química moderna. Em suas palavras: “Muitas coisas ajuntei, tiradas de

⁶⁰⁸ Comentando sobre a concretização dos objetos técnicos no século XVIII, Gilbert Simondon destaca que: “em larga medida, o otimismo do século XVIII decorreu dessa melhora elementar e contínua das condições do trabalho técnico. Com efeito, a angústia nasce de transformações que trazem consigo uma ruptura nos ritmos da vida cotidiana, inutilizando os antigos gestos habituais. Mas a melhora da tecnicidade da ferramenta desempenha um papel eufórico. Quando o homem, conservando os frutos de sua aprendizagem, troca sua ferramenta antiga por uma nova, porém de igual manuseio, fica com a impressão de ter gestos mais precisos, mais habilidosos, mais rápidos. O esquema corporal inteiro alarga seus limites, dilata-se, liberta-se”. Ao longo do primeiro capítulo defendemos esta perspectiva, sobretudo no que tange o desenvolvimento das habilidades médicas durante o período da Ilustração. SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 180.

⁶⁰⁹ LEAL, José Francisco. *Op. Cit.*, 1792., p. 65-66.

⁶¹⁰ *Ibidem*, p. 66-67. [grifo nosso].

⁶¹¹ *Idem, Ibidem*.

⁶¹² *Ibidem*, p. 67-68. [grifo nosso].

Lewis, Cartheuser, Sylvio e das mais estimadas obras Farmacêuticas até aqui públicas; porque as supus úteis para a maior perfeição deste compêndio”.⁶¹³ Em resumo, diz Leal, “não erram muito os que chamarem a este meu compêndio *uma tradução não servil* dos Elementos de Farmácia deste laborioso, sincero e doutíssimo autor”. E conclui: quem “confrontar uma com outra obra, saberá o que é meu propriamente”.⁶¹⁴

De fato, se compararmos as duas obras, podemos visualizar que Leal aparece com mais ênfase nos momentos sintéticos do seu compêndio, sobretudo quando procura explicar com clareza as longas sentenças a que Baumé se debruçava. Conforme comenta o Lente, o trabalho visava ser pragmático para seus discípulos, trazendo um “bom exercício” para a “saúde do nosso próximo, em utilidade do qual é que também quero dar alegremente estes passos”.⁶¹⁵

José Francisco Leal foi um médico típico do Século das Luzes. Teve sua vocação científica e acadêmica formada no seio de um cosmopolitismo europeu. Ao passar pelas principais rotas intelectuais da medicina ilustrada, absorveu os princípios da ciência moderna, pautados nos ideais empiristas, racionais e experimentais. Apesar de ter morrido jovem, sua atuação na cultura portuguesa é de grande relevância, ainda que faltem estudos mais restritos à sua trajetória.

O que de fato se comprova é a mudança do trabalho de docência universitária, pois, com a renovação geral, “pretende-se que o professor mantenha um determinado espírito crítico capaz de indicar bibliografia e de a explicar, insistindo-se em que a sua tarefa deve conduzir mais à compreensão do que à memorização”.⁶¹⁶ Conforme António Camões Gouveia, a perspectiva pedagógica é verdadeiramente outra, passando a valorizar um ensino pautado numa nova tópica: “demonstrar e explicar para ilustrar o entendimento dos ouvintes”.⁶¹⁷ Não por acaso, juntamente ao ensino dos livros, estavam também os laboratórios, os cadáveres, as plantas do jardim botânico e as ferramentas das casas de máquinas.

No que tange às novas demandas metodológicas e epistemológicas, as transformações de 1772 refletiram diretamente na formação dos estudantes médicos. Tratou-se da entrada formal dos conhecimentos empírico-racionais em Coimbra, especialmente a partir da utilização de novos materiais didáticos, de técnicas experimentais, de exames e de lições. E,

⁶¹³ *Ibidem*, p. 68.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 69. [grifo nosso].

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 70.

⁶¹⁶ GOUVEIA, António Camões. Estratégias de Interiorização da Disciplina. In: MATTOS, José. HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 386.

⁶¹⁷ *Idem, Ibidem*.

sem dúvidas, a obra de José Francisco Leal foi uma alavanca que impulsionou o processo de institucionalização desses novos métodos propostos pelos Estatutos Literários da comissão pombalina.

3.4 As ideias que se vão e as práticas que se fixam: os rumos da medicina universitária na sociedade portuguesa

A reforma da Faculdade de Medicina em Coimbra abriu um contexto novo para as relações entre a sociedade portuguesa e a prática dos agentes de saúde. Houve, após 1772, uma ampliação da conjuntura científica, técnica e política, fazendo com que o médico se transformasse numa figura central das atitudes governativas. Após a queda do Marquês de Pombal e a subida ao trono de D. Maria I, a Universidade de Coimbra se viu de frente com algumas transformações, muitas das quais, um tanto quanto positivas ao estado da ciência no reino. Como as ideias da Ilustração já era uma realidade nas cortes europeias, muitas das ações políticas das monarquias se formulavam com bases científicas, particularmente no que fosse referente ao controle da vida e da morte das populações.

A medicina moderna, ainda em construção naquele momento, buscava se reafirmar dentro da dinâmica da aprovação social.⁶¹⁸ Foi preciso normalizar, publicar, curar e divulgar os resultados, demonstrar as performances e as capacidades da medicina universitária frente às forças contrárias dos charlatões, dos salutadores, dos curandeiros etc. O apoio social só viria por dois meios: a partir dos critérios de aplicação tecnológica para a sociedade, corroborando o bem-estar desta (no caso da medicina, isso era visto pela qualidade ou não dos métodos terapêuticos e por seu potencial de cura), e por meio das agências institucionais do Estado, que criavam mecanismos de legitimação do ato médico, repercutindo na sociedade a eficácia da sua presença no cotidiano das pessoas que necessitam de cuidado clínico.

O que se desdobrou após as reformas pombalinas foi a tentativa de se constituir um corpo médico pautado em métodos, teorias, informações e, além disso e sobretudo, organizado e distribuído pelo reino português. Nesse sentido, a valorização da formação acadêmica era uma característica central para se firmarem os objetivos de uma política da medicina. A sua normalização vinha acompanhada de uma valorização das competências médicas construídas durante os cinco anos que os alunos passavam dentro de uma universidade. Os novos *Estatutos*, como analisamos, revelaram-se um mecanismo de

⁶¹⁸ MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Ed. 34, 2013.

aperfeiçoamento profissional dos médicos e estenderam os domínios das teorias e das práticas científicas que vinham se espalhando pela rota intelectual da medicina.

Dessa forma, é possível notar que os investimentos nas faculdades naturais continuaram a ser realidade nas políticas universitárias da Coroa Portuguesa. Por exemplo, em carta régia de 23 de janeiro de 1778, D. Maria I autoriza o pagamento anual dos partidos das faculdades naturais, “de Medicina, Matemática e Filosofia a cinquenta mil réis cada um deles” e “ordenados dos mesmos Partidos à proporção dos seus progressos, que fizer cada um nas suas respectivas faculdades”.⁶¹⁹ Estudantes e professores recebiam emolumentos quando realizavam algum adiantamento nas cadeiras, seja na publicação de compêndios, seja na atualização das doutrinas – registro que consta em carta régia de 5 de abril de 1780 e declara que o “secretário da universidade pertence levar quatro mil e oitocentos réis de emolumentos” para “ser expedida a todos os Lentes providos em alguma Cadeira”.⁶²⁰

O que se faz notar, ao consultarmos as cartas régias de D. Maria I destinadas ao reitor da Universidade de Coimbra, é a sua preocupação em conjugar a formação dos estudantes com os vindouros serviços que seriam prestados ao Estado português. Ao que consta a Rainha se preocupava com a valorização dos alunos e, por isso, procurou criar mecanismos que fossem positivos para mantê-los na universidade (quer por meio de prêmios quer por meio da promessa de serviços ao Estado). Como se sabe, após as reformas de 1772, o número de matrículas reduziu consideravelmente, o que fez com que os reitores e a coroa se mobilizassem a fim de criar novas aberturas para a entrada de estudantes nas faculdades. Em uma *Carta Régia* de 3 de junho de 1782, D. Maria I escreve ao então reitor, José Francisco de Mendonça, sobre a necessidade de se criar uma comissão a partir dos deanos das Congregações de cada faculdade, para se colherem sobre os estudantes informações relevantes referentes ao desempenho nas lições e que, sobretudo, evidenciassem o nome daqueles que melhor se destacavam. Diz a carta:

Eu a RAINHA vos envio muito saudar. Sendo necessário, que na Minha Real Presença se qualifique o merecimento e préstimo das pessoas, que havendo acabado os estudos, que fizeram nessa Universidade, se destinem a servir-Me nos lugares de letras e próprios das Faculdades, que estudaram, para que à vista das qualificações, que tiverem, assim hajam de ser empregados no Meu Real Serviço.⁶²¹

⁶¹⁹ *Legislação acadêmica desde os Estatutos de 1772 até o fim do ano de 1850*: Colligida e coordenada por ordem do excelentíssimo senhor conselheiro reitor da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da universidade, 1851, p. 8.

⁶²⁰ *Ibidem*, p. 11.

⁶²¹ “Carta Régia sobre as informações dos Estudantes”. *Ibidem*, p. 13

Manda-se, assim, criar uma “relação de todos os Bacharéis” que tivessem se formado no dito ano de 1782. Nessa lista, havia “o procedimento e costumes de cada um dos sobreditos Bacharéis, sobre o seu merecimento literário, e sobre as qualidades de prudências e probidade e desinteresse, e mais circunstâncias que devem ter as pessoas, que se destinam ao serviço do Estado”.⁶²² Assim, completa D. Maria I, na mesma carta: “estabeleço e Ordeno, que todos os Lentes atuais das Faculdades Acadêmicas, e na falta deles os seus Substitutos, sejam obrigados a dar-vos [ao reitor] no fim de cada um ano letivo uma relação compendiosa de todos os Estudantes, que frequentam suas respectivas aulas”.⁶²³ O objetivo era juntar um corpo de funcionários especializados para realizar as funções administrativas do Estado. Mas, como revela a carta, estimular os estudos universitários por meio de promessas de cargos estatais mostrava, implicitamente, que os interesses da coroa portuguesa eram criar uma ação política formulada em bases científicas. Isso significou, em última instância, a ideia de que o domínio teórico-prático das ciências executaria os objetivos políticos corretamente, o que para a medicina mostrou-se importante, por se tratar de uma consolidação da autoridade dos médicos no final do século XVIII.

Para efetivar essa competência médica, a formação dos estudantes passou a ser mais rígida. O tempo de matrícula foi reduzido, os horários das aulas foram fixados, os métodos tinham que ser seguidos à risca pelos docentes, e o *Estatuto* deveria ser tratado com respeito pela congregação das faculdades. Além disso, sempre que havia a notícia de algum desvio em relação a essas condutas, a Coroa portuguesa formalizava prerrogativas para corrigir as atitudes desviantes. Por exemplo, em *Aviso Régio* de 2 de outubro de 1786, escrito pelo Visconde de Villa Nova da Gerveira, por intermédio da Rainha, argumenta-se sobre o tempo das lições e os modos de explicá-las para evitar qualquer desvio dos artigos que compõem os *Estatutos*:

Sua Majestade, conformando-se com o prudente juízo, que Vossa Excelência [o reitor] tem feito sobre o modo prático, que se acha introduzido nas aulas da Universidade, no método de explicar e fazer repetir as lições aos estudantes e dos inconvenientes graves, que se tem seguido, e seguem do referido modo: E achando-se muito acertado o parecer de Vossa Excelência, com que inteiramente se conforma: É servida Ordenar, que fazendo Vossa Excelência *praticar à risca a determinação dos Estatutos*, enquanto à hora prefixa para entrarem os professores nelas, estabeleça, que logo imediatamente se

⁶²² *Ibidem*, p. 13-14.

⁶²³ *Ibidem*, p. 14.

comece o exercício das aulas por pedirem os Professores aos seus respectivos estudantes as lições, de que devem dar conta, e se lhes explicou na lição antecedente, durando este exercício, pelo menos, o tempo de um quarto de hora; passado o qual, passarão a explicar a lição seguinte sem profusões de erudição, e de espécies que sejam superiores às capacidades e estudos dos estudantes, e com que diminuindo-se as verdadeiras e úteis lições dos compêndios, possa resultar, que não se expliquem todos, como já tem muitas vezes sucedido.⁶²⁴

O que se nota sobre a Universidade de Coimbra, após a queda do Marquês de Pombal, é a administração de D. Maria I empenhada em criar um conjunto de medidas que almejavam fazer valer a letra dos *Estatutos Literários* de 1772 e, além disso, também fomentar os estudantes e os professores a progredirem nas suas ciências para depois servirem ao Estado português. Criou-se, segundo Kenneth Maxwell, uma verdadeira “geração ilustrada de burocratas” formados pela universidade pombalina, os quais serviriam em cargos político-administrativos.⁶²⁵ Por sua vez, Ana Cristina Araújo, destaca que a própria noção de *diploma universitário* se transforma: “antes da expulsão dos jesuítas, o diploma universitário não conferia propriamente uma condição técnica ao bacharel, nalguns casos funcionava apenas como passaporte para um estatuto de superioridade social”. Com os *Novos Estatutos*, “o mérito associado à competência específica dos graduados sobrepõe-se ao princípio de diferenciação estamental, sem contudo com ele colidir”.⁶²⁶

Por isso, notou-se uma preocupação das Congregações acadêmicas em aperfeiçoar seus métodos e também em atualizar as doutrinas científicas que eram ensinadas. Só se sustentaria a valorização social do saber caso a dinâmica de ensino empírico-racional fosse reproduzida e aplicada ao longo dos anos vindouros. Como vimos, o uso de compêndios era uma medida vista com bons olhos pelas faculdades, fato que podemos comprovar pelo *Aviso Régio* de 14 de outubro de 1786, que mandava os Lentes substitutos comporem a atividade de escrita dos compêndios, como uma meio de acelerar a confecção das obras. O documento recomendava ao reitor não “excluir do trabalho da mesma composição os Lentes Substitutos, que, como verdadeiros Lentes, são subentendidos na classe dos que são Proprietários [Lente

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 18. [grifo nosso].

⁶²⁵ MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, 1997.

⁶²⁶ A autora ressalva que essa característica secular dos diplomas convive, num mesmo tempo, com as relações nobiliárquicas da sociedade portuguesa. Assim, completa: “por essa via, a secularização da vida acadêmica, sem comprometer a estratégia de perpetuação e renovação das elites nobiliárquicas, acabará por arrastar para o lado dos eleitos do poder novos nomes e novas consequências que, de forma contraditória, confiarão cada vez menos neste mecanismo de perpetuação de poder na sociedade portuguesa”. ARAÚJO, Ana Cristina. *Dirigismo Cultural e a Formação das Elites no Pombalismo*. In: ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000, p. 38; p. 40.

efetivo]”; assim, “não há razão alguma para se julgarem excluídos deste honroso trabalho”.⁶²⁷ O que as *Legislações Acadêmicas* nos mostram é o interesse da Coroa em completar esses materiais para o uso das faculdades, evidenciando o comprometimento de D. Maria I em finalizá-los. Em 12 de janeiro de 1787, a Rainha ordenava que

Participe [o Lente] a cada uma das Congregações das Faculdades Acadêmicas, que logo que os seus compêndios se achem acabados; e os haja aprovado cada uma delas, pelo que toca da sua Faculdade; com tudo não passe a publicá-los e imprimi-los, sem que venha à Sua Real Presença, para os mandar ver e examinar, e para que, achando-os dignos da sua aprovação, ordene que se imprimam, e deles se faça uso no ensino público da Universidade.⁶²⁸

Sem dúvidas houve alterações na Universidade de Coimbra após o reinado josefino, mas o que se destaca concomitantemente é que os reitores e a rainha D. Maria I respeitavam os artigos dos *Estatutos* de 1772: toda e qualquer mudança que fosse necessária era analisada a partir daquilo que estava estabelecido pelo documento pombalino. Notamos, a partir das fontes consultadas, que as interferências de D. Maria I nas Faculdades foram, em parte, na tentativa de valorizar o estudo acadêmico e científico; seja por meio da premiação dos estudantes que se destacavam, seja na impressão de novas obras e compêndios para comporem a biblioteca universitária. Vale citar, por exemplo, a medida estabelecida em 17 de março de 1787, que ordenava

Que as Congregações de cada uma das Faculdades, procedendo ao exame das dissertações inaugurais, que se fizeram desde a nova fundação da Universidade, e que existem na sua Livraria, *separem as que se acharem mais dignas de se publicarem*, pondo-as no melhor estado de perfeição e polidez; ouvindo os seus autores sobre elas, e deixando-lhes aperfeiçoar, se eles assim o quiserem: ou encarregando os Mestres, que presidirem àqueles atos, para as verem, aditarem e polirem: E que, depois de assim escolhidas, revistas e catalogadas, se reduzam a coleções distintas de cada uma Faculdade, para que hajam de imprimir-se.⁶²⁹

Nesse novo modelo de incentivo à produção acadêmica interna, a Coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que controla as leituras e as pesquisas da universidade, também organiza um *corpus* de informações que vão se uniformizando e se complementando. A criação da

⁶²⁷ *Legislação acadêmica desde os Estatutos de 1772 até o fim do ano de 1850*: Colligida e coordenada por ordem do excelentíssimo senhor conselheiro reitor da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da universidade, 1851, p. 19.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 20.

⁶²⁹ *Ibidem*, p. 21. [grifo nosso].

Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1772, e o seu primeiro regimento em 1790, foram dois marcos dessas transformações que visavam valorizar as obras portuguesas de alunos e de professores. Além de serem usadas nas lições das faculdades, as obras impressas pela universidade também eram vendidas por livreiros, demonstrando o carácter de expansão da cultura científica e intelectual portuguesa pela Europa Ilustrada.⁶³⁰ Conforme consta no regimento da Imprensa, escrito pelo antigo integrante da *Junta de Providência Literária* e à época Ministro de Estado dos Negócios do Reino, José de Seabra da Silva:

O Administrador, para melhor negociar os efeitos da Imprensa, e entreter as correspondências necessárias, poderá ter o seu negócio particular de livros. E para isso se lhe aprontará uma casa ampla no edifício da Oficina, para a parte da porta de S. Miguel, onde ficará com entrada e serventia mais cômoda as pessoas académicas, que residem na vizinhança da Universidade. Na dita casa poderá ter por sua conta um caixeiro para a venda dos ditos livros, e juntamente dos que pertencerem à Oficina, e se venderem por miúdo [...]. O mesmo administrador, nesta qualidade de livreiro da Universidade, terá o cuidado de *fazer provimento dos livros mais escolhidos para os estudos académicos* de todas as Faculdades. Para isso se informará com as pessoas, que melhor o poderem aconselhar, *procurando haver a si as notícias literárias dos países estrangeiros com os catálogos dos livros, que tiverem saído de novo em qualquer matéria*, para regular sobre eles com a dita informação e conselho as encomendas.⁶³¹

A Rainha olhava com entusiasmo a tipografia da universidade e, após seu Alvará de 9 de janeiro de 1790, passou a nomeá-la de Real Imprensa da Universidade de Coimbra. No regimento vemos os esforços em renovar a biblioteca da universidade, publicar os trabalhos académicos de cada faculdade, comprar livros atualizados do estrangeiro e vender as obras que tivessem destaque nas Congregações.

Apesar de o projeto de uma imprensa da universidade ter sido imaginado na reforma de 1772, somente no governo mariano se concretizou a sua institucionalização. Em parte, uma imprensa interna ao corpo académico corroborava a expansão das concepções produzidas no

⁶³⁰ “No século XVIII, a Imprensa da Universidade possuía uma loja de vendas, no edifício da própria Imprensa. Nela se comercializavam livros aí impressos, mas também muitos outros títulos importados do estrangeiro”. Na virada do século XVIII para o século XIX, “os editais do reitor fixados no início do ano lectivo, publicavam a lista dos livros de que o aluno se deveria munir para frequentar as aulas. De forma ainda mais peremptória, chegaram a determinar que não seria admitido à matrícula académica nenhum estudante que não apresentasse uma declaração da Imprensa da Universidade em como tinha comprado os compêndios do ano que pretendia frequentar, bem como os demais livros necessários para ouvir com proveito as lições respectivas”. PATRÍCIO, Isabel Simões. PEREIRA, Ilídio Barbosa. PADEZ, Maria João. REGATEIRO, Fernando J. *Imprensa da Universidade de Coimbra: a história, os homens e os livros*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2001, p. 19.

⁶³¹ *Legislação académica desde os Estatutos de 1772 até o fim do ano de 1850*: Colligida e coordenada por ordem do excelentíssimo senhor conselheiro reitor da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da universidade, 1851, p. 32. [grifo nosso].

interior da Universidade de Coimbra com direção à sociedade letrada portuguesa. No caso da medicina, a publicação dos escritos oficiais, ditos “científicos”, minava as concepções e as práticas da medicina dita “popular” – composta por mezinheiros, salutores, curandeiros e boticários sem registo. Bruno Paulo Fernandes Barreiro, num estudo recente, argumenta que as autoridades governamentais de Portugal na segunda metade do século XVIII mobilizaram-se para expandir os “contributos teóricos, reclamando o aperfeiçoamento dos cuidados de saúde” e sobretudo instituindo as políticas da Junta do Protomedicato entre 1782 e 1809,⁶³² órgão que, semelhante a um Tribunal Médico, normalizavam as práticas da medicina e fiscalizava os “indivíduos empregados em qualquer dos ramos da Arte de Curar”.⁶³³ Conforme destaca o autor, até meados do século XVIII, não havia “uma política coerente de organização e fiscalização das práticas de saúde” em Portugal, circunstâncias “indissociáveis do apagamento crônico da Universidade de Coimbra”.⁶³⁴ Portanto, depois das denúncias referentes às

fragilidades do poder central e da Universidade portuguesa, os projectos teóricos redigidos sob o signo da reorganização das artes e das práticas da cura encontravam assim as condições ideais para germinar. A adesão aos pressupostos do despotismo esclarecido, às ideias económicas de cunho fisiocrático e a própria ideia de filantropia faziam do reinado mariano o terreno propício para a tradução, na prática, daqueles projectos que haviam sido expressos no papel.⁶³⁵

Em nossa pesquisa, constatamos que de maneira direta a Reforma da Universidade de Coimbra, particularmente com a expansão da Imprensa da Universidade em 1790, trouxe uma ascensão das novas teorias médicas que passavam a circular na elite acadêmica. Tratava-se do crescente desenvolvimento nos estudos de fisiologia, patologia, higiene, anatomia e, sobretudo, de saúde coletiva, matérias que passaram a fazer parte da esfera de discussões de grupos médicos portugueses. Os “médicos novos”, lembra Jorge Crespo, vinculavam-se “às novas teorias de Cullen, Brown, Pinel ou Broussais, rejeitando” as antigas concepções de cunho peripatético e as práticas charlatanistas.⁶³⁶ Segundo o autor, “a pedagogia, a circulação da informação, as campanhas de esclarecimento eram componentes essenciais na detecção

⁶³² BARREIRO, Bruno Paulo Fernandes. *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*. Tese de Doutoramento – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Nova Lisboa, 2014, p. 162.

⁶³³ *Ibidem*, p. 172.

⁶³⁴ *Ibidem*, p. 173-174.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 174.

⁶³⁶ CRESPO, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990, p. 55.

dos perigos”, tornando-se fundamental, neste mundo científico, “o aperfeiçoamento dos médicos e cirurgiões”.⁶³⁷

Vimos que as políticas de D. Maria I referentes à formação universitária em Coimbra não visaram uma desqualificação dos *Estatutos Literários* de 1772, mas de um aperfeiçoamento dos seus artigos acadêmicos. Os *Estatutos* colocavam no papel o projeto de uma vida acadêmica mais rígida, mas somente nos anos seguintes é que vêm a lume os decretos régios que colocavam em prática essa nova sociabilidade universitária. O que se observa nas políticas do governo mariano é um processo de refinamento da pedagogia implementada no documento pombalino, isto é, defesa da concepção de que a ciência, a educação e o serviço régio se faziam com probidade, com perfeição máxima e com rigor metodológico. Tal fato é comprovado na *Carta Régia* de 28 de janeiro de 1790, em que a Rainha escreve ao então reitor D. Francisco Rafael de Castro, para que executasse 28 novos artigos no que tange ao funcionamento da universidade: “tendo Mandado examinar os diferentes artigos que por Vós me foram propostos ou informados, assim pelo que respeita à causa Pública da ordem, método e economia acadêmica”.⁶³⁸ Nos Artigos II, III e IV, por exemplo, ficou ordenado “que os Estudantes que faltarem às Aulas” serão “obrigados no 1º dia em que voltarem a frequentá-las, a legitimarem perante os seus respectivos Professores a causas com que pretenderem justificar as faltas”. Com a informação recolhida, fica estabelecido “que os Professores sejam obrigados em todos os meses a informar as suas respectivas Congregações das causas com que os seus ouvintes houverem justificado” as suas faltas. Caso um aluno se achasse “com mais de 6 faltas sem causa”, ele perdia seu ano.⁶³⁹

Em relação ao andamento das aulas, “para que os Professores, por falta de tempo, não deixem de explicar aos seus ouvintes os Compêndios das suas respetivas Cadeiras; resolveu Sua Majestade Abolir todos os feriados”.⁶⁴⁰ E, ainda sobre os Compêndios, ficou determinado no Artigo XI “que os Compêndios de que atualmente se usa[m] nas Aulas, se examinem nas respectivas Congregações para o fim de constar se cabe o número das lições o explicar-se toda a Doutrina que n’eles se contém”. Além disso, no caso de a extensão das obras não ser proporcional ao tempo e ao número de aulas, as Congregações deveriam tomar “conhecimentos das matérias que por menos importantes podem omitir-se”.⁶⁴¹ Por seu turno,

⁶³⁷ *Ibidem*, p. 66.

⁶³⁸ *Jornal de Coimbra*: Dedicada a objetos de Sciencias Naturaes. Volume XIV, Num. LXXIII – Parte I. Lisboa: Impressão Régia, 1819, p. 53.

⁶³⁹ *Ibidem*, p. 54.

⁶⁴⁰ Os únicos feriados mantidos foram: “os Domingos e Dias Santos, as Quintas-feiras de cada semana em que não houver outro feriado, os 15 dias costumados pela festa do Natal e outros 15 da Páscoa”. *Ibidem*, p. 55.

⁶⁴¹ *Idem, Ibidem*.

se alguma lição não tivesse um material compendiário, ficou autorizado que “se fixem em cada uma das Congregações respectivas os limites em que n’esta parte se devem conter os Professores, e lhes assinem os Autores por onde devem regular-se nestas lições”.⁶⁴²

Em relação ao curso médico, atendendo aos pedidos de D. Francisco de Lemos, sobre o fomento das matrículas, D. Maria I ordenou que os “estudantes de merecimento extraordinários e relevantes” poderiam se graduar gratuitamente. Diz o Artigo XVII: “recomenda Sua Majestade que n’esta informação se proceda com a mais exata imparcialidade e circunspecção para que lhe não sejam propostos Estudantes medianos e de que se não possam esperar notáveis progressos”. Tal ordem deveria ser mantida “anualmente até que nas ditas Faculdades haja suficiente número de Doutores hábeis”.⁶⁴³

As políticas de enrijecimento do ensino em Coimbra continuaram ao longo da década de 1790, pautando-se na concepção de que a performance nos estudos maiores levaria ao progresso das ciências na nação. Em *Carta Régia* de 31 de maio de 1792, a Rainha adverte o reitor Castro: “devereis fazer entender os estudantes, que, para merecerem este nome, devem frequentar as aulas na forma dos Estatutos; devem entender, que depende o seu adiantamento e o prêmio dos seus estudos dos Professores seus Mestres”.⁶⁴⁴ Os alunos que eram faltosos nas lições e que se distraíam pela cidade deveriam “ser irremissivelmente punidos” sendo “a menor pena a perda de um ano do tempo acadêmico”. E completa:

Contando-se notoriamente entre as estranhas distrações dos estudantes o abuso, que muitos têm feito e fazem nos passeios, e nos lugares, em que por fim descansam, fazendo entretenimento de insultar de fatos e verbalmente, com termos próprios de gente mal criada e baixa, fazendo nisto ostentação miserável da sua discricção e dos seus talentos: deveis sobre isto prover, para o corrigir, proibindo-lhes estes passeios aos tais lugares, prendendo, multando e riscando os que vos parecerem, segundo o grau das suas indiscrições.⁶⁴⁵

Há, no reinado de D. Maria I, um projeto de fortalecimento da ideia de “civilizar” a mocidade, plano esse escrito no horizonte português desde o reinado de D. João V e D. José I. A educação passava pelo prisma da utilidade que, segundo Jorge Crespo, inscreve-se num projeto de orientação “dos jovens para as tarefas da vida futura” como funcionários régios, perspectiva que prega “uma vida menos dominada pelo prazer” e mais “voltada para o esforço

⁶⁴² *Idem, Ibidem.*

⁶⁴³ *Ibidem*, p. 56.

⁶⁴⁴ *Legislação acadêmica desde os Estatutos de 1772 até o fim do ano de 1850*: Colligida e coordenada por ordem do excelentíssimo senhor conselheiro reitor da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da universidade, 1851, p. 40.

⁶⁴⁵ *Idem, Ibidem.*

e para a vontade de conhecer”.⁶⁴⁶ O termo *civilidade*, recorrente em tratados morais e dicionários portugueses no final do século XVIII, também expressava essa ideia de “decoro”, “urbanidade” e “polidez” da sociedade civil. Naquele momento, lembra Antonio Cesar de Almeida Santos, a palavra *civilizar* “passou a ser utilizada para designar um processo de refinamento dos costumes, ou o de um estado de desenvolvimento de uma sociedade”.⁶⁴⁷ Consequentemente, os vocabulários *instruir* e *educar* passam a ter uma correlação importante para o pensamento Ilustrado, sendo mediadas pela racionalidade científica. Nesse sentido, nas palavras de Jorge Crespo:

A civilização identifica-se, pois, com os comportamentos individuais e coletivos de caráter utilitário, tendo em vista os benefícios de toda a comunidade e não apenas os de qualquer grupo restrito. O humanismo inerente ao ‘processo de civilização’, para além de facilitar o aperfeiçoamento dos mecanismos de luta contra a ‘bestialidade’ dos costumes rudes, furtava à aristocracia o papel de liderança na obra do progresso da sociedade.⁶⁴⁸

À medida que o século XVIII chegava ao fim, a Universidade de Coimbra passava a incorporar cada vez mais essas definições. No âmbito educacional, a formação dos estudantes era dominada pela função de *instruir em matéria de ciência* e *educar em matéria de costumes*.⁶⁴⁹ Ao receberem os diplomas, os alunos poderiam compor os cargos do funcionalismo monárquico, participando diretamente na burocracia estatal. Nessa “pedagogia da modernidade” – para usar a expressão de Carlota Boto –, a Universidade de Coimbra tinha um papel centralizador na aplicação dos novos modelos de conhecimento. A ciência, agora vista como estratégia político-social, ofertava ferramentas que racionalizavam a atividade governativa em Portugal, e, por esse motivo, era preciso averiguar os critérios de competência dos alunos e professores.

As reformas pombalinas da universidade, segundo Fernando Taveira da Fonseca, instauraram uma nova concepção de *responsabilidade científica*, que, especialmente no caso da Faculdade de Medicina, teve por objetivo: avaliar constantemente o cumprimento dos conteúdos e métodos; examinar livros e compêndios; atualizar os alunos sobre as novas descobertas; e, por fim, manter a dimensão moral dos costumes alinhadas às capacidades

⁶⁴⁶ CRESPO, Jorge. *Op. Cit.*, 1990, p. 500-501.

⁶⁴⁷ SANTOS, Antonio César de Almeida. Decifrando palavras: um vocabulário de cultura e educação no contexto das Luzes portuguesas. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições Educativas: cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 301.

⁶⁴⁸ CRESPO, Jorge. *Op. Cit.*, 1990, p. 501.

⁶⁴⁹ Vimos na *Relação Geral* de D. Francisco de Lemos, que a universidade era concebida não só como uma “escola de ciências”, mas também de “virtudes”, aspecto central para se criar o modelo de homem público.

intelectuais. Dessa forma, era constante o zelo sobre o aperfeiçoamento desses objetivos no ensino médico em Coimbra.⁶⁵⁰ Nesse sentido, com efeito, não só o currículo médico, após 1772, sofreu algumas alterações, como também as obras que eram ensinadas pelos professores nas aulas. E essas mudanças foram feitas para ajustar a metodologia empírica-racional às novas demandas do saber médico no campo da saúde pública. A observação e a experiência cada vez mais sepultavam as antigas práticas da medicina, e o método empírico impulsionava os estudantes em direção às novas perspectivas, vindas do estrangeiro, sobre o corpo, a saúde e a doença.

Os médicos, na virada do setecentos, buscavam não só aperfeiçoar seus critérios sobre quais os melhores parâmetros de intervenção sobre o corpo enfermo, mas também saber quais as melhores prescrições científicas para compreender a “economia animal”. O exame clínico, o hospital, a anatomia e as dissecações de cadáveres já eram competências fulcrais para o ensino nas principais universidades da Europa. Assim, nos fim do século XVIII e no princípio do século XIX, explica Flavio Edler, a medicina implantaria um novo programa de ensino e pesquisa, o qual se pautava na “retórica sensualista”, na qual o médico

seria um detetive rasteando incansavelmente a doença, por meio do instrumental investigativo forjado pela anatomoclínica. [...]. No domínio do conhecimento médico, a patologia humoral foi substituída pela anatomopatologia, que identificaria as doenças com lesões orgânicas. A partir de então, um relatório clínico seria caracteristicamente composto de uma série de detalhadas narrativas que incluíam informações sobre a sintomatologia do paciente e sobre o meio ambiente físico e social.⁶⁵¹

Nessa lógica, a medicina associava-se à “especulação teórica e à experimentação”, de modo a elevar a importância dos critérios da observação rigorosa do corpo enfermo.⁶⁵² Atendendo a essas demandas, o currículo de medicina na Universidade de Coimbra entre 1791 e 1792, foi reorganizado, mudando a grade das lições. Segundo Jorge Crespo, em Portugal, no final do século XVIII, o horizonte da iatromecânica de Boerhaave começa a entrar em crise dentro do plano teórico-prático da medicina. “Não admira, pois, que a influência de Boerhaave diminuísse de intensidade em face de teorias mais ajustadas às

⁶⁵⁰ FONSECA, Fernando Taveira da. *Op. Cit.*, 2000, p. 64-65.

⁶⁵¹ EDLER, Flavio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: Clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p. 72.

⁶⁵² *Ibidem*.

exigências da nova realidade” desenhada por William Cullen, John Brown, Bichat e Pinel.⁶⁵³ A eficácia médica ganhava mais respaldo nos problemas da observação clínica do que nas racionalizações da matemática, e, aos poucos, a atividade empírica era percebida como uma possibilidade epistemológica de resposta aos problemas complexos que os fenômenos patológicos colocavam para os médicos, sobretudo aqueles relacionados às epidemias.

Nessa lógica, o currículo médico estabelecido em 1791-1792 pela Congregação de Medicina transferia a cadeira de *Anatomia e Operações Cirúrgicas* do 2º ano para o 1º ano do curso, antecipava a cadeira de *Instituições Médico-cirúrgicas* do 3º ano para o 2º ano e, por fim, passava *Matéria Médica e Farmácia* do 1º ano para o 3º ano da faculdade.⁶⁵⁴ Assim, mantinha-se os *Aforismos* no 4º ano (cadeira que no início do século XIX será substituída pela de *Terapêutica Médico-cirúrgica*) e a prática hospitalar no 5º e último ano.

Essas mudanças curriculares, completa Crespo, correspondiam a uma lógica de aperfeiçoamento do ato médico, privilegiando, em primeiro lugar, “o conhecimento do corpo e de todas as suas partes, isto é, facilitava-se a imediata percepção do espaço e dos espaços de localização da doença” a partir do estudo anatômico. Em segundo lugar, “destacava-se o conhecimento do processo de gênese e de desenvolvimento das doenças” com as leituras da fisiologia e semiótica médica. E, por fim, “dava-se conhecimento dos produtos a [se] utilizar na cura das enfermidades e dos modos de preparação e aplicação dos medicamentos”.⁶⁵⁵ Com estas trocas na hierarquia das lições, a Congregação da Faculdade de Medicina alinhava-se aos ensinamentos não só de Sanches e Verney, que defendiam a cadeira de *Anatomia* no primeiro ano do curso, mas também dos currículos das principais universidades europeias (Edimburgo, Leiden e Montpellier), que já ensinavam anatomia e cirurgia no mesmo modelo.

O ensino de medicina na Universidade de Coimbra, na última década do século XVIII, também se mostrou sensível às mudanças das leituras obrigatórias do curso. Seguindo as orientações que eram estabelecidas pelos *Estatutos* de 1772, que obrigavam a atualização dos livros a partir das novas descobertas científicas, a Congregação médica selecionou importantes trabalhos da medicina ilustrada para serem ensinadas aos estudantes. Conforme anotou um observador de passagem por Portugal, entre 1800-1822, para formar-se médico em

⁶⁵³ Para o autor, as mudanças epistemológicas foram lentas, pois “não era fácil à nova medicina libertar-se de esquemas mentais passados, dado que, se nas descrições das doenças os médicos se abriam às múltiplas variantes, entrecruzando as doenças e colocando-as em relação com a grande diversidade de factores, quando optavam pela síntese em forma de mapa das doenças subordinavam-se a esquemas fechados e rígidos; a classificação mais divulgada era, sem dúvida, a que correspondia ao quadro nosológico de Cullen, um modelo mais aberto de ver e interpretar a doença”. CRESPO, Jorge. *Op. Cit.*, 1990, p. 74-75.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 81. Ver o *apêndice* desta dissertação.

⁶⁵⁵ *Ibidem*, p. 82.

Coimbra, os discentes tinham que se orientar pelas seguintes obras (mas não só estas):⁶⁵⁶ Francisco Soares Franco (1771-1844), *Elementos de Anatomia*;⁶⁵⁷ Joseph Jacob von Pleck (1735-1807), *Elementa Artis Obster e Compendium Inst. Chirurg*;⁶⁵⁸ Albrecht von Haller (1708-1777), *Primea Lineae Physiologiae*; Herman Boerhaave (1668-1738), *Pathologie e Aforismos*; William Cullen (1710-1790), *Éléments de Médecine Pratique*; Francisco Tavares (1750-1812) *Pharmacopeia Geral*; Hipócrates (460 a.C.-370 a.C), *Aforismos*; Joaquim Navarro de Andrade (?-1831), *Distributio Methodica Interpretandorum Aphorismorum Hippocratis*;⁶⁵⁹ Esse conjunto de leituras, conforme Crespo, comprovava que o ensino médico em Coimbra no início do século XIX ainda respeitava os moldes estabelecidos pelos *Estatutos* de 1772, que defendiam uma leitura crítica de Hipócrates, a partir das concepções do mecanicismo de Boerhaave. Mas, com a presença de William Cullen, J. von Pleck e Haller na grade de leituras, podemos observar que a Congregação da Faculdade ainda buscava se atualizar com os avanços da teoria médica.⁶⁶⁰

Em síntese, a medicina portuguesa, após as reformas pombalinas até o avanço das pesquisas fisiológicas de Bichat na França (entre 1771 até 1836), permaneceu ajustada aos métodos da iatomênica e da química. Com a valorização de um ensino pautado na observação, e na constante atualização das leituras e práticas, os médicos formados em Coimbra, de certa maneira, ajudavam a expandir o contato com os novos modelos de descrição das doenças. Todavia, conforme salienta Crespo, as teorias médicas em Portugal, após a reforma de 1772, ainda eram circunscritas por contradições e confrontadas pelas inovações constantes vindas da Europa central e do oeste. “Os conflitos entre as teorias médicas tomavam facilmente o lugar do pensamento e na ação; formavam-se grupos fechados, identificados com esta ou aquela teoria, na ambição de se encontrar alguma unidade e segurança”, argumenta o autor.⁶⁶¹

⁶⁵⁶ BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve compare aux autres États de L'Europe* (Tomo II). Paris: Chez Rey et Gravier Libraires, 1822, p. 43.

⁶⁵⁷ Francisco Soares Franco entra no curso de medicina na Universidade de Coimbra em 1790, tendo formado em 1796 e obtido grau de doutor em 1797. Entre 1800 e 1806 foi Lente na cadeira de *Anatomia*, sendo também, neste período, ajudante do diretor do hospital da Universidade. Publica em 1818 sua obra *Elementos de Anatomia* pela Imprensa da Universidade.

⁶⁵⁸ Médico e botânico formado pela Universidade de Viena e, discípulo de Van Swieten e Antonie Haen. Destacou-se no campo da patologia e escreveu importantes tratados sobre doenças de pele. A *Elementa Artis Obster* foi usada em Coimbra na cadeira de *Anatomia e Obstetrícia*.

⁶⁵⁹ Joaquim Navarro entrou no curso de medicina em Coimbra no ano de 1781, retirando o diploma de doutor em 1788. Foi lente de Instituições Médico-cirúrgicas entre 1791 a 1795; de *Anatomia* entre 1798 a 1799; e de *Aforismos* entre 1806 a 1812. Escreveu *Primarum linearum Physiologiae Alberti Hallerii, sine commentariis illustratio, sive locupletissimus earumdem cullenianae editionis index* em 1810, sobre a obra de Haller. Foi jubilado da Universidade de Coimbra em 1822.

⁶⁶⁰ CRESPO, Jorge. *Op. Cit.*, 1990, p. 83.

⁶⁶¹ *Ibidem*, 1990, p. 67.

Ainda que as lições na Faculdade médica de Coimbra fossem ensinadas a partir de uma sistematização da prática clínica e das leituras doutrinárias, a ebulição no mundo científico europeu trazia, em certos momentos contradições concretas que os estudantes e os professores tinham que enfrentar. Nesse campo em aberto, o ecletismo médico ajudava a preencher as lacunas que ainda eram profundas no conhecimento sobre o corpo orgânico. E, de certa maneira, o despreendimento dos médicos sobre as antigas formas de discursividade (aquela humoral, pautada na autoridade dos tratados médicos e sem recorrer ao pensamento empírico), fez com que um novo horizonte epistemológico se abrisse, dilatando os sistemas conceituais e as atitudes práticas perante um mundo que cada vez mais pedia a utilidade da medicina, por mais que as terapêuticas se mostrassem ineficientes.⁶⁶²

Podemos observar essa transposição de ideias médicas nos discursos do médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766-1809), que em 1802 publicou a *Isagoge patológica do corpo humano*, tratando dos princípios elementares de algumas correntes médicas da sua época. Azeredo formou-se em medicina pela Universidade de Edimburgo em 1787, onde também defendeu sua *Thesis Exercitii Gratia* (prova prática final), com o título *An experimental enquiry concerning the Chemical and Medical properties of those substance called Lithonriptsics and particularly their effects on the human calculus*. Com essa dissertação, recebeu, em 1788, prêmio de melhor trabalho do ano pela Haveian Society of Edimburg, fundada em 1782. Após Edimburgo, concluiu seu título de doutor na Universidade de Leiden em 1788, com um trabalho intitulado *Dissertatio medica inauguralis de Podagra*, aos 22 anos.⁶⁶³ Em 1789 viajou para Portugal, onde, na Universidade de Coimbra, realizou uma série de exames e verificação de seus currículos frente à comissão do Protomedicato. No mesmo ano, recebeu de D. Maria I carta de aceite para exercer a medicina em todo o reino português e nas suas colônias.

O trabalho em questão, *Isagoge*, escrito possivelmente entre 1799 e 1800, traz algumas informações relevantes para investigarmos a circulação de algumas ideias médicas no pensamento das Luzes em Portugal pós-reforma da Universidade. Na abertura da obra, José Pinto de Azeredo argumenta otimista sobre do que se trata seu esforço:

⁶⁶² Os avanços da medicina no século XVIII, em termos práticos, exploratórios e doutrinários, não corresponderam, em partes, aos avanços terapêuticos. A patologia iluminista ainda não conhecia o universo microbiológico, que só será descoberto por Louis Pasteur (1822-1895) no século XIX. Isso dificultava o entendimento sobre a cura de certas doenças, contribuindo para um olhar de desconfiança sobre o ato médico.

⁶⁶³ Vale ressaltar que a Faculdade de Medicina da Universidade de Edimburgo é fundada em 1726 por discípulos de Herman Boerhaave, que, anteriormente, ensinava na Universidade de Leiden, a mesma que também serviu de exemplo para as reformas do curso médico na Universidade de Coimbra. Ver: PINTO, Manuel Serrano. *Et Al. O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, 2005, p. 617-673.

*As importantes descobertas que ultimamente se têm feito, o grande número de factos preciosos de que a Medicina se acha enriquecida, a perfeição dos conhecimentos fisiológicos que acabam de destruir os sistemas hipotéticos, as novas luzes que ilustram os escuros vislumbres da economia animal, a coleção de princípios sólidos expositivos sobre que se estabelece a química e a história natural, as observações práticas feitas pelos mais iluminados Médicos à cabeceira dos enfermos, são a verdadeira origem desta minha Isagoge patológica do corpo humano.*⁶⁶⁴

Ao comentar sobre os avanços da fisiologia e da patologia na medicina, Azeredo defende que o conhecimento médico, naquele momento, já se mostrava receoso de utilizar a física, a matemática e a história natural como suporte principal no ensino de medicina. “Acabou-se aquele culto religioso que fazia a ciência do homem [isto é, a medicina] escrava e vítima das outras ciências!”, respondia com ênfase. Os novos princípios, na sua visão, deveriam ser aqueles que os médicos juntam como fatos a partir “da razão e da observação” na cabeceira dos enfermos. “O Médico mais erudito”, defende Azeredo, “é aquele que sabe ajuntar factos” que foram tirados “dos fenômenos que apresenta o corpo vivo”.⁶⁶⁵

Por esse motivo, o sistema de Boerhaave entrava em crise, pois o uso constante de valores físico-matemáticos sobre a medicina não respondia às demandas da saúde coletiva, nem nas terapêuticas necessárias para a cura das enfermidades. Sobre esse assunto, diz o autor: “a posteridade reconhece o gênio e os talentos de Boerhaave, mas crimina o seu sistema e com razão clama que ele serviu mais para retardar os progressos da Medicina”.⁶⁶⁶ A ciência médica, defendida por Azeredo entendia que o seu estudo deveria ser pautado na relação entre o exame clínico hospitalar e o exame anatômico-patológico, prática posteriormente nomeada de anatomoclínica.

Tal método, ao longo do século XIX, consolida-se efetivamente, mas, naquele momento, de virada do setecentos, as teorias médicas ainda estavam em confronto, contradições que, sem dúvida, assolaram Portugal. Para José Pinto de Azeredo, o que importa, é o estudante de medicina reconhecer que nenhum sistema médico deve ser seguido cegamente. Em suas palavras: “eu não combato nem adoto sistema algum; porém escolho, de cada um deles, aquelas noções que são filhas da razão e da observação”.⁶⁶⁷ E, confirma o ambiente de incertezas: “as teorias lânguidas e rasteiras de Hipócrates, de Galeno e de

⁶⁶⁴ AZEREDO, José Pinto de. *Isagoge patológica do corpo humano*. Lisboa: Colibri, 2014, p. 31. [grifos do autor]

⁶⁶⁵ *Ibidem*, p. 32.

⁶⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁶⁷ *Ibidem*.

Boerhaave foram sucedidas por outras mais sublimes e mais ativas; porém a prática da Medicina ainda é frouxa e o Médico as mais das vezes é um simples e inerte espectador”.⁶⁶⁸

Dentro dessas circunstâncias, o médico deve se comportar como um verdadeiro eclético, sabendo julgar os estados patológicos, mais pelo exame clínico e experimental do que pelos “raciocínios abstratos”, seguindo, sobretudo, a rota das observações práticas do seu cotidiano com os pacientes. Apesar de não dizer diretamente, na defesa de Azeredo o método *empírico-racional* aparece como o melhor a ser colocado a serviço desse tipo de ato médico:

Eu não pretendo excluir da Medicina o raciocínio para sermos empíricos. Conheço que se desprezarmos totalmente as teorias obraremos materialmente. Elas despertam os amortecidos engenhos para examinar a verdade e conhecer o erro. As faculdades do entendimento se exercitam na indagação das coisas e é neste exercício que os segredos da natureza se revelam. O Médico que não abusa das teorias tira sempre utilidade delas. Os mesmos factos se desenvolvem com clareza quando são pesquisados pela razão. Analisar fenómenos é discorrer sobre eles. Sem discurso não há ciência. Porém, é necessário que as ideias dos nossos discursos não tenham por objeto as mesmas ideias. Caminhemos nas nossas indagações como Newton caminhou e não como Descartes. [...] O Médico que busca ser útil aos seus semelhantes deve desprezar todo o sistema e abraçar tudo o que achar de bom em qualquer deles.⁶⁶⁹

Buscando no sensualismo empírico, ao citar o *Traité des Systèmes* de Condillac, Azeredo aproxima a *patologia dos casos* com a clínica médica e propõe aquilo que posteriormente Michel Foucault denominou de “*cálculo dos graus de certeza*” na medicina. “Trata-se de um cálculo que, desde o início, tem o valor no interior do domínio das ideias, sendo ao mesmo tempo princípio de sua análise em elementos constituintes e método de indução a partir das frequências” dos sintomas patológicos.⁶⁷⁰ O médico brasileiro chama tal processo de exame da “causa próxima”, segundo a qual “é aquela condição que mostra os sintomas morbíficos que sem ela não existiriam um só momento” e a “última operação das causas remotas concentradas para produzir a enfermidade”.⁶⁷¹ Com a ideia de “causa próxima”, ou seja, do cálculo das probabilidades patológicas, o médico poderia investigar um sintoma patológico como “elemento de uma constelação” de outros sintomas. O estado dos enfermos era considerado um conjunto de signos sintomáticos não por causa de uma

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 49.

⁶⁶⁹ *Ibidem*, p.49-50.

⁶⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense, 2015, p. 113.

⁶⁷¹ AZEREDO, José Pinto de. *Op. Cit.*, 2014, p. 53.

“aritmética dos casos, mas sua ligação com um conjunto de fenômenos”, alerta Foucault.⁶⁷² Por isso os médicos no final do século XVIII reivindicam constantemente uma noção de análise dos sintomas em conjunto com os fatos transcorridos das observações práticas oriundas da anatomia e da cirurgia. Azeredo não foge dessa linha ao condenar os médicos que se fecham em sistemas hipotéticos, com fraco potencial terapêutico: “Enquanto as leis da economia animal não forem mais bem conhecidas, nunca formaremos uma verdadeira indicação fundada em factos e nunca sairemos das especulações”.⁶⁷³ Trata-se de basilar complemento:

A Medicina tem muitos princípios certos em que se funda e teria muitos mais se os Médicos a não houvessem em todos os tempos envolvido nas suas opiniões particulares, perdendo de vista o bem da humanidade e sacrificando-a ao capricho do seu entusiasmo [...]. As contradições que há entre as diferentes Escolas, que atualmente existem na Europa, bem provam as incertezas e vicissitudes de todas elas. O Médico que quiser errar menos vezes deve ser imparcial, deve coligir factos, deve raciocinar sobre sintomas, deve observar as leis e os movimentos animais, deve, enfim, estudar no livro da natureza. Fechemos os livros e deixamos de ser sistemáticos para sermos verdadeiros Médicos. Sejamos o asilo da vida e não o seu verdugo. Abracemos aquelas verdades que se acham em qualquer dos sistemas provadas por experiências e por factos decisivos, para sermos úteis aos nossos semelhantes.⁶⁷⁴

As ideias de Azeredo que circularam em Portugal após as Reformas Pombalinas, influenciaram diretamente na rede de conhecimento médico vindo da Escola Médica de Edimburgo. Se por um lado, Sanches trouxe a Universidade de Leiden até Portugal na primeira metade do setecentos, por outro, Azeredo trouxe a atualização do conhecimento da medicina vinda da Escócia na virada dos séculos. William Cullen, John Brown, John Hunter, Thomas Willis passaram a ser estudados por médicos e estudantes portugueses com maior frequência (conforme observamos na lista de Adrien Balbi), consolidando em Portugal um pensamento mais refinado das questões da fisiologia moderna, da patologia química e das epidemias.

Como temos demonstrado nesta seção, o ato médico – aquele resguardado pelo diploma universitário e defendido pela Coroa Portuguesa – somente se efetivou a partir desses movimentos epistemológicos que de certa maneira, aperfeiçoavam as intervenções sobre as doenças que assolavam as comunidades urbanas e rurais. É fato, desse modo, que as políticas

⁶⁷² FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2015, p. 113.

⁶⁷³ AZEREDO, José Pinto de. *Op. Cit.*, 2014, p. 53.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, p. 62.

de saúde de D. Maria I procuravam normatizar o exercício da medicina, sobretudo com o Protomedicato e as intervenções na Faculdade de Medicina em Coimbra. O constante recrudescimento do ensino de medicina após 1772 tinha por objetivo moldar os estudantes dentro de um conjunto de habilidades desejáveis a um tipo de prática médica. Depois de formados serviriam à Coroa da melhor forma possível.⁶⁷⁵ Tomemos um exemplo sobre a aplicação das doutrinas médicas às demandas concretas da saúde em Portugal.

Em 25 de dezembro de 1804 é apresentado em Lisboa um regimento que propunha a reforma dos Hospitais Militares em Portugal, sobretudo o Hospital da Praça d’Elvas, localizado na freguesia de Alcáçova. Seu proponente era o Dr. José Feliciano de Castilho (1769-1826). Anos atrás Castilho havia se matriculado no curso de medicina da reformada Universidade de Coimbra em 31 de outubro de 1789, aos 20 anos. Após formar-se e obter grau de doutor, deu aulas em Coimbra na cadeira de *Instituições Médico-cirúrgicas* entre 1804-1806 e de Prática Hospitalar entre 1813-1820. Em 1816 foi diretor do Hospital universitário e posteriormente tornou-se o inspetor dos Hospitais Militares em Portugal. Castilho escreve o referido regimento devido às más condições de saúde dos hospitais, propondo um “melhoramento da repartição”, da estrutura, dos funcionários e dos métodos usados para curar os enfermos.

Neste documento, é defendido que a importância dos hospitais militares reside em dois pontos, além de “conservar a saúde e curar as moléstias”.⁶⁷⁶ O primeiro deles seria “conservar a saúde do Exército” a partir de um “plano higiênico” e “curador de moléstias”. O segundo objetivo dessas instituições seria manter um corpo especializado de médicos, cirurgiões e enfermeiras que consigam manter o trabalho de cuidar dos soldados, “pois que sendo a conservação da saúde dos homens, e principalmente homens Soldados, a economia

⁶⁷⁵ Não se restringindo somente às práticas curativas, o médico também poderia prestar serviços como naturalista ou químico, por exemplo. Conforme consta no Compêndio escrito por Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) – formado em Medicina pela Universidade de Coimbra e professor-demonstrador de Química e Farmácia na mesma Faculdade –, em *Elementos de Química e Farmácia*, em que se comenta a exploração das Minas de ouro no Brasil, podemos visualizar a importância que se dava a estes funcionários: “Há, finalmente, algumas Minas tanto em Portugal, como no Brasil, das quais tiramos metais, mas a direção delas entregue a homens ignorantes: daqui vem que necessitamos comprar aqueles mesmos metais, que temos de sobra no nosso País, e que podíamos extrair e trabalhar com grande utilidade nossa. O País mais áspero e estéril, coberto só de rochedos escamados, contém muitas vezes em seu seio, tesouros, que podem tornar os seus habitantes mais ricos e felizes. Porém faltam os olhos observadores do naturalista, as mãos peritas do Metalurgista, posto que não faltam as riquezas da Natureza, que sendo conhecidas e aproveitadas aumentam os tesouros públicos, subministram os alimentos, os cômodos e as riquezas à milhares dos nossos semelhantes”. PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Elementos de Química e Farmácia* (Tomo I). Lisboa: Imprensa da Academia de Ciências, 1783, p. 212-213.

⁶⁷⁶ O documento “*Melhoramento da Repartição Médico-Militar pelo Dr. José Feliciano de Castilho*” é extremamente detalhado sobre o funcionamento do hospital, portanto, selecionamos alguns elementos pertinentes a nossa discussão para não estender demasiadamente. *Jornal de Coimbra: Dedicada a objectos de Sciencias Naturaes*. Volume X, Num. XLIX – Parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1817, p. 5.

verdadeiramente digna de um Rei, é absolutamente inapreciável tudo quanto se achar em colisão com este objeto”.⁶⁷⁷

Além de oferecer repouso e dieta para os enfermos, algo comum entre os hospitais e as Santas Casas, o hospital militar proposto por José Feliciano de Castilho lançava um elemento epistemológico para dentro das ditas instituições. A ideia consistia em criar um conjunto de conferências ou reuniões entre médicos e cirurgiões para debaterem o estado de saúde dos doentes. Dirá ele: “todo doente, em perigo de morte, deve ter conferências, até que saia do perigo, de todos os Médicos do Hospital (se o caso é de Medicina) com assistências do Cirurgião Mor do Corpo”. E completa: “as conferências sejam elas quais forem, não hão de ter por objeto somente remédios; hão de versar também sobre alimentos” e “sobre tudo quanto com os doentes possa ter mais ou menos relações”. Nestas reuniões todos os médicos tinham direito ao voto final, mas as suas escolhas eram justificadas por uma defesa lógica, objetiva e científica. “Nas conferências há de decidir-se sempre pela pluralidade de votos; porém quando algum dos conferentes se persuada a final, que a pluralidade não vai bem, cada um dos conferentes escreverá e fundamentará o seu voto”.⁶⁷⁸

Outro aspecto que vale destaque são os *diários clínicos* (os mesmos outrora recomendados por Ribeiro Sanches e inseridos na Faculdade de Medicina com a reforma de 1772). Segundo Castilho, era de extrema importância que médicos e cirurgiões do hospital elaborassem “nos seus cadernos mensais de visitas e nas conformes folhas dos enfermeiros, *diários exatos de todos e cada um dos doentes do Hospital*”.⁶⁷⁹ Além de formar um exame clínico completo sobre o paciente, os ditos cadernos também deveriam “examinar se o doente é devidamente tratado”. Todos os diários deveriam ser apresentados no final do mês ao “chefe comum dos Hospitais” e deveriam estar completos com as “folhas de visitas e termos de conferências”.⁶⁸⁰ Após apresentados os diários clínicos, eles se transformavam numa espécie de histórico médico de cada paciente do hospital. Partia-se do olhar examinador racional-empírico e ia-se em direção à prática médica-terapêutica que sistematizava a prática hospitalar.

Cada um dos Médicos e Cirurgiões, que curarem no Hospital, enviará todos os correios ao Chefe comum dos Hospitais duas relações de doentes, uma de entradas e outra de saídas com todas as circunstâncias do Livro de Assentamento de tais; a fim de que este saiba não só o número de doentes do Hospital, e ainda os seus nomes e Regimentos,

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p. 6.

⁶⁷⁸ Todas as citações: *Ibidem*, p. 8.

⁶⁷⁹ *Ibidem*. [grifo nosso].

⁶⁸⁰ *Ibidem*, p. 9.

mas também a natureza das moléstias, que grassa; pergunte o motivo de grandes demoras em curas, quando sucedam.⁶⁸¹

Michel Foucault, comentando sobre a criação do hospital enquanto lugar terapêutico, argumenta que um dos elementos que fazem a condição de sua existência é a “organização de um sistema de registro permanente, e na medida do possível, exaustivo, do que acontece”. Tratava-se do uso de “técnicas de identificação dos doentes”, a partir de um registro detalhado que ia além do nome, da idade e do sexo, por exemplo. Era, acima de tudo, o acúmulo de informações como: “registro geral das entradas e saídas em que se anota o nome do doente, o diagnóstico do médico que o recebeu, a sala em que se encontra e, depois, se morreu ou saiu curado”.⁶⁸² O hospital tornava-se o cotidiano empírico do médico, lugar onde os livros (ainda que necessários ao raciocínio clínico) são complementados pelo exame dos corpos enfermos e dos cadáveres nas mesas de dissecação.⁶⁸³

Por conseguinte, conforme destaca o regulamento interino do Dr. Castilho, a partir da junção de todos os diários médicos do hospital, deveria ser formalizado “em cada mês um *Mapa mensal Clínico-Nosológico do Hospital pelo sistema de Cullen*” que seria apresentado ao “primeiro médico” ou diretor geral.⁶⁸⁴ Como vimos anteriormente, a teoria médica de William Cullen já circulava em Portugal, sendo bem-aceita pelos médicos e ensinada na Universidade de Coimbra. Sua obra mais conhecida e divulgada era *First Lines of Practice of Physic*, publicada em 1784, na qual o método clínico defendido era o exame empírico-racional, sobretudo aquele que ditava o ato médico segundo a relação entre o olhar que examina e a linguagem que descreve as patologias. De acordo com o professor de Edimburgo, a prática médica sempre esteve em disputa entre empíricos e racionalistas, mas sua obra defendia que a união dos dois modelos seria o melhor caminho a ser seguido, pois

em quase todos os tempos a prática foi, e ainda é, com todas as pessoas, fundamentada mais ou menos em certos princípios estabelecidos pelo raciocínio; e, portanto, na tentativa de oferecer alguma visão do estado atual da Medicina, devo dar conta dos

⁶⁸¹ *Ibidem*, p. 16-17.

⁶⁸² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2016, p. 187.

⁶⁸³ “Constitui-se, assim, um campo documental no interior do hospital que não é somente um lugar de cura, mas também de registro, acúmulo e formação do saber. É então que o saber médico que, até o início do século XVIII, estava localizado nos livros, em uma espécie de jurisprudência médica encontrada nos grandes tratados clássicos da medicina, começa a ter seu lugar, não mais no livro, mas no hospital; não mais no que foi escrito e impresso, mas no que é cotidianamente registrado na tradição viva, ativa e atual do que é o hospital”. *Ibidem*, p. 188.

⁶⁸⁴ *Jornal de Coimbra: Dedicada a objectos de Sciencias Naturaes*. Volume X, Num. XLIX – Parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1817, p. 17

sistemas, dos princípios da ciência que prevaleceram ultimamente , ou se supõe que muitos ainda prevalecem na Europa.⁶⁸⁵

Seu trabalho sobre a prática médica propunha, em primeiro lugar, “dar instrução para *discernir, distinguir, prevenir e curar* doenças, à medida que ocorrem em determinadas pessoas”.⁶⁸⁶ Descrever e distinguir os sintomas eram os dois princípios centrais da observação médica, pois, para Cullen essa operação que separa e organiza a ocorrência dos sintomas corrobora o estabelecimento de uma “*Methodical Nosology*”, ou seja, a separação correta de cada tipo de doença, o que, conseqüentemente, ajudava o médico na escolha da melhor terapêutica.⁶⁸⁷

Nesse aspecto, compreende-se por que o sistema de Cullen é aceito como quadro epistemológico a ser usado no Hospital Militar do Dr. José Feliciano de Castilho. Tratava-se de um modelo que unia os métodos da clínica com o da anatomia patológica, junção que fazia uma leitura do corpo a partir das “camadas de semelhanças anatômicas que atravessam os órgãos, os envolvem, dividem, compõem e decompõem, analisam e, ao mesmo tempo, *ligam*” através da linguagem e da observação clínica.⁶⁸⁸ Dessa forma, o quadro nosológico de Cullen cumpria seu intuito de esclarecer os “mecanismos que imperavam na evolução das febres e das inflamações em geral” e servia para melhor compreender a evolução das doenças dentro de um ambiente hospitalar. Jorge Crespo lembra que

Na obra de Cullen não só era destacada a importância dos factores do mundo exterior na sensibilidade e instabilidade dos indivíduos, considerando o sistema nervoso como lugar de síntese dos fenómenos patológicos, como também era sugerido um modelo de descrição de doenças, através de uma minuciosa definição das causas e dos encadeamentos das diversas fases do processo de origem, descobrimento e conclusão dos factos patológicos.⁶⁸⁹

Perante isso, o conhecimento sistemático das doenças auxiliava na própria estrutura do hospital, que criou divisões internas, sendo cada enfermaria utilizada para um determinado fim. Conforme alerta o documento:

Confundir os doentes em um mesmo lugar é destruí-los uns pelos outros: é por isso, que as Enfermarias do Hospital se dividiram para

⁶⁸⁵ CULLEN, William. *First Lines of Practice of Physic*. New York: Printed by Samuel Campbell Book-Seller, 1793, p. xix. [tradução nossa]

⁶⁸⁶ *Ibidem*, p. 35. [tradução nossa]

⁶⁸⁷ *Ibidem*. [grifo do autor].

⁶⁸⁸ MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 97.

⁶⁸⁹ CRESPO, Jorge. *Op. Cit.*, 1990, p.76.

moléstias Cirúrgicas, Venéreas, Febres, Sarna, Presos e Oficiais. Visto que é grande a Enfermaria de Febres, far-se-á por separar muito os doentes de diarreias e os tísicos, uns dos outros e do resto; tendo esta mesma cautela com todas as moléstias contagiosas.⁶⁹⁰

As visitas médicas nessas enfermarias, segundo o regulamento interino do Hospital, expressava que o procedimento clínico deveria respeitar os horários e critérios estabelecidos por seus artigos. No primeiro artigo referente às visitas ordenava-se que os médicos e os cirurgiões fizessem “duas visitas por dia aos doentes; uma de manhã com todo o vagar, ordem e método, examinando miudissimamente o estado individual dos doentes, a fim de decidirem se devem mudar de dieta, remédios ou enfermarias, passear fora do hospital, ter Alta, etc”.⁶⁹¹ A primeira visita era às 7 horas da manhã, e depois havia outra no período da tarde, na qual “os Médicos e Cirurgiões deverão também passar por todas as Enfermarias cometidas ao seu tratamento, demorando-se com os doentes, que assim o exigirem e ouvindo com atenção as representações que se lhes fizerem”.⁶⁹²

Quando os médicos chegavam para a visita clínica tocava-se um “sino” determinando que “todos os doentes pertencentes àquele Facultativo” recolhessem “prontamente cada um à sua” cama. “Desde o momento até o fim da visita observar-se-á nas Enfermarias a maior quietação e silêncio, para que o Facultativo possa, à cabeceira do seu doente, fazer as perguntas necessárias, os juízos convenientes e as mais justas determinações”.⁶⁹³ Daí começava-se o exame clínico:

Os Médicos e Cirurgiões deverão ter os seus cadernos de visitas em quarto, para mais facilmente se acomodarem e escreverem: cada um destes cadernos terá tantas páginas, quantas forem as camas incumbidas ao Facultativo, de quem ele é; marcadas com o mesmo número, cama e página: cada uma destas será dividida para dias do mês, dia de moléstia, sintomas, alimentos, remédios e observações; e os Facultativos irão diariamente enchendo as colunas competentes com o dia do mês, dias de moléstias, sintomas, que notarem, e de que os informarem os próprios doentes e enfermeiros, a que nas suas folhas diárias escreverão com a mesma exaçaõ e miudeza tudo quanto for concernentes a estas duas últimas coisas.⁶⁹⁴

⁶⁹⁰ *Jornal de Coimbra*: Dedicada a objectos de Sciencias Naturaes. Volume X, Num. XLIX – Parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1817, p. 24.

⁶⁹¹ *Ibidem*, p. 38.

⁶⁹² *Ibidem*.

⁶⁹³ *Ibidem*, p. 38-39.

⁶⁹⁴ *Ibidem*, p. 39.

“De um golpe de vista descobrirá” o médico pelo seu diário clínico “os meios de fazer a mais exata ideia de moléstia no seu doente; de proceder com o melhor método e ordem no seu tratamento”, para, enfim, lançar “luz nos artigos de alimentos e remédios, tão importantes à saúde” dos enfermos.⁶⁹⁵ Após o exame médico, ocorria a já mencionada “conferência”, que impreterivelmente era “sobre os doentes de perigo” e “ainda mesmo sobre todos os doentes do Hospital”. As conferências contavam com a presença do Médico Diretor e do Cirurgião-Mor do Regimento, que ouviam os casos dos pacientes dos outros médicos, os quais informavam “sobre a vida e costumes do doente de coisa que influa no conhecimento da sua moléstia”. A conferência sobre o doente em perigo reunia todos os membros do corpo médico do hospital; já os casos de doenças leves ocorriam “à cabeceira de cada um deles, uma vez por semana”. Daí decorria-se a votação sobre a melhor terapêutica, momento em que “cada um dos conferentes escreverá e fundamentará, em colisão, o seu voto em um livro destinado a isso somente”. Nenhum tratamento ou cirurgia eram feitos no Hospital sem uma votação prévia dos médicos e cirurgiões.⁶⁹⁶

Por fim, somente dois caminhos eram (e ainda são) possíveis dentro do hospital: a alta do paciente curado ou, infelizmente, o acomodamento da morte sobre o corpo outrora doente. Referente a isso, Dr. Castilho argumenta que após realizar um último exame “miudíssimo” e concluir que o paciente não necessita mais de “dieta ou cama”, preenchia uma última ficha de estadia na instituição, a qual era repassada para o regimento militar.⁶⁹⁷ Caso houvesse o falecimento do enfermo, o documento indicava a análise anatômica, “sendo a abertura dos cadáveres um dos principais meios de instrução sobre as sedes, causas e efeitos das moléstias: bem como de se conhecerem os erros cometidos” pelo médico ou cirurgião no seu tratamento.⁶⁹⁸ Assim, dadas as condições da época a respeito da conservação do corpo morto, o cadáver era enterrado após 24 horas, satisfazendo “tudo quanto a Religião ordena e a piedade aconselha”.⁶⁹⁹

O regimento do Hospital Militar, escrito em 1807, por um integrante da reformada Faculdade Médica da Universidade de Coimbra, demonstra como algumas das doutrinas da medicina moderna, ensinadas no curso após 1772 eram transpostas para a realidade da prática curativa em Portugal. A estrutural mudança proferida por Pombal, em questão de método,

⁶⁹⁵ *Ibidem.*

⁶⁹⁶ Todas as citações: *Ibidem*, p. 40.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 47.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, p. 48.

⁶⁹⁹ *Ibidem.*

implementou novos domínios do saber médico, paradigmas que perduraram e foram aperfeiçoados durante o reinado mariano.

Em síntese, neste capítulo buscamos entrelaçar três questões fundamentais referentes às Reformas Pombalinas: o problema da secularização da Universidade de Coimbra a partir do discurso de D. Francisco de Lemos; o ensino de medicina instaurado pelos *Novos Estatutos* como sendo sintético, compendiário e demonstrativo; e, por fim, o modo como se deu, durante o governo de D. Maria I, um processo de fixação de novas teorias médicas e a consolidação de novas práticas no exercício de cura das doenças que assolavam Portugal. Visualizamos que o método empírico-racional, ao inserir-se nas faculdades naturais de Coimbra, consolidou um novo tipo de médico, que era constituído por novas habilidades que o então *Estatuto* de 1772 fixava para os seus alunos. O médico formado em Coimbra passou a ter novos olhos para observar, novas mãos para examinar e uma nova retórica para se comunicar com os pacientes. Consolidavam-se, assim, um ensino superior secular, pautado nos preceitos da ciência moderna, e que serviu de instrumento para as políticas da saúde em Portugal na virada do século XVIII e início do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo dessa dissertação seguimos um percurso histórico que vai das ideias antecedentes às reformas pombalinas de 1772, passa pela fixação dos *Novos Estatutos* da Universidade de Coimbra e finaliza nas consequências epistemológicas, metodológicas e pedagógicas sobre o ensino de medicina no Portugal. De maneira geral, nosso estudo buscou inicialmente, compreender o contexto do Século das Luzes e suas principais correntes de ideias médicas. Durante este período da Ilustração, houve uma significativa expansão dos métodos e da atividade empírico-racional sobre a medicina, desenvolvendo as atividades experimentais, valorizando o ensino e a prática de anatomia, fisiologia, patologia e cirurgia nas universidades europeias.

Nesse sentido, a dissertação procurou identificar a historicidade do saber médico setecentista a partir dos sistemas conceituais, da linguagem, dos novos métodos e dos símbolos inseridos na tratadística da época, buscando compreender quais princípios teóricos orientaram a medicina durante o século XVIII. Constituiu-se também um esforço necessário em apreender a formação do discurso empírico-racional a partir das novas concepções que aproximavam as doutrinas teóricas às técnicas experimentais. Constatamos que o uso dos sentidos (tato, visão e olfato) passou a ser valorizado pelos médicos, como um meio de melhorar o desempenho da observação e da experiência sobre o corpo orgânico.

A instauração da medicina moderna – dita clínica e empírica – se deu a partir de constantes debates, conflitos, dissoluções e acordos entre filósofos, médicos, naturalistas, cirurgiões e agentes do Estado. Por isso, em nosso estudo, buscamos localizar os conceitos dentro de um contexto discursivo mais amplo, no qual emergiu novas formas de pensar a saúde e a doença. Na segunda metade do setecentos a ideia de *método* tornou-se termo demarcador da virada epistemológica, delimitando o processo de dissolução do sistema escolástico e institucionalização do paradigma empírico-racional em Portugal.

Tais mudanças do saber médico se expressaram nas obras de Luís António Verney em *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) e de António Nunes Ribeiro Sanches em *Método para aprender e estudar Medicina* (1763), que foram analisadas no primeiro capítulo. Em ambas averiguamos uma nova distribuição de disciplinas que integrariam o ensino de medicina, das quais valorizavam o aprendizado da anatomia, da farmácia e da cirurgia. A defesa dos autores, de se integrar tais saberes técnicos dentro do conhecimento médico, conferiu aos seus trabalhos um conteúdo de comunicação, seleção e normalização das novas disciplinas para o ensino universitário. As propostas de Verney e Ribeiro Sanches de organização interna da

medicina corroboraram a produção discursiva dos princípios da iatromecânica e na seleção de uma pedagógica empírico-racional que reestruturou os currículos da faculdade médica.

Este contexto precedente, de emergência da linguagem científica médica, influenciou diretamente a comissão do Marquês de Pombal – a *Junta de Providência Literária*. Como vimos no capítulo dois, as reuniões da comitiva de D. José I, com o objetivo de reformar os *Estatutos* da Universidade de Coimbra entre 1771 e 1772, orientaram-se pelos novos paradigmas do experimentalismo científico. Com a fixação normativa do quadro estatutário de 1772, assistimos em Portugal a institucionalização da medicina moderna, respaldada no rigor metodológico, na observação clínica e na sistematização dos remédios farmacêuticos. Deslegitimando, assim, o pensamento metafísico-escolástico, oriundo da pedagogia jesuítica.

Ao longo do capítulo destacamos a importância dos estudos anatômicos, fisiológicos e cirúrgicos, para a valorização de novas habilidades dos estudantes. Forjando, a partir do ensino, um médico eficiente, observador, prático e comunicativo que serviria nas políticas de saúde do Estado português. Ao instaurar um aprendizado do tipo compendiário, sintético e demonstrativo, a Faculdade de Medicina de Coimbra formou médicos assimilados com as atualizações científicas e hábeis na atuação clínica-hospitalar. O pedagogismo das Luzes, presente nos *Estatutos* de 1772, conjugou o pragmatismo científico e os planos políticos de produção de capital humano apto ao exercício administrativo.

A partir desse novo perfil de estudante médico, adentramos no terceiro capítulo discutindo a relação entre o processo de secularização da Universidade de Coimbra (ou seja, da educação universitária) e o ensino/prática da medicina após 1772. Procuramos debater neste capítulo as consequências das reformas pombalinas durante o reinado de D. Maria I no que tange as transformações ocorridas, indicando que não houve um retrocesso dos *Estatutos*, mas sim um reforço das suas cláusulas. Concomitante a isso, especificamos o método compendiário e experimental a partir do trabalho do Dr. José Francisco Leal, constatando que o caráter empírico-racional defendido pelos *Estatutos*, foi cumprido por partes do corpo docente da Faculdade médica. Assim, foi possível constatar que após 1772, a dissolução do paradigma jesuítico, feita pela comissão do Marquês de Pombal, era fato consumado. Sua volta não era mais possível, pois a nova ordem metódica e científica havia tomado o lugar das antigas práticas, ainda que alguns médicos as defendessem.

Por fim, trabalhamos no final do capítulo a dinâmica das transformações do conhecimento médico no final do século XVIII e início do século XIX, demonstrando que tanto as práticas, quanto as teorias ainda estavam em conflito. Os médicos portugueses formados pela Universidade de Coimbra deixariam de lado antigas doutrinas, como as de

Herman Boerhaave, e se abriam as novas descobertas da fisiologia de Bichat, da prática clínica de William Cullen e das teorias sobre higiene de Samuel Tissot. O que ficou compreendido, a partir da consulta das fontes, era que os médicos formados pela universidade usavam aquilo que aprendiam na faculdade, seja o uso dos diários clínicos, da consulta dos pacientes no hospital ou na escrita de tratados filosófico-científicos.

A pedagogia pombalina, influenciada pelo Iluminismo médico, oriundo de outros centros de ensino universitário, foi um evento histórico basilar. Traduziu-se na expressão máxima de um ambiente cultural que se abria para novas perspectivas da ciência moderna, valorizando a física newtoniana, a química moderna, os avanços da fisiologia de Haller e a filosofia empírica de Francis Bacon e John Locke. Com a intervenção régia na aprendizagem universitária, transformou-se a relação da Faculdade de Medicina com a ordem metódica do ensino. Deixando de lado antigas práticas orientadas pelo método escolástico, e optando pelo método empírico-racional, do qual a prática experimental e demonstrativa era fundamental.

Sob essa perspectiva, entende-se que a pesquisa apresentada procurou contribuir para o debate sobre a Medicina Ilustrada e as Reformas Pombalinas, sobretudo investigando analiticamente os *Novos Estatutos* da Faculdade médica – muitas vezes trabalhado na historiografia de maneira passageira. Apontamos também o viés secularizante das Luzes em Portugal e as suas consequências na reforma da Universidade de Coimbra, da qual modernizou os seus sistemas educativos e científicos.

Todo esse contexto foi um processo lento e fragmentado, recheado de disputas e conflitos, que se iniciou na primeira metade do século XVIII português e tendo seu ápice nas políticas reformistas do reinado de D. José I. Tratou-se da mobilização por parte de uma elite letrada disposta a modernizar as bases do absolutismo monárquico, priorizando o exercício de Estado em detrimento do monopólio eclesiástico. Defendo um pragmatismo científico utilitarista e projetando na universidade uma função de habilitar indivíduos técnicos e virtuosos, aptos ao exercício indicado nos seus diplomas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas:

ARISTÓTELES. *História dos animais*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ARISTÓTELES. *Parva Naturalia*. São Paulo: EDIPRO, 2012.

AZEREDO, José Pinto de. *Isagoge patológica do corpo humano*. Lisboa: Colibri, 2014.

BACON, Francis. *Novum Organum*: verdadeiras indicações acerca da interpretação da Natureza. São Paulo: Pensadores, 1988.

BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve compare aux autres États de L'Europe* (Tomo II). Paris: Chez Rey et Gravier Libraires, 1822.

BAUMÉ, Antoine. *Éléments de Pharmacie théorique et pratique*. Paris: Chez Samson Libraire, 1770.

BOTELHO, José de São Bernardino. *Sobre a Nova Fundação da Universidade de Coimbra feita por Ordem de Sua Magestade Fidelíssima pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal, do Conselho de Estado do dito Senhor, e seu Lugar-Tenente na mesma fundação*. Lisboa: Na Régia Officina Typográfica, 1772.

BOERHAAVE, Herman. *Boerhaave's Aphorisms: Concerning the Knowledge and Cure of Diseases*. Birmingham: The Classics of Medicine Library, 1986.

BOERHAAVE, Herman. *Opera omnia medica complectentia*. Venetiis: Laurentium Basilium, 1723.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. São Paulo: Unesp, 2018.

CONDORCET. *Cinco memórias sobre a instrução pública*. São Paulo: Unesp, 2008.

COMPÊNDIO *Histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*. Edição Fac-símile. Covilhã, 2011.

CULLEN, William. *First Lines of Practice of Physic*. New York: Printed by Samuel Campbell Book-Seller, 1793.

DIDEROT, Denis. D'ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*: Discurso Preliminar e outros textos. São Paulo: Unesp, 2015.

DIDEROT, Denis. D'ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*: Ciências da natureza (Volume 3). São Paulo: Unesp, 2015.

Estatutos da Universidade de Coimbra: Livro III que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1772.

HALLER, Alberto V. *Elementa Physiologiae corporis humani*: Tomus Primus. Neapoli: Sumptibus Benedicti Gessari, 1761.

HARVEY, William. *Estudo anatômico sobre o movimento do coração e do sangue nos animais*. São Paulo: Unesp, 2013.

HIPÓCRATES. *Aforismos*: Antologia. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Jornal de Coimbra: Dedicada a objetos de Sciencias Naturaes. Volume XIV, Num. LXXIII – Parte I. Lisboa: Impressão Régia, 1819.

Jornal de Coimbra: Dedicada a objectos de Sciencias Naturaes. Volume X, Num. XLIX – Parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1817.

LEAL, Joze Francisco. *Instituições ou Elementos de Farmácia*: Extrahidos dos de Baumé, e reduzidas a novo methodo pelo Doutor. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1792.

Legislação acadêmica desde os Estatutos de 1772 até o fim do ano de 1850: Colligida e coordenada por ordem do excelentíssimo senhor conselheiro reitor da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da universidade, 1851.

LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra (1777)*. Coimbra: edição *fac-simile* Imprensa da Universidade, 1980.

MATOS, Manoel de Sá. *Biblioteca Elementar da História Cirúrgica-Anatômica*. Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro, 1788.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Elementos de Química e Farmácia* (Tomo I). Lisboa: Impressão da Academia de Ciências, 1783.

SARMENTO, Jacob de Castro. *Materia Medica physico-historico-mechanica*. Londres: Guilherme Strahan, 1758, p. XLIX.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método para ser útil à República, e à Igreja*: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal (TOMO II). Valensa: Oficina de Antonio Balle, 1746.

Fontes Manuscritas:**Arquivo da Torre do Tombo.**

MATOS, Manoel de Sá. *Biblioteca Elementar da História Cirúrgica-Anatômica*: Compêndio histórico-crítico e cronológico sobre a Cirurgia e Anatomia em Geral contém os seus princípios, incrementos e último estado, assim em Portugal, como nas mais partes cultas do Mundo; com a explicação dos seus respectivos Autores, suas Obras, Vidas, Métodos e Inventos, desde os primeiros séculos até o presente. COD: PT/TT/MSLIV/0413.

Bibliografia:

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde*: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

_____. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 149-172, jul/dez, 2007.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia*: os Advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808). Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2005.

_____. Alumiações, razões e críticas: José Bonifácio de Andrada e o Plano de Reforma da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: EstúdioTexto, 2016.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal*: Temas e Problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

_____. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo Português. *Revista de História Regional*. v. 19(2): 2014.

_____. Rede de leituras e compromisso linguístico em Portugal no século XVIII e alvares do século XIX. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições Educativas*: cultura, escrita e administração na América Portuguesa. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

_____. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARAÚJO, André de Melo. O conhecimento impresso: Práticas editoriais e estratégias comerciais nos manuais de impressão da Época Moderna. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n.70, 2020.

BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais: Desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARREIRO, Bruno Paulo Fernandes. *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Nova Lisboa, 2014.

BELLINI, Lígia. *O grande fulcro: representação do corpo e cultura médica no Portugal renascentista*. São Paulo: Unifesp, 2016.

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Unesp, 2017.

_____. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no iluminismo português. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Mazza, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo (Volume 3)*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Academia de Ciências de Lisboa, 1892.

BROOKE, John Hedley. Ciência e secularização. In: *Ciência e Religião*. São Paulo: Ideias&Letras, 2014.

CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal como problema (Século XVII e XVIII): Da obscuridade profética à evidência geométrica*. Lisboa: Público, 2006.

CAMBIANO, Giuseppe. *Philosophy, Science and medicine*. In: The Cambridge History of Hellenistic Philosophy. (org.) Keimpe Algra, Jonathan Barnes, Jaap Mansfeld e Malcolm Schofield. New York: Cambridge University Press, 2005.

CARVALHO, Flavio Rey. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação de Mestrado – Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1978.

CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceitual. *Revista História das Ideias*, Coimbra, volume 25, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Unesp, 1994.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A ordem do livro: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.

COSTA, A. M. Amorim da. As ciências naturais na reforma pombalina da universidade “Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes”. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000.

CUNNINGHAM, Andrew. *The Anatomist Anatomis'd: An Experimental Discipline in Enlightenment Europe*. Cambridge: Ashgate, 2010.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes. Guilherme Elsdon e a introdução do neo-classicismo em Portugal. In: DIAS, Pedro (Org.). *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além Mar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1988.

CRESPO, Jorge. *História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011.

_____. *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. *O Iluminismo como negócio: a história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEAR, Peter. *The Intelligibility of Nature: How Science makes sense of the world*. Chicago: The university of Chicago Press, 2006.

EBENSTEIN, Joanna. *The Anatomical Venus: Wax, God, Death and Ecstatic*. New York: Art Pub, 2016.

EDLER, Flavio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: Clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Breno Feraz Leal. *Luís António Verney, contra todos os inimigos (1736-1750)*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2009.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA, Fernando Taveira da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira da. (Org.) *A universidade pombalina: Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017.

_____. A dimensão pedagógica da Reforma de 1772. Alguns aspectos. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial (séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2016.

_____. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

FRANCO, José Eduardo. A reforma pombalina da Universidade portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação. In: *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Covilhã: LusoSofia, 2011.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GAUKROGER, Stephen. *The Collapse of Mechanism and the Rise of Sensibility: Science and the Shaping of Modernity (1680-1760)*. New York: Oxford Press, 2012.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2013.

GOUVEIA, António Camões. Estratégias de Interiorização da Disciplina. In: MATTOSO, José. HESPANHA, António Manuel. (Org.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

GRMEK, Mirko D. BERNABEO, Raffaele. La Machine du Corps. In: GRMEK, Mirko D. (org). *Histoire de la pensée médicale em Occident: De la Renaissance aux Lumières*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

HASKINS, Charles Homer. *A Ascensão das Universidades*. Santa Catariana: Livraria Danúbio, 2015.

- HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- HILL, Christopher. “A Ciência e a Medicina em Londres”. In: *As origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity (1650-1750)*. New York: Oxford Press, 2001.
- JUNIOR, Nelson de Campos Ramos. *Mediador das Luzes: Concepções de Progresso e Ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2013.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUCRio, 2006.
- _____. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Brasília: UnB, 1982.
- LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LIEPKALN, Julie Hamacher. *Saber Médico e Reformismo Ilustrado: Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as Políticas de Saúde Pública em Portugal (1750-1792)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2017.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MAIOLINI, Luis Filipe. O filósofo, o médico e o físico: um caminho para pensar a prática científica e seus desdobramentos na história da medicina. *Temporalidades – Revista de História*. Edição 33, v. 12, n. 2, 2020.
- MAGALHÃES, Justino. Instituição escolar e constituição da sociedade moderna: Setecentismo e reformas educativas. In: CHARTIER, Roger. RODRIGUES, José Damião. MAGALHÃES, Justino (Org.). *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.
- MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida de. *Hospital e Poder sob o signo do Absolutismo Esclarecido*. Tese de Doutorado – Departamento de História, Estudos Europeus, Arquivologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.
- MANDRESSI, Rafael. Dissecações e Anatomia. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MARITAIN, Jacques. *A Filosofia da natureza: Ensaio crítico sobre suas fronteiras e seu objeto*. São Paulo: Loyola, 2003.

MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

MATTOS, Franklin de. *Árvore do saber*. In: D’ALEMBERT, Jean Le Rond. DIDEROT, Denis. *Discurso preliminar e outros textos*. São Paulo: Unesp, 2015.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1997.

MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Ed. 34, 2013.

NOGUEIRA, Roberto Passos. *Do físico ao médico moderno: A formação social da prática médica*. São Paulo: Unesp, 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa Nunes. *História da Educação no Século XVII*. Campinas: Kirion, 2018.

OLIVEIRA, Daniel de Lara. *Ciência moderna e newtonianismo no projeto pedagógico de Luís António Verney*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2011.

ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia: os ultras das Luzes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

PATRÍCIO, Isabel Simões. PEREIRA, Ilídio Barbosa. PADEZ, Maria João. REGATEIRO, Fernando J. *Imprensa da Universidade de Coimbra: a história, os homens e os livros*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2001.

PESCHANSKI-DARBO, Catherine. *Ordem do corpo, ordem do mundo: aitia, tekmêrion, sêmeion, historion nos tratados hipocráticos do fim do século V antes de nossa era*. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (Org.). *A saúde dos antigos: Reflexões gregas e romanas*. São Paulo: Loyola, 2009.

PIMENTA, Pedro Paulo. *A Trama da Natureza: Organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo: Unesp, 2018.

_____. *Condillac e a crítica da metafísica; ou, rumo a uma “ciência sem nome”*. In: CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. São Paulo: Unesp, 2018.

PINTO, Manuel Serrano. Et Al. *O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, 2005.

PITA, João Rui. *História da Farmácia*. Coimbra: Livraria Minerva, 2007.

_____. A reforma pombalina da Universidade, a Faculdade de Medicina e os estudos médicos e farmacêuticos. In: PITA, João Rui. (Org.). *Ciência e Experiência: Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

_____. Medicina Cirúrgica e Arte Farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. In: ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

PITA, João Rui. BELL, Victoria. PEREIRA, Ana Leonor. José Francisco Leal (1744-1786): brasileiro e primeiro professor de matéria médica e arte farmacêutica na Faculdade de Medicina após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra. *Mneme – revista de humanidades*, v. 17, n. 38, 2016.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (Org.). *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2012.

PORTER, Roy. *The greatest benefit to mankind: A Medical History of Humanity from Antiquity to the Present*. London: Fontana Press, 1999.

_____. *Flesh in the Age of Reason: The modern foundations of body and soul*. New York: Norton, 2004.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

QUADROS, Lucas Samuel. *O Governo da Medicina nas Minas: Legislações, Livros e Ofícios (1744-1828)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

REBOLLO, Regina Andrés. *William Harvey e a descoberta da Circulação do Sangue*. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. A Escola Médica de Pádua: medicina e filosofia no período moderno. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: v.17 n.2, 2010.

_____. A difusão da doutrina da circulação do sangue: a correspondência entre William Harvey e Gaspar Hoffmann em maio de 1636. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 9(3), 2002.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e Demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Camus, 2003.

RUSSO, Marisa. Irritabilidade e Sensibilidade: Fisiologia e Filosofia de Albrecht Von Haller. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e História da ciência no Cone sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1987.

SANTOS, Antonio César de Almeida. Decifrando palavras: um vocabulário de cultura e educação no contexto das Luzes portuguesas. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições Educativas: cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

_____. Para a instrução dos homens encarregados dos negócios públicos no final do Antigo Regime português. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

SANTOS, Ademir Valdir dos. CUSTÓDIO, Renato da silva. A serviço da medicina: origem da disciplina Química no Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 101, n. 257, 2020.

SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SOUZA, Maria das Graças de. Círculo de conhecimento. In: DIDEROT, Denis. D'ALEMBERT, Jean Rond. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. São Paulo: Unesp, 2015.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus/ Ano 02 Vol. II* – 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SHAPIN, Steven. *Nunca Pura: Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e Que se Empenham por Credibilidade e Autoridade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Razão e Racionalidade: Ensaio de Filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

SNYDER, Laura J. *Eye of the Beholder: Johannes Vermeer, Antoni van Leeuwenhoek, and the Reinvention of Seeing*. New York: W. W. Norton, 2016.

TAYLOR, Charles. *Uma Era Secular*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

_____. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

TOMÁS, José Pardo. *El libro científico en la República de las letras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

_____. *A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807)*. In: *As Reformas Pombalinas no Brasil*. (org.) Thais Nívia de Lima e Fonseca. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2011.

VILA, Anne C. *Enlightenment and Pathology: Sensibility in the Literature and Medicine of Eighteenth-Century France*. London: The Johns Hopkins Press, 1998.

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: História da percepção do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2016.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WILLIAMS, Elizabeth A. *A Cultural History of Medical Vitalism in Enlightenment Montpellier*. Burlington: Ashgate publishing, 2003.

WOLFE, Charles T. On the rote of Newtonian analogies in eighteenth-century life Science: Vitalism and provisionally inexplicable devices. In: BIENER, Zvi. SCHLIESSER (Org.). *Newton and Empirism*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

APÊNDICES:**Apêndice I: Grade curricular da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1772:**

ANO	LIÇÃO	LENTE
1º	Matéria Médica e Arte Farmacêutica	Dr. José Francisco Leal
2º	Anatomia, Práticas Cirúrgicas e Arte Obstetrícia	Dr. Luiz Chicchi
3º	Instituições Médico-Cirúrgicas	Dr. António José Pereira
4º	Aforismos	Dr. Manoel António Sobral
5º	Prática Médico-cirúrgicas (Hospital)	Dr. Simão Gold Dr. António José Francisco de Aguiar

Apêndice II: Reestruturação curricular de 1791-1792:

ANO	LIÇÃO
1º	Anatomia, Práticas Cirúrgicas e Arte Obstetrícia
2º	Instituições Médico-Cirúrgicas
3º	Matéria Médica e Arte Farmacêutica
4º	Aforismos
5º	Prática Médico-Cirúrgicas (Hospital)

